



COMUNICAÇÃO
E SOCIEDADE



38

**DISCURSOS SOBRE MIGRANTES, REFUGIADOS
E MINORIAS NA ESFERA PÚBLICA:
O SÉCULO XXI EM DEBATE**
*PUBLIC DISCOURSES ON MIGRANTS, REFUGEES
AND MINORITIES:
THE 21ST CENTURY IN DEBATE*

Editores | *Editors*

Moisés de Lemos Martins, Maria Aldina Marques & Rui Ramos

Diretor | *Journal Editor*

Moisés de Lemos Martins





**COMUNICAÇÃO
E SOCIEDADE**

38

**DISCURSOS SOBRE MIGRANTES, REFUGIADOS
E MINORIAS NA ESFERA PÚBLICA:
O SÉCULO XXI EM DEBATE**
*PUBLIC DISCOURSES ON MIGRANTS, REFUGEES
AND MINORITIES:
THE 21ST CENTURY IN DEBATE*

Editores | *Editors*

Moisés de Lemos Martins, Maria Aldina Marques & Rui Ramos

Diretor | *Journal Editor*

Moisés de Lemos Martins





Título | *Title*: Discursos sobre migrantes, refugiados e minorias na esfera pública: o século XXI em debate | *Public discourses on migrants, refugees and minorities: the 21st century in debate*

Diretor | *Journal Editor*: Moisés de Lemos Martins (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Diretor Adjunto | *Associate Editor*: Manuel Pinto (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Editores Temáticos | *Volume Editors vol. 38 dezembro de 2020* | *December 2020*

Moisés de Lemos Martins (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Maria Aldina Marques (CEHUM, Universidade do Minho, Portugal)

Rui Ramos (CIEC/CEHUM, Universidade do Minho, Portugal)

Conselho Editorial | *Editorial Board*

Alain Kiyindou (Universidade de Bordéus, França), Ana Claudia Mei Oliveira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil), Annabelle Sreberny (Universidade de Londres, Reino Unido), Barbie Zelizer (Universidade da Pensilvânia, EUA), Cláudia Álvares (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal), Claudia Padovani (Universidade de Pádua, Itália), David Buckingham (Universidade de Loughborough, Reino Unido), Divina Frau-Meigs (Universidade Sorbonne Nouvelle, França), Fabio La Rocca (Universidade Paul-Valéry, Montpellier 3, França), Felisbela Lopes (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Fernanda Ribeiro (Universidade do Porto, Portugal), Filipa Subtil (Escola Superior de Comunicação Social, Portugal), Gustavo Cardoso (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal), Hannu Nieminen (Universidade de Helsínquia, Finlândia), Helena Pires (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Helena Sousa (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Immacolata Lopes (Universidade de São Paulo, Brasil), Isabel Ferin (Universidade de Coimbra, Portugal), Ismar de Oliveira Soares (Universidade de São Paulo, Brasil), Janet Wasko (Universidade de Oregon, EUA), José Manuel Pérez Tornero (Universidade Autònoma de Barcelona, Espanha), Lídia Oliveira (Universidade de Aveiro, Portugal), Madalena Oliveira (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Maria Michalis (Universidade de Westminster, Reino Unido), Maria Teresa Cruz (Universidade Nova de Lisboa, Portugal), Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Nélia del Bianco (Universidade de Brasília, Brasil), Paulo Serra (Universidade da Beira Interior, Portugal), Raúl Fuentes Navarro (Universidade de Guadalajara, México), Rosa Cabecinhas (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Sara Pereira (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Sonia Livingstone (London School of Economics, Reino Unido), Teresa Ruão (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Tristan Mattelart (Universidade de Paris 2 Pantheon-Assas, França), Vera França (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Vincenzo Susca (Universidade Paul-Valéry, Montpellier 3, França), Xosé López García (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha), Zara Pinto Coelho (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Conselho Consultivo | *Advisory Board*

Aníbal Alves (CECS, Universidade do Minho, Portugal), António Fidalgo (Universidade da Beira Interior, Portugal), José Bragança de Miranda (Universidade Nova de Lisboa, Portugal), Margarita Ledo (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha), Michel Maffesoli (Universidade Paris Descartes, França), Miquel de Moragas (Universidade Autònoma de Barcelona, Espanha), Murilo César Ramos (Universidade de Brasília, Brasil)

Produção Editorial | *Editorial Production*

Assistentes Editoriais | *Editorial Assistants*: Isabel Macedo & Rita Araújo (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Direção de Arte Gráfica e Digital | *Graphic and Digital Art Direction*: Alberto Sá & Pedro Portela (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Edição Gráfica e Digital/Indexação | *Graphic and Digital Edition/Indexation*: Marisa Mourão (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

Revisores volume 38 | *Reviewers of volume 38*

Adriana Bravin (Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil), Adriano Sampaio (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Albertino Gonçalves (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Alice Balbé (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Angie Biondi (Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil), Augusto Soares da Silva (Universidade Católica Portuguesa, Portugal), Bruno Sousa Leal (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Camila Kieling (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil), Carla Baptista (Universidade Nova de Lisboa, Portugal), Carla Cerqueira (Universidade Lusófona do Porto, Portugal), Carlos Alberto Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Carlos Veiga (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Elton Antunes (Universidade Federal de Minas Gerais, Portugal), Haroldo Capote Filho (Centro Universitário Curitiba, Brasil), Helena Pires (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Isabel Macedo (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Jean Martin Rabot (CECS, Universidade do Minho, Portugal), João Victor Gomide (Universidade FUMEC, Brasil), Joaquim Costa (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Joel Felizes (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Portugal), José Cristian Góes (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), José Cunha Machado (CECS, Universidade do Minho, Portugal), José Neves (CECS, Universidade do Minho, Portugal), José Roberto Severino (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Luís Cunha (CRIA, Universidade do Minho, Portugal), Lynn Alves (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Maria das Graças Rodrigues (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil),

Maria Eduarda Giering (Pontifícia Universidade Católica, Brasil), Marisa Torres Silva (Universidade Nova de Lisboa, Portugal), Matilde Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa, Portugal), Paulo Bernardo Vaz (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Paulo Roberto Segundo (Universidade de São Paulo, Brasil), Pedro Portela (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Rita Ribeiro (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Rogério Santos (Universidade Católica Portuguesa, Portugal), Rosa Lídia Coimbra (Universidade de Aveiro, Portugal), Rosalice Pinto (Universidade Nova de Lisboa, Portugal), Rui Pereira (Universidade Lusófona do Porto, Portugal), Sara Vidal Maia (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Silvana Ribeiro (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Sónia Valente Rodrigues (Universidade do Porto, Portugal), Vanice Sargentini (Universidade Federal de São Carlos, Brasil), Veronica Manole (Universidade Babeş-Bolyai, Roménia), Zara Pinto-Coelho (CECS, Universidade do Minho, Portugal), Zilda Aquino (Universidade de São Paulo, Brasil)

Indexação e avaliação | *Indexation and evaluation*

SCOPUS | SciELO | ERIH PLUS | Qualis Capes (B1) | MIAR (ICDS 9.8) | Latindex | CIRC (B) | OpenEdition | Google Scholar | Academia Search Premier | BASE | CEDAL | DOAJ | Journal TOCs | MLA | RevisCOM | Open Access in Media Studies | OALister | EZB | ROAD | COPAC | ZDB | SUDOC | RepositóriUM | RCAAP

Imagem da capa | *Cover image*: Daniel Eledut (Unsplash)

URL: <https://revistacomsoc.pt/>

Email: comunicacaoesociedade@ics.uminho.pt

Comunicação e Sociedade é editada semestralmente (2 volumes/ano), em formato bilingue (Português e Inglês). Os autores que desejem publicar artigos ou resenhas devem consultar o URL da página indicado acima.

The journal Comunicação e Sociedade is published twice a year and is bilingual (Portuguese and English). Authors who wish to submit articles for publication should go to URL above.

Editora | *Publisher*:

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga – Portugal

Telefone | *Phone*: (+351) 253 601751

Fax: (+351) 253 604697

Email: cecs@ics.uminho.pt

Web: www.cecs.uminho.pt

Direitos de Autor (c) 2020 Comunicação e Sociedade | *Copyright (c) 2020 Comunicação e Sociedade*



Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

ISSN: 1645-2089 // **e-ISSN**: 2183-3575

Depósito legal | *Legal deposit*: 166740/01



Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2020-2023 (que integra as parcelas de financiamento base, com a referência UIDB/00736/2020, e financiamento programático, com a referência UIDP/00736/2020).

This publication is funded by national funds through Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., within the scope of the Multiannual Funding of the Communication and Society Research Centre 2020-2023 (which integrates base funding, with the reference UIDB/00736/2020, and programmatic funding, with the reference UIDP/00736/2020).

SUMÁRIO | CONTENTS

Discursos sobre migrantes, refugiados e minorias na esfera pública: o século XXI em debate	9
<i>Discourses on migrants, refugees and minorities in the public sphere: the 21st century under debate</i>	
Moisés de Lemos Martins, Maria Aldina Marques & Rui Ramos	
<hr/>	
ARTIGOS TEMÁTICOS THEMATIC ARTICLES	15
Discursos migrantes: estratégias de construção de nós e os outros em discursos jornalísticos de opinião	17
<i>Migrant speeches: strategies for representing us and them in opinion journalistic discourse</i>	
Maria Aldina Marques & Rui Ramos	
Os refugiados em manifestos políticos presidenciais: entre silenciar e dar voz	41
<i>Refugees in presidential political manifestos: between silencing and giving a voice</i>	
Alexandra Guedes Pinto	
“Eles”, venezuelanos, e a crise na Venezuela: práticas discursivas na revista <i>Veja</i>	59
<i>“Them”, Venezuelans, and the crisis in Venezuela: discursive practices in the magazine <i>Veja</i></i>	
Moisés de Lemos Martins & Valéria Marcondes	
Refugiados e migrantes em campanhas públicas: dar voz a quem não tem voz	79
<i>Refugees and migrants in public campaigns: being a voice for the voiceless</i>	
Célia Belim	
A crise dos refugiados: sequências narrativas e emoção em crônicas/reportagens ou a narrativa ao serviço da persuasão	107
<i>The refugee crisis: narrative sequences and emotions in opinion articles/reports or narratives in the service of persuasion</i>	
Isabel Margarida Duarte	
Média e migrações forçadas: representações sociais dos refugiados nos média portugueses em dois momentos mediáticos (2015 e 2019)	123
<i>Media and forced migrations: social representations of refugees in the Portuguese media in two mediatic peaks (2015 and 2019)</i>	
Dora Santos-Silva & Débora Guerreiro	
<i>Barbarus ad portas</i>: a agressividade verbal em comentários na rede social Facebook	139
<i>Barbarus ad portas: the verbal aggression in comments on the social network Facebook</i>	
Isabel Roboredo Seara & Ana Lúcia Tinoco Cabral	
Refúgio e colonização do futuro: fronteiras erguidas nas palavras	161
<i>Refuge and colonization of the future: borders built by words</i>	
Fernando Resende & Fábio Ferreira Agra	
Migrantes, refugiados e outrização: construindo a europeidade. Uma exploração dos média portugueses e alemães	179
<i>Migrants, refugees and othering: constructing europeaness. An exploration of Portuguese and German media</i>	
Rita Himmel & Maria Manuel Baptista	
Estar presente na ausência: a construção semiótica da imigração brasileira recente em Portugal nos média brasileiros 201	179
<i>Being present through absence: the semiotic construction of recent Brazilian migration to Portugal in the Brazilian media</i>	
Patricia Posch & Rosa Cabecinhas	

VARIA VARIA	219
Imagens e poder: encenação, rasura e pintura	221
<i>Images and power: scenario, erasure and painting</i> Eduardo Paz Barroso, Rui Estrada & Teresa Toldy	
A despesa improdutiva e a mercadoria espetacular	243
<i>Unproductive expenditure and spectacular merchandise</i> Vincenzo Susca	
<hr/>	
LEITURAS BOOK REVIEWS	255
Recensão do livro <i>Images of immigrants and refugees in Western Europe. Media representations, public opinion, and refugees experiences</i>	257
<i>Book review of Images of immigrants and refugees in Western Europe. Media representations, public opinion, and refugees experiences</i> Fábio Ribeiro	
A globalização disseminou-se e é mais dissimulada e eficaz. A mudança passa por inverter a invisibilidade dos mais desfavorecidos	265
<i>Globalisation has spread and become even more dissimulated and effective. Change involves reversing the invisibility of the underprivileged</i> Vitor de Sousa	



DISCURSOS SOBRE MIGRANTES, REFUGIADOS E MINORIAS NA ESFERA PÚBLICA: O SÉCULO XXI EM DEBATE

DISCOURSES ON MIGRANTS, REFUGEES AND MINORITIES IN THE PUBLIC SPHERE: THE 21ST CENTURY UNDER DEBATE

Moisés de Lemos Martins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Maria Aldina Marques

Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho,
Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Portugal

Rui Ramos

Centro de Investigação em Estudos da Criança/Centro de Estudos Humanísticos,
Instituto de Educação, Universidade do Minho, Portugal

A revista *Comunicação e Sociedade* dá voz, na presente edição, a estudos sobre diferentes estratégias discursivo-textuais convocadas em discursos políticos, da imprensa e das redes sociais sobre migrantes, refugiados e minorias, que circulam nas sociedades deste nosso século XXI.

Desde a II Guerra Mundial que a Europa não assistia a um fluxo de refugiados e migrantes tão elevado como o que se tem verificado na última década. E, no continente americano, o fluxo migrante tem sido alvo, igualmente, de particular atenção política e mediática. Os êxodos têm-se agudizado, o que configura um novo problema social para os estados e exige posicionamentos dos cidadãos. No espaço público (mídia e redes sociais, em particular) há práticas discursivas que materializam conflitos entre as vozes mais securitárias, que apelam a inseguranças e ao risco, e as mais humanitárias, que propõem um acolhimento efetivo, evocando valores éticos e de civilização. Mas os medos, as reações ao diferente e os confrontos culturais (onde se incluem os linguísticos, os religiosos, os identitários, os étnico-rácicos, etc.), assim como as imagens construídas de *nós* e do *outro* ganham particular relevo entre os argumentos esgrimidos.

Como tantas outras dimensões da nossa vida coletiva, esta é uma questão fortemente condicionada pelos discursos públicos com os quais nos confrontamos. Na imprensa, identificamos discursos de cidadãos “anónimos”, que se cruzam com os de líderes de opinião, e intervenientes reconhecidos no espaço público. Nenhum é neutro, nenhum se encontra desenraizado das suas circunstâncias enunciativas, dos valores e das idiosincrasias do seu autor. Pelo contrário, todos veiculam, necessariamente, uma visão do mundo particular, procurando convencer o leitor a partilhá-la. É verdade que

todos os discursos, do mais marcadamente argumentativo ao mais (aparentemente) informativo, são percorridos por uma

generalizada orientação causativa ou factitiva: neles será de surpreender um mais ou menos subtil, mas sempre operante papel de influenciador assumido, quase sempre veladamente, pelo locutor – papel que vai do instituir o alocutário em testemunha e/ou juiz das suas crenças, atitudes ou propósitos, às alterações de natureza cognitiva, emotiva ou comportamental desse mesmo alocutário. (Fonseca, 1992, p. 238).

Contudo, nos casos presentes, porque se trata de discursos públicos, que participam ativamente na configuração da vida social, tais produções discursivas vão além da generalizada dimensão causativa ou factitiva, que enforma todo o enunciado: são estrategicamente configurados como veículos de argumentação, de persuasão e de manipulação. E adquirem poder acrescido por serem discursos que (re)configuram realidades com as quais o cidadão não tem contacto direto, mas mediado pelos média (e aqui o pleonasma é intencional).

Importa, portanto, analisar tais discursos, desconstruí-los, munindo os cidadãos de instrumentos e competências para leituras conscientes e informadas. Não se trata, necessariamente, de contrariar este ou aquele discurso, oriundo deste ou daquele universo político-ideológico, adotando o investigador posições sociais de denúncia e confrontação. Tal tarefa pode e deve ser deixada ao cidadão, se este considerar que os valores que tais discursos veiculam conflituam com os seus. Mas pode e deve o investigador contribuir para tornar mais visíveis os mecanismos de construção do real que o discurso opera, o exercício da influência, a manipulação. Cidadãos conscientes e alertados são cidadãos com poder acrescido para participarem ativamente na *praxis* social, de modo crítico e responsável.

Para levar a cabo tal tarefa, os estudos presentes adotam os fundamentos teóricos e os instrumentos analíticos próprios da investigação em torno dos *discursos*. Significa tal afirmação que é reconhecida uma importância significativa à materialidade discursiva que tece as malhas dos textos/discursos, adotados como objetos de análise. Nuns casos com maior relevo do que noutros, os artigos que o presente volume apresenta assumem uma orientação analítica discursiva, considerando que a comunicação se opera através de discursos contextualizados, dentro de um campo social específico (Bourdieu, 1982), comunicando com dimensões não-verbais e com outros discursos, prévios ou futuros, factuais ou potenciais, como Bakhtine (1930/1981) há muito o sublinhou.

No primeiro estudo do volume, Maria Aldina Marques e Rui Ramos analisam a materialidade linguística dos textos para identificar o tratamento do fluxo migratório em direção à Europa, feito por uma revista e dois jornais portugueses de referência. Situam o *corpus* num período de intensa visibilidade pública da questão (setembro e outubro de 2015). Concluem que tal tratamento foi fortemente polarizado num *nós versus eles* e que a argumentação se fundamenta insistentemente em valores éticos, largamente partilhados pelos líderes de opinião e porta-vozes reconhecidos, mas nem sempre por participantes “anónimos” na discussão mediática.

O estudo que surge de seguida, da autoria de Alexandra Guedes Pinto, analisa manifestos políticos (de candidatos às eleições presidenciais portuguesas de 2016), procurando identificar e descrever como estes discursos codificam argumentativamente a questão dos refugiados que chegam à Europa. Com uma abordagem metodológica semelhante à do estudo anterior, conclui que os objetos de análise apresentam similitudes em termos genológicos, mas diversidade de estratégias discursivas, associadas aos diferentes *ethè* dos candidatos.

O terceiro estudo, de Moisés de Lemos Martins e Valéria Marcondes, direciona o seu foco para outra geografia, mas também para personagens que repetem narrativas de sofrimento e fuga: sob a referência teórico-metodológica da Semiótica Social, analisa uma reportagem publicada em 2019 pela revista brasileira *Veja*, sobre os venezuelanos que buscam refúgio no Brasil. Também estes investigadores identificam e descrevem estratégias de construção de dicotomias entre *nós* e *eles*, concluindo que a reportagem sob escrutínio veicula um discurso excludente do *outro*, reproduzidor de um discurso oficial hegemónico, reducionista, conservador e nacionalista.

No artigo seguinte, Célia Belim sublinha o facto de, nas sociedades modernas ocidentais, se viver numa “esfera persuasiva”, o que significa reconhecer o poder da palavra na *praxis* social. Convoca os conceitos aristotélicos de *ethos*, *pathos* e *logos* para analisar a retórica de campanhas de comunicação pública sobre refugiados e migrantes e conclui que, para o sucesso do exercício comunicativo nesse campo, há aspetos de credibilidade do enunciador que são fundamentais; há um forte recurso à dimensão afetiva; e são convocados recursos materiais e comprováveis.

Tal como outros investigadores que contribuem para a construção do presente volume, Isabel Margarida Duarte centra a sua análise em artigos jornalísticos (sete crónicas e reportagens extraídas do diário *Público* e da revista *Visão*) sobre refugiados e migrantes. Identifica e descreve mecanismos enunciativos geradores de empatia e que, através dessa patemização do discurso, procuram a aproximação entre autor e leitor, favorecendo a eficácia da argumentação. Assinala como estratégia fundamental de tal processo a figuração dos próprios migrantes/vítimas como enunciadores.

Por sua vez, Dora Santos-Silva e Débora Guerreiro analisam a cobertura que os média portugueses fazem de dois movimentos migratórios forçados, um de 2015, outro de 2019. Apoiando-se numa análise de conteúdo das notícias, estas investigadoras mostram de que modo a nossa representação dos refugiados decorre da própria narrativa dos média. Com efeito, os média não se limitam a dizer a realidade; também entram no processo da sua produção.

Isabel Reboredo Seara e Ana Lúcia Tinoco Cabral selecionam como objeto de análise um conjunto de comentários de utilizadores do Facebook, para analisar as estratégias empregadas no processo de desqualificação de migrantes refugiados em Portugal e no Brasil. Trata-se, assim, de um estudo sobre violência verbal em ambiente digital com destinatário específico, no qual as autoras identificam e descrevem as formas de materialização de tal violência.

Fernando Resende e Fábio Ferreira Agra, no estudo seguinte, abordam igualmente a construção das narrativas jornalísticas sobre os refugiados, recortando um *corpus* de

artigos da *Folha de São Paulo* (setembro a dezembro de 2015). Coincidem com outros contribuintes para o presente volume na consideração de que os refugiados são configurados como *outros*, por oposição aos europeus. Enfatizam que o jornalista é criador do real, através do seu discurso, que está longe de ser “neutro” e puramente referencial, mas que entra nos diversos jogos de poder que percorrem as sociedades contemporâneas.

Abordando um *corpus* parcialmente diferente, constituído por artigos de jornais portugueses e alemães, publicados entre 2011 e 2017, Rita Himmel e Maria Manuel Baptista realizam predominantemente uma análise de conteúdo para identificarem, na construção discursiva do seu objeto de análise, a mesma dicotomia *nós/eles* que outros investigadores reconhecem nos seus *corpora*. Contudo, enfatizam no seu caso a reflexão sobre o que define o *nós*, *europeus*, e sobre os valores culturais que nos definem.

O conjunto de artigos temáticos encerra com o estudo de Patricia Posch e Rosa Cabecinhas, que selecionam cinco episódios da primeira temporada da série jornalística televisiva *Portugal pelos Brasileiros*, exibida no Brasil pela Rede Globo de Televisão, no início de 2018. O quadro teórico-metodológico adotado é o da Semiótica Social e o objetivo é o de identificar as imagens que o discurso mediático constrói dos imigrantes brasileiros em Portugal. Segundo as autoras, essa imagem é segmentada e parcial, operando uma homogeneização e uma elitização do fenómeno migratório.

Como pode verificar-se, os artigos temáticos apresentam traços comuns marcados, tanto para analisar as estratégias empregadas do ponto de vista teórico-metodológico, como das conclusões que extraem das análises desenvolvidas. Não deixam, contudo, de apresentar algumas diferenças de foco e objeto de análise específico – e, em alguns casos, de aspetos específicos relacionados com o quadro teórico adotado. Ainda que tenham sido desenvolvidos autonomamente, cruzam-se na emergência de diversas evidências apontadas nas conclusões respetivas.

O presente volume inclui ainda dois textos desalinhados com o seu tema central, na secção *Varia*.

O primeiro deles, da autoria de Eduardo Barroso, Rui Estrada e Teresa Toldy, reflete sobre o poder da imagem e o uso que dela foi feito em três períodos históricos do século XX: o nazismo, o estalinismo e a contemporaneidade. Defendem os autores que, rivalizando com o poder da palavra, a imagem assume diferentes estatutos, se resultar de fotografia ou de pintura: enquanto a primeira pode ser e tem sido manipulada, com objetivos diversos, a segunda não pode ser apagada.

O segundo artigo da secção *Varia* tem como autor Vincenzo Susca e reflete sobre a dinâmica social associada ao espetáculo (à indústria cultural), ao seu valor como “mercadoria” e ao respetivo consumo, em particular a partir de segunda metade do século XX.

Finalmente, o volume apresenta duas *Leituras*: a de *Images of immigrants and refugees in Western Europe. Media representations, public opinion, and refugees' experiences*, por Fábio Ribeiro, e a de *Empire*, por Vítor Sousa.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

Este trabalho foi também financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com a referência UIDB/00317/2020.

REFERÊNCIAS

- Bakhtine, M. (1930/1981). La structure de l'énoncé. In T. Todorov, *Mikhail Bakhtine et le principe dialogique*, suivi de *Écrits du Cercle de Bakhtine* (pp. 287-316). Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.
- Fonseca, J. (1992). Ensino da língua materna como pedagogia dos discursos. In J. Fonseca, *Linguística e texto/discurso. Teoria, descrição, aplicação* (pp. 235-248). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Moisés de Lemos Martins é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É diretor da revista *Comunicação e Sociedade* e também da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (RLEC) e da revista *Vista*. Doutorou-se pela Universidade de Estrasburgo em Ciências Sociais (na especialidade de Sociologia), em 1984, tem publicado, no âmbito da Sociologia da Cultura, Semiótica Social, Sociologia da Comunicação, Semiótica Visual, Comunicação Intercultural, Estudos Lusófonos. Dirigiu durante dez anos o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (de 1996 a 2000, e de 2004 a 2010). Em 2016, a Universidade do Minho concedeu-lhe o Prémio do Mérito Científico. Destacam-se as seguintes obras: *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs* (2017, 2011); *A linguagem, a verdade e o poder. Ensaio de Semiótica Social* (2017, 2002); *O olho de Deus no discurso salazarista* (2016, 1990); *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. O caso das Ciências da Comunicação* (2017); *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (2015).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Email: moisesm@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Maria Aldina Marques é Professora Associada com Agregação do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos, do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Portugal. É investigadora do CEHUM, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, e as principais áreas de investigação são a análise

dos discursos, a pragmática e a argumentação. Tem orientado trabalhos de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento, e possui mais de uma centena de publicações nacionais e internacionais.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3263-1977>

Email: mamarques@ilch.uminho.pt


Morada: Instituto de Letras e Ciências Humanas. Universidade do Minho. Campus de Gualtar. 4710-057, Braga

Rui Ramos possui doutoramento em Linguística desde 2006 e é Professor Auxiliar no Instituto de Educação da Universidade do Minho. É membro integrado do Centro de Investigação em Estudos da Criança e membro colaborador do Centro de Estudos Humanísticos da sua universidade. É editor-adjunto da *REDIS – Revista de Estudos do Discurso* (Faculdade de Letras do Porto/Universidade de São Paulo). Publicou diversos livros, capítulos de livro e artigos em revistas na área da Linguística (análise do discurso) e do ensino da língua portuguesa. Tem experiência de cooperação e trabalho em contextos internacionais como o Brasil, Timor-Leste e a Guiné-Bissau. Detalhes do seu percurso académico podem ser encontrados em <https://www.cienciavita.pt/281E-FBCD-2E5A>.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8700-8301>

Email: rldamos@ie.uminho.pt

Morada: Universidade do Minho. Instituto de Educação. Campus de Gualtar. 4710-057 Braga

ARTIGOS TEMÁTICOS | *THEMATIC ARTICLES* 

DISCURSOS MIGRANTES: ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE NÓS E OS OUTROS EM DISCURSOS JORNALÍSTICOS DE OPINIÃO

Maria Aldina Marques

Centro de Estudos Humanísticos, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Portugal

Rui Ramos

Centro de Investigação em Estudos da Criança/Centro de Estudos Humanísticos,
Instituto de Educação, Universidade do Minho, Portugal

RESUMO

O presente estudo analisa o tratamento mediático do fluxo migratório em direção à Europa num período de intensa visibilidade da questão na imprensa nacional (setembro e outubro de 2015), num *corpus* de textos de opinião e títulos de outros textos jornalísticos de três publicações generalistas de referência no âmbito nacional. Recorre aos fundamentos teóricos e aos instrumentos metodológicos da análise do(s) discurso(s), tomada em sentido amplo (Adam, 2011; Berthoud & Mondada, 1995; Charaudeau, 1997; Moirand 1999, 2006; Rabatel & Chauvin-Vileno 2006, nomeadamente), para descrever e analisar a construção discursiva das imagens dos migrantes em contraste com as dos europeus, com saliência para a dêixis pessoal, as escolhas lexicais e os processos de modalização, marcados nos discursos. Conclui que o discurso dos média foi fundamental para a construção discursiva do acontecimento social protagonizado pela chegada massiva de refugiados e migrantes à Europa. Essa construção articula-se em torno de dois grupos, *nós* e *eles*. Na atividade de referência levada a cabo, ocorre um processo de categorização e recategorização que aponta para a construção de um grupo homogéneo, *eles*, os *outros*, em torno de diferentes designações, mas maioritariamente em torno da designação “refugiado”. Em contraste com tal homogeneidade, o grupo constituído por *nós*, os *europeus*, está fraturado por dissensos em torno de valores, frequentemente marcados em estruturas paralelísticas opostas. Os modos de referência, que convocam o conhecimento partilhado sobre a guerra, e a modalidade avaliativa enquadram o posicionamento dos locutores-enunciadores envolvidos na construção da opinião pública e conferem aos discursos uma vertente emocional forte.

PALAVRAS-CHAVE

migrantes; refugiados; média; dêixis; referência

MIGRANT SPEECHES: STRATEGIES FOR REPRESENTING US AND THEM IN OPINION JOURNALISTIC DISCOURSE

ABSTRACT

This study analyses the press coverage of the migratory flow towards Europe in a period of intense visibility of this issue in the Portuguese press (September and October 2015), in a *corpus* of opinion texts and titles of other journalistic texts from three generalist reference publications at the national level. It draws on theoretical assumptions and methodological tools of discourse analysis, taken in a broad sense (Adam, 2011; Berthoud & Mondada, 1995; Charaudeau, 1997; Moirand 1999, 2006; Rabatel & Chauvin-Vileno 2006, nomeadamente), to describe and analyse

the discursive construction of images of migrants in contrast to those of Europeans, with emphasis on the personal deixis, lexical choices and modalization processes marked in discourses. It concludes that the media discourse was fundamental in the discursive construction of the social event led by the massive arrival of refugees and migrants in Europe. This construction is structured around two groups, *us* and *them*. In the referenciation activity carried out, there is a process of categorization and recategorization that points to the construction of a homogeneous group, *they*, *the others*, around different designations, but mostly around the designation “refugee”. In contrast to such homogeneity, the group formed by *us*, *the Europeans*, is fractured by disagreements about values, often marked in oppositional parallel structures. The ways in which discursive referenciation is constructed, which call for shared knowledge about the war, and the evaluative modality frame the position of the locutors-enunciators involved in the construction of public opinion and give the speeches a strong emotional feature.

KEYWORDS

migrants; refugees; media; deixis; referenciation

INTRODUÇÃO

A Europa está confrontada, e tem-se confrontado também, com o fenómeno social maior dos refugiados. É na imprensa que se apresentam e representam ecos da reacção social e se propõem e confrontam imagens e identidades de *nós*, europeus, e dos *outros*, os “clandestinos, depois migrantes, exilados e, só por fim refugiados”, como refere Rui Cardoso (2015, p. 29).

O discurso dos média é, por consequência, fundamental para a construção e difusão de representações sobre o mundo, sobre eventos que marcam a(s) sociedade(s). Porém os média não retratam a realidade, antes a criam ativamente (Charaudeau, 1997).

Reconhecendo tal predomínio, poderá mesmo afirmar-se que os média desempenham um papel social mais poderoso do que outras instituições no agendamento da vida social. Nash (2005, p. 18) atribui-lhes mesmo uma influência superior à de outras instituições tradicionais como o sistema familiar, religioso ou mesmo educativo.

Em particular, no quadro da atividade discursiva que releva de um género jornalístico específico, o artigo de opinião, destaca-se o papel dos *opinion makers* ou fazedores da opinião pública. Tomámos de van Dijk (2005, p. 37) a afirmação dessa centralidade dos média na sociedade atual, a par, como refere, de outros grupos de elite, como os políticos, os empresários ou os professores. O poder mediático é um poder “discursivo e simbólico” que influencia o cidadão anónimo, mas também as elites.

Assumindo este relevo dos média também na sociedade portuguesa, pretendemos analisar o modo como as imagens dos migrantes/refugiados e dos europeus, atores em situações complexas com interesses nem sempre convergentes, são construídas, nos discursos de opinião veiculados pela imprensa de grande circulação. É uma questão fundamental para a elucidação da representação discursiva do *fluxo migrante* para a Europa, “o ser humano em trânsito” (Nolasco, 2015, p. 47), que marcou a atualidade jornalística portuguesa ao longo de 2015 e 2016 e tem mantido, desde então, uma presença latente, ainda que menos ostensiva.

O *objetivo* nuclear do estudo é, assim, identificar, em textos de opinião publicados em jornais portugueses durante um período intenso de mediatização da situação (setembro e outubro de 2015), a construção discursiva das imagens dos migrantes em contraste com a Europa, de que os articulistas fazem parte; está, assim, em debate, na comunicação social, a construção de *nós e os outros*, identidades grupais heterogêneas, diversamente representadas e valorizadas. O distanciamento temporal que caracteriza a análise permite-lhe uma objetividade acrescida.

Em particular, pretende-se identificar e analisar os modos de construção no discurso do movimento migratório para a Europa, dos *refugiados*, representados como *eles, os outros* (e os respetivos contextos de ocorrência); a construção discursiva dos *européus*, como *nós* (com as várias realidades que se confrontam e se aliam); a construção da relação discursiva estabelecida entre *nós e eles*.

Na análise destes processos de referenciação discursiva dos “migrantes” e do mundo ocidental, daremos especial atenção a mecanismos linguístico-discursivos diversos, mas com saliência para a dêixis pessoal e as escolhas lexicais efetuadas pelos diferentes locutores.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

No contexto português, é possível rastrear já um conjunto significativo de investigações recentes que anunciam estudar questões discursivas articulando migrantes e média (por exemplo, Abdo, Cabecinhas & Brites, 2019; Almeida, 2017; Barbosa, 2012; Costa, 2010; Macedo & Cabecinhas, 2012; Oliveira, 2011; Santos, 2016; Silva, 2017). Mas, se vários associam e analisam os temas média e migrantes, alguns com foco particular nas minorias étnicas ou na problemática das mulheres neste contexto (Cádima & Figueiredo, 2003; Carvalho, 2007; Ferin & Santos, 2008; Galante, 2010; Santos, 2007; Silvestre, 2011; Togni, 2008), é de salientar que tais estudos se inscrevem sobretudo nos campos das Ciências da Comunicação e da Etnologia, em detrimento de abordagens feitas a partir das Ciências da Linguagem. Aparentemente, o assunto não tem sido adotado como objeto de análise por especialistas da área. Com efeito, os estudos acima identificados desenvolvem sobretudo análises de conteúdo, de teor quantitativo, complementadas com alguma abordagem qualitativa; nenhum deles se inscreve no quadro teórico-metodológico da análise dos discursos¹. Ora, como refere van Dijk (2005), acreditamos que é importante, para a compreensão deste fenómeno social, uma análise da língua em uso, isto é, em contexto, com atenção às estratégias discursivas e estruturas complexas que configuram os textos² jornalísticos selecionados, e que vá além da abordagem das peças jornalísticas tomadas como mensagens linguisticamente transparentes segundo uma análise de conteúdo centrada unicamente em métodos quantitativos.

No quadro de uma abordagem discursiva-enunciativa aqui adotada, os discursos são considerados como práticas linguísticas sociais (Bakhtine, 1984), pelo que a

¹ Ainda que vários estudos referidos reclamem a utilização de “técnicas proporcionadas pela análise crítica do discurso” (Silvestre 2011, p. V) para cumprirem os procedimentos de análise qualitativa.

² Usaremos aqui *texto e discurso* na perspetiva proposta por Adam (2011).

atenção à sua construção social, cultural, contextual e linguística determina a presente análise. Para a análise da construção dos objetos de discurso que selecionámos³, tomamos como autores fundamentais, entre outros, Berthoud e Mondada (1995), Cavalcante (2003, 2012), Koch e Cortez (2015), Marchuschi (2006), Moirand (2016), Moirand e Reboul-Touré (2015), Mondada e Dubois (1995), Mondada (2001), Rabatel e Chauvin-Vileno (2006). Destacando a capacidade referencial da língua, a teoria da referenciação por eles desenvolvida inter-relaciona enunciação e referência, no seguimento, aliás das propostas de Benveniste (1970). Berthoud e Mondada (1995, p. 206) retomam esta questão quando afirmam que

cada palavra estabelece, no momento em que é enunciada, o universo a que se reporta; propõe objetos de discurso, que lhe não são pré-existentes, mas que emergem no ato de enunciação e se transformam à medida que este decorre ou que outros se encadeiam com ele.

A referenciação é indissociável da posição enunciativa do locutor e, por conseguinte, da responsabilidade enunciativa que lhe é inerente (Marques, 2018)⁴.

As escolhas operadas pelo locutor, no processo de referenciação, nomeadamente ao nível do léxico, para categorizar e recategorizar os objetos de discurso contribuem, de modo decisivo, para a construção de crenças culturais compartilhadas, nas palavras de Nash (2005).

Para a análise a realizar, foram selecionados, da imprensa escrita, textos de opinião – artigos de opinião e editoriais – e títulos de outras peças jornalísticas, divulgados em três publicações generalistas de referência de âmbito nacional: a revista semanal *Visão*, o jornal diário *Público* e o semanário *Expresso*, tomados como representativos do “poder global dos meios de comunicação” (van Dijk 2005, p. 37) na sociedade portuguesa. Estes dados são relativos aos meses de setembro e outubro de 2015, um período de particular intensidade na produção de notícias sobre os refugiados que chegam à Europa. Os números assustadores de mortos por afogamento e a imagem inesperada e chocante de uma criança morta, numa praia de embarque clandestino na Turquia, no início de setembro de 2015, avivaram, por efeitos emocionais, a importância mediática do problema.

O processo de seleção dos dados passou pela identificação de todas as ocorrências dos lexemas *refugiado*, *migrante* e *imigrante* em artigos de opinião e editoriais. Para ligar estas ocorrências aos textos jornalísticos de informação, os mesmos vocábulos foram recolhidos nos títulos e subtítulos das notícias, com destaque para a ocorrência na primeira página dos periódicos.

³ Trata-se de “propor uma forma de construir e de estruturar discursivamente um mundo num espaço intersubjetivo” (Berthout & Mondada, 1995, p. 206).

⁴ “É a responsabilidade enunciativa inerente ao facto de o locutor estar na origem da enunciação, do discurso em que participa, enquanto lhe cabem as escolhas e estratégias discursivas, no quadro obviamente regulador do género, dos interlocutores, dos objetivos e do espaço institucional em que se integra. Cabe-lhe (...) gerir o discurso. Nomeadamente, cabe-lhe estruturar o discurso, e determinar que vozes convocar, assim como o lugar e modo de as fazer ouvir. Cabe-lhe ainda, na importante função de referenciação, a escolha do léxico para designar os objetos do discurso” (Marques, 2013, pp. 147-148).

O léxico interessa-nos enquanto parte da unidade global que é o discurso. Por isso, a atenção ao contexto das ocorrências é necessária, a fim de evidenciar a construção destes objetos discursivos.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DOS OUTROS: “ELES, OS REFUGIADOS, MIGRANTES...”

ENQUADRAMENTO POLÍTICO-SOCIAL

Com visibilidade diária, a questão dos refugiados em fuga para a Europa manteve-se na agenda mediática ao longo dos meses em análise – setembro e outubro de 2015. Tal permanência evidencia a importância e o impacto que assumiu na sociedade portuguesa. De facto, deve ter-se em conta que este tema coexistiu com uma agenda política portuguesa muito relevante em termos sociais e mediáticos, com o final da campanha eleitoral para o parlamento português e as respetivas eleições, com a crise política pós-eleitoral (formação do governo, sua queda, formação de novo governo apoiado, pela primeira vez na história da democracia portuguesa, por uma aliança parlamentar dos partidos da esquerda), com o fim de mandato presidencial e o início de nova campanha eleitoral para a Presidência da República. As atenções e as preocupações sociais centraram-se em questões internas, sobretudo económicas, no final de um período de apoio financeiro externo e de um duríssimo retrocesso no rendimento das famílias portuguesas, com uma austeridade que gerou imensos problemas nos indivíduos, nas empresas e no Estado. Estavam reunidas condições mais do que suficientes para que a problemática dos migrantes/refugiados fosse rapidamente empurrada para os espaços marginais relativamente à centralidade dos artigos que tratavam das lutas políticas internas e das preocupações profissionais e pessoais dos portugueses. Ainda assim, ao longo do período em análise, a questão dos refugiados que chegavam à Europa recebeu um tratamento mediático permanente e destacado (em títulos de primeira página, acompanhados de fotografias, destaques, artigos de opinião e espaços de publicação individualizados).

ENQUADRAMENTO MEDIÁTICO

Houve, em termos de cobertura mediática, um evento que suscitou um pico de interesse público sobre a questão dos refugiados: a publicação, nas redes sociais e nos média, da fotografia de uma criança, Aylan⁵, de três anos, afogada e arremessada pelo mar a uma praia turca. A visão dessa criança chocou a opinião pública e gerou uma intensificação de toda a cobertura mediática, que se refletiu em múltiplos artigos, de diferentes tipos⁶.

A mediatização da questão dos refugiados teve a participação de múltiplos atores sociais (nomeadamente, jornalistas, comentadores, políticos, ativistas dos diretos

⁵ Aylan ou Alan – o primeiro é o nome em turco, o segundo é em curdo.

⁶ Na sua edição de 03 de setembro, o *Público* publicou a fotografia de Aylan em primeira página, tendo sentido necessidade de justificar o facto no seu editorial da página 44, dada a polémica gerada pela sua divulgação mediática. Na página quatro, o jornal publicou outra fotografia da criança, a ser transportada por um agente policial. Um título de primeira página (“Por que publicamos esta fotografia”) remete para um editorial onde tal justificação é apresentada. O *Expresso* retomará a primeira imagem num *cartoon* em primeira página na sua edição de 12 de setembro.

humanos, professores universitários). Pode afirmar-se que se produziu sobre o tema um discurso heterogéneo, em termos de tipologia discursiva e de agentes produtores.

No que respeita aos autores de artigos de opinião e editoriais⁷, os quadros seguintes permitem identificar as vozes que se manifestaram nas publicações em análise.

NOME	PERFIL	ARTIGOS
Acácio Pereira	Presidente do Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	1
Álvaro Vasconcelos	Investigador	2
Carlos Coelho	Deputado do PSD ao Parlamento Europeu	1
Carlos Nolasco	Sociólogo	1
Cláudia Semedo	Embaixadora do Ano Europeu para o Desenvolvimento em Portugal	1
Domingos Lopes	Advogado	1
Ester Mucznik	Especialista em assuntos judaicos	1
Frei Bento Domingues	O.P. (Ordem dos pregadores)	3
Guilherme d'Oliveira Martins	Presidente do Centro Nacional de Cultura	1
Gustavo Cardoso	Sociólogo	1
João Ferreira da Cruz	Economista	1
João Miguel Tavares	Jornalista	2
José Manuel Diogo	Especialista em informação e comunicação	1
Manuela Niza Ribeiro	Presidente do Sindicato dos Funcionários do SEF e professora universitária	2
Maria João Rodrigues	Vice-presidente dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu	1
Paul Schmidt	Embaixador do Grão-Ducado do Luxemburgo em Portugal	1
Paulo Mendes Pinto	Professor universitário	1
Paulo Rangel	Eurodeputado (PSD)	1
Pedro Góis	Professor universitário e investigador	1
Raquel Varela	Historiadora	1
Ricardo Cabral	Economista, professor universitário	1
Rui Zink	Escritor	1

⁷ No *Público* e no *Expresso*, os editoriais não são assinados e, por isso, não foram considerados nos quadros abaixo.

Sigmar Gabriel e Frank-Walter Steinmeier	Ministro da Economia da Alemanha; ministro das Relações Externas da Alemanha	1
Teresa Sousa	Jornalista	2
Vasco Pulido Valente	Comentador	1

Tabela 1: Artigos de opinião do *Público*

NOME	PERFIL	ARTIGOS
Augusto Küttner	Cidadão	1
Carlos Coelho	Eurodeputado	1
Daniel Oliveira	Comentador regular	1
David Owen	Jornalista internacional	1
Diogo Oliveira	Cidadão	1
Elisabete de Oliveira	Cidadã	1
Elisabeth de Oliveira	Cidadã	1
Fernando Carneiro	Cidadão	1
Henrique Raposo	Comentador regular	2
Maria de Belém Roseira	Candidata presidencial	1
Mário Jesus	Cidadão	1
Martim Avillez Figueiredo	Comentador regular	1
Miguel Monjardino	Comentador regular	3
Miguel Sousa Tavares	Comentador regular	1
Rui Cardoso	Jornalista	1

Tabela 2: Artigos de opinião do *Expresso*

NOME	PERFIL	ARTIGOS
Augusto Küttner de Magalhães	Cidadão	1
João Garcia	Diretor	1

Klára Breuer	Embaixadora da Hungria em Lisboa	1
Mafalda Anjos	Diretora-adjunta	1
Maria da Silva Jesus	Cidadã	1
Pedro Camacho	Comentador regular	1
Pedro Norton	Comentador regular	2
Thomas Piketty	Académico francês	1
Vítor Ângelo	Comentador regular	3

Tabela 3: Artigos de opinião e editoriais da *Visão*

Estes quadros dão conta de uma intensa atividade discursiva envolvendo um leque alargado de indivíduos, entre colaboradores regulares com função de comentar a realidade nacional e internacional, jornalistas e políticos, mas também cidadãos anónimos a quem a direção dos periódicos decide dar visibilidade, publicando as suas “cartas ao diretor” na secção respetiva.

Dois tipos de organização temática sobressaem: a par de um enquadramento em questões gerais geopolíticas, históricas e culturais, há, por vezes, um enquadramento a partir de casos particulares e pessoais do *opinion-maker*, em narrativas de experiência de vida, que servem de ponto de partida para generalizações posteriores.

É de assinalar que, como veremos, os média portugueses assumem claramente uma posição favorável ao acolhimento de refugiados, identificável pela modalidade⁸ avaliativa que os textos mostram, mas dão igualmente alguma visibilidade aos defensores da rejeição. Para Portugal, estas posições de rejeição de refugiados manifestam-se somente nas cartas ao diretor, pela voz de cidadãos comuns “anónimos” (em termos de notoriedade social, apenas, porque é indicada a autoria das cartas). As rejeições em termos de posições assumidas no espaço europeu são sobretudo veiculadas nos artigos informativos e nos títulos. Colocamos como hipótese explicativa que esta atitude, identificada nas três publicações em análise, se poderá dever ao facto de os *opinion-makers* assumirem uma atitude de “responsabilidade”, no sentido em que dela fala Moirand (2006), ou seja, marcada pela ética e pela moral. São incapazes de rejeitar ou propor a rejeição de pessoas que lutam pela sua sobrevivência, fugindo a um cenário de guerra, relativamente ao qual estão numa posição de vítimas indefesas. Só os comentadores menos empenhados socialmente, os tais cidadãos anónimos que resolvem escrever “cartas ao diretor”, manifestam uma posição contracorrente e menos comprometida com a ética. Contudo, o jornal decide dar-lhes voz, em respeito pelo exercício da liberdade de expressão.

⁸ Sobre a discussão teórica em torno dos conceitos de modalização, modalidade e modalizador, ver kerbrat-Orecchioni (1980), Monte (2011) e Vion (2004), entre outros.

CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO – REFUGIADO, MIGRANTE, IMIGRANTE/ELES QUANTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

A recolha das ocorrências dos itens lexicais em análise, *refugiado*, *migrante* ou *imigrante* (referindo-se a indivíduos oriundos do Médio Oriente ou de África que se deslocam para a Europa) em textos de opinião, que guiou a análise, mostra os resultados apresentados na tabela seguinte.

JORNAIS	EDIÇÕES (TOTAL)	EDIÇÕES (COM OS ITENS LEXICAIS EM ANÁLISE)	EDIÇÕES (DATA)
<i>Público</i>	61	46	Setembro: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 Outubro: 1, 2, 4, 5, 8, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 27, 29
<i>Expresso</i>	9	7	Setembro: 5, 12, 19, 26 Outubro: 2, 10, 31
<i>Visão</i>	9	8	Setembro: 3, 10, 17 Outubro: 1, 8, 15, 22, 29

Tabela 4: Quantificação de ocorrências

Ou seja, no período em estudo, e considerando apenas o jornal *Público*, 75,4% dos exemplares contêm artigos de opinião onde ocorrem as palavras *refugiado*, *migrante* ou *imigrante*. No que concerne ao semanário *Expresso*, a percentagem é de 77,7% para os mesmos vocábulos. Na *Visão*, por sua vez, a percentagem é de 88,8%.

Finalmente, considerando os dois meses em análise, é quase obsessiva a presença do tema no *Público* durante o mês de setembro, com ocorrências dos três itens lexicais em textos de opinião, em todas as edições ao longo do mês. No mês de outubro, a incidência diminui, mas, ainda assim, há ocorrências a registar em mais de metade das edições.

Nas duas outras publicações, a incidência é igualmente muito alta, em quase todas as edições do período analisado. Acresce que, sobretudo nos semanários *Expresso* e *Visão*, as edições contêm, em diversos casos, vários artigos de opinião que versam sobre a temática em causa.

Assim, estes vocábulos funcionarão como designações de indivíduos ou grupos concretos mas também como *mots-événements* (Moirand 2006), ou seja, expressões que evocam determinados acontecimentos ou *frames*, apelando à memória interdiscursiva do leitor.

A CATEGORIZAÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO COMO “REFUGIADO”

A procura da designação adequada dos objetos de discurso é uma das dimensões do processo de referenciação. Os próprios jornalistas e outros comentadores fazem sobressair essa importância.

A análise dos artigos selecionados mostra que a designação “refugiado” é claramente a mais frequente, face às várias opções que ocorrem para designar estes “seres

humanos em trânsito”. De acordo com a frequência de ocorrências, o termo teve a capacidade de se impor face aos restantes termos que coocorrem para designar o mesmo objeto de discurso⁹.

Mas outros itens lexicais ou construções evocam igualmente a realidade dos refugiados. Entre estes, contam-se, por exemplo, termos como “deslocado”, “requerente de asilo”, “exilado”, “clandestino” ou “fugitivo”, todos, no entanto, com muito menos ocorrências, mas escolhas fundamentais para a categorização do referente discursivo. Em alguns casos, a combinação “refugiados e migrantes”, provavelmente por ser esta a fórmula recomendada pelo ACNUR – a agência das Nações Unidas para os refugiados –, amalgama diferentes objetos de discurso numa mesma designação composta, um processo divergente do ponto de vista das entidades governamentais, nomeadamente¹⁰.

A opção por “refugiados” seleciona a guerra como *tópico* enquadrador (com o cortejo de refugiados que esta provoca, associada, ainda, às memórias dolorosas da II Guerra Mundial) em detrimento do *tópico* da crise económica (geradora de movimentos de migrantes em busca de melhores condições de vida). A valorização social da guerra como situação de perigo extremo manifesta e cria um ambiente mais favorável para a imagem dos indivíduos do que o faria um quadro de problemas económicos, por ser uma estratégia mais produtiva na geração do *pathos* necessário a um movimento de compaixão e aceitação, que os diversos artigos de opinião visam.

Ao longo de todos os artigos analisados, a expressão referencial usada dispensa especificações e, por isso, é sempre referida como “os refugiados” (com determinante definido) ou só “refugiados” (com determinante zero). Isto é, dada a saliência contextual do objeto, nenhum autor mostra sentir necessidade de especificar que são os refugiados que chegam à Europa oriundos do médio oriente ou de África. Em alguns casos, é acrescentado um adjetivo, como no sintagma nominal “os refugiados sírios”, estabelecendo distinções discretas e pontuais na mole humana que a expressão designa, mas não sem consequências ao nível dos sentidos do discurso. A adjetivação distingue os refugiados prototípicos, dá-lhes saliência no drama em curso.

Para o uso do determinante definido ou de determinante zero podem ser arroladas duas explicações complementares. Por um lado, os textos analisados são artigos de opinião, discursos dialógicos que entram em relação com outros textos presentes na mesma edição do periódico, que evocam, reproduzem, comentam, e dos quais se aproximam ou distanciam, mas para os quais remetem, numa cadeia anfórica construída no espaço físico do jornal. Assim, os textos de teor informativo, primeiros no espaço físico

⁹ Sublinhe-se que estas designações conhecem uma visibilidade e uma permanência no discurso mediático superiores àquelas que a análise dos textos de opinião pode sugerir, visto que há ocorrências numerosas também em artigos pertencentes a outros géneros jornalísticos. A título de exemplo, pode referir-se que, no semanário *Expresso*, das nove edições analisadas, seis apresentam o vocábulo “refugiado” nas respetivas primeiras páginas e, nos artigos de informação, de enunciação objetivizada (Moirand, 1999), contam-se 206 ocorrências em corpo de texto e 13 em título.

¹⁰ O vocábulo “migrante” funciona ora como hiperónimo ora como co-hipónimo de “refugiado”, como em: “o nosso olhar sobre o fluxo migratório mudou através da percepção de que ele é, em grande medida, oriundo da Síria devastada pelo estado islâmico. As imagens televisivas da longa marcha dos *migrantes*, primeiro pelo mar e depois em terra, fazem com que os habitantes da Europa tenham de tomar uma posição individual sobre se são ou não contra receber estes refugiados” (*Público*, 12/09/2015, p. 12).

do jornal, dão espaço à relevância da categorização do referente como “refugiado”, relativamente à qual se estabelecem relações de correferência nos textos de opinião.

Por outro lado, os textos de opinião remetem para um interdiscurso mediático que circula na esfera pública (Moirand, 1999, 2006), mesmo que não esteja pontualmente presente na mesma edição do periódico. Abordar o tópico dos refugiados, no momento em causa e no espaço público nacional, dispensou esclarecimentos adicionais sobre o objeto de discurso, tal era a presença e a capacidade de imposição social da questão evocada.

CATEGORIZAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO

O uso de quantificadores¹¹ com valor superlativante está, de igual modo, ao serviço da criação de dramatismo, uma estratégia para atrair o leitor e manter o seu interesse, surpreendendo-o e emocionando-o. É frequente que os acontecimentos ou os estados de coisas associados aos refugiados sejam, assim, modificados através do uso de quantificadores. Estes podem ser divididos em dois grupos.

No primeiro grupo encontram-se as quantificações exatas. Estas ocorrem frequentemente nos artigos de opinião analisados, apontando para realidades extremas, mesmo que não seja fácil aos leitores ter uma imagem precisa do que elas significam.

Assinale-se que, dadas as determinações do género, não é expectável que os artigos de opinião usem estas estratégias. Ao contrário, seria mais expectável que fossem os artigos de cariz informativo a apresentar tais quantificações. Os artigos de opinião, de reflexão sobre a realidade evocada nos primeiros, privilegiariam outras vertentes. Não obstante, é frequente o recurso a tais procedimentos, que, na verdade, criam um dramatismo, que percorre todos os artigos, decorrente da grandeza dos números, como se evidencia nos exemplos seguintes:

a ONU calcula que desde janeiro tenham atravessado o Mediterrâneo *380 mil pessoas*, das quais *três mil* morreram ou desapareceram. Duas novas frentes se abriram nas últimas semanas: a ilha grega de Lesbos, com *20 mil refugiados* vindos da costa turca (equivalentes a *um quarto da população local*), e a fronteira da Hungria com a Sérvia, donde *20 mil pessoas* (*metade das quais* chegadas nos últimos três meses) foram levadas no fim de semana. (*Expresso*, 12/09/2015, p. 29)¹²

Espera-se que cheguem à Alemanha *entre 800 mil e 1,5 milhões de refugiados este ano*, levando ao limite a máquina administrativa alemã. Só para integrar as crianças na escola, por exemplo, serão necessários *mais cerca de 25 mil professores*, estimam associações citadas pelo *Economist*. (*Visão*, 29/10/2015, p. 29)

¹¹ Também Moirand (2016, p. 1027) identifica no discurso da imprensa (francesa, no caso) “expressões de quantidade” relevantes para a configuração do tópico dos migrantes.

¹² Neste exemplo, como nos que se seguem, o itálico é nosso.

Juncker propõe redistribuição de mais 120 mil refugiados pela EU. (*Público*, 04/09/2015, p. 2)

No segundo grupo de quantificadores, incluem-se as expressões que evocam quantidades aproximadas. Também estas expressões, categorizadoras (e recategorizadoras) do objeto de discurso em construção, tal como as quantificações exatas, se encontram ao serviço da superlativização do evento, a partir da explicitação recorrente da quantidade, extrema e avassaladora, talvez mesmo incontrolável, na perspetiva do locutor/enunciador (L/E): *vaga*, *fluxo*, *onda*, *maré*, êxodo, leva, explosão, milhões de encontram-se entre os mais salientes, como ilustram os exemplos abaixo:

essas *levas humanas* fogem à miséria, à fome, para acalantar a esperança de poderem continuar a viver. (*Público*, 14/09/2015, p. 47)

Alheios a estes jogos de poder estão *milhões de seres humanos* que lutam por sobreviver e procuram uma saída dos palcos de guerra, que não entendem nem procuram entender. (*Público*, 04/09/2015, p. 53)

Gerir o *fluxo maciço e inesperado dos refugiados* que fogem da guerra e ajudar as pessoas que perderam tudo é um enorme desafio. (*Público*, 13/10/2015, p. 47)

As alternativas seriam a continuação das vidas destroçadas, da morte, da desestabilização da região, dos êxodos e a expansão do terror, da barbárie e dos crimes contra a Humanidade e o património histórico. (*Visão*, 17/09/2015, p. 74)

Refiro-me à *explosão migratória*, aos corredores da desgraça humana que rasgam o Mediterrâneo e combinam esperança e desespero, tráfico e violências, naufrágios e imagens de crianças a caminhar ao longo das vias férreas. (*Visão*, 03/09/2015, p. 77)

A última semana permitiu mudar o rumo da discussão sobre a *vaga de refugiados e migrantes* que chegam à União Europeia. (*Expresso*, 12/09/2015, p. 8)

As *ondas de refugiados* que batem desesperados às portas da Europa, fugindo da guerra e da barbárie instaladas nos seus países de origem, está a interpelar-nos de forma brutal. (*Expresso*, 19/09/2015, p. 35)

Estas expressões que quantificam, de modo superlativo e metafórico, os objetos de discurso não traçam cenários eufóricos. Pelo contrário, colaboram na criação de cenários fortemente disfóricos, no que são auxiliadas por outras expressões referenciais que as enquadram, ao serviço da criação de um discurso dramático, emocionado e patémico

(“corredores da desgraça humana que rasgam o Mediterrâneo”; “batem desesperados às portas da Europa”).

Como foi referido acima, a guerra é o quadro social enquadrador do movimento migratório sempre referido no discurso por expressões disfóricas. Mesmo sem procedermos a uma quantificação exata das ocorrências, é perceptível que, transversais às três publicações, as expressões “crise dos refugiados” e “drama dos refugiados” se impõem. Não exaustivamente, elencamos, abaixo, para os artigos de opinião do *Público*, oito expressões que podemos considerar em relação de sinonímia textual e respetivas ocorrências:

1. “a tragédia de dezenas de refugiados” (seis ocorrências);
2. “a crise dos refugiados” (28 oc.);
3. “o problema dos refugiados” (duas oc.);
4. “o drama dos refugiados” (nove oc.);
5. “caos humanitário” (uma oc.);
6. “questão dos refugiados” (quatro oc.);
7. “drama humano” (uma oc.);
8. “tragédia quotidiana” (uma oc.).

No caso do *Expresso*, pode apontar-se, igualmente a título exemplificativo, o emprego de outras expressões disfóricas semelhantes:

1. “inferno” (cinco oc.);
2. “tragédia humanitária”/“tragédia humana” (duas oc.).

Finalmente, no caso da *Visão*, o panorama mantém-se:

1. “tormenta” (uma oc.);
2. “barbárie” (uma oc.);
3. “inqualificável drama” (uma oc.).

Fica, desta forma, igualmente marcada a modalização (Kerbrat-Orecchioni, 1980; Monte, 2011; Vion, 2005) operada pelo enunciador, que encontra na dramatização uma estratégia de atratividade para o seu texto, enquanto constrói para si uma imagem de indivíduo sensível e humano.

Como é característico de algum discurso mediático, a metaforização do real discursivizado associa-se à espetacularização dos estados de coisas, para chocar, para atrair o leitor, para emocionar.

CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO “OS EUROPEUS” – NÓS

CONSTRUÇÃO DE DICOTOMIAS CONTRASTANTES: NÓS E ELES

Os textos jornalísticos operam frequentemente um tratamento dicotómico entre *eles*, os refugiados, e *nós*, os europeus, desenhando diferentes perfis, ações e responsabilidades para uns e outros.

A questão da referenciação dos refugiados como *eles*, como os *diferentes* ou *estranheiros/estranhos* é abordada nos jornais. Em vários momentos, em processos mais ou

menos discretos de modalização, os textos de opinião representam os refugiados no seu percurso de fuga, os perigos e riscos que experimentam, o sofrimento que suportam, as suas expectativas e esperanças, nomeadamente. Raramente são feitas críticas ou são construídos quadros nos quais *eles* assumam papéis negativamente conotados. Intencionalmente ou não, há neste processo de mostrar o *outro* uma dimensão de humanização e, portanto, de aproximação afetiva, que se orienta para a defesa do acolhimento dos refugiados, marcada em processos linguístico-pragmáticos disfóricos de substantivação, adjetivação e de metaforização:

não são imigrantes (ou migrantes como é mais simples chamá-los) pois que não escolhem partir dos seus países, mas sim deslocados, *empurrados por guerras* que o Ocidente, na generalidade, e a Europa, por completa omissão, alimentaram. (*Público*, 04/09/2015, p. 53)

Os refugiados políticos da Síria, *fugidos do horror e da barbárie*, são mais importantes do que as ruínas romanas de Palmira destruídas pelos mesmos monstros sob forma humana (...). Indo ao concreto, que é aquilo que interessa a estes *deserdados da terra*. (*Expresso*, 05/09/2015, p. 7)

Os refugiados não são como as sardinhas (...) Ana Macedo mostrava-se incomodada por os refugiados terem passado, também eles, a serem tratados como números. *Com o destino desenhado em folhas de Excel*.

O que mais se ouve são discussões sobre quotas, tudo se resume a quotas. De sardinhas, de leite... de refugiados. (*Visão*, 10/09/2015, p. 16)

Há uma homogeneização do grupo na preferência pela designação de “refugiados”, ao contrário das entidades governamentais, que insistem na distinção entre refugiados e migrantes, com consequências perlocutórias importantes.

Por oposição, “os europeus”, o grupo em que o locutor se integra e é, por isso, referido como *nós*, são configurados no outro lado da barricada, ou da fronteira, ou do muro, num mundo de abundância e paz, atrativo para os *outros*. Pese embora a função *in-group* do pronome *nós*, há um distanciamento explícito, mediado por um juízo avaliativo negativo, dos diversos locutores/enunciadores relativamente ao que consideram ser a existência de uma atitude atávica ou defensiva, quando não hipócrita, que não é eticamente aceitável:

a *nossa* segurança, a *nossa* economia, a *nossa* demografia, a *nossa* democracia, a *nossa* cultura estão a ser desafiadas pelas *nossas* respostas a esta *crise humanitária*. (*Público*, 02/09/2015, p. 46)

Aylan morreu vestido com doçura, na posição semifetal, em que vimos os *nossos* filhos adormecer tranquilizados. E *nós* chorámos todos. (*Público*, 11/09/2015, p. 48)

Hoje *discutimos*, e *discutimos*, e *discutimos*, e *voltamos* a discutir a divisão de 120.000 de refugiados pelos quatro cantos de uma *Europa que se fez tão rica quanto egoísta e xenófoba*. (*Visão*, 01/10/2015, p. 46)

A CONSTRUÇÃO DE DIFERENTES “EUROPAS”

De facto, a Europa não é configurada como um todo uniforme, pois a reação à chegada dos refugiados é diferente em diferentes países. Esta foi e é uma questão polémica, que dividiu e divide, por razões variadas, a Europa, ou melhor, a União Europeia. As palavras *dividir*, *divisão*, *dividida*, associadas à Europa, ocorrem com alguma insistência ao longo do *corpus*, como nos exemplos seguintes:

a *divisão europeia* sobre os refugiados vê-se nos milhares que saíram à rua. (*Público*, 13/09/2015, p. 32)

Os *europeus*, incapazes sequer de lidar com a crise dos refugiados, correm o risco de se *dividir* caso não haja uma liderança americana. (*Público*, 02/10/2015, p. 29)

Primeiro, recuperar a unidade e a confiança entre os estados membros. (...) Donald Tusk sabe que as *divisões* podem pôr em causa Schengen e comprometer a *cooperação europeia*. (*Visão*, 15/10/2015, p. 82)

Áustria ameaça fechar mais uma fronteira da *dividida Europa*

A UE *divide-se* perigosamente. Há cada vez mais muros e agressões verbais – neste cenário de países solidários e países duros, continua a não haver solução. (*Público*, 29/10/2015, p. 2)

A incidência na divisão europeia, repetidamente afirmada, põe em evidência a criação de dois blocos geográficos, mas também civilizacionais:

isso é partir a Europa e dar argumentos a países como a Hungria, a República Checa, a Eslováquia e a Polónia (...). A Hungria, que levantou uma vedação de arame farpado na sua fronteira com a Sérvia, ameaça utilizar o exército para manter à distância os refugiados. (*Visão*, 03/09/2015, p. 35)

A União Europeia está lentamente a *dividir-se em dois blocos*, *Europa Ocidental e a Europa Oriental* (...). Sim, a União Europeia está cada vez mais parecida com o Império Romano *dividido* entre Roma ocidental e Bizâncio oriental. E o curioso é que a linha de *divisão* está quase no mesmo sítio. (*Expresso*, 19/09/2015, p. 35)

É relevante assinalar que os contrastes estabelecidos nunca são neutros, mas fortemente marcados pela modalidade avaliativa (Kerbrat-Orecchioni, 1980; Monte, 2011; Vion, 2005), o que permite identificar claramente o posicionamento de cada locutor-enunciador (L/E) face à questão. A escolha de palavras, e nomeadamente adjetivos, em expressões como “o sinistro espetáculo”; “sem tudo o que de abjeto se está a fazer na Hungria”; “evocar os dias sinistros de Auschwitz” ou “a Europa é confrontada com os seus piores fantasmas” dão conta de um juízo avaliativo negativo que, sobre a divisão da Europa relativamente ao acolhimento dos refugiados, posiciona o L/E em divergência com esse bloco desumano e cruel. A tensão criada pela divisão interna é também avaliada negativamente pelo L/E: “a UE *divide-se* perigosamente”. Nós é, na verdade, um grupo fraturado por divergências múltiplas.

CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS AO SERVIÇO DO CONTRASTE

O acolhimento e a rejeição que caracterizam os diversos grupos estão marcados também em estruturas sintáticas de contraste (relações estabelecidas pelos conectores *mas, e*; paralelismo sintático) e em estruturas lexicais ligadas por relações de antonímia, de que damos conta no quadro seguinte, a propósito dos textos do jornal *Público*.

NÓS, OS EUROPEUS	ELES, OS EUROPEUS
Chanceler alemã reforça apelo para que a Europa <i>acolha</i> mais refugiados. França está ao lado da Alemanha, que <i>aceitará</i> 800 mil pedidos de asilo este ano,	<i>mas</i> países como Hungria e Eslováquia <i>rejeitam</i> sistema de quotas. (<i>Público</i> , 01/09/2015, p. 1)
Merkel quer manter <i>abertura ao asilo</i> ,	<i>mas</i> a UE <i>divide-se</i> e resiste. (<i>Público</i> , 01/09/2015, p. 3)
Entre os <i>apelos humanitários</i> de Merkel	<i>e</i> os preocupantes <i>sinais de rejeição e xenofobia</i> , a Europa terá de decidir-se. E agir. (<i>Público</i> , 01/09/2015, p. 44)
Como a <i>solidariedade</i> declarada,	a par com um <i>medo</i> (menos declarado), não dos refugiados, mas do que nesta torrente se possa vir a tornar incontrolável, a começar pela <i>violência</i> dos que vão <i>acirrando</i> o ódio e a <i>xenofobia</i> . (<i>Público</i> , 04/09/2015, p. 50)
Cameron, Merkel e Hollande prometem <i>dar mais asilo</i> ,	<i>outros viram costas</i> . (<i>Público</i> , 08/09/2015, p. 4)
Na agenda do Conselho Europeu fala-se em “ <i>amentar</i> a cooperação com o Médio Oriente”,	<i>mas</i> será sempre <i>insuficiente</i> . (<i>Público</i> , 21/09/2015, p. 44)

Tabela 5: Estruturas sintáticas de contraste

Estes modos de organização discursiva intensificam os contrastes, constroem laços coesivos que tornam a leitura mais fácil, na medida em que desencadeiam a previsibilidade de sentidos. São linhas de leitura que se integram de modo relevante no interdiscurso mediático que caracteriza os textos dos jornais em análise e que se sedimenta de texto em texto, influenciando o discurso da esfera pública.

O PAPEL DE PORTUGAL NA CRISE DOS REFUGIADOS – A EMERGÊNCIA DOS VALORES

Objeto de um interesse particular e da opinião manifestada pelos articulistas, Portugal reflete, de algum modo, a situação europeia. Se o Governo e todas as instituições alinham numa posição de solidariedade, mesmo que nem sempre eficaz, não deixam de ser comentadas, e repudiadas, situações, sobretudo de caráter individual, que espelham sentimentos de xenofobia e medo¹³ relativamente aos refugiados:

Portugal mostra-se disponível para *receber 3000 refugiados*. (*Público*, 04/09/2015, p. 4)

Portugal deveria aproveitar esta oportunidade para assumir uma posição política firme e clara: a de que *é um país solidário e humanista* e, consequentemente, colaborará ativamente no esforço requerido. (*Expresso*, 19/09/2015, p. 35)

Não *deixemos* que a *indiferença* chegue ao nível da fila do supermercado. (*Público*, 01/09/2015, p. 48)

Mas cuidado, que os custos do *medo*, do desespero e da destruição são incomparavelmente maiores, para além de serem *moral e politicamente* inaceitáveis. (*Visão*, 17/09/2015, p. 74)

As reações (de caráter individual, como foi acima referido) de xenofobia, medo ou desumanidade ocorrem, sobretudo, na voz daqueles que não são jornalistas nem comentadores reconhecidos, mas “anónimos” que encontram expressão e espaço mediático nas “cartas ao diretor”, das mais radicais às mais ponderadas.

Estas “Cartas”/“Cartas à diretora” ocorrem, respetivamente, nos jornais *Expresso* e *Público*.

O *Expresso* dá voz, na sua secção “Cartas”, a algumas opiniões claramente contrárias ao acolhimento dos refugiados, que traçam cenários futuros disfóricos, ou que manifestam apreensões face a cenários preocupantes:

a Alemanha abriu os braços e a Hungria prepara-se para fechar as suas fronteiras. Contudo, como se fará a absorção pacífica de tantas pessoas que continuam a chegar todos os dias? (...) Se alguns são *brancos, sírios, formados, cristão alguns, muitos outros são subsarianos, pobres, incultos, muçulmanos, terroristas talvez*. (*Expresso*, 12/09/2015, p. 36)

Porque não *arrumam primeiro a nossa casa?*

Tenho-me remetido ao silêncio acerca da *provável invasão*, que Portugal irá ter que enfrentar, com os refugiados, vindos fugidos, especialmente da

¹³ A questão do sentimento de medo face aos refugiados é tratada com relevo em Moirand (2016).

República Árabe da Síria (...). Portugal (...) *cujo povo está igualmente a passar por enormes dificuldades* e (...) que é por natureza, para os de fora muito amável, sempre muito simpático, muito hospitaleiro e uns mãos largas, mas somente para os outros, porque para *os da casa*, só nos dão desemprego, aumentos de impostos. (*Expresso*, 26/09/2015, p. 36)

No *Público*, a existência das referidas atitudes é testemunhada de forma indireta, em relatos de discursos outros, já que todas as expressões de opinião evocam valores e são favoráveis ao acolhimento dos refugiados. São opiniões que se alinham, genericamente, com a posição oficial de Portugal e a crítica incide sobre vozes dispersas, dissonantes, mas sempre coletivas e anónimas:

hoje assistimos nas redes sociais, e não só, a imensas *manifestações egoístas, xenófobas e racistas* em relação aos infelizes que fogem do *terror da guerra* que está a destruir os seus países. Como a Síria, o Iraque, e a Líbia. E o que é triste é ver *pessoas que se dizem até cristãs* e sempre com o seu Deus na boca tomarem atitudes tão contrárias à religião que professam. (*Público*, 17/9, p. 44)

É incompreensível que, *muitos dos portugueses que se manifestam contra a vinda de migrantes e refugiados para a Europa, sejam repatriados regressados a Portugal com o 25 de Abril e o fim da guerra colonial*. Já se esqueceram do sofrimento e a discriminação da população residente da altura que os olhavam de soslaio, considerando-os invasores e sorvedores de empregos. Outra espécie muito piedosa são *aqueles que dizem* que se “tem de ajudar primeiro os nossos”. (*Público*, 05/10/2015, p. 44)

Há que assinalar que, se as opiniões expressas nas “cartas ao diretor” pertencem aos seus autores, e não ao jornal, não é menos verdade que é a direção editorial que opta por dar visibilidade e espaço mediático a umas e não a outras. A responsabilidade editorial existe, e cabe ao jornal.

A relação *nós/europeus – eles/refugiados*, é, como já foi mostrado, balizada por valores éticos, que sustentam a milenar cultura europeia. O pluralismo, positivamente encarado, enfatiza os benefícios mútuos da abertura a outras culturas, a outras comunidades, advogando a favor de um processo que apresentam, no entanto, como difícil:

não quero ser ingénuo, nem escamotear os problemas que o acolhimento acarreta. Mas a pergunta “que fizeste ao teu irmão?” é uma das mais belas e mais antigas da nossa cultura. (*Público*, 01/09/2015, p. 48)

Trazem com eles a sua *cultura, tradições e religião* porque estas *qualidades* fazem parte deles como fazem parte de nós. (*Público*, 02/09/2015, p. 46)

A emergência humanitária que vivemos não é, infelizmente, nova apesar das proporções agora sentidas por nós, mas a actual onda de solidariedade tem o mérito de lhe fazer frente. *Não podemos* deixar que esmoreça. (...)

Mas *não basta remediar* o presente, *temos* também de acautelar o futuro. (...) As soluções estão à frente de todos há demasiado tempo. Mas *não pode* o Parlamento Europeu sozinho implementar. (...)

O Parlamento *não se furtará* às suas competências e, desta vez, também o Conselho *terá* de agir! (*Público*, 11/09/2015, p. 49)

Vivemos a maior crise de refugiados desde a segunda guerra mundial e os europeus estão a mostrar-se à altura. Nestes últimos dias as acções de muitos lembraram ao mundo o *espírito solidário e humanista dos povos europeus*. (*Público*, 11/09/2015, p. 49)

É, obviamente, a visão europeia dos refugiados e da relação que a Europa quer/ deve estabelecer com eles. Numa ótica de solidariedade ou de repúdio, que a divisão da Europa suscita, os europeus são os agentes e os refugiados/migrantes são o objeto desse agir. Em termos sintático-semânticos, o lugar do sujeito é preferencialmente ocupado por *nós*; o lugar de objeto é preferencialmente ocupado por *eles*. *Eles* só parecem ser agentes num quadro de fuga e de experiência de dor, sofrimento, risco. Os verbos escolhidos são também decisivos na construção dessa relação. *Nós*, a Europa dividida, acolhemos, endurecemos ...; *eles* partem, fogem, gritam...

É particularmente nos títulos que encontramos estas estruturas:

Cameron *promete acolher* “mais alguns milhares” de refugiados (*Público*, 05/09/2015, p. 1)

Hungria *endurece* acção *contra* refugiados. (*Público*, 05/09/2015, p. 2)

Sociedade civil mobiliza-se para apoiar refugiados. (*Público*, 20/09/2015, p. 21)

Invasão massiva de gente que *foge* aos cenários de guerra. (*Público*, 04/09/2015, p. 53)

Refugiados *continuam a entrar* na Hungria. (*Público*, 11/09/2015, p. 1)

Milhares *partem a pé* de Budapeste para a Áustria. (*Público*, 05/09/2015, p. 2)

Portugal *acolhe*. (*Visão*, 17/09/2015, p. 54)

CONCLUSÕES

O discurso dos média foi fundamental para a construção discursiva do acontecimento social protagonizado pela chegada massiva de “seres humanos em trânsito”, em particular no período de setembro – outubro de 2015.

Em termos do discurso jornalístico português, os textos de informação e de opinião convergem nessa construção. É um acontecimento discursivo plurilocutores, em circulação no espaço público português, mas também em todo o espaço europeu. A construção discursiva articula-se em torno de dois grupos, *nós* e *eles*.

No processo de referenciação levado a cabo nos discursos de opinião, sobressai um processo de categorização e recategorização que aponta para a construção de um grupo homogéneo, *eles*, os *outros*, em torno de diferentes designações, mas maioritariamente em torno da designação de “refugiado”. A escolha desta palavra ativa sentidos, implícitos, de um cenário de guerra em detrimento de outros cenários, de cariz económico, em designações como “(i)migrante”.

Em contraste com a homogeneidade referida, o grupo constituído por *nós*, os *europeus*, em que os diferentes locutores se integram, está fraturado por dissensos em torno de valores, marcados em estruturas paralelísticas opostas.

Os modos de referenciação, que convocam o conhecimento partilhado sobre a guerra, e a modalização avaliativa enquadram o posicionamento dos locutores-enunciadores, envolvidos na construção da opinião pública e conferem aos discursos uma vertente emocional forte, que está de acordo com a posição expressa por Moirand (2016, p. 1031), ao afirmar que

o tratamento mediático dos eventos é, de facto, um lugar privilegiado de inscrição das emoções. (...) Esta inscrição, mostrada ou sugerida, desempenha um papel na designação do acontecimentos (...), mas também na construção discursiva dos acontecimentos, na perspetivação dos objetos de discurso e na argumentação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com a referência UIDB/00317/2020.

REFERÊNCIAS

- Abdo, C., Cabecinhas, R. & Brites, M. J. (2019). Crise migratória na Europa: os *media* e a construção da imagem dos refugiados. In Z. Pinto-Coelho; S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 71-83). Braga: CECS.
- Adam, J.-M. (2011). *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: A. Colin.

- Almeida, D. (2017). *A situação dos refugiados e os direitos humanos. Representações na imprensa portuguesa: o caso dos jornais Diário de Notícias e Público*. Dissertação de Mestrado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Portugal.
- Bakhtine, M. (1984). Les genres du discours. In M. Bakhtine, *Esthétique de la Création Verbale* (pp. 263-308). Paris: Gallimard.
- Barbosa, M. (2012). Nós e eles: responsabilidade social dos *media* na construção de uma cidadania inclusiva. *Comunicação e Sociedade*, 21, 231-240. [https://doi.org/10.17231/comsoc.21\(2012\).711](https://doi.org/10.17231/comsoc.21(2012).711)
- Benveniste, E. (1970). L'appareil formel de l'énonciation. *Langages*, 17, 12-18.
- Berthoud, A.-C. & Mondada, L. (1995). Traitement du topic, processus énonciatifs et séquences conversationnelles. *Cahiers de Linguistique Française*, 17, 205-228.
- Cádima, R. & Figueiredo, A. (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas nos media*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Cardoso, R. (2015, 12 de setembro). Entre os fantasmas e os valores da Europa. *Expresso*, p. 29.
- Carvalho, M. (2007). *A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa de dois jornais diários*. Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Cavalcante, M. (2012). *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.
- Cavalcante, M., Biasi-Rodrigues, B. & Ciulla e Silva, A. (Eds.) (2003). *Referenciação*. São Paulo: Contexto.
- Charaudeau, P. (1997). *Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social*. Paris: Nathan.
- Costa, A. (2010). *A criação da categoria imigrantes em Portugal na revista Visão: jornalistas entre estereótipos e audiências*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Ferin, I. & Santos, C. (2008). *Media, imigração e minorias étnicas – 2005-2006*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Galante, S. (2010). *As representações dos imigrantes e minorias étnicas no jornalismo português: análise comparativa entre o Diário de Notícias e o Público*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- Koch, I. & Cortez, S. (2015). A construção heterodialógica dos objetos de discurso por formas nominais referenciais. *ReVEL*, 25(13), 29-49.
- Macedo, I. & Cabecinhas, R. (2012). Representações sociais, migrações e media: reflexões em torno do papel da literacia cinematográfica na promoção da interculturalidade. In Z. Pinto-Coelho & J. Fidalgo (Eds.), *Sobre Comunicação e Cultura: I Jornadas de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 179-193). Braga: CECS.
- Marcuschi, L. A. (2006). Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Cad. Est. Ling*, 48(1), 7-22.
- Marques, M. A. (2013). Construir a responsabilidade enunciativa no discurso jornalístico. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 2, 139-165.
- Marques, M. A. (2018). Enunciação e referenciação. Os discursos de celebração de Abril. *REDIS*, 7, 122-143.

- Moirand, S. (1999). Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. *Cahiers de praxématique*, 33, 145-184.
- Moirand, S. (2006). Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne: questionnements sur les observables et les catégories d'analyse. *Semen*, 22. <https://doi.org/10.4000/semen.2798>
- Moirand, S. (2016). De l'inégalité objectivée à l'inégalité ressentie et aux peurs qu'elle suscite: les réfugiés pris au piège de l'identité. *Revista de Estudos da Linguagem*, 26(3), 1015-1046.
- Moirand, S. & Reboul-Touré, S. (2015). Nommer les événements à l'épreuve des mots et de la construction du discours. *Langue française*, 188, 105-120.
- Mondada, L. & Dubois, D. (1995). Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. *Tranel - Travaux Neuchâtelois de Linguistique*, 23, 273-302.
- Mondada, L. (2001). Gestion du topic et organisation de la conversation. *Cad. Est. Ling.*, 41, 7-35.
- Monte, M. (2011). Modalités et modalisation: peut-on sortir des embarras typologiques? *Modèles Linguistiques*, 64, 85-101.
- Nash, M. (2005) La doble alteridad en la comunidad imaginada de las mujeres inmigrantes. In M. Nash; M. Benach & R. Robira (Eds.), *Inmigración, género y espacios urbanos. Los retos de la diversidad* (pp. 17-31). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Nolasco, C. (2015, 21 de setembro). À espera dos bárbaros. *Público*, p. 47.
- Oliveira, F. (2011). Os movimentos migratórios e os discursos dos *media*. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 9, 331-350.
- Rabatel, A. & Chauvin-Vileno, A. (2006). La question de la responsabilité dans l'écriture de presse. *Sémen* 22. Retirado de <https://journals.openedition.org/semen/2792>
- Santos, C. (2007) *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa. Análise do ano 2003*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Santos, N. (2016). *As representações sociais acerca do acolhimento de refugiados em Portugal: estudo de caso dos comentários às notícias sobre chegada de refugiados a Portugal nas redes sociais e nos media portuguesas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.
- Silva, J. (2017). A imigração e a mídia. Entre a utopia da invisibilidade social e os direitos humanos universais. *Revista de Estudos Internacionais*, 8(3), 22-34.
- Silvestre, F. (2011). *Um olhar sobre a imprensa: representações sobre os refugiados e requerentes de asilo em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Togni, P. (2008). *Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: género e imigração*. Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- van Dijk, T. (2005). Nuevo racismo y noticias. Un enfoque discursivo. In M. Nash; R. Tello & N. Benach (Eds.), *Inmigración, género y espacios urbanos. Los retos de la diversidad* (pp. 33-55). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Vion, R. (2004). Modalités, modalisations et discours représentés. *Langages*, 156, 96-110.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Maria Aldina Marques é Professora Associada com Agregação do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos, do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Portugal. É investigadora do CEHUM, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, e as principais áreas de investigação são a análise dos discursos, a pragmática e a argumentação. Tem orientado trabalhos de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento, e possui mais de uma centena de publicações nacionais e internacionais.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3263-1977>

Email: mamarques@ilch.uminho.pt

Morada: Instituto de Letras e Ciências Humanas. Universidade do Minho. Campus de Gualtar. 4710-057 Braga

Rui Ramos possui doutoramento em Linguística desde 2006 e é Professor Auxiliar no Instituto de Educação da Universidade do Minho. É membro integrado do Centro de Investigação em Estudos da Criança e membro colaborador do Centro de Estudos Humanísticos da sua universidade. É editor-adjunto da *REDIS – Revista de Estudos do Discurso* (Faculdade de Letras do Porto/Universidade de São Paulo). Publicou diversos livros, capítulos de livro e artigos em revistas na área da Linguística (análise do discurso) e do ensino da língua portuguesa. Tem experiência de cooperação e trabalho em contextos internacionais como o Brasil, Timor-Leste e a Guiné-Bissau. Detalhes do seu percurso académico podem ser encontrados em <https://www.cienciavita.pt/281E-FBCD-2E5A>.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8700-8301>

Email: rlramos@ie.uminho.pt

Morada: Universidade do Minho. Instituto de Educação. Campus de Gualtar. 4710-057 Braga

Submetido: 14/04/2020

Aceite: 01/07/2020

OS REFUGIADOS EM MANIFESTOS POLÍTICOS PRESIDENCIAIS: ENTRE SILENCIAR E DAR VOZ

Alexandra Guedes Pinto

Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal

RESUMO

A crise dos migrantes e refugiados na Europa do século XXI originou novas divergências no velho continente que colocam desafios difíceis à construção da identidade europeia. Classificada já como a maior crise migratória e humanitária do pós-guerra, a realidade dos migrantes e refugiados revelou uma Europa incapaz de responder ao problema com uma solução conjunta. Para além do aspeto humanitário, muitas vezes de contornos dramáticos explorados pelos média, o fenómeno é também motivo de fricções entre as instituições e os Estados-membro da União Europeia, ameaçando tornar-se o gatilho de uma crise política e de um novo equilíbrio de forças entre os Estados. Dada a centralidade que ganhou, a crise dos refugiados pode também ser perspectivada do ponto de vista do aproveitamento político por parte de diferentes fações, que dela extraem dividendos importantes para a sua própria territorialização. Discursos europeístas, de tolerância e aceitação, baseados nos ideais solidários do projeto europeu, coexistem com discursos extremistas, de tendência xenófoba e anti-integração. Na presente reflexão, analisamos a forma como o discurso político eleitoralista, do género textual *manifesto político*, codifica argumentativamente a questão dos refugiados, focalizando, para esse efeito, quatro dos manifestos eleitorais dos candidatos às eleições presidenciais portuguesas de 2016. A partir da caracterização do género seguindo a proposta de Adam (2001, pp. 40-41) das componentes semântica, composicional/estrutural, enunciativa, pragmática, estilística e fraseológica, metatextual, peritextual e material, confirmamos que existe, simultaneamente, unidade e diversidade nos exemplares analisados. Por um lado, uma unidade que permite reconhecer nos diferentes textos manifestações de um mesmo género; por outro lado, uma diversidade que traduz/produz efeitos na construção do *ethos* e nas estratégias discursivas e políticas de cada candidato. O tratamento da crise dos refugiados é justamente um dos temas cujo tratamento diverge substancialmente de manifesto para manifesto, revelando estratégias discursivas e políticas específicas.

PALAVRAS-CHAVE

crise dos refugiados; manifestos políticos; género de texto; construção do *ethos*; estratégias discursivas e políticas

REFUGEES IN PRESIDENTIAL POLITICAL MANIFESTOS: BETWEEN SILENCING AND GIVING A VOICE

ABSTRACT

The crisis of migrants and refugees in 21st century Europe has created new disagreements on the old continent that pose difficult challenges for the construction of European identity. Already classified as the most massive post-war humanitarian and migratory crisis, the reality of migrants and refugees has revealed a Europe unable to respond to the problem with a joint solution. In addition to the humanitarian aspect, often of dramatic contours exploited by the media,

the phenomenon is also a source of friction between the institutions and the Member states of EU, threatening to become the trigger for a European political crisis and a new balance of forces between States. Given the centrality it has gained, the refugee crisis may also be viewed as a means of pursuing strategic advantage by different political factions, which extract significant dividends for their territorialisation from the issue. Europeanist discourses of tolerance and acceptance, based on the ideals of solidarity of the European project, coexist with extremist, xenophobic and anti-integration discourses. In the present reflection, we analyse how the electoral political discourse, of the textual genre *political manifesto*, encodes argumentatively the refugee question, focusing, for this purpose, four of the electoral manifestos of the candidates for the Portuguese presidential elections of 2016. Following the proposal of Adam (2001, pp. 40-41) for the characterisation of a genre (in semantic, compositional/structural, enunciative, pragmatic, stylistic and phraseological, metatextual, peritextual and material components), we confirm that there is unity and diversity in the analysed specimens. On the one hand, unity that enables recognising the different texts as manifestations of the same genre; on the other hand, diversity that translates/produces effects in the *ethè* and discursive/political strategies of each candidate. The refugee crisis is precisely one of the topics whose management diverges substantially from manifesto to manifesto, revealing specific discursive and political strategies.

KEYWORDS

refugees crisis; political manifestos; textual genre; *ethos* construction; discursive and political strategies

INTRODUÇÃO

A crise dos migrantes e refugiados na Europa do início do século XXI abriu as portas a novas divergências no velho continente que colocam desafios difíceis à construção da identidade europeia.

Classificada já como a maior crise migratória e humanitária na Europa após a Segunda Guerra Mundial, a realidade dos migrantes e refugiados pôs a nu uma Europa incapaz de responder ao problema com uma solução única e conjunta. Para além do aspeto humanitário, muitas vezes de contornos dramáticos explorados pelos média, o fenómeno é também motivo de fricções e fissuras entre as instituições e os Estados-membro da União Europeia, ameaçando tornar-se o gatilho de uma crise política europeia, conducente a um novo equilíbrio de forças entre os Estados.

Dada a centralidade que ganhou, a crise dos refugiados pode também ser perspectivada do ponto de vista do aproveitamento político por parte de diferentes fações, que dela extraem dividendos importantes para a sua própria territorialização. Discursos europeístas, de tolerância e aceitação, baseados nos ideais solidários do projeto europeu, coexistem com discursos extremistas, de tendência xenófoba e anti-integração.

Na presente reflexão, analisaremos a forma como o discurso político eleitoralista, do género textual *manifesto político eleitoral*, codifica argumentativamente a questão dos refugiados, focalizando, para esse efeito, os manifestos eleitorais dos candidatos às eleições presidenciais portuguesas de 2016¹.

¹ Note-se que, apesar da distância temporal entre a data dos manifestos em análise e a data de publicação deste trabalho, estamos a falar da análise das mais recentes eleições presidenciais portuguesas e aquelas que aconteceram no auge da crise dos refugiados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Começando por uma brevíssima contextualização histórica dos discursos em análise, lembramos que as eleições presidenciais em estudo foram as nonas eleições para a Presidência da República Portuguesa, desde a Revolução de 25 de abril de 1974, que repôs o regime democrático constitucional em Portugal. Tiveram lugar em 24 de janeiro de 2016 e decidiram o sucessor do presidente à data, Aníbal Cavaco Silva.

Dos 10 candidatos a concurso nestas eleições, apenas cinco disputaram mais diretamente o acesso ao cargo, a saber: Marcelo Rebelo de Sousa, António Sampaio da Nóvoa, Marisa Matias, Maria de Belém Roseira e Edgar Silva, visto que os restantes obtiveram votações menos expressivas.

Entre os mais votados, destacaram-se Marcelo Rebelo de Sousa, que acabou por vencer com maioria absoluta, obtendo 52% dos votos, e António Sampaio da Nóvoa, que ficou em 2.º lugar, com cerca de 23% dos votos. Estes dois candidatos mais votados propuseram-se, inicialmente, como independentes, mas acabaram por conseguir o apoio de dois dos principais partidos políticos portugueses, designados como os partidos do “Bloco Central” (PSD e PS, respetivamente). Os outros três candidatos mais votados foram Marisa Matias, representante do Bloco de Esquerda, que contou com 10% dos votos; Maria de Belém Roseira, militante socialista, mas a concorrer como independente, com 4,24% da votação; e o candidato comunista, Edgar Silva, que obteve 3,95% dos votos².

Apesar de, no momento das eleições em causa, Portugal não estar já sob a supervisão do programa de assistência financeira da Troika³, o país enfrentava ainda os efeitos de uma crise económica e social profunda, com difíceis metas a cumprir junto dos credores e algumas medidas de austeridade muito sensíveis, que marcaram de forma indelével o contexto deste plebiscito. A quase totalidade dos manifestos analisados reflete o seu contexto de produção, nomeadamente através da denúncia forte do estado do país; da expressão do descontentamento e revolta face ao estado de coisas vigente; do ataque aos atores sociais considerados responsáveis pela situação e através de propostas várias de superação e mudança.

TIPO DE DISCURSO E GÉNERO DE TEXTO

Um outro aspeto relevante na caracterização destes discursos é a sua inclusão no género de texto e no tipo de discurso respetivo.

Utilizando a proposta de Adam (2001, pp. 40-41) para a delimitação de géneros textuais, segundo as componentes semântica, composicional/estrutural, enunciativa, pragmática, estilística e fraseológica, metatextual, peritextual e material, esboçamos

² Os resultados eleitorais foram consultados na página: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2016/resultados-globais.html>

³ “Troika”, neste contexto de uso, foi um termo popularizado durante a crise da zona euro para descrever o grupo formado pela Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu como o grupo de credores que impôs medidas de austeridade a estados europeus endividados – como a Irlanda, Portugal, Chipre e Grécia – em troca dos resgates financeiros providenciados.

aqui uma caracterização breve deste género de texto *manifesto político eleitoral* dentro do tipo de *discurso político*⁴.

Um *manifesto eleitoral* é um documento em que um candidato ou um partido identificam as suas posições e estratégias políticas e definem as suas propostas de ação e de legislação futura, no caso de conquistarem votos suficientes para chegarem ao poder. Trata-se de uma declaração pública de princípios e intenções, destinada a mobilizar uma comunidade na adesão a um projeto político, tendo, por isso, propósitos pragmáticos estáveis que são os de confirmar as posições políticas do locutor, comprometê-lo com a execução futura de determinadas ações, e apelar à adesão do destinatário.

Do ponto de vista composicional, o manifesto possui dimensões variáveis e uma estrutura relativamente livre, mas com algumas componentes regulares. Compreende sempre uma sequência de abertura com um título destacado graficamente⁵, que identifica um eixo semântico-pragmático central da proposta do candidato, o “mote da campanha”, seguido de um ou vários atos de saudação do *tu*, podendo também ocorrer atos expressivos de agradecimento; compreende também uma sequência de fecho, com atos diretivos de incitação ao voto e o encerramento, com a identificação do local, da data, e da(s) assinatura(s) dos autor(es), à semelhança do que se passa com uma carta⁶. A sequência de desenvolvimento está sempre dividida em macroestruturas identificadas através de subtítulos. Estas subdivisões correspondem à identificação das principais secções semântico-pragmáticas do texto, que variam de caso para caso, mas que incluem sempre duas grandes partes: a parte em que o candidato caracteriza o contexto vigente e a parte em que o candidato formula os princípios defendidos e as propostas de ação futura. As sequências textuais dominantes, tendo em conta a proposta das sequências textuais de Adam (2008), são, prototipicamente, a expositiva e a argumentativa.

Os manifestos eleitorais presidenciais têm marcas do seu enunciador à superfície do discurso, quer seja através do *eu*, quer seja através do *nós* (não inclusivo e inclusivo)⁷, sendo formulados por locutores que se declaram, através do seu manifesto, como atores políticos, mudando, desta forma, o seu estatuto de cidadãos comuns para o de candidatos presidenciais⁸. No quadro desta afirmação do *eu*, torna-se particularmente relevante a construção do *ethos* do locutor, que se faz, prototipicamente, pelo menos parcialmente, por alteridade, ou seja, por oposição a um *outro* de que o *eu* se serve para se autoidentificar e face a quem se posiciona para construir uma identidade qualificada. Neste contexto, surgem enunciados de polarização de um *eu/nós* face a um *eles/os outros* que o locutor critica e de quem se distancia.

⁴ É possível consultar uma caracterização do género *manifesto presidencial* segundo a proposta de Adam (2001) em Pinto, Pinho e Teixeira (2017). É possível, ainda, rever algumas das características deste género em Pinto (2012).

⁵ O título é normalmente acompanhado de uma imagem do(a) candidato(a), no caso dos manifestos eleitorais presidenciais.

⁶ A classificação dos atos ilocutórios dominantes nos manifestos políticos em estudo segue o modelo de Searle (1969).

⁷ Já Benveniste (1966) afirmava que o *nós* é uma junção entre o *eu* e o *não-eu*. Este *não-eu* pode ser o *tu* ou o *eles*, distinguindo-se a forma inclusiva (*eu + tu*), que inclui o interlocutor, da forma exclusiva (*eu + eles*), de que o interlocutor é excluído. As ocorrências do *nós* nos manifestos presidenciais em análise distribuem-se em ocorrências do *nós* inclusivo, em que se fundem o *eu* e o *tu*, e ocorrências do *nós* não inclusivo, em que o *nós* implica *eu + os outros*, “outros membros do partido que represento” ou “outros apoiantes da minha candidatura”.

⁸ Ver Pinto, Pinho e Teixeira (2017, p. 39).

Em termos linguísticos, a superfície destes discursos contém marcas fortes de modalização e subjetividade, traços relacionados com a presença do locutor no seu texto e também marcas fortes de argumentação, que suportam a presença da controvérsia e da persuasão.

Do ponto de vista metatextual, estes documentos são normalmente identificados pelos seus autores como “manifestos”, havendo, todavia, algumas variações nestas referências metatextuais, tais como as que acontecem no caso em estudo, em que António Sampaio da Nóvoa renomeia o seu manifesto, chamando-lhe “Carta de princípios”⁹, Edgar Silva, que intitula o seu como “Declaração de candidatura”¹⁰; ou ainda Marcelo Rebelo de Sousa¹¹, que não identifica o seu texto com qualquer rótulo metatextual¹².

Ainda, dos pontos de vista peritextual e material, acrescentaremos sumariamente que estes textos circulam tanto como textos impressos, por vezes distribuídos nas sessões de apresentação pública das candidaturas em que são comunicados oralmente, como enquanto textos digitais, normalmente colocados no website das candidaturas e, por vezes, nas próprias páginas dos partidos apoiantes. Tanto nas páginas impressas como nas páginas digitais, os textos estabelecem fronteira com outros textos, como sejam as fotografias dos candidatos, a identificação dos links das páginas das candidaturas, entre outros. A dimensão dos manifestos, no caso em apreço, varia entre uma versão mais curta, de que é exemplo o manifesto de Marcelo Rebelo de Sousa, com 1.400 palavras, até uma versão mais longa, de que é exemplo o manifesto de Edgar Silva, com 3.929 palavras.

OS MANIFESTOS PRESIDENCIAIS DE 2016

Torna-se claro, a partir do exposto na secção anterior, que, entre os manifestos analisados, se desenha uma área de prototipicidade, com a saliência de alguns aspetos regulares e partilhados, aos níveis previstos por Adam para o recorte de um género (2001), aspetos esses que nos habilitam a falar do desenho de um género de texto específico, dentro do tipo de discurso político: o manifesto político eleitoral.

Em contrapartida, embora o enquadramento num género de texto nos permita antecipar algumas linhas de organização comuns dos manifestos, a verdade é que se percebe também, em cada um deles, uma área de especificidade, com diferenças semântico-pragmáticas, estilísticas e enunciativas, que são resultado e, simultaneamente, que produzem efeitos da/na construção do *ethos* e das/nas estratégias discursivas e políticas de cada um. A abordagem do tópico dos refugiados/migrantes é justamente um dos aspetos em que os manifestos presidenciais em estudo se revelam diferentes¹³.

⁹ Informação disponível em <http://www.sampaioanovoa.pt/principios/>

¹⁰ Informação disponível em <https://edgarsilva2016.pt/declaracao>

¹¹ Informação disponível em <https://www.juntosporportugal.pt/>

¹² Note-se, ainda, que a declaração oficial de Marisa Matias, identificada como “manifesto” se encontrava disponível na página oficial da sua candidatura às presidenciais de 2016, no link: <http://marisa2016.net/candidata/manifesto.html>. Esta página deixou, entretanto, de estar acessível, podendo a declaração ser confrontada em versão audiovisual (EsquerdaNet, 2015).

¹³ Para este trabalho foram confrontados os cinco manifestos eleitorais presidenciais das eleições de 2016 dos candidatos

VENHO DE UMA FAMÍLIA DE EMIGRANTES: O *ETHOS* EMPÁTICO NO MANIFESTO DE MARCELO REBELO DE SOUSA

De entre os quatro manifestos confrontados, o manifesto de Marcelo Rebelo de Sousa é o que se afirma como o menos prototípico.

Este candidato, que partia nas sondagens já com uma larga vantagem e que acabou por ganhar as eleições, era Professor Catedrático na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e possuía já uma longa carreira política, tendo assumido vários ministérios em Governos constitucionais sucessivos. O candidato colaborou também, como comentador político, na rádio e em dois canais de televisão generalistas, tendo adquirido, graças a esta exposição, uma influência mediática grande. Terá sido, porventura, esta vantagem mediática que lhe permitiu a construção de uma estratégia discursiva atípica.

Com efeito, se, de uma forma geral, os manifestos políticos se caracterizam por uma construção discursiva fundamentada num processo de polarização do *eu* face ao *outro* (“Apresentação positiva do *eu* e negativa do *outro*”, Wodak, 2001, p. 73), criando dois eixos axiológicos antagónicos, resumíveis em: *eu = bem versus o outro = mal*, o manifesto presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa afasta-se desta organização semântica e enunciativa, na medida em que o seu discurso se centra na caracterização do *eu*, através de uma exposição e uma argumentação que evidenciam o seu percurso de vida, os seus sucessos profissionais e pessoais, os cargos no setor público e privado, bem como alguns compromissos futuros muito genéricos, sem recurso à desqualificação do *outro* para se autoafirmar.

Veja-se, a título de exemplo desta estratégia não prototípica, o excerto seguinte, em que o candidato enaltece os candidatos oponentes: “ponderado tudo isto assim como as candidaturas anunciadas, todas elas a merecerem a minha maior consideração, e ponderada também a situação nacional à saída das eleições para a Assembleia da República tinha de fazer uma escolha” (Manifesto MRS¹⁴).

O manifesto de Marcelo Rebelo de Sousa é, também, o manifesto menos programático de todos, na medida em que o candidato não toma posição clara em relação a praticamente nenhum dos tópicos abordados pelos outros candidatos. O seu manifesto aposta, essencialmente, na construção explícita da imagem do *eu*, numa espécie de autobiografia, em que o proponente seleciona aqueles aspetos da sua identidade e da sua história de vida que lhe parecem mais relevantes para se autocaracterizar e para construir uma relação com o *tu*. É através da narração do seu percurso biográfico, que assume, por vezes, um tom confessional, de grande proximidade para com o *tu*, que a sua identidade pública se afirma como experiente, fiável, empática, solidária e digna do cargo de Presidente da República.

O político apenas indiretamente toma posição em relação ao tema sensível dos migrantes, fazendo-o mais uma vez num contexto de relato autobiográfico, ou seja,

mais votados. Neste processo, confirmamos que o manifesto de Maria de Belém Roseira não continha nenhuma menção explícita ou implícita à questão dos emigrantes, migrantes ou refugiados, motivo pelo qual não o consideramos para este estudo, que se focou nos restantes quatro manifestos presidenciais, a saber: os de Marcelo Rebelo de Sousa, António Sampaio da Nóvoa, Marisa Matias e Edgar Silva.

¹⁴ Doravante, referiremos os excertos retirados dos manifestos em estudo através das iniciais dos seus proponentes. MRS corresponde, então, a Marcelo Rebelo de Sousa.

mostrando que, sendo proveniente de uma família de emigrantes, ninguém mais do que ele conhece esta realidade e a aceita como estrutural na nossa sociedade. É, pois, num contexto não programático, mas sim de relato autobiográfico confessional, afetivo, que Marcelo Rebelo de Sousa insinua a sua posição de tolerância e aceitação relativamente a este assunto, ensaiando uma estratégia de aproximação do *tu*.

Veja-se a passagem abaixo, em que o candidato caracteriza a sua família como uma família de emigrantes:

sou pai de dois filhos e avô de cinco netos. A maior parte desta minha família vive no Brasil dando continuidade a uma gesta que o meu avô, os meus pais e um dos meus irmãos corporizaram como emigrantes. Sei, como um sem número de portugueses, o que custa a distância e o que vale sermos uma pátria dispersa pelo mundo em que muitos dos nossos melhores tiveram de partir porque não encontravam entre nós condições para ficar. (Manifesto MRS)

O manifesto de Marcelo Rebelo de Sousa é um manifesto constituído maioritariamente por atos assertivos, sendo quase inexistentes os atos diretivos, onde poderiam estar expressas recomendações ou apelos, e os atos compromissivos, contribuindo, isto, para a ausência de um *ethos* autoritário. Um dos poucos atos compromissivos executados pelo enunciador neste manifesto é o que encerra o seu discurso e que transcrevemos abaixo:

foi para dizer que cumprirei o meu dever moral de pagar a Portugal o que Portugal me deu que aqui vim e aqui estou. Serei candidato à presidência da república de Portugal, pelas portuguesas e pelos portugueses. (Manifesto MRS)

A escassez deste tipo de ato ilocutório, característico do discurso político e dos manifestos eleitorais, devido à formulação das chamadas “promessas políticas”, marca também a diferenciação de posicionamento deste candidato. Cognominado posteriormente de “presidente dos afetos”, poderíamos resumir o lema da sua candidatura como “eu sou um de vós”, na medida em que esta estratégia de empatia é a estratégia mais poderosa que utiliza para se afirmar.

O REGRESSO AOS IDEIAS DE SOLIDARIEDADE E PAZ DA EUROPA: O DISCURSO GENÉRICO SOBRE OS MIGRANTES NO MANIFESTO DE ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA

Professor Catedrático no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, onde ocupou já o cargo de reitor, Sampaio da Nóvoa candidatou-se às eleições presidenciais de 2016 como independente, embora tenha tido apoios à esquerda, de várias formações políticas e de ex-presidentes da República, tais como Mário Soares, Jorge Sampaio e Ramalho Eanes.

O manifesto de Sampaio da Nóvoa possui um conteúdo programático mais claro do que o de Marcelo Rebelo de Sousa, que se revela nas frequentes construções compromissivas do texto, exemplificadas através dos segmentos seguintes:

defenderei o pluralismo, a diversidade, a discussão aberta dos problemas nacionais. (...) Lutarei contra o amorfismo, a indiferença, a resignação, a passividade, o conformismo e o pensamento único. (...) Não serei um Presidente passivo. (...) Usarei a palavra, a intervenção e a magistratura de influência de que o Presidente, e só o Presidente, dispõe. (Manifesto ASN)

Já os atos diretivos estão presentes em vários momentos deste discurso, sendo expressos por estruturas linguísticas diversificadas, mas todas com a presença da modalidade deôntica¹⁵, ora positiva, ora negativa, como podemos verificar nos exemplos seguintes:

esta é, tem de ser, novamente, a nossa hora (...). Não podemos aceitar que sejam postas em causa expectativas de quem trabalhou uma vida inteira. (...) Não podemos colocar portugueses contra portugueses, quebrar os laços solidários que devem unir as gerações. (...) Não podemos aceitar a vergonha do desemprego jovem e do trabalho precário, que são factores permanentes de corrosão, crimes contra a dignidade de cada um e o futuro de todos. (Manifesto ASN)

Em alguns destes atos, a modalidade deôntica cruza-se com a modalidade apreciativa da crítica, produzindo atos híbridos. Todavia, a crítica não surge de forma explícita e a construção do *eu* por oposição a um *outro* apenas fica disponível nestas sequências em que o candidato, identificando a instrução através da estrutura deôntica negativa *não podemos x*, acaba por verbalizar um conjunto de situações negativas no passado/presente, das quais se demarca, apontando para as mudanças que se propõe executar.

O único momento em que o candidato faz uma alusão mais direta ao problema da emigração é no excerto seguinte:

as tensões dos últimos anos têm colocado em causa a coesão política da Europa e exigem um debate urgente sobre a democratização da União. (...) As alternativas estão, em grande parte, no regresso aos ideais europeus de solidariedade, de paz e de convergência, ideais pelos quais um Presidente da República tem de se bater, corajosamente. (Manifesto ASN)

Através deste exemplo, confirmamos que não existe, neste discurso, uma referência explícita ao tema dos migrantes ou refugiados, ao contrário do que veremos acontecer nos manifestos dos candidatos de esquerda, Marisa Matias e Edgar Silva, mas sim o enquadramento do tema numa questão mais geral, que é a da relação de Portugal com a Europa e o regresso da Europa aos seus ideais originais de solidariedade, paz e convergência. Esta tomada de posição, moderada, faz-se através da generalização e abstração do tema para o plano dos valores e ideais e serve para preservar a face positiva do candidato, que não se expõe em demasia, no que diz respeito a um assunto sensível e fraturante.

¹⁵ Apoiamo-nos, neste trabalho, em contributos anteriores para o estudo da modalidade em Linguística, tais como os de Oliveira (2003, 2013) e os de Campos (1991, 2004).

OS TERRÍVEIS FLAGELOS DOS REFUGIADOS: A HIPERBOLIZAÇÃO NO MANIFESTO DE EDGAR SILVA

Edgar Silva, natural do Funchal, licenciou-se em Teologia e exerceu funções de Padre Católico. Em 1996, tornou-se deputado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e, desde 1998, membro do Comité Central do PCP, renunciando à sua carreira religiosa. No manifesto que assinala a sua candidatura à Presidência da República, Edgar Silva constrói um *ethos* que assenta, sobretudo, no sentido de dever e de missão para com os portugueses.

Atualizando uma construção semântico-argumentativa mais prototípica dos manifestos políticos, a que aludimos na secção dois acima, a construção da imagem do *eu* na declaração de candidatura de Edgar Silva é feita em confronto com a imagem do *outro*. Para tal, o autor serve-se de estruturas linguísticas tais como estruturas deonticas positivas e negativas e de um léxico com dimensão axiológica marcada.

Para além destas sequências em torno de atos assertivos avaliativos, de atos expressivos, de crítica e de elogio, e de atos diretivos de recomendação, encontramos, no seu discurso, longas listas de atos compromissivos, performativos explícitos e não explícitos, onde o candidato apresenta o seu programa, que podemos ilustrar a partir dos exemplos seguintes:

comprometo-me com a causa da libertação das amarras da pobreza, encarando-a como dever do Presidente da República (...). Comprometo-me, entre outros objectivos, a promover a participação cívica e política e o diálogo com as estruturas representativas da Diáspora (...). Assumo e assumirei o compromisso da opção preferencial pelos mais pobres, pelos explorados. (...) É um compromisso que tem orientado toda a minha vida. (...) Como candidato ou como Presidente da República defenderei, intransigentemente, os ideais libertadores de Abril. (Manifesto ES)

A imagem do *eu/nós* (os apoiantes e os potenciais apoiantes¹⁶) é construída através de um léxico eufórico que visa valorizar a face do locutor e do movimento político e cívico que este representa. Em oposição, a construção do *outro* é feita através de expressões lexicais com valor semântico avaliativo negativo¹⁷. Além da utilização do léxico disfórico, a imagem do *outro* é, também, construída através do uso da modalidade deontica negativa em construções do tipo de *não podemos x*, que já vimos ocorrer no Manifesto de António Sampaio da Nóvoa:

não podemos ser cúmplices do ataque ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública. (...) Não podemos pactuar com o corte nas prestações

¹⁶ O *nós* inclusivo surge no manifesto como forma de construção de um *ethos* em que as fronteiras entre o *eu* e o *tu* se esbatem, configurando um *ethos* de pertença a uma coletividade: “assim, esta é a nossa candidatura, a nossa, de uma extensa e funda energia transformadora. Esta é, e será, a nossa candidatura a Presidente da República, a nossa, de um amplo movimento vital” (Manifesto ES).

¹⁷ Veja-se, a título de exemplo, os excertos: “este é um tempo em que, em Portugal, depois de décadas de governação em confronto com os valores de Abril, se aprofundam as injustiças sociais e a exploração”; “multiplica-se a degradação social. Acentuam-se as chagas ambientais e agravam-se os problemas dos trabalhadores e alastra a pobreza, tudo na decorrência directa do domínio absoluto dos grandes grupos económicos” (Manifesto ES).

sociais, com o roubo aos rendimentos, com a brutal injustiça fiscal, com o desemprego, a precariedade, a violação de direitos, enquanto se refina a proteção e apoio ao grande capital, que não pára de aumentar os seus colossais lucros. (Manifesto ES)

Através destas estruturas deontológicas negativas, o locutor afirma uma posição crítica (sua e do movimento que representa), contrária a uma outra posição, identificada no complemento das orações em causa, onde são enumerados estados de coisas disfóricos, já referidos acima (“o ataque ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública”; “o corte nas prestações sociais”, “o roubo aos rendimentos”, “a brutal injustiça fiscal”, “o desemprego”, “a precariedade”, “a violação de direitos”). O locutor desqualifica, assim, a imagem de um *outro*, responsável pelos estados de coisas descritos e afasta-se deste, recusando-se a seguir políticas do passado e comprometendo-se a fazer de forma diferente:

esta candidatura que assumo exprime essa exigência de uma profunda ruptura e de viragem em relação às orientações políticas que tanta desordem e tanta regressão impuseram ao nosso País (...). Defendo que um outro Portugal é possível. Com uma economia mista que defenda os recursos e a produção nacional, o emprego, que promova a ciência e a tecnologia, que desenvolva e modernize as capacidades produtivas nacionais, que desenvolva a economia do mar e apoie os pescadores, apoie e incentive as micro, pequenas e médias empresas. (Manifesto ES)

Em passagens como a anterior, a argumentação é apoiada pelo uso do presente do conjuntivo que remete para um mundo potencial, diferente do mundo atual, que o candidato critica, configurando, numa mesma unidade, um complexo ilocutório de crítica sobre o passado / presente e de proposta para o futuro. As duas realidades passado + presente *versus* futuro são alvo de posicionamentos axiológicos antagónicos, sendo a primeira perspectivada como altamente negativa e a segunda, apresentada como altamente positiva, numa configuração polarizada do real¹⁸.

A construção de uma imagem negativa do *outro* ajuda a construção da imagem positiva do *eu*. As sequências em que o candidato desqualifica o *outro* são sequências de crítica com força ilocutória expressiva forte, tal como fica patente nos exemplos abaixo:

nos nossos dias, o País está a ser saqueado e destruído pelos especuladores, e os responsáveis pela governação decretaram a subordinação de Portugal aos mercados (...). As políticas dos últimos anos agravaram ainda mais as desigualdades sociais e a pobreza. Um modelo económico assente em baixos salários e em baixos níveis de qualificação, a crescente desresponsabilização do Estado das suas funções sociais, o forte agravamento do desemprego, a contenção dos rendimentos, os cortes nas pensões. (Manifesto ES)

¹⁸ Para consultar uma análise completa das estratégias discursivas no Manifesto Presidencial de Edgar Silva às eleições presidenciais portuguesas de 2016, conferir Pinto, Pinho e Teixeira (2017, pp. 35-68).

A referência ao fenómeno das migrações surge, justamente, numa destas sequências de crítica e denúncia, que transcrevemos abaixo:

este é um tempo em que, no Mundo, cresce uma perversa desigualdade económica entre os indivíduos e entre os países. Multiplica-se a degradação social. Acentuam-se as chagas ambientais e agravam-se os problemas dos trabalhadores e alastra a pobreza, tudo na decorrência directa do domínio absoluto dos grandes grupos económicos. Deste modo, degrada-se a injusta ordem internacional assente na despótica lógica dos mercados que, por cima dos Povos e dos Estados, se vai apropriando de todas as decisões e escolhas, multiplicando focos de tensão e de guerra, espalhando os terríveis flagelos das migrações forçadas e dos refugiados, do desemprego, da fome e da miséria, que mergulham grande parte da Humanidade em indizíveis carências e intoleráveis sofrimentos (...). Este é um rumo inaceitável. (Manifesto ES)

É, pois, numa longa sequência de censura, materializada em nomes semanticamente marcados por uma valoração negativa (*desigualdade, degradação, problemas, chagas, tensão, guerra, flagelos, desemprego, fome, miséria, carências, sofrimentos*); por adjetivos valorativos (alguns modais) altamente disfóricos (*perversa, injusta, despótica, terríveis, forçadas, indizíveis, intoleráveis, inaceitável*) e por paralelismos sintáticos de valor retórico (*cresce x, multiplica-se x, acentuam-se x, agravam-se x, alastra x*) que Edgar Silva refere a crise dos refugiados, mostrando que esta decorre da mesma fonte que origina os outros flagelos sociais (desemprego, fome, miséria...), contra os quais o candidato e o partido que o apoia tradicionalmente lutam. A fonte é “o domínio absoluto dos grandes grupos económicos” e a “despótica lógica dos mercados que impõe uma ordem internacional injusta e inaceitável”. A tomada de posição é clara, com muitas marcas de subjetividade do *eu* pelas vias referidas acima¹⁹. Um *eu* que se assume como solidário, caridoso e revoltado, pronto para lutar no sentido de mudar a ordem internacional que está na origem dos flagelos.

A hiperbolização do tema é conseguida pelas estruturas enunciativo-pragmáticas empregues, com particular saliência para o léxico altamente disfórico e os atos expressivos de crítica forte.

Torna-se ainda relevante mencionar a forma sintática de referenciação dos processos, através da *passiva de se* e da *inversão Suj-V* (“multiplica-se a degradação social. Acentuam-se as chagas ambientais e agravam-se os problemas dos trabalhadores e alastra a pobreza”), dando focalização aos processos e não aos agentes/objetos. Esta estratégia permite atribuir todos os estados de coisas descritos nas proposições (os problemas sociais) a uma mesma causa, mencionada através de grupos nominais de referência genérica e de valor ideológico: “o domínio absoluto dos grandes grupos económicos” e a “despótica lógica dos mercados”, aqueles que são os verdadeiros inimigos a abater. A

¹⁹ Reportamo-nos aqui a um sentido linguístico de subjetividade, entendida como a presença do enunciador no seu enunciado, tal como defendido por autores como Benveniste (1966) e Kerbrat-Orecchioni (1980).

retórica deste discurso coloca assim a tónica na disputa entre o povo, vítima dos flagelos sociais enumerados, e as elites poderosas, identificadas com os grandes grupos económicos e o mercado.

ARRISCAR A VIDA DOS FILHOS EM BARCOS DE PAPEL: A PATEMIZAÇÃO NO MANIFESTO DE MARISA MATIAS

Marisa Matias, doutorada em Sociologia e deputada europeia pelo partido político Bloco de Esquerda, foi a candidata à presidência da república das eleições de 2016 em Portugal que mais espaço dedicou no seu manifesto à questão dos refugiados.

Com um manifesto igualmente prototípico, do ponto de vista retórico e enunciativo-pragmático, verifica-se em Marisa Matias um forte recurso à crítica, evidenciada por mecanismos linguísticos tais como o léxico, selecionado para conferir atributos disfóricos às entidades visadas, e ainda as metáforas e os paralelismos sintáticos. Em termos pragmáticos, coexistem vários atos linguísticos, que servem os principais eixos do texto: a expressão do descontentamento com a situação presente; a crítica e desqualificação do *outro*, identificado como o responsável pela mesma; a sugestão de mudanças para o futuro; o compromisso de atuação por parte do candidato e o apelo à adesão do *tu*. Os segmentos abaixo ilustram esta variedade.

Começando pelos atos declarativos de afirmação da candidatura, podemos confrontar os seguintes enunciados: “candidato-me para trazer uma alternativa popular para estas eleições, na convicção de que, numa República, são os votos que decidem quem é que vai estar na chefia do Estado. (...) Candidato-me para ajudar a derrotar este projecto das elites” (Manifesto MM).

Também os atos compromissivos marcam presença, como seria de esperar: “num mundo cheio de injustiça e de guerras, comigo ninguém duvida que Portugal estará sempre, sempre ao lado da justiça e da paz” (Manifesto MM).

Os atos expressivos de crítica são muito numerosos e contundentes, por força dos mecanismos linguísticos já referidos acima:

a direita anda desesperada como nunca a tínhamos visto, os grandes interesses consideram-se em risco e, em conjunto têm um projecto: onde cresce a esperança, espalham o medo; onde se forma a união, semeiam a chantagem; onde há sinais de mudança, tentam manter o *status quo*. (...) A direita apresenta-se com um rosto mais civilizado, com um ar mais moderno e tolerante, mas não se iludam: quem procurou fazer da televisão um trampolim ao serviço da sua desmesurada ambição política, estará disposto a vender tudo e o seu contrário para atingir os seus objectivos.²⁰ (Manifesto MM)

Os atos diretivos são também frequentes, marcando sequências de interpelação direta do *tu*. Em muitos segmentos, esta interpelação é feita através da construção, já

²⁰ Seria relevante verificar, nestes excertos, de que forma os objetos do discurso são referenciados linguisticamente e quais são as características e as qualidades que lhes são atribuídas. A utilização do nome “Direita” é um dos casos interessantes a ressaltar. Não poderemos, todavia, seguir esta pista de análise na medida em que se encontra fora do escopo mais restrito do presente trabalho.

descrita acima, *não podemos x*, que funciona como um complexo ilocutório expressivo de crítica e diretivo de apelo, no qual as repetições lexicais e sintáticas elevam a força ilocutória do ato.

Num Palácio de Belém que cheira a bafio vai ser preciso abrir as janelas para entrar ar fresco. É a força da democracia que as vai abrir. É a vossa força. (...) Não podemos ter um Presidente indiferente à destruição dos direitos constitucionais dos trabalhadores. (...) Não podemos ter um presidente indiferente à pobreza e ao desemprego. (...) Não podemos ter um Presidente indiferente à destruição da nossa agricultura e das nossas pescas em nome do direito à concorrência das multinacionais.²¹ (Manifesto MM)

De todos os manifestos estudados, o manifesto de Marisa Matias é o mais forte em termos da força ilocutória dos atos linguísticos utilizados: as promessas são arrojadas; os atos expressivos de crítica são contundentes; os restantes atos expressivos, em que o locutor exprime o seu estado psicológico sobre o conteúdo proposicional descrito, são atos fortes, com a mobilização de emoções tais como repugnância, solidariedade profunda, afeto, entre outras.

No que diz respeito à sequência dedicada ao tema dos refugiados, este manifesto não foge a esta regra e encerra a sequência mais forte de todas as sequências até aqui analisadas, como podemos comprovar pela leitura do excerto abaixo:

a indiferença das instituições portuguesas face ao drama escandaloso dos refugiados só é compreensível porque temos governantes e representantes que nunca se deram ao trabalho de ir directamente aos locais e falar directamente com quem sofre e conhecer que razões tão profundas tem alguém para decidir abandonar a sua terra, de se fazer ao mar e atravessar a Europa a pé, a empurrar a cadeira de rodas da sua mãe ou a trazer um bebé recém-nascido sujeito às intempéries e ao risco. Nenhuma mãe ou nenhum pai arrisca a vida dos seus filhos em barcos de papel se esses barcos não forem mais seguros que o chão que pisavam antes. Quem não conseguir compreender isto não é digno de ocupar a Presidência da República Portuguesa. (Manifesto MM)

No discurso de Marisa Matias, a situação dos refugiados é alvo de uma dramatização, no sentido que lhe confere Trčková (2014, p. 87) de “uma adoção de temas e esquemas míticos em narrativas sobre vítimas, uma seleção de histórias de vítimas carregadas de emoções”. De facto, esta candidata representa a situação de forma altamente avaliativa, facto comprovado pela expressão “drama escandaloso dos refugiados”, mostrando, através da referenciação do objeto pelo nome “drama”, e da sua qualificação, através do adjetivo avaliativo “escandaloso”, a sua conceptualização pessoal da situação. Para

²¹ Salientamos o que referimos acima sobre o carácter híbrido destes atos de expressão da modalidade deontica sob a forma de *não podemos x*, que já analisamos no caso dos outros três manifestos em estudo, excetuando o manifesto de Marcelo Rebelo de Sousa. Trata-se de complexos ilocutórios, que concentram dois valores associados, neste caso, o valor da recomendação e o valor da crítica.

além desta conceptualização axiologicamente marcada do real, a candidata também particulariza, na sua argumentação, atores e situações específicas vividas nestes dramas, quase construindo narrativas de vida e imagens visuais das mesmas, com as quais o público se pode identificar mais facilmente. Trata-se do recurso a uma estratégia populista de aproximação do *tu* através da exploração do *pathos*.

Assim é que a candidata fala de alguém que decide abandonar a sua terra, de se fazer ao mar e atravessar a Europa a pé, a empurrar a cadeira de rodas da sua mãe ou a trazer um bebé recém-nascido, sujeito às intempéries e ao risco. O efeito de contraste entre a fragilidade dos atores sociais trazidos para a cena (a mãe na cadeira de rodas e o bebé recém-nascido) e o carácter violento dos processos a que são sujeitos (abandonar a sua terra; fazer-se ao mar; atravessar a Europa a pé; sujeitar-se às intempéries e ao risco; arriscar a vida) acentua o carácter dramático destas mininarrativas encaixadas em sequências de argumentação. Tal como indica Trčková:

os contrastes são geralmente baseados em oposições binárias (as luzes ténues no bairro normalmente efervescente; subir a colina nestes dias sombrios é mover-se entre a vida e a morte, a tristeza e a esperança; o paraíso rapidamente se torna numa provação), que são ferramentas rudimentares nos sistemas conceptuais dos indivíduos, ajudando-os a impor categorias claras à realidade, mas também simplificando-a e esquematizando-a. (Trčková, 2014, p. 88).

Na passagem do manifesto de Marisa Matias sobre os refugiados é de salientar ainda o recurso à metáfora dos “barcos de papel” que acentua, pela exploração do traço de fragilidade das vítimas, a carga emocional destas sequências híbridas entre os protótipos narrativo e argumentativo. De facto, trabalhadas como tipos sociais, as personagens destas mininarrativas pretendem simbolizar milhares de pessoas autênticas que experimentam estas mesmas situações, elas mesmas reduzidas a esquemas de ação tipificados e simbólicos (abandonar a sua terra; fazer-se ao mar; atravessar a Europa a pé; sujeito às intempéries e ao risco; arriscar a vida). Por via destes recursos discursivos de dramatização, torna-se claro que a candidata opta por uma forma mais emocional (*patémica*) de construir empatia com o *tu*. Estas sequências acumulam, pela estratégia da dramatização, um valor ilocutório derivado de censura às forças políticas oponentes e aos candidatos que as representam, identificados como os responsáveis pelo drama, facto que fica explícito no enunciado que encerra esta sequência, em que a candidata remata, num tom profundamente judicativo: “quem não conseguir compreender isto não é digno de ocupar a Presidência da República Portuguesa”.

Esta sequência encerra com a formulação de um discurso de exclusão, onde se separa o *eu* e o *nós*, os que compreendem e se preocupam com a situação (grupo em que a candidata se integra), dos *outros*, que não compreendem a situação, que eventualmente nem lhe dão voz e a quem falta a qualidade essencial da empatia e da solidariedade, não sendo, por isso, dignos de ocupar o cargo da presidência portuguesa. O fecho desta sequência argumentativa configura, desta forma, um *ethos* autoritário, investido de um

poder moral suficientemente forte e convicto para formular enunciados judicativos, de valor deôntico alto.

CONCLUSÃO

Retomando a ideia aristotélica de que o *ethos* é construído no e pelo discurso, Maingueneau (2005, 2008) lembra que não existe um *ethos* preestabelecido, mas, sim, que este se vai construindo durante e a partir da atividade discursiva. Também Giddens (1991, p. 54) salienta a importância da “narrativa de si” na construção de uma identidade pessoal e social:

a identidade de uma pessoa não pode ser encontrada no comportamento, nem – por mais importante que estas sejam – nas reações dos outros, mas sim na capacidade de manter uma narrativa específica em andamento. A biografia da pessoa, se ela deseja manter uma interação regular com outras pessoas no mundo quotidiano, (...) deve integrar continuamente eventos que ocorrem no mundo externo e encaixá-los na «história» em andamento sobre si mesmo. (Giddens, 1991, p. 54)

A construção de um *ethos* credível por parte dos candidatos políticos é uma das estratégias mais importantes no projeto de conquista do poder. Pudemos verificar, a partir da breve análise comparativa dos manifestos políticos de quatro candidatos presidenciais às eleições portuguesas de 2016, que o estilo de fazer política difere substancialmente entre os candidatos. Os processos semânticos, pragmáticos e discursivos estudados, parecem contribuir, de forma integrada, para a construção das estratégias de silenciamento ou referência direta do tema em análise e das consequentes estratégias políticas de conquista do poder. Uma construção retórica forte, com um léxico de polaridade semântica negativa alta e paralelismos recorrentes, encontrada, por exemplo, nos manifestos de Edgar Silva e de Marisa Matias, configura textos em que os atos ilocutórios expressivos de lamento, crítica e denúncia e a correlativa modalidade apreciativa ganham particular relevo, servindo a construção clara de projetos políticos de “oposição”. Já nos manifestos dos outros dois candidatos analisados, a moderação das propostas políticas encontra reflexo numa igualmente moderada seleção do léxico, dos atos linguísticos e das estratégias de modalização.

Assim, confirma-se que o tratamento da crise dos refugiados nos manifestos eleitorais presidenciais de cada um reflete e contribui para a construção dos *ethè* e das estratégias políticas respetivas. Os dois candidatos mais moderados do leque dos mais votados – Marcelo Rebelo de Sousa e António Sampaio da Nóvoa – optaram por não referenciar diretamente a questão dos refugiados nos seus manifestos, dando-lhe voz de uma forma mais genérica através da referência à questão da emigração e à questão da integração de Portugal na Europa e da perda de ideais da Europa. Silenciar também é uma estratégia, sendo que uma das conclusões que podemos tirar é a de que optar por não nomear e não assumir uma posição direta sobre este assunto fraturante é uma posição política prudente, para quem almeja um eleitorado mais abrangente em termos

de cor política e para quem quer construir um *ethos* politicamente menos marcado. Comprovamos, igualmente, pela leitura dos excertos alusivos destes manifestos, que Marcelo Rebelo de Sousa é o que aborda a questão de forma mais empática e afetiva, apresentando-se, ele mesmo, como um emigrante. Elimina, desta forma, as distâncias potencialmente existentes entre ele mesmo, locutor; o objeto de discurso representado (os emigrantes, os refugiados) e o *tu*. Concretiza, assim, uma estratégia ambígua, que lhe permite referir a questão sem tomar posição política sobre a mesma.

Em contrapartida, os dois candidatos posicionados mais à esquerda representam e avaliam o problema dos refugiados de forma marcada, no contexto de uma construção ideológica que opõe um *eu/nós* a um *outro/outros*, dignos de crítica e despromoção, contribuindo assim para a construção de uma estratégia política e de um *ethos* de oposição e de combate social. Confirmamos, também, a partir da análise dos manifestos, que a exploração do *pathos*, através do aumento do tom subjetivista e dramático nas macroestruturas dedicadas ao tema, denuncia o aproveitamento populista do mesmo. Nestes manifestos a vitimização dos refugiados, tratados como personagens-tipo “redondas” que representam milhares de pessoas reais e a esquematização (simplificação) das situações vividas por eles, sempre por recurso a um léxico disfórico forte, marca uma estratégia de ativação de emoções no eleitorado que passam pela simpatia, pela revolta, pela indignação e, conseqüentemente, pela vontade de mudança.

REFERÊNCIAS

- Adam, J. M. (2001). En finir avec les types de textes. In M. Ballabriga (Ed.), *Analyse des discours. Types et genres: communication et interprétation* (pp. 25-43). Toulouse: EUS.
- Adam, J. M. (2008). *A Linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Contexto.
- Benveniste, É. (1966). De la subjectivité dans le langage. In *Problèmes de linguistique générale I* (pp. 258-266). Paris: Gallimard.
- Campos, M. H. C & Xavier, M. F. (1991). *Sintaxe e semântica do Português* (pp. 361-379). Lisboa: Universidade Aberta. Retirado de <https://area.dge.mec.pt/gramatica/umfimtriste/valoresmodais10.html#topo>
- Campos, M. H. C. (2004). A modalidade apreciativa: uma questão teórica. In F. Oliveira & I. M. Duarte (Eds.), *Da língua e do discurso* (pp. 265-281). Porto: Campo das Letras.
- EsquerdaNet. (2015). *Marisa Matias | Apresentação da candidatura à Presidência da República 2016*. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=idixw4L3xsk&index=40&list=PLYha99yGog27Hnez8eQ6rt3Uef8ielEgg>
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- Maingueneau, D. (2005). Ethos, cenografia, incorporação. In R. Amossy (Ed.), *Imagens de si no discurso: a construção do ethos* (pp. 69-92). São Paulo: Contexto.
- Maingueneau, D. (2008). A propósito do ethos. In A. R. Motta & L. S. Salgado (Eds.), *Ethos discursivo* (pp. 11-29). São Paulo: Contexto.

- Oliveira, F. (2003). Modalidade e modo. In M. H. M. Mateus; A. M. Brito; I. Duarte & I. H. Faria (Eds.), *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 245-247). Lisboa: Caminho.
- Oliveira, F. & Mendes, A. (2013). Modalidade. In E. P. Raposo; M. F. B. Nascimento; M. A. Mota; L. Segura & A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português* (vol. I.) (pp. 623-669). Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinto, A. (2012). Dialogismo, polifonia e heterogeneidade enunciativa nos manifestos políticos das presidenciais de 2011. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 8, 195-212. Retirado de https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/195_212.pdf
- Pinto, A. G., Pinho, A. C. & Teixeira, J. (2017). Polarização e construção da força discursiva em manifestos políticos: o caso das presidenciais portuguesas de 2016. *Linha D'Água*, 30(1), 35-68. Retirado de <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/133203>
- Searle, J. (1969). *Speech acts. An essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Trčková, D. (2014). *Representations of natural catastrophes in newspaper discourse*. Brno: Masarykova univerzita. Retirado de <https://digilib.phil.muni.cz/handle/11222.digilib/133015>
- Wodak, R. (2001). The discourse historical approach. In R. Wodak & M. Meyer (Eds.), *Methods of critical discourse analysis* (pp. 63-94). Londres: Sage.

NOTA BIOGRÁFICA

Alexandra Guedes Pinto, doutorada em Linguística e Professora Associada do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Membro do Conselho Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto e da Comissão Científica do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos da FLUP. Membro da Comissão Científica do IJUP – Investigação Jovem da Universidade do Porto (UP). Membro do grupo de trabalho de publicidade da Sopcom e do grupo “Argumentation Hub” dos Laboratórios MIL da UP. Participante em vários projetos e redes de investigação internacionais. Organizadora, desde 2011, das “Jornadas Internacionais de Análise do Discurso – JADIS” (<http://web4.letras.up.pt/jadis>) e fundadora e responsável editorial da revista *REDIS – Revista de Estudos do Discurso* (<http://ojs.letras.up.pt/index.php/re>). Autora de várias publicações na área dos Estudos do Discurso, consultáveis em <https://www.cienciavita.pt/CB1D-AA66-6572>.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9120-1542>

Email: mapinto@letras.up.pt

Morada: Rua Senhora da Penha, nº 250, 4460-423, Sra. da Hora, Portugal

Submetido: 14/04/2020

Aceite: 01/07/2020

“ELES”, VENEZUELANOS, E A CRISE NA VENEZUELA: PRÁTICAS DISCURSIVAS NA REVISTA *VEJA*

Moisés de Lemos Martins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Valéria Marcondes

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa a reportagem intitulada “Fuga de uma ditadura: a saga dos venezuelanos no Brasil”, da autoria de Jennifer Ann Thomas, publicada, em 2019, pela revista brasileira *Veja*. O objeto são os refugiados e a crise na Venezuela. Foram identificadas as estruturas discursivas utilizadas para representar os outros, no caso, os imigrantes venezuelanos. E foram analisadas as expressões linguísticas, que simbolizam e produzem as diferenças entre “eles” (os outros, a Venezuela e os seus cidadãos) e “nós” (o Brasil e os brasileiros). A conclusão a que chegámos é a de que o discurso sobre o outro, que na reportagem da *Veja* compreende também as estatísticas e as fontes próximas do poder governamental, apenas dizem o que é adequado que os públicos da revista saibam, ou seja, os seus leitores. Em síntese, a análise desta reportagem da revista *Veja* permite concluir que nela ocorre a reprodução do discurso hegemónico sobre “o outro”, um discurso reducionista, conservador e nacionalista. A nossa linha de orientação semiológica tem como referência teórica a Semiótica Social (Martins, 2002/2017), uma disciplina das Ciências Sociais e Humanas, que tem como preocupação essencial estabelecer as condições de possibilidade social do sentido e que, em termos semânticos e pragmáticos, procede à interpretação explicativa e compreensiva dos discursos. Por outro lado, sendo o nosso propósito a compreensão dos processos de construção social do outro, ou seja, a compreensão dos processos de construção social das identidades, inspiramo-nos na corrente de pensamento, que ficou conhecida na Europa como a “filosofia da diferença” (Descombes, 1998; Foucault, 1966; Levinas, 2002; Martins, 2019; Ricoeur, 1991).

PALAVRAS-CHAVE

imigrantes; refugiados; Semiótica Social; Venezuela; representações sociais

“THEM”, VENEZUELANOS, AND THE CRISIS IN VENEZUELA: DISCURSIVE PRACTICES IN THE MAGAZINE *VEJA*

ABSTRACT

This paper analyses the feature article “Fuga de uma ditadura: a saga dos venezuelanos no Brasil” (Flight from a dictatorship: the saga of Venezuelans in Brazil), by Jennifer Ann Thomas, published by the Brazilian magazine *Veja* in 2019. The subject of the article is refugees and the crisis in Venezuela. This paper identifies the discursive structures used in the article to represent “others”, in this case, Venezuelan immigrants. Analysis is also made of linguistic expressions, which symbolise and produce differences between “us” (Brazil and Brazilians) and “them” (the other – Venezuela and its citizens). The paper concludes that the discourse about the “other”,

which in *Veja*'s article also includes statistics and quotes sources close to the government, only states that which is appropriate for the magazine's audiences to know, i.e. their readers. In summary, analysis of the article published by *Veja* magazine allows us to conclude that it reproduces the hegemonic discourse about "the other" – a reductionist, conservative and nationalist discourse. The theoretical reference underpinning this paper's semiological orientation is Social Semiotics (Martins, 2002/2017), a discipline of Social and Human Sciences, whose main concern is to establish the conditions that govern the social possibility of meaning and that, in semantic and pragmatic terms, leads to the explanatory and comprehensive interpretation of discourses. On the other hand, since this paper aims to understand social construction processes of the other, i.e. understand the social construction processes of identities, it is inspired by the intellectual current known in Europe as the "philosophy of difference" (Descombes, 1998; Foucault, 1966; Levinas, 2002; Martins, 2019; Ricoeur, 1991).

KEYWORDS

immigrants; refugees; Social Semiotics; Venezuela; social representations

INTRODUÇÃO

A prática de conceder asilo em terras estrangeiras a pessoas que fogem de perseguição é uma das características mais antigas da civilização. Encontramos referências em textos escritos há 3.500 anos, durante o florescimento dos grandes impérios do Médio Oriente, como o Hitita, o Babilónico, o Assírio e o Egípcio antigo¹. Do latim *refugere*, que significa ação de fugir, o termo refugiado estava correlacionado pejorativamente com um delito (Arendt, 1943/1994). Posteriormente, o conceito passou a incluir dimensões políticas, sociais e económicas (ONU, 1951). Nas comunidades essencialmente orais da antiguidade ocidental, os estrangeiros e aqueles que não falavam a língua oficial tinham um tratamento diferenciado em relação aos nativos. Não eram considerados cidadãos, portanto não podiam participar da vida pública.

Entretanto, nos nossos dias, reportando-se ao fenómeno migratório, van Dijk (2016, p. 145) assinala que os conhecimentos socialmente partilhados sobre a imigração podem "conter crenças sobre identidade, origem, propriedades, ações e objetivos dos imigrantes, suas relações com 'nosso' grupo, associadas cada uma com avaliações positivas ou negativas baseadas em normas e valores". Porque, "a totalidade, o regime do mesmo, que é o nosso, ganha ainda hoje uma centralidade, que remete o outro para a periferia – um lugar subalterno, apagado, dominado" (Martins, 2019, p. 29).

Representados como diferentes do "nós", ou seja, do "eu", categorizados e "classificados" (Bourdieu, 1979) como "eles", ou seja, os "outros", imigrantes, refugiados, estrangeiros, todos eles têm a sua subjetividade e identidade problematizadas. Em Ricoeur (1991), a identidade está na dialética entre *identidade-idem* e *identidade-ipse*. A *identidade-idem*, ou mesmidade, o ser idêntico a si, imutável através do tempo e diverso do outro, funda o conceito de carácter. *Idem*, *identitas*, palavras latinas, significam "o mesmo", "a mesma coisa", "o idêntico". O termo *ipse*, também uma palavra latina, remete para a

¹ Informação retirada de <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>

identidade – “o mesmo” em relação ao outro. A *identidade-ipse* é a ipseidade, a identidade pessoal e reflexiva, narrativa e histórica, marcada pela alteridade (*altero* é o outro, em latim).

Por sua vez, Stuart Hall (2003) assinala que a identidade é um lugar que se assume, uma postura de posição e contexto, uma construção social, e não uma essência ou substância. As identidades não estão vinculadas a lugares e a tradições de tempos específicos; são fluidas e híbridas. Levinas (2002) argumenta que a presença do outro “me coloca em xeque” e acentua que na experiência interpretativa entre o “tu” e o “nós” não há identificação e incorporação comum automática, e sim um processo de identificação, produzido pela linguagem, por vivências, experiências, narrativas e discursos.

A coletividade em que digo “tu” o “nós” não é um plural de “eu”. Eu, tu, não são aqui indivíduos de um conceito comum. Nem a posse, nem a unidade do número, nem a unidade do conceito, me incorporam ao Outro. É a ausência de pátria comum que faz do Outro estrangeiro, o estrangeiro que perturba “em nossa casa”. Mas estrangeiro quer dizer também livre. Sobre ele não tenho poder. Escapa à minha apreensão em um aspecto essencial; ainda assim, disponho dele. Não está de todo em meu lugar. Mas eu, que não pertenço a um conceito comum com o estrangeiro, sou como ele, sem gênero. Somos o Mesmo e o Outro. A conjunção *e* não indica aqui nem adição nem poder de um termo sobre o outro. (Levinas, 2002, p. 63)

O processo de diferenciação permite construir a identidade. Distinguir o eu e o outro é o caminho para a compreensão e a interpretação do que eu sou e do que é o outro (Ricoeur, 1991).

É numa relação que eu encontro o outro, o qual passa, então, a existir em mim, fazendo parte de mim, constituindo-me. Esse é o caminho do enamoramento, e pode ser também o caminho da compaixão e da solidariedade. Mas a relação com o outro não se esgota no encontro. Depois do encontro do outro, seguem-se muitas vezes, por razões minhas, o seu apagamento, assimilação, e mesmo dominação. Em termos rigorosos, o que podemos então dizer é que o outro nunca é redutível ao eu, ou seja, nunca é apagável em mim. E se o que está em causa é segregar, discriminar e dominar o outro, do que se trata mesmo é de exercer sobre o outro uma violência. (Martins, 2019, p. 27)

O processo de diferenciação passa, também, pela semelhança reconhecida na alteridade. É pela diferença do outro que me construo como eu mesmo. Diferir é distinguir-se. “Neste jogo no qual ‘quem perde ganha’, em que se diz ‘identidade’, esta se transforma imediatamente em diferença, e se assinalamos uma diferença, esta se transforma em identidade” (Descombes, 1998, p. 199).

Podemos dizer que compreender um texto é compreender-se a si próprio diante de um texto. E compreender o outro é compreender-se a si mesmo diante de um outro. As

experiências, bem como as narrativas, são necessárias para a produção do sentido, sendo este sempre mediado por uma interpretação. A identidade narrativa de uma pessoa ou de uma comunidade é a história que contamos sobre nós próprios, e também a história que outros contam sobre nós mesmos, em diferentes temporalidades, e ainda, a memória que guardamos dessas narrativas. Reconhecemos o outro que existe em nós pelos relatos feitos sobre nós próprios e pela memória que deles guardamos (Ricoeur, 1991).

O encontro de interpretação/diferenciação ocorre no interior do discurso, dado que o discurso exprime o sistema social, sendo um território de lutas pelo poder (Foucault, 1971). Visando a natureza do discurso, Foucault caracteriza-o deste modo: "simultaneamente batalha e arma, estratégia e choque, luta e troféu ou ferida, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetida" (Foucault, 1969, p. 8), o discurso é "aquilo por que lutamos, o próprio poder de que procuramos apoderar-nos" (Foucault, 1971, p. 12). Por sua vez, todo o alcance de *A linguagem, a verdade e o poder*, de Moisés de Lemos Martins, está em os discursos serem considerados como obedecendo a um modo de produção do sentido, ou a um regime do olhar (Martins, 2002/2017). Ora, no Ocidente, o modo de produção do sentido assenta no princípio da analogia, ou da representação, com a *diferença*, toda a diferença, a remeter para a unidade, o que quer dizer, com toda a diferença a ser anulada e assimilada pela unidade. "E é por essa razão que o conto é sempre o mesmo" (Martins, 2019, p. 25).

O discurso é uma prática social, uma ação, exercida dentro de uma estrutura, que também é social. "Performativo, [o discurso] visa uma eficácia. Falamos para sermos compreendidos, mas também obedecidos, respeitados, distinguidos, acreditados" (Martins, 2004, p. 75).

Representar (e a linguagem representa o mundo) é classificar, definir, é um poder de di/visão. Ora, a representação das divisões sociais concorre para a realização das divisões, dada a performatividade da linguagem. Não nos esqueçamos, no entanto, como já referimos, que a magia da palavra é social. O discurso chama à existência aquilo que enuncia, de acordo com o grau de legitimidade do locutor (e *ipso facto* do alocutário), que é sempre relativa à estrutura e às sanções de um dado campo social. (Martins, 2004, p. 75)

Vejamos o caso da notícia, que é um tipo de discurso específico. A notícia é uma prática discursiva elaborada socialmente e permeada por regras específicas (van Dijk, 1990). Como prática social, qualquer tipo de discurso provoca efeitos de sentido, tem intenção significativa e uma finalidade de significação. Por outro lado, encarando os discursos dos média como exterioridades, cabe ao analista social tornar manifesto o seu modo de produção, enfim, as condições de possibilidade da sua existência, circulação e reprodução (Foucault, 1971; Peruzzolo, 2004).

As narrativas mediáticas inscrevem-se neste regime de funcionamento dos sistemas simbólicos. Os meios de comunicação constituem um regime de práticas discursivas, o que também quer dizer práticas sociais, que funcionam, ao mesmo tempo, como instâncias de produção de sentido, com efeitos sociais. Dada a natureza ilocucionária

da linguagem, os discursos concorrem para chamar à existência aquilo que enunciam. Podemos, pois, dizer, em síntese, que construções noticiosas envolvem aspetos não apenas sociais e culturais, políticos e económicos, mas também cognitivos (ver, por exemplo, Berkowitz, 1997; Breed, 1997; Schudson, 1986a, 1986b, 1988; Sousa, 2000, 2004; Traquina, 2001; Tuchman, 1978; White, 1997; Zelizer, 1997); e que quem produz as notícias integra uma comunidade jornalística, inscrevendo-se esta, por sua vez, no contexto organizacional específico de uma dada sociedade.

O ESTUDO DE CASO

Dando-lhe maior ou menor ênfase, podemos dizer que os média brasileiros tornam visível o quotidiano dos imigrantes venezuelanos. Corresponsáveis pela formação da opinião dos cidadãos, os média transmitem pontos de vista contrastados sobre a crise da Venezuela, que está na origem da migração venezuelana.

O estudo que apresentamos tem como propósito fundamental analisar de que modo a revista *Veja*, que é uma das revistas de maior circulação no Brasil (com uma circulação total, impressa e subscrição digital, de 557.314 exemplares², a *Veja* tem 16,5 milhões de seguidores nas redes sociais e 21,8 milhões de visitantes individuais no site da revista³), apresenta a situação política e económica da Venezuela, colocando-se do ponto de vista do que significa para o Brasil a migração de venezuelanos, e descrevendo, por outro lado, as consequências sociais deste fluxo migratório no país de acolhimento. Procuramos responder a esta questão principal: o que é que a *Veja* torna manifesto e o que é que omite, ou mesmo silencia, ao representar os imigrantes e o seu país de origem?

Partimos do entendimento do texto mediático como prática discursiva, explicando-a como prática social, trabalhando na confluência da textualidade e da enunciação/discursividade. Enquanto, por um lado, acentuamos o domínio da escrita, o domínio do objeto textual, e suspendemos a relação com o contexto, por outro lado, colocamos a ênfase nas dimensões da prática discursiva, ou seja, da interação, da intersubjetividade, da reflexividade, da intencionalidade e da comunicação (Martins, 2002/2017). A análise dos processos de construção social da alteridade, da diferença, enfim, da construção do “outro”, assim como a análise da construção das identidades sociais, adotam a perspetiva da “filosofia da diferença”, designadamente de Foucault (1966), Ricoeur (1991), Levinas (2002), Descombes (1998), Martins (2019).

Este artigo analisa a reportagem, realizada por Jennifer Ann Thomas, intitulada “Fuga de uma ditadura: a saga dos venezuelanos no Brasil”⁴, publicada na revista brasileira *Veja* (edição n. 2646, de 07 de agosto de 2019), não apenas sobre os imigrantes venezuelanos no Brasil, mas também sobre a crise, política e humanitária, na Venezuela. Empreendemos uma análise de discurso, centrada nas expressões linguísticas utilizadas, que representam as diferenças entre “eles” (os outros, a Venezuela e os seus cidadãos)

² Informação retirada de <http://publiabril.abril.com.br/svp/tabelas/circulacao?platform=revista-impressa-mais-digital>

³ Informação retirada de http://publiabril.abril.com.br/midia_kits

⁴ Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/fuga-de-uma-ditadura-a-saga-dos-venezuelanos-no-brasil/>

e “nós”, o Brasil e os brasileiros. Temos presente que a linguagem é uma construção social, em que os discursos enunciados, não apenas representam as diferenças sociais, como, por outro lado, concorrem para a realidade dessas diferenças. Realizámos o processo analítico recorrendo à reportagem disponibilizada pelo portal da revista *Veja*.

A revista *Veja*, criada em 1968 pela Editora Abril, é uma das publicações semanais, em formato revista, de maior circulação no Brasil. Conhecida pela sua linha editorial extremada, é uma revista conservadora, conhecida pela parcialidade das suas coberturas político-partidárias, designadamente na fiscalização do poder político e dos seus representantes. O Grupo Abril não torna explícitos para o público os seus princípios editoriais, nem o código de conduta dos seus jornalistas. Em carta ao leitor (Carta ao leitor: sobre princípios e valores, 2019), explica que os seus “compromissos não são com pessoas ou partidos. São com princípios e valores”. E afirma guiar-se pelo interesse da “opinião pública”. Como missão, afirma estar empenhada em contribuir para a difusão “de informação, cultura e entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país”⁵.

A edição n. 2646, de 7 de agosto de 2019, dedica a capa à migração venezuelana⁶. Jennifer Ann Thomas, jornalista inglesa, formada e radicada no Brasil, relata histórias de venezuelanos que “fugiram da crise que assola o país vizinho” (Thomas, 2019). Desde o início da crise (em finais de 2014) até ao presente, nenhuma edição da revista havia destinado a capa à temática, apesar da importância histórica destes acontecimentos e de cumprir vários critérios jornalísticos importantes, como os de proximidade, interesse público e permanência no noticiário nacional. Mas a edição n. 2594 da *Veja*, de 8 de agosto de 2018, já havia feito uma reportagem, que assinalava na capa a ascensão ao poder de figuras autocráticas por via democrática. Os países citados são a Venezuela, Rússia, Polónia, Hungria e Filipinas. E a edição 2312, de 13 de março de 2013, havia abordado o legado de Hugo Chávez, desde a sua chegada à Presidência da Venezuela até à sua morte, precisamente em 2013⁷.

CONTEXTOS DA CRISE NA VENEZUELA

A crise económica mundial de 2008 e o abalo no setor petrolífero, em 2009, geraram consequências em todo o mundo, inclusive na Venezuela. Logo após a sucessão de Hugo Chávez (no poder, de 1999 a 2013), um socialista de cariz bolivariano, por Nicolás Maduro, num processo eleitoral acirrado, que fortaleceu a oposição (Botelho, 2008; Lopes, 2013; Schurster & Araújo, 2015), houve, em 2014, mais uma queda do valor do barril do petróleo no mercado internacional.

⁵ Informação retirada de <https://grupoabril.com.br/>

⁶ Retirado de <https://veja.abril.com.br/mundo/fuga-de-uma-ditadura-a-saga-dos-venezuelanos-no-brasil/>. O conteúdo disponível no portal da *Veja* é acompanhado por uma vídeo-reportagem (disponível em https://www.youtube.com/watch?time_continue=5&v=aMBUtloggKA&feature=emb_logo). Até 07 de março de 2020, alcançou 40.479 visualizações. Neste artigo, o vídeo não foi analisado.

⁷ Retirado de <https://acervo.veja.abril.com.br/>

O petróleo representava grande parte das divisas da Venezuela e o país dependia da exportação. Esta última queda do preço do petróleo assinala o início da crise no país. E a extremada e violenta polarização política que se seguiu gerou graves danos institucionais e sociais:

a situação passou a piorar, até que, em dezembro de 2015, a oposição conquistou a maioria na Assembleia Nacional. O Tribunal Supremo de Justiça suspendeu quatro deputados, alegando fraude eleitoral, a Assembleia Nacional desobedeceu. A partir daí, a confrontação institucional se agravou e foi progressivamente se espalhando pelas ruas, alimentada também pela grave crise econômica e de abastecimento que eclodiu no país. Mais de cem mortos, uma situação caótica. (Sousa Santos, 2017, § 5)

Boaventura de Sousa Santos (2017, § 3) comentou o longo processo de sucessão na Venezuela, assim como as interferências externas, e lembrou a “tentativa de golpe de Estado em 2002, protagonizada pela oposição, com o apoio ativo dos Estados Unidos”, país que, em 2015, caracterizou a Venezuela como uma ameaça à segurança nacional. Todos esses factos terão contribuído significativamente para que a Venezuela entrasse num processo de desestabilização econômica, que conduziu o país à hiperinflação, à falta de abastecimentos básicos, à escassez de alimentos, a dificuldades no sistema de saúde, a sanções financeiras internacionais (Santos & Vasconcelos, 2016). Entretanto, estes problemas foram-se agravando e persistem até hoje.

Pode dizer-se, por outro lado, que as reservas de petróleo da Venezuela – recurso estratégico para o país – são de interesse internacional, principalmente de potências com políticas neoliberais, como os Estados Unidos. Assinalando as interferências externas na Venezuela, Sousa Santos reforça:

a história recente mostra que as sanções econômicas afetam mais aos cidadãos inocentes do que aos governos. Basta lembrar das mais de 500 mil crianças que, segundo o relatório das Nações Unidas de 1995, morreram no Iraque como resultado das sanções impostas depois da Guerra do Golfo. Recordemos também que na Venezuela vive meio milhão de portugueses ou lusodescendentes. A história recente também ensina que nenhuma democracia sai fortalecida de uma intervenção estrangeira. (Sousa Santos, 2017, § 9-10)

Por sua vez, o regime de Maduro, com intervenções públicas de cunho propagandístico, foi denunciando a existência de uma “guerra econômica”, tanto da oposição, como de empresários, como ainda, de países capitalistas. E, entretanto, os protestos sociais passaram a pressionar o governo. Ocorreram, então, vários conflitos entre apoiantes e opositores a Maduro, que por sua vez se intensificaram. A repressão à liberdade de expressão passou a ser uma realidade agreste. Nessa época, o presidente queixava-se de uma tentativa de golpe de estado (Queda do petróleo em 2014 marcou início da crise da Venezuela, 2016).

A Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou, em dezembro de 2017, um estudo sobre a situação dos direitos humanos na Venezuela. São aí assinalados a fraqueza das instituições democráticas, o crescimento da repressão da sociedade civil, a violência e a insegurança no país. Enfim, era manifesta a “grave crise política, econômica e social que atravessa o país nos últimos dois anos”, “caracterizada pelo desabastecimento generalizado de alimentos, medicamentos, tratamento, material e insumo médico, entre outros. Precisamente em 2015 registrou um aumento de 180,9% nos preços e em abril de 2016 de 80% da população enfrentava escassez de alimentos” (OEA, 2017, pp. 22-23).

Em janeiro de 2020, o líder venezuelano queixou-se, durante uma entrevista: “quando conseguimos um lote importante de medicamentos em algum país e estamos prontos para trazê-lo, chega uma ordem, retiram a carga e o paciente que está na Venezuela fica sem seu medicamento” (Singer, 2020, § 2). E neste mesmo mês de janeiro, Maduro recusou a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) à Venezuela, com o argumento de que o país já não integra a OEA (Maduro nega ingresso de delegação da CIDH na Venezuela, 2020). O ministro dos Negócios Estrangeiros venezuelano, Jorge Arreaza, abordou o tema, nos seguintes termos (Lafuente, 2019):

temos um bloqueio, como não haveria carência de alguns produtos? Os custos deste ano em sanções superam, com o eventual confisco de Citgo, os 30 bilhões de dólares. Evidentemente tem de haver algumas limitações. A UE, o Governo espanhol, a ONU, deveriam fazer o que fizeram em Cuba depois de quase 60 anos: pedir o fim do bloqueio. A hiperinflação pode ter um componente de 25% de responsabilidade do Governo venezuelano, mas 75% é induzida por um câmbio que é colocado em algumas páginas web.

O auge do êxodo dos venezuelanos para o Brasil foi em 2018, quando o Estado de Roraima, apesar das transferências de recursos do governo federal, enfrentou graves problemas logísticos e grandes dificuldades para oferecer alojamentos condignos aos imigrantes. Foi várias vezes decretado em Roraima o estado de emergência social, tendo sido solicitada a intervenção das Forças Armadas para o controle da fronteira, assim como foram mobilizados outros recursos para a assistência à saúde, enfim, para um auxílio generalizado aos venezuelanos. Aos poucos, num processo que envolveu as Forças Armadas, organizações não-governamentais e civis voluntários, a situação regularizou-se, com os imigrantes venezuelanos a serem transferidos por outros Estados.

AS PRÁTICAS DISCURSIVAS DA REVISTA *VEJA*

Numa descrição detalhada, a reportagem da revista *Veja* é testemunha e protagonista do voo em que 63 refugiados são transferidos de Roraima para Santa Catarina, em julho de 2019. Comandado pelas Forças Armadas brasileiras, na Operação Acolhida, esta transferência é parte do processo de distribuição de refugiados do Estado de Roraima por outros Estados.

A narrativa jornalística traça descrições, físicas e psicológicas, das personagens, do ambiente, das ações e dos acontecimentos. Presentes em todo o texto, estas descrições chamam à atenção para as sensações e os sentimentos, procurando humanizar o relato e atrair o leitor. A narrativa circula pelas memórias dos venezuelanos, transita entre o passado, o presente e o futuro, representando o contexto económico e social da Venezuela e projetando, a partir do país de acolhimento, os possíveis cenários da sua permanência no Brasil.

O princípio da reportagem fixa a narrativa no tempo e no espaço e coloca a jornalista no teatro das operações: proximidade do jornalismo à realidade, com destaque para as personagens, as situações e os cenários.

Na chuvosa manhã do último sábado, 20, um Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB) fez valer seus quatro motores para levantar voo de Boa Vista, em Roraima, rumo a Florianópolis, distante 5000 quilômetros. Desenvolvida em 1951 nos EUA, a aeronave foi projetada para atender a fins militares. No entanto, a decolagem naquele dia de pista molhada nada tinha a ver com guerra. A missão era de paz: levar 63 refugiados venezuelanos, entre eles vinte crianças, para Santa Catarina, onde passariam a residir com familiares ou em abrigos. Um dos passageiros era Carlos Montañó, de 28 anos: 'Estou com medo por ser a primeira vez que voo. E por não ter ideia do que nos espera', admitiu ele. (Thomas, 2019, § 1)

A "chuvosa manhã" de sábado cria o efeito de alguma melancolia. O céu cinzento e a insegurança quanto ao amanhã convidam a uma introdução subtil. Palavras como "guerra" e "paz" são escolhidas com o propósito de uma óbvia contraposição. Após uma travessia, da Venezuela para o Brasil, marcada pela escassez e o desamparo, umas largas dezenas de venezuelanos têm agora a possibilidade de construir uma vida melhor. Ao longo da reportagem, várias passagens marcam as diferenças entre "nós", o Brasil e os brasileiros, e "eles", a Venezuela e os venezuelanos. Por exemplo, a força e a potência do avião Hércules, da Força Aérea Brasileira, opõem-se à fragilidade demonstrada pelo medo de um dos passageiros.

Sendo certo que a função conotativa da linguagem pode ser empregue em jornalismo, sobretudo em jornalismo de revista, a jornalista, autora da reportagem, ressalta expressões e metáforas com referências ao clima, por simbolizarem a gravidade da situação e os incidentes do percurso, durante a viagem. A utilização conotativa da linguagem é um recurso recorrente em matérias sobre refúgio e migração, porque estas simbolizam a gravidade da situação. Um tal recurso enfatiza a "saga", a "jornada", a "odisseia", a "aventura", dado que as mudanças quase sempre envolvem dificuldades e incerteza. Verbos como "escapar" e "fugir" são frequentes. É, aliás, o verbo latino *refugere*, ação de fugir, que está na origem do termo refugiado. O substantivo feminino "fuga" foi utilizado no título da reportagem. Em alguns casos, a "fuga" remete para conceitos vagos, para fatalidades sobre as quais não temos o menor controle e para fatores externos (Thomas, 2019). Entretanto, a narrativa vai descobrir responsabilidades pela dor e pela morte na

política externa, seja norte-americana, seja venezuelana (Thomas, 2019). A jornalista prende o enunciado a pessoas, a espaços geográficos, a datas, a factos históricos e a fotografias, como se fossem cópias da realidade – é o chamado efeito de ancoragem e de referencialidade do discurso (Peruzzolo, 2004).

Para grandes reportagens, é reunida muito mais informação do que de facto aquela que se utiliza. A jornalista informa que “conversou com mais de oitenta venezuelanos”. E que elegeu apenas alguns para ilustrar a matéria. São convocadas fontes variadas e plurais. No entanto, o tratamento que lhes é dado insinua um ponto de vista um tanto conservador e elitista. A referência ao medo de um dos passageiros, assinalada acima, remete para um homem de 28 anos, temeroso. E a sua profissão não é revelada. Todavia, já não é assim que é tratado Diover Gonzales, de 59 anos, nem os membros da sua família. Ele próprio neurocirurgião, tem uma esposa enfermeira e um filho advogado (Thomas, 2019, § 2).

Jennifer Ann Thomas é uma jornalista. Sendo diplomada, distingue o “outro”, sem formação, ao mesmo tempo que mostra ao leitor a que ponto é grave a crise de que se ocupa, uma crise que impõe o exílio a profissionais, que são médicos e pedagogos, enfim, que são da classe média e alta. E a mesma coisa acontece mais adiante, quando escolhe a voz passiva para designar a fonte: “Arisnelis Castañeda, de 28 anos, mãe solteira de cinco filhos” (Thomas, 2019, § 9).

A narradora, ora se mostra, ora se esconde; às vezes explica, às vezes insinua; e adianta ou retarda o passo da história. Atribui ao narrador a característica da ambiguidade, fazendo-o alternar entre uma mera personagem e um narrador onisciente (Vilas-Boas, 1996). Evoluindo na terceira pessoa, o narrador pode distanciar-se do discurso e criar o efeito de imparcialidade; ou então, ao aproximar-se dele, o efeito de veracidade. Vejamos os seguintes exemplos: “a reportagem de *Veja* conversou” (Thomas, 2019, § 2); “*Veja* flagrara” (Thomas, 2019, § 4). E ao mesmo tempo que se aproxima o narrador dos refugiados e se cria deste modo um efeito de subjetividade, fabrica-se a credibilidade nos leitores, dado que só o procedimento retórico faz a simulação de que alguém narra o vivido, e que esse alguém é precisamente o jornalista, que presenciou os factos “ao longo de cinco semanas de junho e julho” (Thomas, 2019, § 2).

A prática jornalística da reportagem da revista *Veja*, que é posta em discurso, narrativo, opinativo e interpretativo (Vilas-Boas, 1996), não apresenta, todavia, grande novidade para quem acompanha o assunto. Não instiga o leitor, nem se antecipa às suas expectativas. Reproduz o senso comum, com informações e acontecimentos de ampla divulgação e comoção, como acontece ao citar migrantes que morreram afogados (Alan Kurdi, em 2015, Óscar Martínez Ramírez e sua filha, em 2019) (Thomas, 2019, § 6-7), ou então ao convocar as políticas norte-americanas sobre os imigrantes como exemplo a não seguir. Porém, o uso do advérbio “afinal” dá outro sentido ao discurso, indicando que muitos norte-americanos estavam cansados e esperavam uma solução definitiva:

a situação, de fato, é dramática. Desde 2012 mais que dobrou o número de expatriados em todo o mundo. Hoje, há 25,9 milhões de indivíduos

reconhecidos oficialmente pela ONU com o status de refugiados. O país que mais recebeu solicitações em 2018, os Estados Unidos, não tem sido nada caloroso com os imigrantes. Não é de estranhar, afinal o presidente Donald Trump se elegeu justamente com a promessa de construir um muro na fronteira com o México para impedir não só a migração de cidadãos daquela nação como também de qualquer pessoa que faça de seu território a porta de entrada para a realização do sonho americano. (Thomas, 2019, § 6)

Esta prática jornalística não problematiza a questão e elimina a sua complexidade, ao retirar do leitor a possibilidade do contraditório, que é fundamental para a construção da reflexão crítica. Portanto, em síntese, “o conto é sempre o mesmo” (Martins, 2019, p. 8).

Ao assinalar o número de venezuelanos ouvidos e a duração em semanas da realização da reportagem, tem-se a ideia de que a repórter mergulhou no assunto. “Em cinco semanas, de junho e julho, a reportagem de *Veja* conversou com mais de oitenta venezuelanos” (Thomas, 2019, § 2). E, todavia, do que se trata é apenas de um efeito de aprofundamento. A matéria é bastante parca, superficial, repleta de lugares comuns, de adjetivos e de advérbios – o que é manifestamente insuficiente para constituir capa de uma revista lida por milhões de pessoas.

Os dados de agências oficiais (ONU, Acnur, Polícia Federal, Conare) estão dispostos no texto. Os números “adjetivados” assustam o leitor menos atento: “todos os dias, cerca de 250 venezuelanos buscam exílio no Brasil” (Thomas, 2019, § 5). A ênfase empregue na construção frásica anuncia o conteúdo e o tom do parágrafo:

trata-se do maior fluxo migratório, por meio de fronteiras terrestres, já recebido pelo país. Apenas em 2018, aproximadamente 90.000 pessoas fugiram do regime de Maduro em busca de uma nova vida em solo brasileiro. Desde o agravamento da crise por lá, em 2015, mais de 170.000 pessoas se retiraram da Venezuela tendo o Brasil como destino. No ano passado, o país bolivariano se tornou líder de um *ranking vergonhoso*: ultrapassou Afeganistão, Síria e Iraque e se transformou na nação de onde saiu a maior quantidade de exilados do planeta. Só em 2018, 341.800 venezuelanos solicitaram asilo em algum lugar do mundo. (itálico acrescentado) (Thomas, 2019, § 5)

Neste caso, os números representam pessoas. O “*ranking vergonhoso*” remete para indivíduos, que são cidadãos venezuelanos à procura de soluções e de recursos para uma sobrevivência digna, que o seu país já não oferece. Por sua vez, a comparação da Venezuela com o Afeganistão, a Síria e o Iraque constitui uma crítica pesada, dado que os países de referência são ditatoriais e autoritários, além de que enfrentam o terrorismo. A aproximação entre países na comparação feita induz o leitor a pensar a mesma coisa da Venezuela. A reportagem ressalta: “12% da população, de 32 milhões

de habitantes, submetida ao regime bolivariano, já deixou o país” (Thomas, 2019, § 7), cerca de 38% dos venezuelanos optaram pelo Brasil – 3% do total de 11.231 indivíduos reconhecidos como refugiados no Brasil. “Até o momento, em torno de 15 000 desses imigrantes já foram transferidos para cidades brasileiras. Mas outros 16 000 ainda aguardam, com alguma esperança, uma chance para recomeçar a vida” (Thomas, 2019, § 11). Não existe referência ao destino que tomam os outros 62%.

E, todavia, existe informação que nos dá conta de que 21 mil venezuelanos já foram reconhecidos como refugiados por outras nações. E são também conhecidos dados de refugiados ao nível mundial. Para Niusarete Lima, assessora do Ministério da Cidadania brasileiro, se cada um dos mais de seis mil municípios brasileiros acolhesse uma família, nem se notaria (Gortázar, 2019). No entanto, informações desta natureza, que têm como objetivo dar perspectiva aos números da onda migratória, utilizando comparações com a população, a extensão territorial e a realidade de outros países, não aparecem na reportagem em análise.

Até 2018, 3,4 milhões de venezuelanos fugiram do país (Thomas, 2019). O Brasil enquadra-se em sexto lugar, entre as nações que mais solicitações receberam para acolhimento de refugiados em 2018, nada menos que 80 mil (Thomas, 2019).

Evidentemente que numa reportagem jornalística, nem todos os aspetos de um tema podem ser abordados. Existem limites que são impostos pelo espaço e pelo escopo. O ponto de vista, a focalização, a abordagem e tom não são limitados pelo espaço. Trata-se de uma escolha da jornalista da revista *Veja*. O ponto de vista é um propósito, uma linha de orientação, nem sempre explícita, é a proposta de um olhar, para alguma coisa que é apresentada ao leitor. O ponto de vista pode ser apresentado através da interpretação que é dada no desdobramento do facto. O enfoque é o “rumo” a dar à escolha de uma – ou de várias – “nuances” de um facto. Qualquer assunto ou tema exige um enfoque, pois envolve um número significativo de “nuances” ou desdobramentos (Vilas-Boas, 1996, pp. 20-21).

Não existe confronto de ideias na reportagem de capa da *Veja*. Nem sequer a exposição de argumentos e ideias, que apresentem outras versões para o mesmo facto. É manifesta a ausência de fontes oficiais do governo venezuelano, assim como não é exercido o contraditório sobre a situação política da Venezuela. Direcionada para o seu público específico, esta reportagem mantém um posicionamento conservador, de oposição à esquerda, qualquer que seja o país de que trate. “Fuga de uma ditadura: a saga dos venezuelanos no Brasil” situa o leitor num contexto histórico sobre a migração e sobre a Venezuela, apresentando pontos de vista já conhecidos, mesmo do leitor comum, dada a grande disseminação dos temas. E explica, deste modo, os motivos dos movimentos migratórios:

a situação da Venezuela está diretamente *ligada à derrocada de uma proposta de esquerda, calcada no populismo e na irresponsabilidade econômica. O nome do grande vilão, sem dúvida, é Hugo Chávez. Governante de 1999 a 2013, ele inaugurou com seu jeitão histriônico o fracassado bolivarianismo. Após*

sua morte, assumiu o comando o vice-presidente Nicolás Maduro, uma espécie de clone do antecessor nos trejeitos e na *falta de bom-senso*. Dono da maior reserva de petróleo do mundo, o país se manteve durante décadas, e de forma artificial, à base da commodity. Quando o preço do petróleo caiu — em 2014 seu valor diminuiu 50% —, a fantasia acabou. Resultado: hiperinflação (hoje em 10 000 000%) e a falta de acesso a alimentos e medicamentos. Depois de uma série de protestos contra o regime, o governo instituiu uma Assembleia Constituinte em 2017 para assumir as funções da Assembleia Nacional, de maioria da oposição. O desdobramento dessa iniciativa agravou a crise: *o ditador ganhou ainda mais poderes*. Em meio ao caos de 2018, o então deputado Juan Guaidó se tornou líder da oposição. Em janeiro deste ano, ele se autoproclamou presidente da Venezuela. Donald Trump e o presidente Jair Bolsonaro, além de outros líderes ao redor do globo, declararam apoio ao insurgente. De nada adiantou. Maduro continua no poder até hoje. (itálico acrescentado) (Thomas, 2019, § 8)

“Destruída pelo governo autoritário, a Venezuela sofre” (Thomas, 2019, § 9). A crise neste país da América Latina é enquadrada, como se o ponto de vista das nações capitalistas, opositoras ao regime de Maduro, estivesse naturalizado. Não são apresentadas outras explicações sobre os motivos que levaram à crise económica.

Carateres a negrito reforçam, entretanto, os valores temáticos presentes na reportagem: a ditadura, que é um regime político autoritário e uma forma de governo igualmente autoritária, é de alguém, no caso, de Nicolás Maduro. Nicolás Maduro é o responsável pela crise vivenciada no país. A situação na Venezuela é insustentável e as pessoas vão continuar a fugir do país. “É preciso que se chegue quanto antes a um acordo entre os dois lados que brigam pelo poder na Venezuela”, alerta o sociólogo americano David Smilde, membro sénior do Escritório de Washington para a América Latina. “Lamentavelmente, Maduro ainda resiste” (Thomas, 2019, § 11). São utilizados advérbios para reforçar a posição da jornalista. E as fontes escolhidas falam de uma perspectiva unilateral.

Tirando Nicolás Maduro, não existem na reportagem da revista *Veja* outros políticos venezuelanos – todos são apagados. Oficialmente, a Venezuela é uma república presidencialista. Tendo em conta os acontecimentos dos últimos anos, organizações e instituições internacionais caracterizam-na como uma ditadura, impondo-lhe sanções.

A problemática dos bloqueios e das sanções internacionais, de extrema relevância para a compreensão da crise em curso na Venezuela, não é sequer invocada em termos contrastantes na reportagem da *Veja*. A reportagem não apresenta dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Não é feita qualquer menção à participação de multinacionais no mercado petrolífero da Venezuela, nem às tentativas de interferência norte-americanas na política do país. Tampouco é feita referência à conturbada oposição de Chávez e Maduro ao imperialismo norte-americano, assim como à oposição dos EUA ao socialismo bolivariano (Lopes, 2013; Sousa Santos, 2017).

As críticas à Venezuela também estão nas vozes das personagens, que se fazem presentes no discurso da *Veja*. Ao todo, quase 40% da reportagem é preenchida com fotografias, assinadas por Jonne Roriz. Estas fotografias incidem sobre famílias, sendo dado destaque às suas vozes. E seguem-se narrativas que descrevem a travessia empreendida por cada uma delas, assim como a sua atual situação. Ao delegar a palavra em membros de famílias venezuelanas, a jornalista humaniza e dramatiza a reportagem, procurando efeitos de verdade, pela invocação dos altos valores democráticos, como sejam as liberdades individuais, a defesa da pátria, o controle do Estado e a economia de mercado (Thomas, 2019). E através de um artifício retórico, o narrador como que se faz testemunha da história que os refugiados vivem.

“Vi crianças morrendo de desnutrição. Quando perdi o emprego de vendedora de roupas, achei que minha família passaria por drama igual. Vim ao Brasil por ter ouvido que aqui não faltava comida.” Arisnelis Castañeda, 28 anos, mãe solteira de cinco filhos.

Há um mês no abrigo BV8, em Pacaraima, no norte de Roraima, ela saiu com os filhos, com idade entre 2 meses e 10 anos, da cidade venezuelana de San Félix. O marido a abandonou com as crianças. O primeiro trecho da viagem foi feito de ônibus. A partir de Santa Elena, ainda na Venezuela, indígenas ajudaram o grupo a atravessar a fronteira brasileira.

“Buscamos um futuro para nossos filhos”. Roselis Figueira, de 33 anos, com o marido, Ricardo Moreno, de 30, e o filho Miguel, de 9.

“Fiquei desesperado quando minha filha nasceu e não pude estar com minha mulher. Agora vamos reconstruir a vida juntos.” Luis Hernandez, de 29 anos.

“Ela é tão delicada”, disse Hernandez, lágrimas nos olhos, ao conhecer a filha de 1 mês de vida, em Dourados (MS), após três meses separado da família. (Thomas, 2019)

O discurso da *Veja* apresenta vários exemplos positivos, que enaltecem o Brasil, como é o caso da ação dos militares brasileiros, das Forças Armadas e do Comandante-chefe Jair Bolsonaro, e também da empresa de carnes Seara, responsável por empregar 420 venezuelanos em Dourados (Thomas, 2019), e ainda do “bilionário Carlos Wizard Martin” (Thomas, 2019, § 9). E, simultaneamente, critica a política de Nicolás Maduro, sugerindo um patriotismo equivocado, que decalca a dicotomia bem *versus* mal, capitalismo *versus* socialismo:

Operação Acolhida⁸, capitaneada pelas Forças Armadas desde março de 2018, junta órgãos do governo federal e agências da ONU, com o objetivo

⁸ Mais informação disponível em <http://www.eb.mil.br/operacao-acolhida>

de providenciar moradia, alimentação e trabalho aos que fogem da ditadura de Nicolás Maduro – e da miséria que atinge 90% da população da Venezuela. (Thomas, 2019, § 1)

O Exército [brasileiro] atua como uma espécie de RH: tira foto, prepara o currículo e registra habilidades de cada um. (Thomas, 2019, § 9)

Vemos também, na reportagem da *Veja*, Carlos Wizard Martins a ser fonte na reportagem e personagem da matéria seguinte da revista (Thomas, 2019). Novamente, a relação dominantes *versus* subalternos aparece como categoria discursiva, fazendo supor que o capitalismo é a única solução para questões sociais. Tudo leva a crer, aliás, que a matéria de capa tenha servido como pano de fundo para a matéria sobre o “bilionário que abraçou a causa dos refugiados”, Carlos Wizard Martins.

Estas e outras passagens marcam as diferenças entre “nós”, país democrático e acolhedor, e “eles”, país ditatorial e miserável: “venezuelanos que atravessaram a fronteira com o Brasil para escapar da crise que assola seu país. O que essas famílias vivem é uma autêntica odisseia” (Thomas, 2019, § 2); “no voo do Hércules da FAB, ninguém passou por essa situação”. “Ao Brasil, cabe a tarefa de continuar servindo de porto seguro (...) é um dever humanitário e nos engrandece como nação” (Thomas, 2019, § 11).

A reportagem alimenta, por certo, a curiosidade do público comum. Mas não vai além disso. Está longe de satisfazer o aprofundamento das matérias, de modo a ser possível formar uma opinião. Em conclusão, a reportagem é parcial e carece de dados que ilustrem a complexidade das questões políticas que atravessam a migração venezuelana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No paradoxo da relação entre o eu e o outro, quanto mais distantes estivermos daquilo que identificamos como o “nós”, mais os discursos estarão amarrados a lógicas extremadas, segregacionistas, intolerantes, dicotômicas, face ao migrante, ao refugiado, ao estrangeiro, ao outro, refletindo uma ordem de sentido que já não é de promessa, porque nenhuma palavra a redime. Tendo o homem deixado de ser “animal de promessa” (Martins, 2002a, 2009, 2011/2017), como o havia definido Nietzsche (1887/1988, p. 11), porque a sua palavra já não é capaz de prometer, deu-se, com efeito, no nosso tempo, a translação do regime da palavra para o regime da imagem tecnológica. E esta translação teve como consequência a crise da verdade, e simultaneamente o “empobrecimento da experiência” (Benjamin, 1933/2005), que na nova “ordem sensológica” (Perniola, 1993), se esgota em excitação, efervescência, espectáculo, euforia, simulacro, meros “guardiões do sono” da razão, como assinalou Guy Debord (1967/1991, p. 16).

E essa translação deixou a comunidade humana “em sofrimento de finalidade” (Lyotard, 1993, p. 93; Martins, 2002a, 2002b), ocorrendo nela profundas alterações no aparelho de percepção. Aí se misturam as águas de fenómenos “como a expropriação da socialidade, a imobilidade e a desterritorialização, a perda de consciência histórica e a dissolução da memória coletiva”, e também, os fenómenos opostos “de naturalização

da cultura, intensificação dos laços sociais, localismo, tribalismo e hedonismo” (Martins, 2007, p. 6). Com efeito, cada vez mais, as figuras “de projeto, promessa, historicidade e finalidade”, são substituídas por figuras “onde uma permanente hemorragia de sentido não pára de declinar a temática do fim, seja do fim da história e da verdade, seja do fim do simbólico e da mediação” (Martins, 2007, p. 6).

Noutros estudos, confirmámos que a presença de migrantes e refugiados foi narrada como uma ameaça à normalidade e à estabilidade sociais. A perpetuação deste regime discursivo funciona, com efeito, como um mecanismo de exclusão, gerador de novos medos e inseguranças (Marcondes & Martins, 2019). No estudo atual, concluímos que a revista *Veja* reproduz um discurso hegemónico, de cariz reducionista, conservador e nacionalista. As explicações, as escolhas linguísticas, as estatísticas e a escolha de fontes próximas ao poder governamental brasileiro dizem o que é adequado que a população saiba. Na reportagem da *Veja* são ignorados, ou mesmo silenciados, entendimentos que poderiam contrapor-se aos apresentados, e que a exigência jornalística justificava que se lhes desse destaque.

O silêncio discursivo da *Veja* é excludente, porque diferencia o “nós” e os “outros”, os dominantes e os dominados (Weber, 2004), os poderosos e os subalternos (Spivak, 1985). Este regime do olhar concretiza-se num discurso de apagamento do outro. Trata-se de um discurso que se inscreve numa ordem que tudo reduz à unidade, não dando espaço à alteridade (Martins, 2019).

As dicotomias que permeiam o discurso, entre o norte (central e desenvolvido) e o sul (periférico e subalterno) são repetidas no contexto latino-americano. Faz-se aí uma acerada crítica ao regime venezuelano, sendo enaltecida a democracia brasileira, sem ter em linha de conta os percalços por que passa o Brasil no que respeita às ameaças à liberdade de expressão e à democracia. As consequências deste regime do olhar são o reforço das disparidades culturais e a negação das diferenças. Estrangeiros, migrantes, refugiados permanecem no discurso dominante como subalternos, vítimas de uma ditadura de esquerda. Com o discurso mediático a reproduzir o ponto de vista hegemónico, os outros mantêm-se apagados no próprio país que escolheram para ser a sua pátria.

As representações sociais que os média fazem dos outros e de si mesmos concretizam efeitos de poder, que interferem na construção da atual visão de mundo, pois produzem o inconsciente cultural que naturaliza a supremacia capitalista, reproduzindo os seus valores e as suas relações hierárquicas.

A narrativa da revista *Veja* sobre a crise na Venezuela concretiza práticas discursivas de assimilação da diferença e de exclusão do outro. O ponto de vista adotado vai no sentido de enfatizar os perigos dos governos de esquerda. O outro, que é o subalterno, ganha visibilidade pela voz da *Veja*, que apenas reproduz o pensamento hegemónico. A *Veja* não se abre ao concerto das vozes plurais, que possibilitem a compreensão ampla da migração de venezuelanos para o Brasil e que fomente a criação de novas perspectivas para a inclusão e para a socialização dos novos atores sociais que os migrantes constituem.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (1943/1994). We refugees. In M. Robinson (Ed.), *Altogether elsewhere: writers on exile* (pp. 110-119). Boston: Faber and Faber.
- Benjamin, W. (1933/2005). Experiência e pobreza. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 34-35, 317-321.
- Berkowitz, D. (Ed.). (1997). *Social meanings of news. A text-reader*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Botelho, J. C. A. (2008). A democracia na Venezuela da era chavista. *Aurora*, 2(2), 18-25. Retirado de <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1174>
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction*. Paris: Éditions de Minuit.
- Breed, W. (1997). Social control in the news room. In D. Berkowitz (Ed.), *Social meanings of news. A text-reader* (pp. 107-122). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Carta ao leitor: sobre princípios e valores (2019, 12 de julho). *Veja*. Retirado de <https://veja.abril.com.br/politica/carta-ao-leitor-sobre-principios-e-valores/>
- Debord, G., (1967/1991). *A sociedade do espetáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile.
- Descombes, V. (1998). *Lo mismo y lo outro. Cuarenta e cinco años de filosofía francesa. (1933-1978)*. Madrid: Catedra.
- Foucault, M. (1966). La pensée du dehors. *Critique*, 229, 523-546.
- Foucault, M. (1969). *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1971). *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard.
- Gortázar, N. G. (2019, 07 de outubro). Brasil acelera programa para distribuir venezuelanos por seu território. *El País*. Retirado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/04/internacional/1570188090_289601.html
- Hall, S. (2003). *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lafuente, J. (2019, 10 de fevereiro). Chanceler da Venezuela: "A Europa não deve cair aos pés dos Estados Unidos". *El País*. Retirado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/09/internacional/1549729489_836455.html
- Levinas, E. (2002). *Totalidad e infinito. Ensayo sobre la exterioridade*. Salamanca: Ediciones Sígueme.
- Lopes, M. O. (2013). Balanço teórico da Venezuela bolivariana. In *Anais do Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: revoluções nas Américas* (pp. 11-25). Retirado de http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v2_mariana_GVI.pdf
- Lyotard, J. F. (1993). *Moralités post-modernes*. Paris: Galilée.
- Maduro nega ingresso de delegação da CIDH na Venezuela (2020, 31 de janeiro). *Veja*. Retirado de <https://veja.abril.com.br/mundo/maduro-nega-ingresso-de-delegacao-da-cidh-na-venezuela/>

- Marcondes, V. & Martins, M. L. (2019). Migração Venezuelana no *Jornal Nacional*. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 6(2), 145-162. <https://doi.org/10.21814/rlec.2369>
- Martins, M. L. (2002/2017). *A linguagem, a verdade e o poder. Ensaio de Semiótica Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/48230>
- Martins, M. L. (2002a). De animais da promessa a animais em sofrimento de finalidade. *O Escritor*, 18-20, 351-354. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1676>
- Martins, M. L. (2002b). O trágico como imaginário da era mediática. *Comunicação e Sociedade*, 4, 73-79. [https://doi.org/10.17231/comsoc.4\(2002\).1265](https://doi.org/10.17231/comsoc.4(2002).1265)
- Martins, M. L. (2004). *Semiótica*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/996>
- Martins, M. L. (2007). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, 12, 5-7. [https://doi.org/10.17231/comsoc.12\(2007\).1092](https://doi.org/10.17231/comsoc.12(2007).1092)
- Martins, M. L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 1, 158-162. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24132>
- Martins, M. L. (2011/2017). *Crise no castelo da cultura*. Coimbra: Gráçio. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29167>
- Martins, M. L. (2019). A "crise dos refugiados" na Europa – entre totalidade e infinito. *Comunicação e Sociedade* [Vol. Especial], 21-36. [https://doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3058](https://doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3058)
- Nietzsche, F. (1887/1988). *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ONU, Organização das Nações Unidas. (1951). *Convenção relativa ao estatuto dos Refugiados (1951)*. Retirado de https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf
- OEA, Organização dos Estados Americanos. (2017). *Institucionalidade democrática, estado de derecho y derechos humanos en Venezuela: informe de país*. Caracas, Venezuela: Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Retirado de <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf>
- Perniola, M. (1993). *Do sentir*. Lisboa: Presença.
- Peruzzolo, A. C. (2004). *Elementos da semiótica da comunicação: quando aprender é fazer*. Bauru: EDUSC.
- Queda do petróleo em 2014 marcou início da crise da Venezuela (2016, 16 de maio). *Isto é Dinheiro*. Retirado de <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20160516/queda-petroleo-2014-marcou-inicio-crise-venezuela/373695>
- Ricoeur, P. (1991). *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus.
- Santos, F. N. P. & Vasconcelos, T. M. (2016). Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática. In M. S. N. Martins; R. A. Pereira & T. S. Reis (Eds.), *Anais do XVII encontro de História da Anpuh: entre o local e o global*. Retirado de http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465525214_ARQUIVO_VenezuelanosnoBrasil-dacriseeconomicaparaacrisepoliticaemidiatica.pdf
- Schudson, M. (1986a). *What time means in a news story*. Nova Iorque: Columbia University, The Gannett Center for Media Studies Occasional Papers.

- Schudson, M. (1986b). Deadlines, datelines, and history. In R. K. Manoff & M. Schudson (Eds.), *Reading the new* (pp. 79-108). Nova Iorque: Pantheon Books.
- Schudson, M. (1988). Por que é que as notícias são como são. *Comunicação e Linguagens*, 8, 17-27.
- Schurster, K. & Araujo, R. (Ed.). (2015). *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia.
- Singer, F. (2020, 14 de fevereiro). Maduro acusa Bolsonaro e pede mediação de "países amigos" para conflito com os EUA. *El País*. Retirado de <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-14/maduro-ataca-bolsonaro-e-pede-mediacao-de-paises-amigos-para-conflito-com-eua.html>
- Sousa Santos, B. (2017, 28 de julho). Em defesa da Venezuela. *Brasil de Fato*. Retirado de <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/28/artigo-or-em-defesa-da-venezuela>.
- Sousa, J. P. (2000). *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Minerva.
- Sousa, J. P. (2004). O dia depois. A reacção da imprensa portuguesa ao atentado de 11 de Março de 2004 em Madrid. In *BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-dia-depois.pdf>
- Spivak, G. (1985). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.
- Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos.
- Tuchman, G. (1978). *Making news. A study in the construction of reality*. Nova Iorque: The Free Press.
- van Dijk, T. (1990). *La noticia como discurso comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós.
- van Dijk, T. (2016). Estudios críticos del discurso: un enfoque sociocognitivo. *Discurso & Sociedad*, 10(1), 137-162.
- Vilas-Boas, S. (1996). *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus.
- Weber, M. (2004). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (Vol. 2). Distrito Federal: Universidade de Brasília. Retirado de <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/weber-m-economia-e-sociedade-fundamentos-da-sociologia-compreensiva-volume-2.pdf>.
- White, D. (1997). The gate keeper. In D. Berkowitz (Ed.), *Social meanings of news. A text-reader* (pp. 63-71). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Zelizer, B. (1997). Has communication explained journalism? In D. Berkowitz (Ed.), *Social meanings of news. A text-reader* (pp. 23-30). Thousand Oaks: Sage Publications.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Moisés de Lemos Martins é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É diretor da revista *Comunicação e Sociedade* também da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (RLEC) e da revista *Vista*. Doutorada pela Universidade de Estrasburgo em Ciências Sociais (na especialidade de Sociologia), em 1984, tem publicado, no âmbito da Sociologia da Cultura, Semiótica

Social, Sociologia da Comunicação, Semiótica Visual, Comunicação Intercultural, Estudos Lusófonos. Dirigiu durante dez anos o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (de 1996 a 2000, e de 2004 a 2010). Em 2016, a Universidade do Minho concedeu-lhe o Prémio do Mérito Científico. Destacam-se as seguintes obras: *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs* (2017, 2011); *A linguagem, a verdade e o poder. Ensaio de Semiótica Social* (2017, 2002); *O olho de Deus no discurso salazarista* (2016, 1990); *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. O caso das Ciências da Comunicação* (2017); *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (2015).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Email: moisesm@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Valéria Marcondes é docente na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Santa Catarina, Brasil), na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (Facisa), Curso de Jornalismo. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com bolsa Capes (2011). Pós-doutora pela Universidade do Minho (Braga, Portugal), 2017, sob supervisão de Moisés de Lemos Martins. Participou do Programa de Doutorado com Estágio no Exterior (PDEE), em 2009, na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), com bolsa Capes. Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com bolsa Capes (2006), bolsa CNPq. Jornalista pela Universidade de Passo Fundo (2003). Diretora de Pesquisa e Pós-graduação stricto sensu na Unochapecó (2012-2016).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1670-4892>

Email: leriamarcondes@hotmail.com

Morada: Rodovia BR 282, KM 528, Acesso Linha Limeira, 199, CEP 89.825-000 Xaxim/ SC, Brasil

Submetido: 14/04/2020

Aceite: 17/07/2020

REFUGIADOS E MIGRANTES EM CAMPANHAS PÚBLICAS: DAR VOZ A QUEM NÃO TEM VOZ

Célia Belim

Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), Instituto Superior de Ciências
Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCS-ULisboa), Portugal

RESUMO

Este artigo foca-se no potencial persuasivo das campanhas de comunicação pública sobre refugiados e migrantes. A partir da análise da retórica a suportes (n=62), conclui-se que o discurso adota uma tática retórica assente na proposta aristotélica: *ethos*, *pathos* e *logos*. Os resultados indicam: 1) o uso da credibilidade da fonte e do sujeito ativo, construindo a impressão de que são dignos de confiança; 2) ao nível do *pathos*, a instigação da dimensão afetiva, motivando, potencialmente e com valor positivo, a empatia, o compadecimento, o exercício de reflexão, o reconhecimento do erro dos preconceitos, o peso da responsabilidade, o ímpeto a agir e a resolver problemas, a gratificação por ajudar e a consciencialização do contributo para algo positivo e, com valor negativo, a frustração e a culpa; 3) ao nível do *logos*, a força do realismo – alicerçada nos dados estatísticos, factos, exemplos e personalizações –, dos recursos estilísticos como a metáfora, do uso do ponto de interrogação e da riqueza e multiformismo da criatividade.

PALAVRAS-CHAVE

refugiados; migrantes; campanhas públicas; discurso; retórica

REFUGEES AND MIGRANTS IN PUBLIC CAMPAIGNS: BEING A VOICE FOR THE VOICELESS

ABSTRACT

This article focuses on the persuasive potential of public communication campaigns on refugees and migrants. From the analysis of the rhetoric to supports (n=62), it is concluded that the discourse adopts a rhetorical tactic based on the Aristotelian proposal: *ethos*, *pathos* and *logos*. The results indicate: 1) the use of the credibility of the source and the active subject, constructing the impression that they are worthy of trust; 2) at the level of *pathos*, the instigation of the affective dimension, motivating, potentially and with positive value, empathy, compassion, exercise of reflection, recognition of the error of prejudices, weight of responsibility, impetus to act and to solve problems, gratification for helping and awareness of the contribution to something positive and, with negative value, frustration and guilt; 3) at the level of *logos*, the strength of realism –, based on statistical data, facts, examples and personalization –, stylistic resources such as metaphor, the use of the question mark, and the diversity of creativity.

KEYWORDS

refugees; migrants; public campaigns; discourse; rhetoric

INTRODUÇÃO

A História testemunha os maiores níveis de deslocação já registados no mundo, verificando-se que o número de refugiados cresceu mais de 50% nos últimos 10 anos, sendo mais de metade crianças (Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR, 2019). Mais de 68,5 milhões de indivíduos foram forçados a abandonar as suas casas devido a conflitos, perseguições ou violência generalizada (ACNUR, 2019). 25,4 milhões são refugiados, 40 milhões deslocados internamente nos seus países e 3,1 milhões solicitantes de asilo (ACNUR, 2019). Filippo Grandi, o alto comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Refugiados (ACNUR, 2019), diz que estamos num divisor de águas, em que o êxito na gestão da deslocação forçada requer uma abordagem nova e mais ampla para que os países e comunidades não tenham que lidar com o problema sozinhos.

Enquanto os refugiados enfrentam uma situação vulnerável por não terem a proteção dos seus países de origem e sofrem ameaças e perseguições, os migrantes internacionais escolheram voluntariamente viver no exterior, sobretudo motivados por fatores de ordem económica, podendo, se assim desejarem, voltar com segurança ao seu país de origem (ACNUR, 2018, p. 10).

A “busca de soluções duradouras” configura uma moldura em que a reconstrução das vidas dos refugiados com paz e dignidade, assegurando os seus direitos, é uma prioridade (ACNUR, 2018, p. 11). O ACNUR (2018), por exemplo, propõe três soluções: repatriação voluntária, integração local e reassentamento (p. 11).

É neste enquadramento temático e contextual que se insere este estudo, comprometido em perceber o potencial persuasivo das campanhas de comunicação pública sobre refugiados e migrantes. Sob uma lógica de “dar voz a quem não tem voz”, procura-se entender o poder da comunicação na sensibilização de causas sociais e humanitárias, como os refugiados e migrantes. Assim, este estudo ancora-se na teoria da retórica, que se embebe nos ensinamentos de Aristóteles.

MÚLTIPLOS DISCURSOS SOBRE MIGRANTES E REFUGIADOS NA ESFERA PÚBLICA

A esfera pública é palco de múltiplos discursos, assumidos como “criação de entendimentos” (Warren, 1999, p. 171). Habermas (1989) sugere que os ideais da esfera pública – discussão racional livre e aberta entre iguais – deveriam ser características das democracias modernas. No entanto, adverte que a comercialização da esfera pública induz a uma comunicação distorcida, na medida em que as discussões são movidas por interesses em vez de argumentos racionais abertos, o que fragiliza a democracia (Habermas, 1989). É neste contexto que Moloney (2006) sugere uma redefinição da esfera pública, dado que o ideal proposto por Habermas é utópico, e menciona que vivemos, agora, numa “esfera persuasiva”, na qual os cidadãos devem entender uma miríade de mensagens sobre os méritos de uma vasta gama de assuntos, políticas e produtos.

Jensen (2001) sugere que a esfera pública seja tratada como um conceito analítico, que se refere aos processos discursivos presentes numa rede complexa de pessoas,

associações e organizações institucionalizadas (p. 136). A autora observa que: a) a esfera pública se pauta mais pelo desacordo do que pelo acordo devido aos múltiplos discursos que competem entre si; b) por mais conflitantes que sejam as posições, um traço comum dos discursos é serem lançados como perfilhadores do interesse comum – o interesse de todos; c) os agentes atuantes na “rede complexa” visam expor os seus pontos de vista por via dos média e fóruns; d) os discursos da esfera pública representam uma maneira civilizada de discordar abertamente sobre questões essenciais merecedoras de preocupação; e) os discursos são “muito raramente conclusivos”, mas constituem uma fonte complexa de poder social, confiança, legitimidade para os agentes; f) os cidadãos, como membros da sociedade, desempenham simultaneamente conjuntos de papéis ou funções; g) as expectativas sociais mudam com o tempo como resultado da interação entre discursos na esfera pública (Jensen, 2001, p. 136).

Os textos mediáticos podem ajudar a moldar a nossa consciência e oferecem-nos noções sobre como viver, o que é certo e o que é errado (Berger, 2012, p. 59).

No contexto da imagem sobre os refugiados, os média, com reportagens, enquadramentos, linguagem, decisões, têm a capacidade de influenciar os públicos. Nesta lógica, a vitimização e os enquadramentos humanitários podem beneficiar a imagem sobre os refugiados e a sua aceitação na sociedade anfitriã (Horsti, 2008; Van Gorp, 2005), enquanto o foco no problema associa os grupos de entrada a ilegalidade, terrorismo e crime (Bennett, ter Wal, Lipinski, Fabiszak & Krzyzanowski, 2013; El Refaie, 2001; Goodman & Speer 2007; Ibrahim, 2005).

Goodman e Speer (2007) mostram a categorização como uma estratégia política e retórica poderosa para os participantes no debate sobre o asilo, ao tentarem impor os seus próprios sistemas de classificação ao debate e, ao fazê-lo, justificam o tratamento (mais ou menos) duro aos requerentes de asilo. No mesmo sentido, El Refaie (2001), analisando reportagens de jornais austríacos publicados em janeiro de 1998, sobre requerentes de asilo curdos na Itália, afirma que o uso repetido de metáforas, aplicadas aos requerentes de asilo curdos em formas lexicais e sintáticas relativamente fixas (por exemplo, “água”, “criminosos”, “exército invasor”), e a transversalidade desta abordagem nos jornais parecem indicar uma maneira “natural” de descrição.

Greussing e Boomgaarden (2017) identificam que as narrativas noticiosas que caracterizam os refugiados como ameaças à economia e à segurança – perpetuando a sua imagem como encargos económicos e ameaçadores da prosperidade e do bem-estar do país anfitrião, ao se referirem a grandes quantidades de dinheiro (“salvando fronteiras”) –, são os enquadramentos mais dominantes na cobertura sobre questões de refugiados e asilo entre janeiro de 2015 e janeiro de 2016 em seis jornais austríacos (n=10606). Em contraste, enquadramentos de humanitarismo, destacando a ajuda voluntária da sociedade anfitriã e a sua contribuição para uma cultura acolhedora, exigindo, assim, uma postura humanitária (“salvando pessoas”) no discurso público e informações de fundo sobre a situação dos refugiados, são fornecidas em menor grau.

Através de “uma revisão a artigos de jornais e opiniões dos leitores” publicados em Windsor, Canadá, em 2007 e 2008, Gilbert (2013, pp. 827-829) observa que: a) os

refugiados mexicanos são codificados como o “outro ilegal, criminoso e fraudulento”; b) para elevar o fluxo de refugiados a um nível de “crise” e perpetuar uma superioridade posicional sobre os requerentes de refugiados, três dispositivos retóricos são predominantemente usados nos discursos mediáticos: léxicos, jogos de números e legitimação de especialistas/autoridades.

A cobertura mediática sobre questões de refugiados e asilo usa um discurso metafórico relacionado com grandes quantidades e forças elementares, como água e inundações (Baker & McEnery, 2005; El Refaie, 2001; Gabrielatos & Baker, 2008). A imigração é descrita como a impotência contra a magnitude das pessoas que chegam recentemente e os custos ou despesas dos serviços de refugiados (Gilbert, 2013, p. 831). As metáforas mediáticas retratam refugiados e requerentes de asilo como grupos anónimos e até desumanizados (Esses, Medianu & Lawson, 2013), o que leva a uma bipolarização (nós *versus* eles). Dentro deste estilo narrativo, refugiados e requerentes de asilo são projetados como desviantes ou estranhos à sociedade anfitriã, degenerando a sua identidade cultural, linguagem e valores (Gilbert, 2013).

Bennet (2005) e Hickerson e Dunsmore (2016, pp. 3, 12) lamentam que, muitas vezes, as histórias “flutuem livremente” do contexto sociopolítico, sugerindo que os dados contextuais podem neutralizar a desumanização e a polarização do grupo.

Um relatório da Otto Brenner Stiftung (OBS) revela, a partir da análise a milhares de artigos publicados em jornais nacionais e regionais alemães entre fevereiro de 2015 e março de 2016, a unilateralidade da cobertura dos média alemães que a) dá um “passe livre” à política de portas abertas de Angela Merkel – quase universalmente elogiada pelos média alemães; b) aprofunda a fenda ideológica entre liberais, por um lado, e nacionalistas e conservadores, por outro, e; c) falha em representar as preocupações legítimas dos alemães alarmados com o fluxo (Chazan, 2017). O estudo revela que, até o fim do outono de 2015, praticamente nenhum editorial reflete as preocupações, medos e resistência de uma franja crescente da população e, quando o faz, adota uma didática num “tom desdenhoso”. Em alternativa, os jornalistas reproduzem o ponto de vista e os slogans da elite política (Chazan, 2017). O relatório realça que *willkommenskultur* (“cultura de boas-vindas”) se tornou uma palavra mágica, usada por certos média, para transformar “pessoas comuns” em bons samaritanos e incentivá-las a atos de bondade para com os recém-chegados (Chazan, 2017). O ponto de viragem, nesta candura ou doçura dos média alemães, ocorre com as agressões sexuais em massa contra mulheres na cidade de Colónia no fim de 2015 (Chazan, 2017).

Um projeto de pesquisa, “How do media across Europe cover migrants and refugees?”, que analisou a cobertura mediática em 17 países reunindo como *corpus* 2417 artigos publicados durante seis semanas intermitentes entre agosto de 2015 e março de 2018, observa “atitudes [jornalísticas] fundamentalmente diferentes” entre o trio de países, Alemanha, Itália e Grécia, e os outros pertencentes à amostra (Fengler & Kreutler, 2020, p. 28). O trio trata os refugiados como tópicos domésticos, o que reflete a distinção dos três países como destinos preferenciais de migrantes e refugiados, enquanto os outros 14 países tratam tendencialmente o tópico como um assunto externo.

As diferenças, ao nível do tom, mostram que os média da Europa central e oriental se concentram mais nos problemas com migrantes e refugiados e nos protestos contra a sua presença, enquanto os média da Europa ocidental enfatizam a situação destas categorias demográficas e a ajuda que lhes é prestada. Um problema identificado é a falta de clareza para o público quanto ao histórico e estatuto legal dos que tentam entrar na Europa como migrante ou refugiado, sendo a cobertura dominada por debates políticos e atores políticos (45%). Apenas um terço dos artigos (33%) prima pela distinção clara entre refugiados, com um estatuto legal protegido, e os migrantes cuja partida dos seus países de origem se motiva por razões económicas, sociais, educacionais e outras. A voz dos migrantes e refugiados tende a permanecer silenciosa.

No âmbito do projeto referido, propõe-se que os média europeus, na representação de migrantes e refugiados, sigam o exemplo dos Estados Unidos da América (EUA) (Fengler & Kreutler, 2020). Os artigos dos EUA mostram um número particularmente alto de migrantes e refugiados que são citados – provavelmente como resultado das tradições de reportagem anglo-saxónicas e do código de ética (da Society of Professional Journalists), que preconiza “dar voz aos que não têm voz” (Fengler & Kreutler, 2020, p. 42). Na Europa, são os média espanhóis que se aproximam mais desta prática (Fengler & Kreutler, 2020).

A literatura atual sobre refugiados não reconhece a pertinência de informações claras, oportunas e consistentes para o funcionamento do processo de asilo, mas, quando questionados diretamente, “o que eles mais querem é informação, sinais credíveis que mantêm a transparência entre os refugiados e o estado anfitrião” (Carlson, Jakli & Linos, 2018a, pp. 568-569). Carlson, Jakli e Linos (2018b) argumentam que a inadequada disseminação da informação pelos governos, organizações regionais e internacionais e grupos de ajuda pode prejudicar o cumprimento das suas políticas. O argumento é o de que a deficiente gestão da informação estimula a desconfiança em relação ao governo e às organizações de ajuda e a procura de contrabandistas. Para avaliar o seu argumento, os investigadores conduziram mais de 80 discussões com migrantes e refugiados na Grécia, 25 entrevistas semiestruturadas com trabalhadores humanitários e funcionários públicos e analisaram boletins semanais de correção de boatos produzidos pela organização não governamental (ONG) Internews. Concluem que os governos devem priorizar a comunicação eficaz e a transparência das políticas, especialmente em contextos de crise.

Focados na campanha norueguesa no Facebook, “Regulamentos mais rígidos de asilo na Noruega”, e usando a entrevista e o estudo de caso, Brekke e Thorbjørnsrud (2018) oferecem uma análise aos bastidores de uma tentativa contínua de gerir a migração via online. Concluem que a crise pode estimular a inovação.

Pouca atenção académica tem sido canalizada para os esforços de comunicação feitos pelos governos direcionados aos migrantes. No âmbito político, as discussões têm-se concentrado em como a comunicação governamental com os potenciais requerentes de asilo pode influenciar os padrões de chegada (Brekke, 2004). Nos países receptores europeus, esses esforços concentram-se na “gestão da reputação”, isto é, em não parecer mais atraente, para os solicitantes de asilo, do que os países vizinhos (Thielemann, 2003).

CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA E RETÓRICA

As campanhas de comunicação pública podem ser entendidas como tentativas propositadas de informar, persuadir ou motivar mudanças de comportamento num público relativamente grande e bem definido, geralmente para benefícios não comerciais para o indivíduo e/ou sociedade e num determinado período de tempo, por via de atividades de comunicação organizadas, envolvendo média e frequentemente complementadas por apoio interpessoal (Rice & Atkin, 1989, p. 7).

A mensagem influente, veiculada no âmbito das campanhas, deve ter algumas qualidades ou recursos, como (Atkin & Rice, 2013, p. 9): 1) a credibilidade, expondo a confiabilidade e a competência da fonte e evidências convincentes; 2) a maneira envolvente de apresentar o estilo e as ideias através da combinação entre a substância cativante e a execução estilística atraente e divertida; 3) a seleção pessoalmente envolvente e relevante do conteúdo e do estilo, para que os destinatários considerem a recomendação comportamental aplicável à sua situação e necessidades; 4) a compreensibilidade, no sentido de que a apresentação do conteúdo deve ser simples, explícita e detalhada e, conseqüentemente, compreensiva e compreensível para os recetores; 5) os incentivos motivacionais da mensagem, que são as gratificações que os destinatários podem obter ao cumprir as recomendações presentes na mensagem.

A retórica ocupa-se da comunicação com fins persuasivos (Aristóteles, 2005, pp. 95-96). Aristóteles enuncia três “provas de persuasão”: a) as que residem no caráter moral do emissor, deixando a impressão de que é digno de fé (*ethos*); b) as derivadas da emoção que o discurso desperta no público (*pathos*), entendendo-se a emoção como “qualquer experiência mental com alta intensidade e alto conteúdo hedónico (prazer/desprazer)” (Cabanac, 2002, p. 69), podendo produzir diferentes mudanças psicológicas, comportamentais e cognitivas; e c) as que se focam no que o discurso demonstra (*logos*) (pp. 96-97). Hartelius e Browning (2008) afirmam que o *ethos* relaciona-se com a confiança e a credibilidade conferidas ao orador pelo público (p. 29). Green (2004) argumenta que os argumentos relativos ao *pathos* se relacionam com as emoções despertadas e podem provocar uma ação social poderosa (p. 659). O *logos* refere-se à clareza e utilidade de um argumento, apresentado de maneira racional e lógica (Holt & Macpherson, 2010, p. 26). Ting (2018) assevera que o uso de dados/evidências e exemplos faz parte da substância do discurso lógico e racional (p. 238). Ainda em relação ao *logos*, os dispositivos estilísticos podem tornar concretos os pensamentos do orador, ajudando-o a comunicar de maneira mais eficaz e clara (Corbett, 2004, p. 143). Pode-se dizer que o *pathos* e o *logos* ligam-se, respetivamente, à afetividade e ao realismo.

Aplicando uma estrutura teórica que envolve valores de hospitalidade e usando o “poder do contato”, Gallner (2018) conduz uma investigação no Nebraska, EUA, associada a uma campanha de médias sociais, designada “Room at our table”. Esta baseia-se numa série de web-episódios que utilizam o conceito psicológico de partilha de refeições como uma atividade de construção da comunidade, de modo a mudar as perspetivas de hospitalidade em relação aos refugiados, através da redução do viés implícito. Psicologicamente, a aversão em acolher refugiados, também, pode resultar da ameaça

de identidade e do desejo de proteger recursos dentro de um determinado grupo. A investigadora reconhece que a eficácia da campanha depende, também, de imagens mais emocionalmente sugestivas. As fotos da campanha com a família de refugiados foram percebidas como estagnadas e artificiais por vários participantes do estudo, evidenciando-se a etnia como a primeira característica notada, o que contraria os valores fundacionais da campanha. Os valores de hospitalidade seriam melhor expressos através de imagens ativas: mostrando a família a confeccionar uma refeição, a dar as boas-vindas na sua casa. A autora, enfatizando que os valores de hospitalidade e a compartilha de recursos podem ser uma base sólida para uma campanha pró-refugiados num escopo mais amplo, refere que, com algumas melhorias, a experiência pode ser aplicada em estudos futuros, em convergência com as iniciativas existentes.

O estudo de LeBuhn (2018) compromete-se a entender as barreiras à empatia no contexto de imagens humanitárias (efeito de choque, imagens positivas e narrativa digital), focando-se em cinco fotos e sete campanhas de narrativa digital em três categorias de formato (curta-metragem, série de fotos e documentário na web). Conclui que, enquanto no passado o “efeito de choque” e a “imagem positiva” dominam as imagens do trabalho humanitário, apelando à culpa e à gratidão, a narrativa digital adota dispositivos narrativos para inspirar ações mais ponderadas e configura um espaço para compartilhar as histórias de refugiados (p. 58), explorando a humanização.

O uso da imagem positiva no contexto da comunicação humanitária permite: a) personalizar os sofredores, permitindo ao espetador uma concentração neles como atores; b) sugerir ao doador que a sua contribuição é tangível na melhoria de uma vida; c) despertar a “imaginação modal” do espetador; d) evitar o sentimento de impotência do espetador para ajudar o sofredor distante (efeito espetador); e) evitar a resistência à natureza deprimente das campanhas (*efeito boomerang*) (Chouliaraki, 2010; LeBuhn, 2018, p. 23). O *efeito boomerang* liga-se à teoria psicológica da reatância, realçando que, na exposição a fotografias humanitárias, os espetadores, se expostos a repetidas imagens negativas, tendem a oferecer resistência a elas (Chouliaraki, 2010). Contudo, o uso da imagem positiva poderá ter revezes: a) embora pareçam capacitar as vítimas, ao retratá-las com dignidade e autodeterminação, as imagens correm o risco de simultaneamente esvaziar ou secundarizar a condição de vítima efetiva; b) a perda da construção de uma necessidade real, pois, ao refletirem que “tudo já foi resolvido”, as fotografias positivas falham em cobrir a dinâmica complexa do poder da ajuda – que é necessária –, motivando a inação do observador (Chouliaraki, 2010; LeBuhn, 2018, p. 24).

Västfjäll, Slovic e Mayorga (2015) explicam quais são as consequências emocionais e motivacionais de “não ajudar todos”. Numa série de experimentos, demonstram que as decisões para ajudar são motivadas fortemente pela eficácia percebida e que o efeito negativo decorrente de não poder ajudar crianças, percecionadas como não salváveis, diminui o “brilho quente” do sentimento positivo associado a ajudar crianças. Isto quer dizer que informações sobre vidas que não podemos salvar podem induzir a um efeito negativo e desmotivar a ajudar os potencialmente salváveis devido ao amortecimento de sentimentos positivos. Essa desmotivação devido a não conseguir auxiliar as

crianças fora do nosso alcance pode ser uma forma de “pseudoeficácia” não racional. A “pseudoeficácia” refere-se ao fenómeno afetivo de que os sentimentos positivos sobre a criança que se pode ajudar são atenuados por sentimentos negativos associados a crianças que fatalmente não podem ser ajudadas (Västfjäll et al., 2015). Essencialmente, os humanos estão conectados para ajudar uma pessoa de cada vez e podem ser desencorajados a fazê-lo se sentirem que há mais pessoas que não podem ajudar.

Focando-se nas estratégias de persuasão usadas pela ONG Save the Children, Zarzycka (2015) nota que o rosto de uma criança carente é um tropo visual que está na vanguarda da política do espetáculo em notícias de emergência e iniciativas de ajuda. Imagens dos rostos das crianças funcionam em níveis afetivos e éticos, apelando à compaixão e a um discurso de direitos humanos universais. Reconhecendo o fascínio cultural por imagens de crianças, a autora explora como a campanha configura a ajuda financeira do doador ao beneficiário como afetiva e não económica. Os rostos das crianças podem criar remorso entre os agressores, diálogo entre os formuladores de políticas públicas e empatia genericamente entre o público (p. 29). No ambiente competitivo dos média atuais, as crianças funcionam como referentes morais (p. 29). Usar uma única criança como face da necessidade, problema, guerra ou injustiça, configurando “a face dos danos colaterais” (Thorne, 2003, p. 261), caracteriza a retórica do fotojornalismo e das campanhas de ONG. Por outro lado, os rostos sorridentes de crianças são um cliché visual que atua contra o reconhecimento da urgência da sua situação (Chouliaraki, 2010).

Também de Jong e Dannecker (2017) reconhecem o potencial da dimensão afetiva: enunciam que pode exceder a gestão da campanha “i am a migrant”, inspirando solidariedades políticas e que, como o afeto é um “mecanismo crucial” para mudar a opinião pública, a campanha coloca, em primeiro plano, os testemunhos e as narrativas sobre as evidências e os conhecimentos, géneros narrativos mais classicamente associados à gestão da migração.

Explorando o poder benigno e maligno do visual no enquadramento racial da crise *européia de refugiados*, Burrell e Hörschelmann (2018) trazem entendimento sobre as possibilidades políticas que a narrativa visual oferece na mudança de “linhas de visão” num clima anti-refugiado cada vez mais vitriólico. Analisando narrativas gráficas criadas pela ONG PositiveNegatives sobre as experiências de refugiados sírios na Escandinávia, argumentam que a modalidade e o conteúdo dessas narrativas provocam encontro e empatia, desprezando o racismo endémico incorporado nas discussões mediáticas sobre a *crise dos refugiados* e oferecendo maneiras novas e suavemente radicais de resistir ao veio desumano dos discursos dos média convencionais.

Estudos, como o de Jong e Dannecker (2017) e o de Pécoud (2010), têm revelado alguns paradoxos. De Jong e Dannecker (2017) analisam o objetivo, público, forma e conteúdo da campanha “i am a migrant”, da International Organisation of Migration (IOM). Sugerem que a campanha direcione a opinião pública nos países anfitriões ocidentais e que o website da campanha, como plataforma para as vozes dos migrantes, não seja antitético à missão da Organização Internacional para as Migrações (OIM) de gerir a migração sob uma lógica de produtividade e racionalidade, mas seja sim uma sua

extensão lógica. Mostram, também, que as narrativas de migrantes apresentadas não apenas confirmam, mas também prejudicam a suposta naturalidade dos seus fortes laços com os países de origem. Também Pécoud (2010), ao comparar a retórica da política global sobre a gestão de migrações e a prática de campanhas de informação, encontrou dois paradoxos: 1) ao nível da política global, a migração é apresentada como positiva, mas as campanhas de informação analisadas enfatizam o seu lado sombrio, estando ainda presas na lógica do controlo da migração, em vez da gestão produtiva; 2) entre a retórica e a ação, não havia “iniciativas que promovessem a utilidade da migração entre a população dos países de destino”, apesar de documentos políticos articularem que “sentimentos anti-imigrantes são alimentados pela ignorância do público sobre a utilidade dos migrantes” (p. 186).

OPÇÕES METODOLÓGICAS

A pergunta “como é que as campanhas de comunicação pública sobre refugiados e migrantes constroem retoricamente o seu potencial persuasivo?” orienta o presente estudo. Procura-se compreender o potencial persuasivo de suportes impressos usados em campanhas sobre refugiados e migrantes, de modo a conseguir reunir conhecimento ao nível da retórica. Para melhor cumprir este objetivo, opta-se pela técnica da análise da retórica que se foca mais em como a mensagem se apresenta, como a forma, metáforas, estrutura argumentativa e escolhas (Neuendorf, 2002, p. 5), convocando como dimensões analíticas os apelos retóricos propostos por Aristóteles: *ethos*, *pathos* e *logos*.

O *corpus* compõe-se de 62 suportes, a partir da pesquisa, efetuada em março de 2020, com as palavras “refugee”, “refugees”, “migrant” e “migrants”, em dois websites – Ads of the world (AOW) e Campaigns of the world (COTW) –, escolhidos pelas seguintes razões: o Ads of the world (AOW) é “a maior base de publicidade criativa do mundo”¹ e o Campaigns of the world (COTW) “é a fonte de notícias número um para publicitários e profissionais criativos”². Todos os suportes, que resultaram da pesquisa, foram analisados. O grosso do *corpus* proveio do website Ads of the world.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

ETHOS – SENDO “DIGNO DE FÉ”

Todas as entidades anunciantes, como o ACNUR, a Save the Children, a Assistência Médica Internacional (AMI), os Médecins Sans Frontières, a Building Resources Across Communities (BRAC), gozam de credibilidade e confiabilidade. O barómetro de confiança Edelman de 2020 realça que, hoje, as pessoas confiam com base em dois atributos: competência (cumprimento de promessas) e comportamento ético (adoção do comportamento certo e compromisso em melhorar a sociedade). Entre os resultados, as ONG lideram o comportamento ético (Edelman, 2020). O ACNUR, por exemplo,

¹ Disponível em <https://www.instagram.com/adsoftheworldnyc/?hl=pt>

² Disponível em <https://campaignsoftheworld.com/>

beneficia do estatuto de ser uma agência das Nações Unidas, com mandato especificamente para proteger os refugiados. Contando com quase 70 anos, já foi galardoado com dois prémios Nobel, em 1954 e 1981 (The Nobel Prize, 2020), e com o Prince of Asturias Awards for International Cooperation, em 1991.

A Social-Bee (2019) explora os exemplos de refugiados famosos (Albert Einstein, Freddie Mercury, Marlene Dietrich) para mostrar que os preconceitos estão errados. Atesta a credibilidade do sujeito ativo, referindo: “Albert Einstein não foi apenas um excelente físico e um nobel laureado – mas também um refugiado”³, “Freddie Mercury não foi apenas um excepcional cantor e produtor discográfico – mas também um refugiado”⁴, “Marlene Dietrich não foi apenas um ícone fílmico e uma artista glamorosa – mas também uma refugiada”⁵.

A coleção fotográfica, de Gregg Segal (Figura 1), usada na campanha do ACNUR (2020), também explora a credibilidade de um cineasta premiado.



Figura 1: Anúncios do ACNUR

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/unhcr_undaily_bread

A campanha “Undaily bread”, a da BRAC (2020) e a do ACNUR (2015), ao nível do *ethos*, exploram a credibilidade da fonte ao usar como exemplos refugiados reais, identificando-os pelo nome (ACNUR: Nathalia Rivero, Yosiahanny Chiquinquira, Arianny Chirinos e Williams Freitas; BRAC: Romana & Harisa⁶, Tasmin⁷, Samira⁸; ACNUR: Hannah – Figura 2) e contando as histórias conducentes à sua condição.

³ Retirado de https://www.adsoftheworld.com/media/print/socialbee_spot_the_refugee

⁴ Retirado de https://www.adsoftheworld.com/media/print/socialbee_spot_the_refugee

⁵ Retirado de https://www.adsoftheworld.com/media/print/socialbee_spot_the_refugee

⁶ Retirado de https://www.adsoftheworld.com/media/print/brac_romana_harisa

⁷ Retirado de https://www.adsoftheworld.com/media/print/brac_tasmin

⁸ Retirado de https://www.adsoftheworld.com/media/print/brac_samira



Figura 2: Anúncio do ACNUR

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/unhcr_life_of_hannah

Também a campanha do ACNUR (2016) conta histórias reais de coragem de sobrevivência: a de Rudy Krejčí, que “galopou para a liberdade num caixão de madeira debaixo de uma carroça de carvão”, a de Josef Hlavatý, que “voou sobre a cortina de ferro numa asa delta com o seu filho de três anos de idade” e a de Robert Ospald, que “atravessou a fronteira montando fios mortais de alta tensão. Olhando para baixo, ele pensou em todos os que foram baleados lá antes dele” (Figura 3).



Figura 3: Anúncios do ACNUR

Fonte: <https://campaignsoftheworld.com/print/unhcr-we-were-the-refugees-once/>

PATHOS – DESPERTANDO REAÇÕES E EMOÇÕES

A paleta de emoções e reações potencialmente provocadas é diversa, variando entre a: a) empatia (“nós já fomos refugiados”, ACNUR, 2016; “ignorar os refugiados é ignorar a nossa própria história”, 2016; “os refugiados fazem jornadas aterradoras, repletas de perigos que muitas vezes são fatais para muitos deles”, Nigeria for World Refugee Day, 2019; “para todos os refugiados, viver é já ganhar”, ACNUR, 2017; “tu nunca foges voluntariamente”, ACNUR, 2009); b) reconhecimento do erro dos preconceitos, estremecimento de estereótipos (“a barreira mais desafiadora para os refugiados é a nossa cabeça”, Caritas, 2016); c) confronto com a dimensão de um problema e frustração (desaparecimento de 10 mil crianças refugiadas); d) compadecimento ou

compaixão (histórias personalizadas); e) ímpeto a ajudar e a participar em ações de coleta nacional, convocação à ação e à resolução (“devemos fazer disto uma coisa do passado”, Save the Children, 2009); f) gratificação ou satisfação por prestar ajuda; g) exercício de reflexão (“os refugiados gostariam de ter os mesmos problemas que tu”, ACNUR, 2009; “quanto precisamos, realmente, de copiar?”, Der Tagesspiegel, 2017); h) consciencialização do contributo para algo positivo (“a sua assinatura pode silenciar a opressão”, Carta Capital e a ONG Migraflif, 2017); i) o peso da responsabilidade (“em breve o tempo será o nosso maior opressor”, ACNUR, 2011).

Assumindo que a empatia é a capacidade de perceber o quadro interno de referência do outro com precisão e com os componentes e significados emocionais dele, como se fosse ele, mas sem nunca perder a condição “como se” (Rogers, 1959, pp. 210-211), pode-se identificar que várias campanhas poderão despertar esta capacidade socioemocional.

O ACNUR (2016), com o slogan “nós já fomos refugiados” (Figura 3), convoca a compreensão do quadro emocional do outro (o refugiado). Procurando reavivar a experiência comum, a campanha do ACNUR (2016) explora o slogan “ignorar os refugiados é ignorar a nossa própria história” e usa fotografias antigas (Roterdão, Sicília, Paris – Figura 4) e recentes, de modo a mostrar a permanência do fenómeno do refugiado e da migração. Santinho (2015) também corrobora esta ideia ao dizer que “nós também já fomos os outros. Também já fomos refugiados”. Esta comunhão de experiências permite colocarmo-nos no lugar do outro, *calçar os sapatos alheios*.



Figura 4: Anúncios do ACNUR

Fonte: <https://www.adsoftheworld.com/campaign/unhcr-africa-10-2016>

Várias frases podem suscitar empatia, como: “os refugiados fazem jornadas aterradoras, repletas de perigos que muitas vezes são fatais para muitos deles” (World refugee day, 2019 – Figura 5); “os dois irmãos e pais das meninas foram mortos a tiros. Romana e Harisa foram atacadas com “facões” (Anúncio da BRAC); “a aldeia de Tasmin foi destruída e todos os homens foram abatidos” (Anúncio da BRAC); “a vila de Samira foi incendiada ... fugiram para a floresta onde foram baleados..., mas o bebé afogou-se” (anúncio da BRAC); “é assustador pensar que as crianças de hoje ainda são forçadas a trabalhar em fábricas, empregadas como prostitutas ou não têm acesso a água limpa” (Save the Children, 2009 – Figura 6); “para todos os refugiados, viver é já ganhar... sua perigosa jornada. Em 2024, os atletas nadarão/navegarão/correrão/remarão/saltarão/

lutarão/andarão para vencer. Todos os dias os refugiados nadam/navegam/correm/re-mam/saltam/lutam/andam para viver” (La Cimade, 2017 – Figura 7); “tu nunca foges voluntariamente. Ninguém escolhe desistir de tudo, deixar a sua casa para fazer uma jornada longa e perigosa, a fim de procurar asilo numa terra estrangeira” (ACNUR, 2009 – Figura 8); “os refugiados precisam de ajuda real” (Amnesty International, 2015 – Figura 9); “eu costumava dormir para acalmar a fome, mas sempre que acordava o pesadelo voltava”; “a minha dor nunca importou, porque nada magoa mais do que a fome dos filhos”; “nós deixámos o nosso país. Nós deixámos a nossa casa. Nós deixámos a nossa vida. Apenas a fome veio connosco”; “eu perdi o desejo de brincar, porque agora o meu único desejo é comer” (Figura 1). Esta tendência motivadora da empatia corrobora o resultado de Burrell e Hörschelmann (2018) de que as narrativas visuais instigam encontro e empatia.

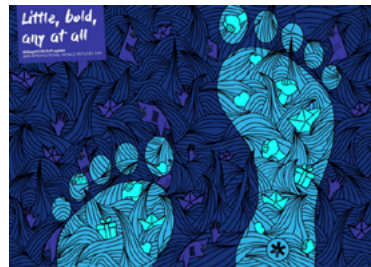


Figura 5: Anúncio da onewildcard para World Refugee Day 2019

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/world_refugee_day_safe_steps



Figura 6: Anúncios da Save the Children

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/save_the_children_child_war_refugee



Figura 7: Anúncios da La Cimade

Fonte: <https://www.adsoftheworld.com/campaign/la-cimade-josiane-09-2017>



Figura 8: Anúncio do ACNUR

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/unhcr_matches



Figura 9: Anúncio da Amnesty International

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/amnesty-international_refugees_in_europe

O compadecimento ou a compaixão também podem ser despertados através da descrição de histórias personalizadas.

O exercício de reflexão está patente em frases, como: “os refugiados gostariam de ter os mesmos problemas que tu” (ACNUR, 2009 – Figura 10); “quanto precisamos, realmente, de copiar?” (Der Tagesspiegel, 2017 – Figura 11); “enfrentar a morte numa zona de guerra? Escapar, mas deixar quem se ama para trás? Para muitos refugiados, a opção é entre o horrível ou algo pior (ACNUR, 2012 – Figura 12).



Figura 10: Anúncios do ACNUR

Fonte: <https://www.adsoftheworld.com/campaign/unhcr-yr-11-2009>



Figura 11: Anúncio do Der Tagesspiegel

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/der_tagesspiegel_refugees



Figura 12: Anúncios do ACNUR

Fonte: <https://www.adsoftheworld.com/campaign/unhcr-yr-09-2012>

O reconhecimento do erro dos preconceitos (anúncios da Social-Bee) e o *estremecimento* de estereótipos (“a barreira mais desafiadora para os refugiados é a nossa cabeça”, Caritas, 2016 – Figura 13) também são motivados.



Figura 13: Anúncio da Caritas Austria, DDB Wien, ViennaPaint

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/caritas_barbed_wire

Sentir o peso da responsabilidade é construído, por exemplo, através da frase: “em breve o tempo será o nosso maior opressor”, ACNUR, 2011 – Figura 14).



Figura 14: Anúncios do ACNUR

Fonte: <https://www.adsoftheworld.com/campaign/unhcr-fcb-03-2011>

Há campanhas que estimulam o ímpeto a ajudar e a participar em ações de coleta nacional (Figura 15) e que convocam a ação e a resolução de problemas, através de frases, como: “devemos fazer disto uma coisa do passado” (Save the Children, 2009 – Figura 16); “uma pequena doação em response.brac.net ajudará a reconstruir a sua vida” (Anúncios da BRAC); “os refugiados precisam de ajuda real” (Figura 9); “todos os que puderem devem prestar esta ajuda, por menor que seja” (Figura 5); “ajude-nos nesta fronteira final. Doe agora” (Figura 17).

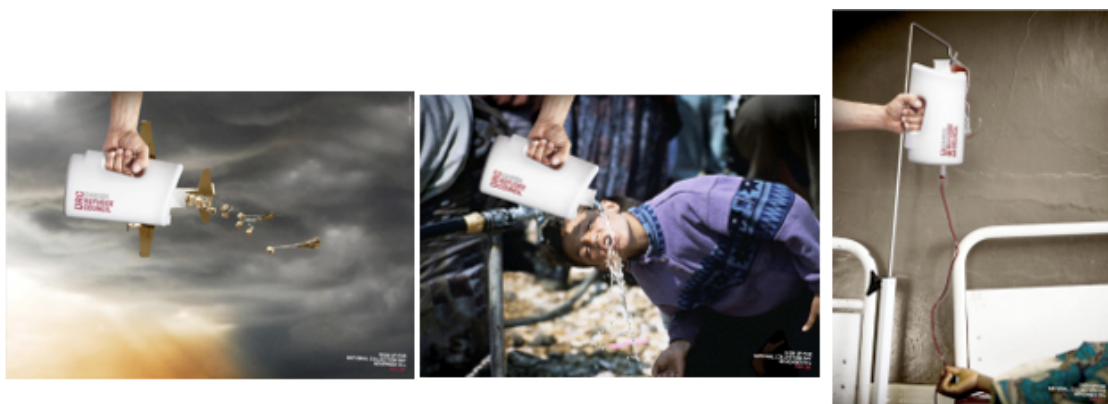


Figura 15: Anúncios do Danish Refugee Council

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/taxonomy/brand/danish_refugee_council



Figura 16: Anúncios da Save the Children

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/save_the_children_child_war_refuge



Figura 17: Anúncio do ACNUR

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/ambient/unhcr_cardboard_refugees

Também sob o ponto de vista positivo, a gratificação ou satisfação por prestar ajuda e a consciencialização do contributo para algo positivo estão presentes: “era aqui que eu estava quando ajudei a construir um campo de refugiados no Paquistão. Ajudar a AMI pode tornar-se parte da sua vida... não importa onde esteja, estará sempre a ajudar alguém em necessidade” (Assistência Médica Internacional, AMI, 2007 – Figura 18); “a sua assinatura pode silenciar a opressão” (Carta Capital e a ONG Migrafix, 2017 – Figura 19); “neste Natal, ajude a salvar a vida daqueles que se aventuram no mar por uma terra melhor” (Figura 20); “gaste cinquenta dólares, salve cento e cinquenta” (Figura 21); “as suas doações ajudam-nos a permanecer imparciais, ao permitir que as nossas

equipas reúnam remédios, alimentos, vacinas e cuidados de saúde para quem precisa mais, onde quer que estejam no mundo”⁹, “tu podes mudar a refeição diária dela, doa aqui” (Figura 1); “ajuda aqueles que são forçados a fugir para encontrar segurança, recuperar a esperança e reconstruir as suas vidas. Uma família dividida pela guerra é de mais – takeaction.unhcr.org – porque tu tens uma escolha” (Figura 12); “eles precisam de toda a ajuda possível para criar um espaço seguro, um refúgio onde possam recolher os pedaços das suas vidas e prosperar” (Figura 5). Atkin e Rice (2013) referem, neste contexto, os incentivos motivacionais, como a gratificação altruísta de ajudar.



Figura 18: Anúncio da AMI

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/beach_4



Figura 19: Anúncio da Carta Capital e da Migrafix

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/carta_capital_mugabe

⁹ Retirado de https://www.adsoftheworld.com/media/print/medecins_sans_frontieres_kenya



Figura 20: Anúncio de sosmediterranee.com

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/estal_sos_christmas



Figura 21: Anúncio do ACNUR

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/unhcr_50

Sob um prisma mais negativo, encontra-se o confronto com a dimensão de um problema e a inerente frustração (desaparecimento de 10 mil crianças refugiadas, Save the Children, 2016 – Figura 22) e a culpa (“Mas sabe qual é a parte mais horrível da história dela? Muitos de vocês querem mandá-la de volta” – Figura 2).



Figura 22: Anúncio da Save the Children

Fonte: <https://campaignsoftheworld.com/print/save-the-children-missing/>

Iconicamente, a presença de crianças em imagens pode atrair a empatia, o compadecimento e a vontade de proteger (Figuras 23, 7). Zarzycka (2015) explica que as imagens dos rostos das crianças apelam à compaixão e a um discurso humanista e podem gerar remorso e empatia entre o público (p. 29).

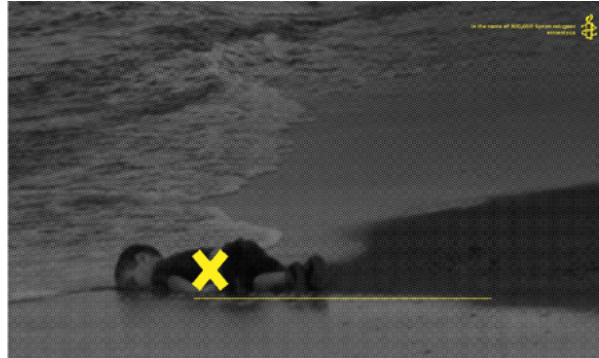


Figura 23: Anúncio da Amnesty International

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/print/amnesty_international_refugees

Na Figura 5, coberta por desenhos de ondas, observa-se, dentro do contorno das pegadas e num azul claro, corações, prendas, mãos dadas sugerindo ajuda. Nestas ondas, há a impressão de haver mais acalmia e confiança. Fora das pegadas, o azul é mais escuro e, juntamente com os tubarões e mãos a aludir a um pedido de socorro, configura perigo, podendo estimular empatia, compadecimento, incentivo para ajudar.

A Figura 19 é positiva, pois mostra a eficácia da ajuda: silenciamento de opressores. As Figuras 6 e 16, ao usarem uma redoma à volta das crianças, também mostram a eficácia da ajuda. Ver a eficácia da ajuda pode ser um incentivo motivacional.

LOGOS – O PODER DO DISCURSO

O discurso das campanhas públicas sobre refugiados e migrantes compõe-se de evidências e factos, exemplos e personalizações e recursos estilísticos.

Entre as evidências e factos, encontram-se: a) dados estatísticos, como “desde 2014, 10 mil crianças refugiadas desapareceram num período de dois anos logo após chegarem à Europa” (Figura 22); “o número de refugiados chega a 65,3 milhões de pessoas” (Figura 20); “até o ano de 2050, haverá mais de 200 milhões de refugiados devido às mudanças climáticas” (Figura 14); “em nome de 300 mil refugiados sírios” (Figura 23); “\$4000 USD é o preço que milhares de crianças migrantes pagam para arriscar suas vidas” (Figura 24); b) referência a crises reais, como a da Venezuelana (Figura 1), o caso da República Democrática do Congo e do Bangladesh, ambos em 2009, os casos históricos de Roterdão, Sicília e Paris; e c) histórias verídicas de refugiados. Iconicamente, o uso da imagem do menino sírio Alan Kurdi, morto em 2015 numa praia da Turquia, atesta o drama real dos refugiados, tornando-se o seu ícone e símbolo (Figura 23).



Figura 24: Anúncios da Save the Children

Fonte: <https://www.adsoftheworld.com/campaign/save-the-children-totem-marketing-02-2018>

Os exemplos também são usados, quer em casos individuais, quer em coletivos.

Os recursos estilísticos permitem injetar concretude nas ideias. Nota-se o uso da repetição de palavras ou anáfora (por exemplo, “nós deixámos o nosso país. Nós deixámos a nossa casa. Nós deixámos a nossa vida” – Figura 1). Iconicamente, observa-se este recurso nas imagens de desaparecidos que cobrem toda a Figura 22 – chegando até a haver uma hiperbolização –, nos vários exemplares de jornal empilhados na Figura 11, nas caixas de cartão a cobrirem o chão na Figura 1, nas ondas e repetição de todos os elementos presentes na Figura 5. Tendencialmente, as imagens apresentam pessoas e observa-se, em quatro imagens, o foco em pés e pegadas de crianças – sinédoque (anúncios da BRAC). Os pés podem significar a alma, humildade, estabilidade, poder mágico, liberdade de movimento (Olderr, 2012, p. 84).

Estilisticamente, também se nota o uso da antítese. Por exemplo: “nós deixámos o nosso país... a nossa casa... a nossa vida” *versus* “apenas a fome veio connosco” (Figura 1); “os atletas... para vencer” *versus* “os refugiados... para viver” (Figura 7). A antítese também se apresenta no texto e imagem da Figura 22: o texto enuncia que “não houve uma cobertura noticiosa real”, mas a imagem mostra um cenário exterior coberto por jornais com desaparecidos.

Na Figura 15, a ajuda é metaforizada pelo plano aéreo de ajuda, pela torneira e pela bolsa de sangue. A redoma que envolve as crianças sugere ser uma metáfora de proteção (Figuras 6 e 16). O cérebro feito com arame farpado parece metaforizar o perigo do preconceito (Figura 13). A casa feita de fósforos a arder pode ser uma metáfora da destruição e fragilidade, a pirâmide uma metáfora das prioridades (Figura 14), o padrão no lenço de Hannah uma metáfora de todos os obstáculos que ela tem enfrentado (Figura 2). O uso do preto e branco, presente na Figura 2, corrobora esse caminho pesado e de luto e o *grito de pedido de ajuda* de Hannah. Na campanha para o Slovenia for Festival of Migrant Film, os personagens antropomórficos são metaforizados a partir dos filmes *Moby*, *Bamby* e *Birds*, exprimindo a ideia de que os filmes podem representar os migrantes e refugiados (Figura 25). A boneca russa ou matriosca pode ser uma metáfora da necessidade de unidade e união escocesas, atendendo a que o brinquedo se constitui de uma série de bonecas encaixáveis umas dentro das outras¹⁰. A etiqueta com

¹⁰ Retirado de https://www.adsoftheworld.com/media/print/refugee_week_2006

a identificação do assinante da revista *Carta Capital* na boca do político significa que o leitor pode silenciar opressores (Figura 19).



Figura 25: Anúncios de Slovenia for Festival of Migrant Film

Fonte: <https://www.adsoftheworld.com/campaign/festival-of-migrant-film-pristop-01-2014>

O ponto de interrogação pode ser referido como um elemento discursivo que conserva a função fática e exige uma reflexão e resposta (Figuras 2 e 12, anúncio dos Médecins sans Frontières).

CONCLUSÃO

O discurso presente nas campanhas públicas analisadas sobre refugiados e migrantes adota uma tática retórica assente no tripé aristotélico: *ethos*, *pathos* e *logos*. A credibilidade e a confiabilidade da fonte e do sujeito participante da narrativa são exploradas.

As opções retóricas para construir a dimensão emotiva e reativa são várias: a) o uso já clássico de colocar crianças como protagonistas, por estas expressarem a face da necessidade, problema, guerra ou injustiça, configurando, como diz Thorne (2003), “a face dos danos colaterais”; b) a mostra de imagens das vítimas, em contextos de dificuldade e dramáticos e com expressão triste, e o uso de frases que estimulam a empatia; c) a presença de frases e imagens que motivam a reflexão, a ajuda e revelam a necessidade de agir.

A ausência de rostos sorridentes de crianças pode atuar a favor do reconhecimento da urgência da sua situação (Chouliaraki, 2010). A dimensão afetiva construída pode inspirar solidariedades políticas e sendo o afeto um “mecanismo crucial” para mudar a opinião pública, explora-se, como nota de Jong e Dannecker (2017), testemunhos e narrativas sobre as evidências e os conhecimentos. Gallner (2018), por exemplo, reconhece que a eficácia da campanha depende de imagens mais emocionalmente sugestivas. Ver a eficácia da ajuda pode também ser um incentivo motivacional.

O discurso, assente na força do realismo, compõe-se de dados estatísticos, factos, exemplos e recursos estilísticos. Esta tática retórica, baseada no *logos*, traduz a realidade, indo ao encontro do ditado popular *contra factos não há argumentos*. Também instiga

a consciencialização e a ação através da partilha dos exemplos individuais e coletivos, da estética e poética presentes, como a anáfora, a antítese, a metáfora, do uso do ponto de interrogação e da riqueza e multiformismo da criatividade.

Sendo a esfera pública palco de múltiplos discursos, assumidos como “criação de entendimentos” e havendo a construção narrativa negativa sobre os refugiados e migrantes, o discurso, entretecido retoricamente, das campanhas humanitárias pode desmitificar e *estremecer* preconceitos, esclarecer e mobilizar ajuda. Este discurso pode, assim, contribuir para a “busca de soluções duradouras” (ACNUR, 2018, p. 11) para refugiados e migrantes, ajudando-os a (re)conquistar uma vida com paz, dignidade e direitos. Este artigo procura contribuir para o entendimento científico e social de como a retórica é construída nas campanhas públicas sobre as minorias sociais em apreço, cuja recetividade nos países anfitriões tem constituído um ponto de fratura opinativa. Tópicos, como persuasão, campanhas públicas e refugiados e migrantes, enredam-se com o intuito de mostrar a capacidade falante de uma campanha e de evidenciar como as minorias referidas podem ganhar voz através de campanhas públicas e convencer os recetores/anfitriões a aceitar a sua entrada e coexistência nos seus países e a ser mais sensíveis à sua condição.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o apoio de fundos nacionais portugueses através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00713/2020.

REFERÊNCIAS

- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2018). Protegendo refugiados no Brasil e no mundo. Retirado de https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2019, 09 de abril). 5 dados sobre refugiados que você precisa conhecer. Retirado de <https://www.acnur.org/portugues/2019/04/09/5-dados-sobre-refugiados-que-voce-precisa-conhecer/>
- Aristóteles. (2005). *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Atkin, C. & Rice, R. (2013). Theory and principles of public communication campaigns. In R. Rice & C. Atkin (Eds.), *Public communication campaigns* (pp. 3-20). Thousand Oaks: Sage.
- Baker, P. & McEnery, T. (2005). A corpus-based approach to discourses of refugees and asylum seekers in UN and newspaper texts. *Journal of Language and Politics*, 4(2), 197-226. <https://doi.org/10.1075/jlp.4.2.04bak>
- Bennett, S., ter Wal, J., Lipinski, A., Fabiszak, M. & Krzyzanowski, M. (2013). The representation of third-country nationals in European news discourse: journalistic perceptions and practices. *Journalism Practice*, 7(3), 248-265. <https://doi.org/10.1080/17512786.2012.740239>
- Bennett, W. L. (2005). Beyond pseudoevents: election news as reality TV. *American Behavioral Scientist*, 49(3), 364-378. <https://doi.org/10.1177/0002764205280919>

- Berger, A. (2012). *Media and society: a critical perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Brekke, J.-P. (2004). *The struggle for control: the impact of national control policies on the arrival of asylum seekers to Scandinavia 1999-2004*. Oslo: Institute for Social Research.
- Brekke, J. P. & Thorbjørnsrud, K. (2018). Communicating borders: governments deterring asylum seekers through social media campaigns. *Migration Studies*, 8(1), 43-65. <https://doi.org/10.1093/migration/mny027>
- Burrell, K. & Hörschelmann, K. (2018). Perilous journeys: visualising the racialised “refugee crisis”. *Antipode*, 51(1), 45-65. <https://doi.org/10.1111/anti.12429>
- Cabanac, M. (2002). What is emotion?. *Behavioural Processes* 60(2), 69-83. [https://doi.org/10.1016/S0376-6357\(02\)00078-5](https://doi.org/10.1016/S0376-6357(02)00078-5)
- Carlson, M., Jakli, L. & Linos, K. (2018a). Refugees misdirected: how information, misinformation, and rumors shape refugees access to fundamental rights. *Virginia Journal of International Law*, 57(3), 539-574.
- Carlson, M., Jakli, L. & Linos, K. (2018b). Rumors and refugees: how government-created information vacuums undermine effective crisis management. *International Studies Quarterly*, 62(3), 671-685. <https://doi.org/10.1093/isq/sqy018>
- Chazan, G. (2017, 24 de julho). German media accused of one-sided coverage of refugee crisis. *Financial Times*. Retirado de <https://www.ft.com/content/23e02b76-7074-11e7-93ff-99f383b09ff9>
- Chouliaraki, L. (2010). Post-humanitarianism: humanitarian communication beyond a politics of pity. *International Journal of Cultural Studies*, 13(2), 107-126. <https://doi.org/10.1177/1367877909356720>
- Corbett, E. (2004). Classical rhetoric. In J. Rivkin & M. Ryan (Eds.), *Literary theory, an anthology* (pp. 142-161). Maiden: Blackwell.
- de Jong, S. & Dannecker, P. (2017). Managing migration with stories? The IOM “i am a migrant” campaign. *Journal fuer Entwicklungspolitik*, XXXIII(1), 75-101.
- Edelman. (2020, 19 de janeiro). 2020 Edelman trust barometer. Retirado de <https://www.edelman.com/trustbarometer#top>
- El Refaie, E. (2001). Metaphors we discriminate by: naturalized themes in Austrian newspaper articles about asylum seekers. *Journal of Sociolinguistics*, 5(3), 352-371.
- Esses, V., Medianu, S. & Lawson, A. (2013). Uncertainty, threat, and the role of the media in promoting the dehumanization of immigrants and refugees. *Journal of Social Issues*, 69(3), 518-536. <https://doi.org/10.1111/josi.12027>
- European Journalism Observatory. (2020). *Press statement: how do media across Europe cover migrants and refugees?*. Retirado de https://www.otto-brenner-stiftung.de/fileadmin/user_data/stiftung/05_Presse/02_Pressemitteilungen/2020_01_14_PR_AP39_EN.pdf
- Fengler, S. & Kreutler, M. (2020). *Migration coverage in Europe’s media – a comparative analysis of coverage in 17 countries*. OBS-Working paper, 39. Retirado de https://www.ejta.eu/sites/ejta.eu/files/AP39_Migration_ENG_WEB_1.pdf
- Gabrielatos, C. & Baker, P. (2008). Fleeing, sneaking, flooding: a corpus analysis of discursive constructions of refugees and asylum seekers in the UK press, 1996-2005. *Journal of English Linguistics*, 36(1), 5-38. <https://doi.org/10.1177/0075424207311247>

- Gallner, V. (2018). *Room at Our Table: analyzing the efficacy of pro-refugee social media campaigns based on hospitality values and resource sharing*. Omaha: University of Nebraska.
- Gilbert, L. (2013). The discursive production of a Mexican refugee crisis in Canadian media and policy. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(5), 827-843. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.756693>
- Goodman, S. & Speer, S. A. (2007). Category use in the construction of asylum seekers. *Critical Discourse Studies*, 4(2), 165-185. <https://doi.org/10.1080/17405900701464832>
- Green, S. (2004). A rhetorical theory of diffusion. *Academy of Management Review*, 29(4), 653-669. <https://doi.org/10.2307/20159076>
- Greussing, E. & Boomgaarden, H. (2017). Shifting the refugee narrative? An automated frame analysis of Europe's 2015 refugee crisis. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43(11), 1749-1774. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1282813>
- Habermas, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.
- Hartelius, E. & Browning, L. (2008). The application of rhetorical theory in managerial research. *Management Communication Quarterly*, 22(1), 13-39. <https://doi.org/10.1177/0893318908318513>
- Hickerson, A. & Dunsmore, K. (2016). Locating refugees. *Journalism Practice*, 10(3), 424-438. <https://doi.org/10.1080/17512786.2015.1025417>
- Holt, R. & Macpherson, A. (2010). Sensemaking, rhetoric and the socially competent entrepreneur. *International Small Business Journal*, 28(1), 20-42. <https://doi.org/10.1177/0266242609350822>
- Horsti, K. (2008). Hope and despair: representation of Europe and Africa in news coverage of "migration crisis". *Estudos em Comunicação*, 3, 125-156. Retirado de <http://ec.ubi.pt/ec/o3/pdf/horsti-hope-and-despair.pdf>
- Ibrahim, M. (2005). The securitization of migration: a racial discourse. *International Migration*, 4(5), 163-187. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2005.00345.x>
- Jensen, I. (2001). Public relations and emerging functions of the public sphere: an analytical framework. *Journal of Communication Management*, 6(2), 133-147. <https://doi.org/10.1108/13632540210806991>
- LeBuhn, M. (2018). *Picture this: how digital storytelling campaigns for refugees elicit empathy from a distant audience*. Oregon: Robert D. Clark Honors College.
- Moloney, K. (2006). *Rethinking public relations: PR propaganda and democracy*. Oxford: Routledge.
- Neuendorf, K. (2002). *The content analysis guidebook*. Londres: Sage Publications.
- Olderr, S. (2012). *Symbolism: a comprehensive dictionary*. Jefferson: McFarland.
- Pécoud, A. (2010). Informing migrants to manage migration? An analysis of IOM's information campaigns. In M. Geiger & A. Pécoud (Eds.), *The politics of international migration management* (pp. 184-201). Nova Iorque: Palgrave.
- Rice, R. & Atkin, C. (1989). *Public communication campaigns*. Newbury Park: Sage.
- Rogers, C. R. (1959). A theory of therapy, personality and interpersonal relationships as developed in the client-centered framework. In S. Koch (Ed.), *Psychology: a study of a science* (pp. 184-256). Nova Iorque: McGraw-Hill.

- Santinho, C. (2015, 16 de setembro). Nós também já fomos os outros. Também já fomos refugiados. *Visão*. Retirado de <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2015-09-16-nos-tambem-ja-fomos-os-outros-tambem-ja-fomos-refugiadosf830572/>
- The Nobel Prize. (2020). Nobel prize awarded organizations. Retirado de <https://www.nobelprize.org/prizes/lists/nobel-prize-awarded-organizations>
- Thielemann, E. (2003). Between interests and norms. Explaining burden sharing in the European Union. *Journal of Refugee Studies*, 16(3), 253-273. <https://doi.org/10.1093/jrs/16.3.253>
- Thorne, B. (2003). Editorial: children and the 2003 war in Iraq. *Childhood*, 10(3), 259-263. <https://doi.org/10.1177/09075682030103001>
- Ting, S. (2018). Ethos, logos and pathos in university students informal requests. *Journal of Language Studies*, 18(1), 234-251. <http://doi.org/10.17576/gema-2018-1801-14>
- Van Gorp, B. (2005). Where is the frame? Victims and intruders in the Belgian press coverage of the asylum issue. *European Journal of Communication*, 20(4), 484-507. <https://doi.org/10.1177/0267323105058253>
- Västfjäll, D., Slovic, P. & Mayorga, M. (2015). Pseudoinefficacy: negative feelings from children who cannot be helped reduce warm glow for children who can be helped. *Frontiers in Psychology*, 6(616).
- Warren, M. E. (1999). The self in discursive democracy. In S. White (Ed.), *The Cambridge companion to Habermas* (pp. 167-200). Cambridge: Cambridge University Press.
- Zarzycka, M. (2015). Save the child: photographed faces and affective transactions in NGO child sponsoring programs. *European Journal of Women's Studies*, 23(1), 28-42. <https://doi.org/10.1177/1350506814568362>

NOTA BIOGRÁFICA

Célia Belim é Professora Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa). Leciona em Ciências da Comunicação (CC), desde 2000 e é atualmente coordenadora do I ciclo. É doutora em Ciências Sociais, na especialidade de CC. Tem participado em conferências e publicado sobre os seus focos de interesse, como comunicação política, comunicação em saúde, representações mediáticas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9927-8018>

Email: celiabelim@gmail.com / cbelim@iscsp.ulisboa.pt

Morada: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), Rua Almerindo Lessa, Polo Universitário do Alto da Ajuda, Cacifo 200, 1300-663 Lisboa

Submetido: 07/03/2020

Aceite: 13/07/2020

A CRISE DOS REFUGIADOS: SEQUÊNCIAS NARRATIVAS E EMOÇÃO EM CRÔNICAS/REPORTAGENS OU A NARRATIVA AO SERVIÇO DA PERSUASÃO

Isabel Margarida Duarte

Centro de Linguística, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal

RESUMO

Pretende mostrar-se, num *corpus ad hoc* de textos dos média centrados na crise dos refugiados, de que forma alguns mecanismos linguísticos e, mais especificamente, enunciativo-pragmáticos contribuem para a construção de um discurso empático, usado para fins argumentativos. Esses textos jornalísticos estão entre a crónica e a reportagem. Tomam partido, embora não o façam explicitamente, através de um conjunto de argumentos lógicos, objetivamente arrumados e assumidos pelo locutor, mas antes através de narrativas que têm os refugiados como fonte de informação e como protagonistas e, às vezes, como narradores primeiros. Por meio dessas narrativas, o locutor procura aproximar-se da vivência trágica relatada pelos refugiados e trazê-la para perto do leitor, cuja empatia (Lencastre, 2011) visa conquistar. A empatia linguística (Rabatel, 2017) traduz-se em mecanismos enunciativos como pôr-se no lugar do outro, assumindo a sua voz, para compreender o seu ponto de vista. As sequências narrativas, mas também as descritivas e dialogais (Adam, 2005) estão ao serviço dessa empatia, através da qual se procura conseguir a persuasão do alocutário. Serão elencados vários mecanismos que contribuem para a mesma estratégia discursiva de convencimento do alocutário, através da patemização do discurso. Conclui-se que a emoção no discurso (Plantin, 2011), que leva à empatia, é maior se for protagonizada pela voz de pessoas com nome e histórias situadas em espaços que se podem descrever, pondo palavras relatadas, narrativas e descrições ao serviço da construção da tese que os locutores jornalistas defendem.

PALAVRAS-CHAVE

empatia linguística; persuasão; narração; refugiados; média

THE REFUGEE CRISIS: NARRATIVE SEQUENCES AND EMOTIONS IN OPINION ARTICLES/REPORTS OR NARRATIVES IN THE SERVICE OF PERSUASION

ABSTRACT

We intend to show, using an *ad hoc corpus* of media texts on the refugee crisis, how several linguistic and, more specifically, enunciative-pragmatic mechanisms contribute to the construction of an empathic discourse, used for argumentative purposes. These journalistic texts, between opinion and reporting, take sides, although not through a set of logical arguments objectively arranged and assumed by the speaker, but, instead, through narratives that show refugees as a source of information either as protagonists or, sometimes, as initial narrators. Through these narratives, the speaker seeks to approach the tragic experience told by refugees and bring it to the reader, with the aim of conquering his empathy (Lencastre, 2011). The linguistic empathy

(Rabatel, 2017) translates into enunciative mechanisms, such as placing yourself in someone else's place, assuming her voice, to understand her point of view. The narrative, descriptive and dialogical sequences (Adam, 2005) are at the service of this empathy, through which the speaker tries to persuade the addressee. Several mechanisms will be listed that contribute to the same discursive strategy of persuading the addressee, through discourse patemization. We conclude that emotion in discourse (Plantin, 2011) that favours empathy increases when done through the voice of people with names and stories located in spaces that can be described, using reported speeches, narratives and descriptions for the construction of the theses defended by the journalists.

KEYWORDS

linguistic empathy; persuasion; narration; refugees; media

INTRODUÇÃO

Na sequência da guerra na Síria, em parte responsável pela crise dos refugiados que tem assolado a Europa nos anos mais recentes¹, a imprensa convencional e os média online usam a emoção para convencer o leitor quer a favor quer contra a entrada de refugiados e as políticas de acolhimento ou de rejeição violenta adotadas pelos diferentes países europeus. Para a construção da argumentação em prol de uma ou de outra posição (acolhimento *versus* rejeição) são usados variados tipos de argumentos, uns que se pretendem mais objetivos e por isso utilizam números, estatísticas e gráficos e outros mais assumidamente emotivos. Teremos em conta argumentos considerados afetivos que, tais como os outros, podem aproximar-nos ou afastar-nos emotivamente da experiência vivida pelos refugiados. Os que vamos analisar servem-se de vários mecanismos linguístico-discursivos como eufemismos, metáforas, diversos tipos de elementos de encarecimento e de atenuação, etc., que contribuem para a construção discursiva de empatia entre o leitor e os refugiados, como se poderá verificar no *corpus* de crônicas escolhido para este trabalho. Estamos perante aquele discurso a que Plantin chamou “comunicação emotiva” (Plantin, 2011, p. 141), que implica a comunicação intencional de emoções por meio de palavras ou outras formas semióticas, como as fotografias, por exemplo. A utilização das unidades linguístico-discursivas referidas testemunha a capacidade de ajustamento das palavras às nossas intenções comunicativas, ou seja, aquilo a que Zhang (2015) chama “linguagem elástica”: “nós ajustamos, modificamos, e manipulamos as nossas palavras para acomodar necessidades discursivas particulares” (p. 5). No caso em apreço, a intenção dos locutores é a de criar empatia entre o leitor e os refugiados, para convencer o leitor e assim o fazer fazer.

¹ Já com dados de 2019, a Organização Internacional das Migrações (OIM) afirmava que “nos últimos seis anos, o número de mortos nesta rota ultrapassa os 15.000” (Rota do Mediterrâneo é a mais perigosa e já matou mais de mil migrantes este ano, 2019). Mais recentemente, os números foram corrigidos em alta: “a Organização Internacional para Migrações, OIM, informou que 20.014 migrantes perderam a vida atravessando o Mediterrâneo, nos últimos seis anos. A agência disse que “a tragédia no Mediterrâneo segue, e que é urgente definir vias legais, seguras e melhores para migrantes e refugiados. Para a agência, só assim será possível resolver os canais irregulares e evitar mortes na rota” (Mais de 20 mil migrantes morreram em travessias no Mediterrâneo desde 2014, 2020).

A empatia, segundo Lencastre (2011, p. 12) é a “capacidade de sentir a situação emocional dos outros através das próprias representações neurais e orgânicas, é um mecanismo automático que nos permite identificar com as emoções e agir em função disso”.

As sequências narrativas (Adam, 2005) encaixadas nas crónicas que constituem o *corpus* utilizado neste trabalho têm por efeito, a nosso ver, aumentar o grau de empatia entre o leitor e os refugiados, como procuraremos mostrar.

Os objetivos deste trabalho são os seguintes:

1. analisar as sequências narrativas presentes num *corpus* de crónicas/reportagens, mostrando que se encontram ao serviço da argumentação, por via do reforço da emoção e da criação de laços empáticos entre o leitor e os migrantes/refugiados;
2. apontar elementos linguísticos e enunciativo-pragmáticos que concorrem para marcar o ponto de vista empático do enunciador.

O *corpus* analisado é composto por sete textos da imprensa portuguesa² – dois da autoria de Alexandra Lucas Coelho³ (publicados no jornal *Público*, na rubrica Crónicas de Alexandra Lucas Coelho, Não-ficções) e cinco de André Cunha⁴ (publicados na revista *Visão*, com o título genérico “Nós e o novo muro”, Crónica de André Cunha em cinco capítulos)⁵.

AUTOR	DATA	TÍTULO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
André Cunha	29/08/2015	“A Hungria está a transformar-se num gueto”	<i>Visão</i>
André Cunha	30/08/2015	“Da minha janela, vê-se o muro”	<i>Visão</i>
André Cunha	01/09/2015	“Se bombardeassem a minha cidade, eu também fugia”	<i>Visão</i>
André Cunha	03/09/2015	“Nós estamos a fugir da guerra, não queremos mais violência”	<i>Visão</i>
André Cunha	07/09/2015	“Não tenho pai, não tenho mãe. Pum pum! Taliban”	<i>Visão</i>
Alexandra Lucas Coelho	13/09/2015	“Refugiados 1: o filho que nasceu azul e a prima que não pode ver luz”	<i>Público</i>
Alexandra Lucas Coelho	20/09/2015	“Refugiados 2: adeus e duas guitarras”	<i>Público</i>

Tabela 1: Apresentação e identificação dos textos do *corpus*

² Estes mesmos textos foram objeto de sugestões para trabalho com alunos nas escolas portuguesas (Duarte, 2015).

³ Retirados de <http://www.publico.pt/mundo/noticia/refugiados-1-o-filho-que-nasceu-azul-e-a-prima-que-nao-pode-ver-luz-1707514> e <http://www.publico.pt/mundo/noticia/refugiados-2-adeus-eduas-guitarras-1708114>

⁴ Retirados de <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/a-hungriaesta-a-transformar-se-num-gueto=f829038>; <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/da-minha-janela-ve-seo-muro=f829138>; <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/se-bombardeassem-a-minha-cidade-eu-tambem-fugia=f829298>; <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/nos-estamos-a-fugir-da-guerra-nao-queremos-mais-violencia=f829421> e <https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2015-09-07-nao-tenho-pai-nao-tenho-mae-pum-pum-talibanf829779/>

⁵ “Nós e o novo muro” é um projeto desenvolvido originalmente para o Observatorio Balcani e Caucaso, publicado em exclusivo, em Portugal, pela revista *Visão*.

Estes textos, embora atravessados por forte argumentatividade, nem são textos de opinião com posições dos locutores jornalistas marcadamente assumidas, nem são predominantemente argumentativos. As principais teses que ambos os jornalistas defendem, ainda que não explicitamente, podem ser resumidas nos seguintes tópicos: i) os refugiados merecem a nossa solidariedade e acolhimento porque fogem da guerra, da violência e de atrocidades; ii) são gente comum como nós, com sonhos, profissões, famílias e afetos; iii) além de vítimas da guerra, são-no também de máfias, de grupos extremistas europeus, da insensibilidade dos líderes; iv) a Europa não está a saber lidar com esta crise; v) os húngaros esqueceram-se do seu próprio passado; vi) nem todos os húngaros são indiferentes ao sofrimento dos refugiados. Para conseguirem a adesão dos leitores aos pontos de vista defendidos, os textos são construídos com mecanismos enunciativos e linguísticos específicos capazes de provocarem empatia entre aqueles de quem se fala e o leitor.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este trabalho situa-se na área da análise do discurso e da linguística da enunciação. Procuraremos compreender de que modo as sequências narrativas estão ao serviço da argumentação e testemunham a posição do enunciador/jornalista, que se aproxima de umas opiniões e se afasta de outras, a partir das diferentes vozes que se fazem ouvir nos textos analisados, das escolhas feitas pelo enunciador para narrar e descrever. Pela forma como produz o discurso, isto é, pelo modo como se configura aquilo que é dito, e pela seleção dos tópicos convocados, o léxico selecionado, o ponto de vista adotado, os estereótipos usados, as formas de referenciação, o valor enunciativo dos conectores empregues, o texto conduz o leitor preferencialmente para a adesão a um dos lados da polémica que se instalou, na Europa, a favor ou contra o acolhimento humanitário de refugiados.

A existência de abundantes marcadores de subjetividade (os subjetivemas de que fala Kerbrat-Orecchini [1980]) deixa passar, como um terreno poroso, o ponto de vista dos jornalistas. O facto de o centro déictico adotado ser, com frequência, o dos próprios refugiados, no que diz respeito, por exemplo, à categoria gramatical de pessoa e ao espaço, permite que jornalista e leitor adotem pontos de vista próximos dos desses locutores primeiros, a partir de cujas subjetividade e experiência conhecemos os acontecimentos. Ver-se-á, então, como as sequências narrativas presentes nos textos estão ao serviço da argumentação, por via do reforço da emoção e da criação de laços empáticos entre o leitor e os refugiados que vêm chegando à Europa, fugidos, sobretudo, do Iraque e da Síria, tema central das crónicas selecionadas, sendo o *pathos*⁶ um elemento de aproximação entre as duas entidades.

A análise tem também por enquadramento teórico a noção de empatia linguística (Rabatel, 2017), que “de uma perspetiva enunciativa, consiste em pôr-se no lugar de um

⁶ *Pathos* é aqui usado no sentido retórico de tipo de “argumentos, ou provas, destinados a produzir a persuasão”, conforme registado em Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 371).

outro (interlocutor ou terceira pessoa), um locutor que empresta a sua voz a um outro, para encarar um acontecimento, uma situação do ponto de vista do outro” (Rabatel, 2017, p. 300). Esta empatia linguística, Rabatel considera-a sobretudo tendo em conta “a referenciação dos objetos de discurso”, referenciação que dá conta do ponto de vista da fonte enunciativa: “as escolhas de qualificação, de modalização, de quantificação, de ordem dos componentes, etc., denotam o ponto de vista da fonte enunciativa segunda” (Rabatel, 2017, p. 301), “em modo empático, o locutor-enunciador primeiro (L1/E1) não exprime diretamente as suas emoções, evoca, de forma mediatizada as emoções que imputa a um outro diferente de si, um enunciador segundo (e2 = X, [...])” (Rabatel, 2013, p. 66). Ora a expressão textual desta evocação das emoções alheias é um recurso do enunciador primeiro (E1) para persuadir o leitor. Tem uma intenção performativa de levar o leitor a agir.

A convocação do conceito de “reportatividade”, uma subcategoria da evidencialidade, permite compreender melhor a construção discursiva da empatia: L organiza o texto, não com o “seu próprio material cognitivo” (Hattner, 2018, p. 101), mas a partir das palavras que narram a experiência dos outros.

Para esta análise, convém situar os textos estudados num momento concreto da história recente das migrações para a Europa, a saber, agosto e setembro de 2015, quando as chegadas massivas de refugiados ao velho continente, e as tragédias a elas associadas ocupavam o máximo de atenção dos média. A compreensão plena do texto exige o conhecimento do contexto histórico em que o texto surge e sobre que atua.

Por outro lado, a consideração do género a que os textos pertencem é de importância também, porque sabemos que as características de género marcam a organização linguístico-discursiva dos produtos textuais. Ora os textos agora em apreço poderão ser considerados crónicas ou reportagens, e esta classificação de género merece ser questionada brevemente. Oficialmente, tais textos são crónicas, pelo menos no entendimento dos dois média que os publicam. Os de Alexandra Lucas Coelho, no *Público*, fazem parte de uma rubrica chamada “Não ficções”. Esta designação genérica pode englobar quer crónicas quer reportagens, mas situa-as, pelo menos, no texto de tipo jornalístico, por oposição à ficção que a autora também escreve⁷. E os de André Cunha assumem-se como uma crónica em capítulos (ou episódios), como é dito a abrir a primeira, em 29/08/2015:

crónica de uma viagem, realizada no início deste verão, ao longo da planície onde se juntam a Hungria e a Sérvia, dias antes da construção da maior barreira fronteiriça na Europa desde a queda do muro de Berlim. A nova obra de arame farpado é a resposta do governo húngaro à maior crise migratória do Velho Continente depois da Segunda Guerra. Primeiro episódio.

O facto de o próprio locutor falar em “capítulos” anuncia que os diferentes textos têm unidade e coerência, apesar de terem sido publicados em datas diferentes (mas

⁷ Além de jornalista e de ter publicado livros de crónicas, Alexandra Lucas Coelho é também romancista, tendo o seu romance *E a noite roda*, de 2012, ganhado o Grande Prémio de Romance e Novela APE/DGLB (Associação Portuguesa de Escritores/Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas).

próximas) e, por outro lado, que há neles um assumido pendor narrativo. Pese embora a designação de crónica, os textos têm características de género híbridas entre a crónica e a reportagem, já que, como acontece neste último género jornalístico, contam factos, a maior parte das vezes a partir das palavras, ou do resumo das narrações prévias dos próprios protagonistas dos eventos. São textos construídos, sobretudo, a partir das narrativas de outros locutores, em que a evidencialidade, ou seja, a indicação da fonte da informação ou é a percepção pessoal e subjetiva do próprio locutor/jornalista ou o recurso ao discurso relatado pelos intervenientes nos eventos narrados. O sujeito enunciador deixa passar o seu ponto de vista como acontece na crónica, mas narra, recolhe opiniões, dá voz aos outros, como na reportagem. Os textos de Alexandra Lucas Coelho são mesmo acompanhados das fotografias de alguns dos protagonistas que nele falam e cuja história a jornalista relata. Essas fotografias contribuem, aliás, para reforçar o dito e a respetiva orientação argumentativa. Os de André Cunha apresentam fotos da Reuters, que não se referem, especificamente, às personagens de quem se fala, mas ilustram o tema genérico da marcha dos refugiados, bem como infografuras que auxiliam o leitor na compreensão da complexidade do tema, fornecendo-lhe informações com mapas e números. Tais documentos visam informar mas também credibilizar o discurso, conferindo-lhe, aos olhos do leitor, um maior grau de fiabilidade.

Tendo em conta o livro de estilo do jornal *Público*, diríamos que os textos partilham muitas das características das reportagens:

a reportagem deve incluir todas as versões contraditórias, através de uma multiplicidade de dados, entrevistas e fontes de documentação. A adaptação de uma história concreta ao contexto geral de uma reportagem é uma técnica especialmente aconselhada: centrar o assunto num caso pessoal concreto, em vez de se perder numa generalização anónima. (*Público*, 2005, p. 176).

Os textos em apreço articulam-se, justamente, em torno de casos pessoais concretos, com sujeitos que narram as suas experiências dolorosas. As palavras dos narradores individuais são selecionadas estrategicamente pelos jornalistas, porque, tendo os protagonistas vivido situações trágicas, ninguém melhor do que eles as podem narrar e mais eficazmente elas podem comover quem lê. As sequências narrativas curtas que existem nesses textos cumprem, a nosso ver, uma função persuasiva: de comover o leitor, aproximando-o do sofrimento dos refugiados, apresentados como pessoas normais, idênticas ao leitor, próximas e, portanto, capazes de desencadear empatia (são professores, músicos, estudantes, por exemplo).

Outras sequências das crônicas/reportagens que com as narrativas intrinsecamente cooperam serão analisadas por idêntico prisma: 1) quer as sequências descritivas que mostram espaços inóspitos e seres humanos em sofrimento, ou, pelo contrário, espaços paradisíacos contrastando com esse sofrimento humano; 2) quer as sequências dialogais, em que é relatado discurso dos vários intervenientes, através, sobretudo, do discurso direto, que confere ao narrado vivacidade, verosimilhança, dramatismo e

portanto emoção, traduzível em eficácia argumentativa. A presença do discurso direto, além do mais, credibiliza o discurso do jornalista, pelo testemunho aparentemente fidedigno que transmite. E ainda porque, como afirma Kronning sobre o discurso relatado,

o discurso relatado tem uma orientação modal invariavelmente positiva. (...) Essa orientação modal explica-se por um princípio pragmático geral, um topos, derivado da máxima da qualidade de Grice, segundo a qual o locutor deve tentar agir de modo a que o seu discurso seja verídico. Segundo esse topos (cf. Kronning (2005, p. 304, 2010, p. 26); Ducrot (1984, p. 157), se alguém diz alguma coisa, o facto de a dizer é um argumento para que aquilo que diz seja verdadeiro. (Kronning, 2012, pp. 87-88)

Também a escolha desse discurso atribuído aos refugiados, aos que os auxiliam ou aos líderes e cidadãos europeus que lhes são hostis está ao serviço da criação de diferentes imagens, mais ou menos empáticas. A convocação de vários enunciadores (Ducrot, 1985) e pontos de vista concorre para a criação de um *ethos*⁸ de objetividade e imparcialidade que a construção discursiva dos textos, aliás, contradiz, mas que a presença de infogravuras, por seu turno, confirma. A assunção mais ou menos explícita pelo locutor/enunciador 1, das vozes e pontos de vista dos enunciadores e2, permite-nos considerar este discurso como fortemente dialógico. Veremos, por fim, como o locutor assume, explícita ou implicitamente, certas posições em relação aos diferentes objetos do seu discurso, nomeadamente em relação aos vários atores em causa, sobretudo aos atores principais, os refugiados.

ANÁLISE DO CORPUS

AS SEQUÊNCIAS NARRATIVAS AO SERVIÇO DA EMOÇÃO

Em qualquer sequência narrativa, as personagens são centrais, porque são elas que agem (sendo agentes), ou sofrem os efeitos da ação de outros (sendo pacientes). Em todo o caso, é em torno da personagem que a ação se organiza. É por causa dela e da sua sorte que sofremos ou nos alegramos com a leitura ou a escuta da narrativa. As personagens apresentadas pelos autores dos textos aqui em apreço são simultaneamente frágeis e simpáticas. Os diminutivos e o léxico da linguagem infantil contribuem para a valorização empática dos protagonistas, muitas vezes crianças, jovens e mulheres, ou seja, concorrem para a construção de objetos discursivos que são seres fracos e em risco, a necessitarem de proteção: “priminhos”, “a priminha loura de totós e franja, e olhos sempre franzidos” (Coelho, 13/09/2015). A adjetivação valorativa está ao serviço da construção avaliativa positiva das personagens, ainda mais quando ganha saliência pela anteposição do adjetivo ao nome, como nos dois últimos excertos a seguir: “pés minúsculos”, “a pequena Fatma e o seu também pequeno irmão Ahmed” (Cunha, 07/09/2015). O uso de crianças para comover e cativar o leitor é um recurso expectável,

⁸ Na definição do dicionário de Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 220), *ethos* é “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”.

porque a proteção da infância é um valor humano indiscutível e, portanto, largamente partilhado, fazendo parte da *doxa*⁹.

A narrativa faz-se sobretudo na primeira pessoa, frequentemente por meio de citações entre aspas, o que aumenta o dramatismo e a subjetividade do relato:

foram “milhares de pessoas a fugir, deixando tudo, carros e camiões cheios de gente”. Demoraram dia e meio na estrada, em direcção a Erbil, a capital curda. “Mas não *nos* receberam muito bem, já havia muita gente, deixaram-*nos* a dormir em jardins”. (...) Vian quer contar a sua versão da viagem. “Fugimos de carro, um carro com dez pessoas, e *eu ia* à frente, com os dois filhos no colo, 36 horas assim, desmaiei duas vezes”. (Coelho, 13/09/2015)

Esta prevalência da primeira pessoa é visível, como um anúncio, logo nos títulos das peças jornalísticas de André Cunha. Sendo os locutores os intervenientes nas curtas histórias narradas, e remetendo o deíctico pessoal, preferencialmente, para os próprios refugiados, a primeira pessoa marca, já a partir do paratexto, o tom testemunhal dos artigos: “*Nós* e o novo muro”, crónica de André Cunha em cinco capítulos: “A Hungria está a transformar-se num gueto”; “Da *minha* janela, vê-se o muro”; “Se bombardeassem a *minha* cidade, *eu* também fugia”; “*Nós estamos* a fugir da guerra, não *queremos* mais violência”; “Não *tenho* pai, não *tenho* mãe. Pum pum! Taliban”.

O segundo texto de Alexandra Lucas Coelho começa com palavras de um refugiado em discurso direto, portanto na primeira pessoa, antes de a jornalista sequer descrever o espaço ou apresentar o locutor:

“pode chamar-me Ivan”, disse ele. Estávamos sentados num jardim no Norte do Iraque, fim de tarde tão tranquilo que duas guitarras ao centro alcançavam tudo. Mas naquele canto o que acontecia era uma separação. Ivan foi o nome que ele escolheu caso eu contasse a história no jornal. (Coelho, 20/09/2015)

Esse espaço que enquadra as personagens narradoras é um espaço alheio e distante de nós, o espaço do outro: “era um campo *daqueles* que ficam *lá* em África, *lá* no Médio Oriente, neste caso *lá* no Norte do Iraque”. O demonstrativo e o adverbial de lugar, com valor de distância ampliado pelo facto de ocorrer três vezes, têm ainda, neste exemplo, para além de um valor de dêixis, um claro valor modal que aponta para um lugar afetivo distante do enunciador-jornalista e dos seus leitores: os campos ficam longe de nós, não só no espaço, mas sobretudo nas nossas preocupações e emoções de europeus ocupados com os nossos pequenos ou grandes problemas.

⁹ Por um mecanismo simétrico André Cunha testemunha que a televisão húngara do Presidente Orban censura as imagens de crianças refugiadas. Nesse caso, as imagens de crianças são evitadas para que o telespectador não se comova com o seu sofrimento.

SEQUÊNCIAS DESCRITIVAS E POSIÇÃO DO ENUNCIADOR

O discurso direto dos refugiados é enquadrado pelo chamado “discurso atributivo”¹⁰, pequenos apontamentos descritivos sobre gestos, e outros elementos que acompanham as palavras em discurso direto, “lágrimas começam a correr-lhe pela cara, ela continua a soluçar, mas quer continuar”, numa clara contaminação da não ficção pela ficção que Alexandra Lucas Coelho também escreve:

“a certa altura começámos a ouvir balas por cima de nós eu não sabia o que era, o ‘Estado Islâmico’ estava atrás de nós, e nós precisávamos de atravessar um checkpoint...”. Lágrimas começam a correr-lhe pela cara, ela continua a soluçar, mas quer continuar: “um tanque veio e esmagou carros. Eram milhares de pessoas, milhares. Durante 36 horas não comemos. Só no checkpoint estivemos um dia inteiro, bebemos só água da casa de banho, que ninguém bebe. Cheguei como morta”. (Coelho, 13/09/2015)

A referenciação da desmesura do sofrimento é construída por formas de superlativação como hipérboles e repetições (“eram milhares de pessoas, milhares”; e, noutro texto: “foram milhares de pessoas a fugir, deixando tudo, carros e camiões cheios de gente”) e metáforas hiperbólicas (“esmagou carros”; “amontoam-se milhões que fogem de guerras”) ou apenas disfóricas, indiciando pobreza e restrição: “o contentor é aquele rectângulo”.

Nas sequências descritivas, os subjetivemas (Kerbrat-Orecchioni, 1980) são muito abundantes. A adjetivação concorre para exarcebar a emoção, por, através dela, o enunciador marcar a sua própria posição de compaixão em relação aos refugiados. Contribui ainda para a referenciação, uma vez que acrescenta pormenores, qualificações, elementos descritivos aos objetos do mundo aos quais os nomes se referem, tornando-os mais informativos e mais precisos. Tal adjetivação disfórica traça um cenário de urgência e catástrofe humana, pois a terra é “batida”, as crianças “descalças”, o calor “sufocante”, os pés “minúsculos”: “terra batida, contentores, coberturas de plástico, crianças descalças. (...) Faz um calor sufocante no contentor, que é a única casa que ele conhece, o calor irrita-lhe a pele com os seus pés minúsculos” (Coelho, 13/09/2015). Metáforas (“contentor (...) única casa”), complementos do nome (“coberturas de plástico”) e verbos expressivos (“irrita-lhe”) contribuem para a construção discursiva de um ambiente disfórico.

Há, igualmente, formulações antitéticas fortes que sugerem o absurdo da situação, através de metáforas cristalizadas que se foram tornando fórmulas, no sentido de Krieg-Planque (2009): “uma nova *cortina de ferro* de 175 quilómetros se ergue no *coração da Europa*” (Cunha, 29/08/2015). Também o uso de metáforas avaliativas é espaço de manifestação de subjetividade – “a Hungria está a transformar-se num gueto” –, bem

¹⁰ A designação, de Prince (1978), “discurso atributivo”, é considerada limitadora por parte de Salvan (2005). Segundo a autora, parece que estes segmentos têm apens por função “atribuir a palavra, indicar a identidade do locutor e o modo como as palavras são pronunciadas” (s. p.). Ora os exemplos selecionados por nós testemunham, com efeito, a riqueza de funções destes enunciados.

como acontece com o emprego inesperado de certos lexemas. Ambas as metáforas, “cortina de ferro” e “gueto” contribuem para caracterizar a situação como catastrófica, por remeterem para a Segunda Guerra Mundial e as suas consequências. De uma fronteira, por outro lado, não é habitual dizer-se que é mais ou menos fronteira, porque o nome “fronteira” não é graduável. Ao usá-lo de forma gramaticalmente anómala, o jornalista reforça a conotação negativa aliada ao muro húngaro: “símbolo arqueológico de uma antiga linha que nunca deixou de ser fronteira e que agora vai ser ainda mais fronteira” (Cunha, 29/08/2015). Da segunda vez que é usado, o nome adquiriu, metaforicamente, o sentido de barreira intransponível, muro que impede a passagem.

A metáfora, contribuindo para a referenciação, ajuda a construir essa visão anti-tética e polarizada da realidade: os refugiados são referidos como “o rebanho de refugiados”, enquanto a construção do referente “traficantes” se serve da metáfora “cães raivosos que lhes mordem os bolsos (e as vidas)”. Assim se opõe a mansidão indefesa das ovelhas prontas para serem sacrificadas, de identificáveis conotações religiosas, à raiva furiosa dos cães.

Por outro lado, as descrições antitéticas de cenários relativamente aos factos narrados contribuem para a construção de uma representação de um mundo dilacerado, dividido em dois: os que sofrem a guerra e toda a sua violência e os outros, que vivem em paz. Por isso os apontamentos descritivos da primeira crónica de Alexandra Lucas Coelho funcionam em contraponto com o que as sequências narrativas nos contam. Num pano de fundo idílico, brevemente sugerido em sequências descritivas, os protagonistas falam da pior violência: “fim de tarde tão tranquilo”, “por trás dele, há sol, rosas, carrinhos de guloseimas”, “inclui os pássaros da tarde a cantarem por cima”. De novo temos o diminutivo, os nomes, o verbo “cantar” e o adjetivo que apontam para *realia* agradáveis (sol, rosas, guloseimas, pássaros, tranquilidade), compondo o tal cenário pacífico e, portanto, contrastante com a violência das narrativas produzidas. Esse mundo dividido é construído com eficácia numa sequência descritiva de André Cunha, resumida na metáfora “horizonte rasgado”, ou nessa apreciação exclamativa: “que bonito!”, diz e repete sempre que atravessamos uma multidão de girassóis em flor. “É a última vez, João, que vês esta paisagem assim, virgem, sem arame farpado”. “Há de lhe *rasgar* o coração, talvez também lhe rasgue um poema”. As metáforas dizem a divisão e o horror que parecem ser contrariados pelo cenário de paz, acentuado por outras metáforas de valor conotativo avaliativo contrário (“um *ilhéu* de paz”, “*salpicada* pelas ovelhinhas”), ou por essas outras “ilha”, “pérola”, “corais”, que contribuem para sequências descritivas de polaridade positiva, de que é exemplo essa outra, superlativante: “jardins mais floridos, cheios de rosas de todas as cores”.

O lugar mais pacato por onde passámos em toda a viagem, um ilhéu de paz. Das escotilhas destas casas, a infinita planura verde-loira, que é branca no inverno, vai continuar a estender-se para norte, salpicada pelas ovelhinhas de Rigó e József, mas para sul o horizonte estará rasgado. (...) Tiszasziget é uma das ilhas principais, talvez aquela que disputaria a Kübekh.za o título

de pérola da Panónia. Na terra de todos, entre a casa e a rua, os jardins mais floridos, cheios de rosas de todas as cores, são como corais no fundo do mar. (Cunha, 30/08/2015)

A abundância de atos expressivos avaliativos constitui uma marca de um discurso fortemente emotivo, que procura comover, ou seja, etimologicamente, mover, deslocar junto com.

AS VOZES DOS PROTAGONISTAS E A PERSUASÃO

Enquanto Alexandra Lucas Coelho escreve na primeira pessoa do singular, assumindo assim, frontalmente, as suas posições de empatia em relação aos refugiados, os textos de André Cunha oscilam entre o singular e a primeira pessoa do plural, diluindo-se o enunciador num conjunto mais vasto de testemunhas não identificadas¹¹. Portanto, a primeira pessoa do singular pode remeter para o eu comprometido individualmente: “não há eles e nós porque só há nós. Nós estamos no meio de nós”, diz Alexandra Lucas Coelho, numa citação que André Cunha inclui numa das crônicas. Quanto à primeira pessoa do plural, estamos perante o “dinamismo criativo” do “nós” de que fala Dahlet (2016, p. 218), referindo Benveniste (1966), pois o “nós” é “uma realidade de discurso”, com configurações que englobam o “eu”, mas são variáveis. O “nós” coletivo, por exemplo, pode abarcar também o leitor, agora testemunha do drama dos refugiados. Este “nós”, como refere André Cunha no excerto citado abaixo, é toda a gente. A primeira pessoa do plural englobante inclui todos os seres humanos envolvidos na história trágica destas migrações: o nome da rádio húngara “*mi* significa nós, em húngaro e em servo-croata”. Na sequência a seguir transcrita, esta pessoa gramatical configura a noção de empatia de Rabatel acima apresentada. O “nós” inclusivo é igual a eu + vocês, leitores, “nós”, humanos:

nós somos aqueles refugiados que nem sequer sabiam onde estavam depois da polícia os ter deixado na estação de comboios de Szeged: “onde estamos nós?”. *Nós* somos Robert no *Triplex Confinium* onde esta viagem começou, mas também *somos* Orbán, *somos* o agricultor que vocifera contra o refugiado que lhe roubou alguns tomates e *somos* aquele próprio refugiado, *somos* as patroas das koscmas e os seus convivas naquelas tabernas da Terra Baixa húngara onde o mundo se move em câmara lenta, *somos* József e Rigó entre as ovelhas, *somos* Sharbat, Márk, Rita, Zoltán, Mohammed, Balázs, *somos* ainda aqueles funcionários ferroviários que queriam pôr a pequena Fatma e o seu também pequeno irmão Ahmed a dormirem ao relento e *havemos* de ser Rafiq, mais logo, quando *chegarmos* a Subotica, no norte da Sérvia, mas agora, ainda em Szeged, *somos* Péter. (Cunha, 07/09/2015)

¹¹ Curiosamente, num dos seus textos, o autor cita Alexandra Lucas Coelho, o que revela uma certa dose de cumplicidade profissional entre os dois jornalistas.

A solidariedade presente neste “nós” inclusivo faz-se notar também entre os protagonistas: “cheguei a ir buscar amigos feridos e ver bandeiras do ‘Estado Islâmico’ pelo caminho’, diz Mohammed” (Coelho, 13/09/2015). Se algumas vezes, como veremos, há vozes solidárias com o sofrimento alheio, outras há, nos pontos de passagem dos caminhantes, que lhes são hostis, estranhando o diferente, fechadas já no seu gueto:

Gábor Vona defende, tal como Viktor Orbán – (...) – que um “migrante ilegal” é um “criminoso” e que, por isso, tem de ir para a prisão, em vez de para um campo de acolhimento. (...) “Eles são estranhos porque têm a pele mais escura” diz-nos, atarefada, a patroa de uma das kocsmas locais, senhora na casa dos seus 50 anos. (Cunha, 07/09/2015)

Existem, como se disse, vozes dissonantes contrariando a hostilidade dos governos e de muitos cidadãos, vozes solidárias, que discordam do poder, como as de alguns protagonistas húngaros que se insurgem contra o esquecimento histórico:

“a história repete-se dentro de tão pouco tempo que a geração que viveu os seus piores episódios ainda está viva, mas alguns deles parece que já não se lembram”, resigna-se Móni, lamentando essa amnésia parcial de muitos conterrâneos do seu eterno estatuto de migrantes e refugiados, senão de primeira, de segunda ou terceira geração, para andar apenas um século para trás, até ao Tratado de Trianon, no fim da Primeira Guerra. (Cunha, 29/08/2015)

Estas vozes dissonantes, de húngaros solidários, contra a corrente, pertencem a enunciadores claramente identificados, individualizados pelo nome próprio e apelido, uma forma de se tornarem, também, únicos e mais próximos de nós e de não serem apenas gente anónima, parte indistinta de coletivos sem rosto (por oposição aos plurais os húngaros, os refugiados, os rom, os judeus, os migrantes, os outros). Róbert Molnár faz questão de se declarar cristão praticante para evocar que “é preciso tomar conta dos forasteiros”, a mensagem de Estevão I, rei húngaro, depois Santo Estêvão da Hungria para os crentes.

“Está na Bíblia: não faças aos outros aquilo que não queres que te façam a ti”, recorda, para logo profetizar que “a maldade vai-nos ser devolvida. Se não queremos ser maltratados, não podemos maltratar os outros”. (...) Ali ao lado, uma criança, erguida pelos braços do pai, vai apanhando cerejas. Uma imagem quase espelhada ser-nos-á descrita, noutra kocsmas, noutra povoação, pela patroa de serviço. Ela testemunhara “a alegria de um grupo de refugiados, colhendo fruta de uma árvore”. (...) Um refugiado tinha roubado alguns tomates a um agricultor que se queixava do sucedido, na reportagem televisiva, como se isso fosse o fim do mundo. “Coitados”, alguém diz em fundo, com tom de empatia, “tinham fome, na mesma situação, qualquer um de nós faria o mesmo”. (Cunha, 29/08/2015)

Vemos os húngaros fechados no seu próprio gueto e, para isso, concorrem o semantismo da metáfora “praga”, o nome “guetização” e o verbo “circunfechar-se”, que é um neologismo, como neologismo é o verbo “ciganar”, querendo significar ser racista em relação aos ciganos: “‘conhecendo a História’, diz ele, ‘quando um país decidiu construir uma vedação ou um muro, como em Auschwitz-Birkenau, em Berlim ou no resto da fronteira do bloco comunista, isso tornou-se uma praga para quem o construiu’” (Cunha, 29/08/2015). A memória interdiscursiva enceta um diálogo em que, no discurso deste húngaro, ressoam outros discursos anteriores, que ressemantizam a palavra “muro”. Deixa de ser, apenas, como diz o Dicionário Priberam, “obra (geralmente de alvenaria) que separa terrenos contíguos ou que forma cerca”¹², para, por efeito dos muros que na História se foram construindo, ter agora o sentido de “separação, defesa, protecção”, a segunda aceção registada no Dicionário da Academia. Protecção de uns perante a ameaça que, na sua crença, representam os outros, separação violenta, exclusão do outro diferente de nós. O outro é símbolo de ameaça (“um refugiado tinha roubado alguns tomates a um agricultor”), aquele cujo comportamento é digno de punição policial para uns, mas que merece a compreensão de uma parte dos ameaçados, cujo discurso direto manifesta, afinal, compaixão e solidariedade: “tinham fome, na mesma situação, qualquer um de nós faria o mesmo”.

Para Molnár,

a Hungria já é um país isolado a nível intelectual e psicológico. Isto vai ter como consequência a guetização do país. A Hungria circunfecha-se, o que significa que não há saída nem entrada, nem para fora, nem para dentro. Estamos no meio da Europa, se não conseguirmos navegar em águas pacíficas, isso vai determinar que o espaço de acção dos húngaros se vai reduzindo” até que “as pessoas vão perder a esperança e vão fugir do país. (Cunha, 29/08/2015)

Os nomes não são inocentes e por isso um dos protagonistas das crónicas de Alexandra Lucas Coelho assume que o seu nome, “Ivan”, servia de máscara protetora e não o identificava a ele, na sua inteireza de ser humano, mas só a ele enquanto refugiado e perseguido: “Ivan foi o nome que ele escolheu caso eu contasse a história no jornal”. Esse nome próprio protetor esconde a verdadeira identidade de Ivan que, afinal, a jornalista desvenda: “os dois rapazes das guitarras eram curdos, portanto estavam em casa, tinham papéis e ninguém em cima deles, eu podia usar os nomes verdadeiros: Niaz, 21 anos, Hunar, 28, estudantes de Música na Universidade de Sulaymaniyah” (Coelho, 20/09/2015). Ivan parece ser, aliás, um nome que protege. A propósito de um outro interveniente, a autora escreve: “o filho, chamemos-lhe Ivan, viera há dois anos para o Curdistão iraquiano”. Os nomes dos protagonistas renomeados enquanto refugiados sucedem-se nos textos: “o pai, chamemos-lhe Aziz”, “a mãe, chamemos-lhe Jian”. Também para os protagonistas das crónicas de André Cunha os nomes são, por vezes, uma

¹² Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Retirado de <https://www.priberam.pt/dlpo/muro>

máscara: “e finalmente Sharbat dá-nos o maior sorriso do mundo (mas mesmo assim não nos dá o seu nome)”, “a nossa rapariga afegã de hoje (cujo verdadeiro nome provavelmente nunca saberemos)”. A atribuição de um outro nome a vários dos enunciadores dos discursos multiplica o número de enunciadores: e1 com o seu verdadeiro nome não coincide com e1', com o nome falso que o protege. O não direito ao nome testemunha o não direito à existência destes refugiados enquanto pessoas.

O diálogo entre os jornalistas e os protagonistas é resumido nos textos, e aqueles selecionam as palavras mais convincentes destes para os objetivos discursivos de denúncia. Mas esse diálogo prolonga-se para lá da interação física face a face, pode ser posterior aos encontros. André Cunha dirige-se diretamente a um dos seus entrevistados no texto, por exemplo, num longo parêntese, “caro Péter, permite-me só um aparte, dois meses depois do nosso encontro: até à data em que publicamos este texto não há um único caso conhecido de doenças graves” (Cunha, 07/09/2015). Ou numa pergunta da mesma “crónica”, que é uma acusação à indiferença húngara: “e como é que se diz rafiq em húngaro, Péter Tóth?”; ou quando interpela o poeta Vasko Popa: “não, Vasko Popa, a história não deixa Rita ser uma filha sem memória”.

A convocação de várias vozes nos textos contribui para a criação de um *ethos* de objetividade necessário para contrariar a subjetividade evidente do discurso. Essas são as vozes em parte responsáveis pelas sequências narrativas que Alexandra Lucas Coelho e André Cunha incluem nos seus textos. As teses que os jornalistas, implícita ou mais explicitamente, defendem são, as mais das vezes, transmitidas e apoiadas através do discurso direto dos refugiados e de quem os ajuda e, por contraponto, do discurso também de quem os combate. Há, assim, uma empatia linguística, porque “um locutor empresta a sua voz a um outro (...) para encarar um acontecimento, uma situação, no seu lugar” (Rabatel, 2013, p. 68). Ouvir a voz do outro é essencial para criar empatia: “é sempre urgente tentar ouvir sem fronteiras todos os ‘outros’, para compreender melhor este momento” (Cunha, 07/09/2015).

Os diálogos entre o repórter e os protagonistas da história não são os únicos que fazem parte das crônicas. Como vimos, André Cunha, por exemplo, interpela três vezes diretamente, nos textos, aqueles com quem presencialmente tinha falado e cujas palavras tinha já transcrito.

Mas há também diálogos intertextuais: com a Bíblia, com George Steiner e Walter Benjamin, com Saramago, com os escritos de Kapuscinski. André Cunha cita Alexandra Lucas Coelho, José Gil em *Portugal, hoje – o medo de existir*, Claudio Magris e o seu *Danúbio*, etc. O título da crónica “Da minha janela, vê-se o muro” cita, em contraponto, o discurso de Vergílio Ferreira “Da minha língua vê-se o mar”, e o autor refere, num dos textos, convocando a nossa memória coletiva, o conhecimento partilhado do mundo, e estabelecendo relações entre os factos passados e o presente da escrita, “aquela capa da edição da National Geographic que se tornou jóia de coleção e que o mundo viu há 30 anos, em Junho de 1985” (Cunha, 30/08/2015). Como se os jornalistas pretendessem indicar o caminho do diálogo, mostrando, nos seus textos, aquele que falta no mundo. Mas também, através das referências culturais intertextualmente convocadas, como se

quisessem aumentar o número dos que, no discurso, partilhariam pontos de vista semelhantes aos seus.

CONCLUSÕES

Nestes artigos da imprensa escrita portuguesa, há, aliás, uma dimensão performativa, de índole diretiva. É como se as sequências narrativas, as descritivas e as palavras relatadas contribuíssem para, através do ponto de vista assumido pelos jornalistas, de cumplicidade com os refugiados e migrantes, trazer o leitor para a causa deles, isto é, estes textos têm por objetivo convencer e fazer fazer, melhor dito, fazer agir: “é sempre urgente tentar ouvir sem fronteiras todos os ‘outros’, para compreender melhor este momento, ou para nos sentirmos mais perdidos nesta ‘história do presente’ em que há mais um muro no meio de nós” (Cunha, 07/09/2015).

Como é frequente quando se trata de catástrofes naturais, estamos, no caso em apreço, perante aquilo a que se chama “informação de urgência” (Manuel, 2011) porque, se esta não é uma catástrofe natural é, seguramente, uma catástrofe humana. Não são as vítimas que filmam, fotografam ou escrevem para nos dar conta dos acontecimentos. Mas são delas os relatos e as palavras. E é delas o ponto de vista adotado pelos jornalistas.

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (2005). *La linguistique textuelle: introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: Armand Colin.
- Benveniste, É. (1966). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- Dahlet, P. (2016). O discurso político e o sujeito coletivo: fachadas do nós. In W. Emediato (Ed.), *Análise do discurso político* (pp. 214-240). Belo Horizonte: Editora FALE/UFMG.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001). Academia das Ciências. Lisboa: Verbo.
- Duarte, I. M. (2015). Conhecer gentes e as suas histórias: a narrativa como forma de persuasão. In M. Pinto; S. Pereira & M. J. Brites (Eds.), *Os media e a crise dos refugiados, agenda de atividades* (pp. 15-16). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho.
- Ducrot, O. (1985). *Le dire et le dit*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Hattner, M. M. (2018). A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. *Entrepalavras*, 8, [n. especial], 98-111. <http://doi.org/10.22168/2237-6321-6esp1244>
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- Krieg-Planque, A. (2009). *La notion de “formule” en analyse du discours. Cadre théorique et méthodologique*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté.
- Kronning, H. (2012). Le conditionnel épistémique: propriétés et fonctions discursives. *Langue française*, 173, 83-97. <https://doi.org/10.3917/lf.173.0083>

- Lencastre, M. (2011). Empatia, teoria da mente e linguagem. Fundamentos etológicos, psicológicos e culturais dos valores. *ANTROPOlógicas*, 12, 9-18.
- Mais de 20 mil migrantes morreram em travessias no Mediterrâneo desde 2014 (2020, 06 de março). *ONU News*. Retirado de <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706451>
- Manuel, A. (2011). *Information d'urgence et information télévisée: analyse d'un paradigme communicationnel (les événements du tsunami de 2004 et du 11 septembre 2001)*. Tese de Doutoramento, Université de Besançon, Franche-Comté, Besançon, França. Retirado de <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00973871/>
- Plantin, C. (2011). *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Berne: Peter Lang.
- Prince, G. (1978). Le discours attributif et le récit. *Poétique*, 35, 305-313.
- Público. (2005). *Livro de estilo* (2.ª ed.). Lisboa: Público, Comunicação, S.A.
- Rabatel, A. (2013). Ecrire les émotions en mode emphatique. *Semen*, 35. <https://doi.org/10.4000/semem.9811>
- Rabatel, A. (2017). Empathie et émotions argumentées en discours. In A. Rabatel (Ed.), *Pour une lecture linguistique et critique des médias. Empathie, éthique, point(s) de vue* (pp. 265-276). Limoges: Lambert-Lucas.
- Rota do Mediterrâneo é a mais perigosa e já matou mais de mil migrantes este ano (2019, 07 de outubro). *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/2019/10/07/rota-do-mediterraneo-e-a-mais-perigosa-e-ja-matou-mais-de-mil-migrantes-este-ano/>
- Salvan, G. (2005). L'incise de discours rapporté dans le roman français du XVIII^e au XX^e siècle: contraintes syntaxiques et vocation textuelle. In A. Jaubert (Ed.), *Cohésion et cohérence: études de linguistique textuelle*. Lyon: ENS Éditions. <https://doi.org/10.4000/books.enseditions.144>
- Zhang, G. (2015). *Elastic language. How and why we stretch our words*. Cambridge: Cambridge University Press.

NOTA BIOGRÁFICA

Professora Associada de Linguística na Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos. Membro do Centro de Linguística da Universidade do Porto. Áreas de investigação: Pragmática e análise do discurso (relato de discurso, marcadores discursivos); confronto entre línguas românicas e aplicação da linguística ao ensino do Português.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7908-5649>

Email: iduarte@letras.up.pt

Morada: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal

Submetido: 14/04/2020

Aceite: 01/07/2020

MÉDIA E MIGRAÇÕES FORÇADAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS REFUGIADOS NOS MÉDIA PORTUGUESES EM DOIS MOMENTOS MEDIÁTICOS (2015 E 2019)

Dora Santos-Silva

Instituto de Comunicação da Nova (ICNOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Débora Guerreiro

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

RESUMO

Os movimentos migratórios forçados marcaram a agenda económica, política e social em 2015 e, nessa sequência, a dos média, que assumiram um papel essencial na representação social dos refugiados. Em 2019, assistimos a um novo momento mediático, motivado pelas dificuldades encontradas pelos navios humanitários em atracar nos portos europeus. O objetivo deste artigo foi analisar a forma como os média portugueses cobriram a temática das migrações forçadas em dois momentos mediaticamente relevantes, em 2015 e em 2019, e de que forma contribuíram para a representação social dos refugiados. A partir de uma análise de conteúdo, concluímos que os jornais analisados subvalorizaram os refugiados enquanto indivíduos com identidade própria, reduzindo-os a um grupo homogéneo e sem voz. Esta tendência, já presente em 2015, acentuou-se em 2019 com a ausência de artigos explicativos, com a predominância de uma visão ocidental e uma dependência das agências de notícias.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo de direitos humanos; refugiados; crise migratória; migração forçada; representações sociais

MEDIA AND FORCED MIGRATIONS: SOCIAL REPRESENTATIONS OF REFUGEES IN THE PORTUGUESE MEDIA IN TWO MEDIATIC PEAKS (2015 AND 2019)

ABSTRACT

Forced migration movements marked the economic, political, and social agenda in 2015. Consequently, these events also determined the agenda of the media, which took on an essential role in the social representation of refugees. In 2019, when humanitarian ships found it hard to dock at European ports, we saw another peak in media coverage. The purpose of this article is to analyse how the Portuguese media covered the theme of forced migration during two of the most relevant moments (2015 and 2019) and thus, how they contributed to the social representation of refugees. After a content analysis, we concluded that the newspapers on which our study focused undervalued refugees as individuals with their own identity, reducing them to a homogeneous and voiceless group. This trend, already present in 2015, was further emphasised in 2019. There was a clear absence of explanatory articles, with the media output showing a predominance of western perspective and a constant reliance on news agencies as sources.

KEYWORDS

human rights journalism; refugees; migratory crisis; forced migration; social representations

INTRODUÇÃO

Em 2015, a Europa assistiu à desde então designada “crise dos refugiados no Mediterrâneo” quando, nesse ano, cerca de um milhão de pessoas alcançaram a costa europeia por mar, deixando nas suas águas 3.700 pessoas que aí pereceram. O fluxo de refugiados, considerado o maior desde a II Guerra Mundial, teve como protagonistas cidadãos sírios, afegãos, iraquianos, eritreus, entre outros, que se deslocaram forçadamente devido a conflitos armados.

Segundo o relatório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2019), existiam no mundo, em 2018, 25,9 milhões de refugiados, 41,3 milhões de pessoas deslocadas internamente e 3,5 milhões requerentes de asilo, devido a cenários de conflito e violência. A República Árabe da Síria liderava, com 6,1 milhões de pessoas deslocadas, seguida da Colômbia (5,9 milhões) e da República Democrática do Congo (3,1 milhões). A Síria era também o país com maior número de refugiados no mundo: 6,7 milhões.

Desde o começo da crise, em 2013, já morreram mais de 10 mil pessoas no Mediterrâneo, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2019), das quais 500 no primeiro semestre de 2019. Se, em 2015, pico da crise migratória, tinham chegado mais de um milhão de pessoas às costas europeias, só nos primeiros três dias de 2019, outro momento relevante, eram resgatados 400 migrantes pela Guarda Fronteira Espanhola (Chaiça, 2019).

Entre 2015 e 2019, muito mudou no panorama social e político europeu: a surpresa e a corrente de solidariedade inicial deram lugar ao medo nos países recetores, aumentou a força política dos partidos anti-imigração e foram celebrados acordos de retenção de refugiados ao nível internacional. Em junho de 2019, a Itália, um dos três países que mais migrantes tinham recebido em 2018 (Espanha em primeiro lugar, seguida da Grécia), fechava todos os portos aos navios de ajuda humanitária que trouxessem migrantes (Fernandes, 2019).

Neste contexto, Portugal assumiu, desde o início da crise, a sua disponibilidade para receber refugiados, facto que aumenta a responsabilidade da cobertura jornalística portuguesa em desconstruir estereótipos relacionados com os refugiados e prestar uma informação clara e aprofundada.

Embora seja uma problemática antiga, existem três características desta sociedade que revestem a crise migratória de novos contornos, elencados por Abdo, Cabecinhas e Brites (2019): a globalização, na qual estes processos “se tornam mais intensos, velozos e abundantes” (p. 80); o papel dos média, que acompanham essa “velocidade, abundância e intensidade” (p. 80); e a própria sede que a sociedade tem do espetáculo, alimentado pelos média.

Neste artigo, partimos da hipótese já comprovada por vários autores (como Blu-mell, Bunce, Cooper & McDowell, 2020; Chouliaraki & Stolic, 2017; Empinotti, 2017;

Gemi, Ulasiuk & Triandafyllidou, 2013; Guerreiro, 2018; McIntyre, 2013; Silvestre, 2011) de que os média influenciam a perceção da sociedade em relação à problemática dos migrantes e refugiados e que são os principais intermediários numa relação com o *outro* que só existe muitas vezes nesse plano. Nessa lógica, os média têm um papel essencial na construção do imaginário coletivo sobre refugiados e crise migratória.

Este estudo tem como objetivo analisar a forma como dois jornais portugueses cobriram a temática dos refugiados em dois momentos mediaticamente relevantes: um de 2015 – período em que deu à costa de uma praia turca um menino sírio sem vida – e outro de 2019, marcado pelas dificuldades encontradas pelos navios humanitários em atracar nos portos europeus. Pretende explorar em particular qual é a representação social dos refugiados, a partir da análise de características editoriais das peças jornalísticas publicadas e de uma tipologia de regimes de visibilidade proposta por Chouliaraki e Stolic (2017). Para alcançar este objetivo, foram delineadas três perguntas de investigação (PI):

- PI1: quais são as principais características editoriais das peças publicadas em dois jornais portugueses sobre a temática dos refugiados, em dois momentos mediaticamente relevantes de 2015 e 2019?
- PI2: que representações sociais são feitas dos refugiados, a partir dessas características editoriais e das imagens adotadas pelos jornais como estratégia de visibilidade?
- PI3: quais são as principais diferenças entre a cobertura jornalística de 2015 e de 2019?

Para responder a estas questões, foi utilizada uma metodologia comparativa baseada na análise de conteúdo de duas semanas, em 2015 (02 a 08 de setembro) e em 2019 (30 de junho a 07 de julho), em dois jornais diários online de referência – *Público* e *Observador*.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

PROCESSOS MIGRATÓRIOS FORÇADOS E A RESPONSABILIDADE DOS MÉDIA

O ponto de partida para a reflexão entre refugiados e média é a própria definição de refugiado que se encontra na Convenção de Genebra de 1951, alterada pelo Protocolo de 1967, que veio alargar o seu âmbito. No mesmo ano, é criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Os refugiados fazem parte de um conjunto amplo que se designa por “migrantes forçados”, que incluem também outras categorias como os requerentes de asilo. O direito a requerer asilo está consagrado no art. 14.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). A pessoa pode pedir asilo ou solicitar o estatuto de refugiado, de acordo com as respetivas condições.

Considera-se refugiado a

 pessoa, que, receando com razão ser perseguida em virtude das sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e que não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país. (ONU, 1951)

A liberdade de expressão também é um direito humano plasmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, para a qual o jornalismo assume um papel de relevo, desde logo porque o seu propósito “é fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem” (Kovach & Rosenstiel, 2001, p. 16).

Mesmo no novo ecossistema digital, os média determinam a agenda do mundo e atuam ainda como únicos intermediários em vários acontecimentos mundiais, tendo o poder de alargar os horizontes do público ou de os restringir (Pöyhtäri, 2014). No caso dos refugiados, essa evidência é maior, dado que a população não os conhece e, portanto, constrói a sua perceção a partir das representações dos média.

Com o aumento do discurso anti-imigração, bem como da projeção dos partidos anti-imigração em vários países europeus, a cobertura deste tema assume cada vez mais relevância, até porque o jornalismo tem a capacidade de habilitar as audiências a desenvolver um verdadeiro conhecimento global (Hafez, 2009).

O jornalismo tem, assim, a responsabilidade acrescida de cobrir um tema que é sobretudo de direitos humanos. Thompson (2007) sugere a existência de uma responsabilidade para reportar, que se interliga com uma responsabilidade moral em relação aos direitos humanos. Esta não é uma opinião isolada: Rose (2013) defende o conceito de *human rights-based approach*, baseado no princípio de que a abordagem aos direitos humanos deve ser uma função fundamental nas obrigações de um jornalista, obrigando-o a identificar a violação e a incluir nas suas reportagens formas de eliminar o abuso. Também Shaw (2012) afirma que se o público tiver um maior entendimento dos problemas através da sua explicação é mais provável ter empatia com o sofrimento das pessoas e apelar à intervenção internacional, ajudando a superar a falta de memória histórica que constitui um obstáculo ao entendimento (The International Council Human Rights Policy, 2002).

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS REFUGIADOS NOS MÉDIA

A teoria das representações sociais só entrou na agenda científica na segunda metade do século XX, pela mão do psicólogo social Serge Moscovici (1961), influenciado pelas bases teóricas que Durkheim tinha lançado no século XIX. O objetivo desta teoria era explicar fenómenos a partir de uma perspetiva coletiva, isto é, as representações sociais correspondem a crenças ou ideias que temos relativamente a uma pessoa, a uma comunidade, a um acontecimento ou objeto, fruto da nossa interação social. Além de Moscovici, o conceito de representações sociais foi trabalhado por Denise Jodelet (1989), outra referência na área, que as definiu como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a realidade comum a um conjunto social” (p. 36).

A académica francesa salienta duas características desta forma de conhecimento que são cruciais para pensarmos a relação entre os média e as representações sociais dos refugiados: a “construção”, isto é, a representação social é uma construção que deriva da relação entre um sujeito e o objeto; e a “expressão”, isto é, deriva dessa relação uma interpretação.

Se aplicarmos isto ao contexto deste artigo, podemos concluir que a representação social do refugiado é fruto de uma construção que resulta da relação entre a população e o refugiado, relação essa possibilitada pelos média, pelo que a cobertura jornalística determina a interpretação que a população tem desta crise e do refugiado como o *outro*. Os média influenciam a opinião pública e contribuem para o grau de aceitação e compreensão do refugiado.

Partindo deste raciocínio, é essencial trazer para a discussão investigações académicas que já se tenham debruçado sobre a análise da cobertura jornalística dos refugiados e das suas representações sociais.

QUEM É O REFUGIADO NOS MÉDIA?

Já em 2003, Peter McIntyre defendia que os refugiados eram historicamente despersonalizados pelos média e representados como um grupo a ser temido e rejeitado, na obra *Human rights reporting – a handbook for journalists in South-eastern Europe*, publicado pela Federação Internacional dos Jornalistas. Um estudo do Observatório da Comunicação sobre a cobertura dos imigrantes e das minorias étnicas pelos média portugueses em 2001 e 2002 também concluía que estes grupos estavam associados sobretudo a notícias sobre delitos (OberCom, 2003). Ao longo do século XXI esta realidade foi sendo comprovada por diversos estudos académicos.

Gemi, Ulasiuk e Triandafyllidou (2013) analisaram o impacto dos valores-notícia, das fontes e da agenda nas notícias relacionadas com processos migratórios em média de seis países europeus e concluíram que têm uma linha editorial desequilibrada relativa à cobertura da migração, nomeadamente aos acontecimentos que selecionam (os negativos) e as fontes que usam, o que pode provocar uma perceção deturpada no público.

Por sua vez, o estudo de Blumell et al. (2020), com base na cobertura de média online do Reino Unido, mostra que há uma sobrevalorização da criminalidade cometida pelos requerentes de asilo e uma politização deste tema: os média considerados de esquerda focam-se na vitimização, enquanto os de direita, na criminalidade. Os autores apontam a necessidade de mais *soft news* sobre refugiados, e não apenas *hard news*, para dar mais contexto, personalização e esclarecimento ao tema.

Para além da falta de voz e de uma participação ativa, os refugiados são, ainda, representados visualmente como grupos e não como indivíduos, como confirmam estudos de base semiótica. Investigadoras do Reino Unido analisaram imagens publicadas por órgãos de comunicação social de cinco países europeus sobre refugiados entre junho e dezembro de 2015 e concluíram que “falham na humanização de migrantes e refugiados” (Chouliaraki & Stolic, 2017, p. 1162) e que urge “mudar radicalmente a forma como entendemos a responsabilidade dos *media* para com os *outros* vulneráveis” (p. 1162).

Estas autoras propuseram uma tipologia de regimes de visibilidade da crise, a partir da qual reconstróem visualidades específicas dos refugiados. Identificaram cinco configurações visuais básicas: vida biológica, empatia, ameaça, hospitalidade e auto-reflexão. As imagens escolhidas pelos órgãos de comunicação social são depois enquadradas numa ou mais destas variáveis de análise.

VISIBILIDADE COMO VIDA BIOLÓGICA

Nesta variável, as investigadoras incluem imagens que representam os refugiados como uma “massa de desafortunados” (p. 1167), ou seja, desprovidos de identidade e voz, à mercê da benevolência ocidental. São imagens que promovem um distanciamento social e que não oferecem qualquer contexto sobre o sofrimento dos refugiados ou dos motivos da sua migração forçada.

VISIBILIDADE COMO EMPATIA

O regime de visibilidade como empatia é associado à humanização das imagens, como uma criança que chora, uma mãe com o seu filho ao colo. Ao contrário do primeiro regime, neste há uma perspetiva visual mais próxima e uma tentativa de individualizar os refugiados, fomentando a compaixão e a caridade.

VISIBILIDADE COMO AMEAÇA

As investigadoras incluem neste regime imagens de jovens armados ou barcos a tentar atracar em portos europeus, que acabam por suscitar medo nos leitores ou a sensação de ameaça à segurança. É, por isso, uma “vilificação daqueles que não são como ‘nós’” (p. 1169).

VISIBILIDADE COMO HOSPITALIDADE

Este regime de visibilidade é associado a ativismo político, como imagens de manifestações pró-refugiados, mensagens de acolhimento por parte da população ou outros atos de hospitalidade. Embora sejam, à partida, positivas, acabam por subjetivar os refugiados.

VISIBILIDADE COMO AUTO-REFLEXÃO

Este último regime de visibilidade é associado à identificação dos refugiados como parte de nós e não os “outros” (como imagens de celebridades a ajudar os refugiados, gráficos ou imagens de destroços, sem personagens).

Este mapeamento dos regimes de visibilidade pública torna os refugiados “objetos da ‘nossa’ responsabilidade” (p. 1172), segundo Chouliaraki e Stolic, e acabam por ser “espaços-chave de moralização que produzem e regulam as disposições do público” (p. 1172) em relação aos refugiados, perpetuando um distanciamento ou contribuindo para uma responsabilização coletiva. As investigadoras concluem que esta crise humanitária é, na essência, uma crise da noção de responsabilidade para a qual a representação imágica dos refugiados contribui em grande parte.

Em Portugal, a cobertura jornalística dos refugiados também tem sido objeto de vários estudos. Uma tese de mestrado sobre as representações dos refugiados e requerentes de asilo nos média portugueses (Silvestre, 2011) concluiu que estes são

sistematicamente desqualificados enquanto fonte de informação credível e a sua voz é silenciada. Outra tese de mestrado defendida em 2018, que se debruçou sobre a cobertura jornalística portuguesa da crise dos refugiados em 2015, concluiu que houve falhas ao nível da explicação e contextualização das peças, a começar pela definição correta de refugiado, e que há necessidade de um maior comprometimento e especialização dos jornalistas para com os direitos humanos (Guerreiro, 2018).

Outro estudo com base em imagens publicadas em 2015 no jornal diário português *Público* mostra que há poucas pistas sobre a identidade dos refugiados, representados recorrentemente como grupos homogêneos e não indivíduos (Empinotti, 2017). A autora alerta para o facto de serem repetidos esquemas de representação “que tendem a reduzir a compreensão do refugiado como alguém em constante deslocamento, muitas vezes em situação de risco ou más condições” (p. 114).

A literatura portuguesa diz-nos que nestes encontros com os refugiados, mediados pelos média, estes indivíduos são representados como os *outros*, sem voz, sem identidade, sem contexto, sem memória. Moisés Lemos Martins (2019) vai mais longe e qualifica esta relação com o *outro*: “e se o que está em causa é ignorar o outro, ou então, segregá-lo, discriminá-lo e dominá-lo, do que se trata mesmo é de exercer sobre ele uma violência” (p. 21).

OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E METODOLOGIA

A 02 de setembro de 2015, Alan Kurdi, uma criança síria de três anos, deu à costa sem vida numa praia turca. A família fazia a travessia do mar Egeu, da Turquia para a Grécia, de barco. A mãe e o irmão também perderam a vida. A fotografia, captada por Nilüfer Demir, redefiniu a crise dos refugiados – ganhou a legenda de “naufrágio da humanidade” – e levou a um pico da cobertura jornalística sobre a temática.

Os primeiros dias de julho de 2019 foram marcados pelas dificuldades encontradas pelos navios humanitários em atracar nos portos europeus com migrantes a bordo. No dia quatro, uma embarcação que transportava migrantes capotava ao largo da Tunísia, provocando a morte a 82 pessoas. O acontecimento mais mediático foi protagonizado pela capitã do navio *Sea Watch* que atracou em Lampedusa, contra a ordens da polícia italiana.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar a forma como os média portugueses cobriram a temática dos refugiados em dois momentos mediaticamente relevantes: em 2015 (02 a 08 de setembro) e em 2019 (30 de junho a 7 de julho). Houve outros momentos igualmente relevantes, mas o de 2015 foi o primeiro caso que despoletou uma cobertura jornalística à escala global e a consternação da opinião pública; o de 2019 foi escolhido por ser o mais recente à data deste estudo.

O artigo pretende explorar em particular qual é a representação social dos refugiados, a partir da análise de características editoriais das peças jornalísticas publicadas e de uma tipologia de regimes de visibilidade proposta por Chouliaraki e Stolic (2017). Para alcançar este objetivo, foram delineadas três perguntas de investigação:

PI1: quais são as principais características editoriais das peças publicadas em dois jornais portugueses sobre a temática dos refugiados, em dois momentos mediaticamente relevantes de 2015 e 2019?

PI2: que representações sociais são feitas dos refugiados, a partir dessas características editoriais e das imagens adotadas pelos jornais como estratégia de visibilidade?

PI3: quais são as principais diferenças entre a cobertura jornalística de 2015 e de 2019?

Para responder a estas questões, foi utilizada uma metodologia comparativa baseada na análise de conteúdo das semanas supramencionadas, em dois diários online de referência – *Público* e *Observador*. À data de 2015, estes dois diários tinham, no campo dos jornais de referência, os maiores números de páginas visualizadas. Em 2019, foi mantido o *corpus* para sustentar a análise comparativa. Não foi objetivo deste artigo fazer uma análise da evolução da cobertura jornalística portuguesa entre 2015 e 2019 (período durante o qual houve vários outros momentos mediaticamente relevantes), mas, sim, fazer uma comparação entre momentos com uma diferença de quatro anos, de forma a identificar diferenças nas estratégias editoriais.

O levantamento das peças jornalísticas foi feito através das palavras-chave “refugiado” e “migrante” (em 2019, houve uma mudança de nomenclatura dos refugiados) reforçado com o levantamento direto das peças alocadas ao tópico e áreas específicas definidos pelo *Público* e pelo *Observador*. A análise teve em conta variáveis, como o género jornalístico, o autor, as fontes, o tópico, o ângulo de abordagem, o uso de imagem, a sua proveniência e enquadramento.

A análise de conteúdo foi complementada por uma análise mais detalhada das imagens usadas – não querendo chegar a uma análise multimodal – com base na tipologia de visibilidade proposta por Chouliaraki e Stolic (2017), de forma a percebermos o papel que as imagens têm nas representações sociais dos refugiados através das suas configurações visuais. Essa tipologia foi já apresentada no enquadramento teórico e integra a visibilidade como vida biológica, empatia, ameaça, acolhimento/hospitalidade e auto-reflexão.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

MENOS PEÇAS E MENOS MEMÓRIA

Com base na análise de conteúdo a dois diários generalistas online – *Observador* e *Público* – num período distinto de 2015 (02 a 08 de setembro) e de 2019 (30 de junho a 07 de julho), foram identificadas 145 peças em 2015 (88 no *Observador* e 57 no *Público*) e 48 peças em 2019 (31 peças no *Observador* e 17 no *Público*).

Podemos observar, desde logo, uma diminuição significativa do número de peças publicadas nos dois períodos analisados (menos 97). Embora a fotografia do menino sírio, em 2015, tenha suscitado uma ampla cobertura não só nos órgãos de comunicação social, mas também nas redes sociais, o naufrágio da embarcação que levou à morte de 82 migrantes, em 2019, também foi um acontecimento igualmente grave com repercussões políticas e sociais assinaláveis, pelo que, à partida, não haverá explicação rigorosa para justificar esta disparidade na cobertura jornalística. No entanto, os pontos em análise seguintes poderão contribuir para explicar esta diminuição de peças.

É importante considerar a própria estratégia de navegação nos websites destes órgãos de comunicação social. O *Observador* tinha, em 2015, uma área intitulada “crise dos refugiados”, onde se encontravam todas as peças associadas ao tópico refugiados. Terá tido em consideração a especificidade do assunto e a sua potencial visibilidade ao longo do tempo, servindo também como facilitador de pesquisa. Porém, em 2019, as peças encontram-se dispersas por várias secções do jornal, com tópicos como “mundo”, “migrantes”, “direitos humanos”, “política”, entre outros. Também se verificaram casos de peças mal arquivadas e ainda algumas no tópico “crise dos refugiados” (que não desapareceu completamente, mas deixou de ser um agregador fiável).

Em relação ao *Público*, a dispersão já se verificava em 2015, mas é interessante constatar que, em 2019, os refugiados só surgem como tópico principal (imediatamente antes do título) em duas peças e em 2015 em oito peças. Mesmo *follow-ups* do mesmo acontecimento têm tópicos diferentes, o que sugere que ainda não há uma estratégia de organização dos tópicos nos dois websites.

PREVALÊNCIA DO “ACONTECIMENTO” REPLICADO POR AGÊNCIAS E O CONTEXTO PORTUGUÊS

Em 2015, o género jornalístico maioritário foi a notícia, com 89,77% no *Observador* e 84,21% no *Público*, o que aponta para uma prevalência do acontecimento face à explicação e enquadramento, que poderiam ser verificados em peças mais desenvolvidas. Em 2019, esse domínio foi ainda mais significativo: todas as peças publicadas no *Observador* são notícias; no *Público*, equivalem a 65% (há uma reportagem, uma crónica e dois artigos de opinião).

A prevalência de notícias também está associada à autoria e à fonte primária. Se, em 2015, peças assinadas exclusivamente por agências de notícias correspondiam a 23,9% no *Observador* e a 8,77% no *Público*, em 2019, esse número sobe para 80,65% (Lusa) e 41% (Lusa e Reuters), respetivamente. Mesmo nos artigos assinados por jornalistas, as agências de notícias continuam a ser a fonte prevalente. Esta replicação de conteúdos de agências de notícias diz-nos que, por um lado, não foram investidos recursos nem se aprofundaram os temas, mesmo que saibamos, à partida, que não é fácil chegar à voz dos refugiados. Estes dados podem também ajudar a explicar a diminuição do número de peças em 2019 face a 2015.

Além das agências de notícias, as fontes mais comuns quer no *Público* quer no *Observador*, nos dois momentos analisados, são as institucionais: Organização das Nações Unidas (ONU), ACNUR e governos de vários países. Uma vez mais, são as “elites brancas” a serem ouvidas, ainda que as organizações não governamentais (ONG) em causa persigam a defesa dos direitos humanos e o apoio dos refugiados.

Quanto aos protagonistas desta crise, a sua voz é quase ausente. É certo que não é fácil chegar ao contacto com os refugiados, mas mesmo assim esperava-se mais. De facto, em 2019, apenas uma reportagem publicada no *Público*, mas assinada por uma jornalista da *Reuters*, tem a voz de refugiados. O mesmo número surge no *Observador*.

Relativamente ao uso de cidadãos como fontes, é de salientar que continuam com percentuais menores, como se analisa no *Observador*, e que a voz mais ouvida foi a da capitã Carola Rackete que, numa altura em que os países europeus recusavam a entrada dos navios humanitários repletos de refugiados, ficou conhecida por ter representado a luta pelo salvamento no mar. O mesmo se verifica no *Público*. Em 2015, a percentagem era um pouco mais alta: 45,61% (incluindo os refugiados) no *Público* e 23,86% no *Observador*.

Em 2015, as peças sobre o contexto português na crise dos refugiados correspondiam a 29,55% no *Observador* e a 40,35% no *Público*. Portugal mostrava-se disponível para acolher refugiados e discutia-se publicamente, entre as entidades políticas e civis, qual seria a melhor forma de recolocação. Já em 2019, o percentual diminuiu para 9,68% no *Observador*, o que pode ser explicado pela replicação das notícias de agências, que se centraram nos acontecimentos ocorridos fora de Portugal e sem grande impacto para os decisores nacionais. Já o *Público*, com menos replicação de conteúdos de agências, obteve 41,18% de peças em contexto português, onde, ao contrário do *Observador*, que se focou apenas nos salvamentos de refugiados pela Polícia Marítima portuguesa na Grécia, abordou também a situação do ativista português Miguel Duarte, acusado em Itália de auxílio à imigração ilegal.

QUEM É O REFUGIADO NOS MÉDIA?

Para responder a esta questão, socorremo-nos não só da análise de conteúdo, mas também de um olhar mais detalhado das imagens publicadas nos dois jornais segundo a tipologia de visibilidade proposta por Chouliaraki e Stolic (2017): vida biológica, empatia, ameaça, acolhimento/hospitalidade e auto-reflexão.

Contudo, começando pelo princípio, é condição necessária à compreensão do *outro* saber quem é o *outro*. Saber quem é o refugiado, partindo da sua definição, permite-nos combater alguns preconceitos e estereótipos relacionados com este grupo.

Porém, a definição de refugiado “pessoa que receia ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou das suas opiniões políticas e que não pode pedir proteção ao seu país de origem”, como está inscrita na Convenção de Genebra de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados, apenas pontualmente foi incluída nas peças – uma em 88 no *Observador* e um em 57 no *Público*, em 2015. Num tema marcado por grandes divergências de conceitos (à data, mais especificamente, entre o que era um refugiado ou um migrante económico), a definição foi considerada o ponto de partida para a compreensão da crise dos refugiados.

Em 2019, nenhuma peça quer no *Público* quer no *Observador* contém a definição de refugiado ou uma aproximação à sua identificação. Além disso, este desconhecimento relativamente ao refugiado é agravado pelo uso aleatório da palavra “migrante”. No *Observador*, na semana analisada, só foi usada duas vezes a palavra “refugiados”; as restantes peças, mesmo sobre o mesmo assunto, foram indexadas ao tópico “migrantes” ou tinham essa palavra no texto, talvez porque este conceito abarque várias realidades, mas que pode abrir caminho a equívocos desnecessários na perceção do leitor (no *Público*, isto não se verificou).

Se é certo que a população que foge de conflitos armados e que estava a tentar desembarcar em 2019 dos vários navios humanitários ou barcos clandestinos não tem ainda o estatuto de refugiado (que é obtido no país de acolhimento depois de verificadas várias condições), também não pode ser comparada aos migrantes que deixam os seus países por razões económicas. O uso da expressão “migrante forçado” em vez de apenas “migrante” poderia acautelar alguma desinformação relacionada com a própria identidade dos refugiados.

Contribuem também para o desconhecimento do refugiado o ângulo de abordagem das próprias peças jornalísticas. Em 2015, denotou-se uma primazia da visão ocidental no *Observador* (90,91%) e no *Público* (87,72%), isto é, fontes (oficiais e não oficiais) ocidentais que falam sobre o problema como sendo do *outro*. Inversamente, verificou-se o detrimento da visão intercultural, uma vez que o ponto de vista assumido na cobertura esteve muito mais alinhado com as preocupações ocidentais do que com as preocupações dos “protagonistas” da crise, de cariz multicultural.

Em 2019, o ângulo de abordagem ocidental é ainda mais flagrante, se pensarmos que os heróis das peças são os capitães dos navios humanitários ou os países que acolhem os refugiados. O herói nunca é o refugiado que conseguiu fugir do seu país – mas também não aparece como vítima.

Esta sub-representação dos refugiados nos textos, sendo muitas vezes reduzidos a números ou a um grupo homogéneo, é ainda agravada pelas imagens escolhidas pelos jornais, numa evolução claramente negativa de 2015 para 2019. Neste ano, em 96,77% das peças do *Observador* havia uma única imagem a acompanhar o texto, sem recurso a galerias de imagens, o que se considerou muito pobre numa lógica visual. O *Público* também só usou galerias de imagens em duas das 17 peças.

Porém, são poucas as imagens publicadas nos jornais que retratam os refugiados como indivíduos com voz e identidade própria. No *Público*, só em quatro das 17 são protagonistas. Nas restantes, as imagens escolhidas são de políticos ocidentais, chefes de missão de ONG ou capitães dos navios humanitários. No caso do *Observador*, embora houvesse mais imagens com refugiados, 29,03% das imagens estavam desatualizadas (os dados apontam para que não sejam de 2019 e sim de anos anteriores), 12,90% eram padronizadas (por representarem os refugiados de forma indiferenciada, massificada), 22,58% estavam descontextualizadas (por não terem correspondência com a notícia) e 6,45% eram repetidas. O mesmo não se verificou com o *Público* que teve o cuidado, no caso de imagens com refugiados, de ter uma legenda que confirmava a atualidade e a pertinência daquela imagem.

Aplicando os regimes de visibilidade propostos por Chouliaraki e Stolic (2017) às imagens com refugiados, nota-se uma predominância clara de configurações visuais relacionadas com a vida biológica, isto é, prevalecem imagens de pessoas indiferenciadas – ou “massa de desafortunados” (p. 1167) nos barcos, como caracterizam as investigadoras. No caso do *Observador*, no qual as representações imagéticas de refugiados equivalem a 35,48% do total, 12,90% eram situações de homogeneização/generalização (ex. fotos de grupos indiferenciados), enquanto 9,68% representavam uma massa humana

despersonalizada, como as “clássicas” imagens de botes com aglomerados de pessoas. Tais imagens tornaram-se incontornáveis na cobertura da crise em 2015, serviram de padrão à situação e continuam a aparecer nos mesmos moldes, por vezes até desatualizadas, conforme os dados anteriormente apresentados. No *Público*, também surgem as mesmas imagens de refugiados indiferenciados, em barcos ou em situações de destruição. Este regime de visibilidade promove o distanciamento dos leitores e a ausência de responsabilidade coletiva, dado que não há um “rosto” nem uma história.

A segunda tipologia de visibilidade mais utilizada é a ameaça, com o constante uso de imagens de barcos com os refugiados a tentarem sair de forma desesperada. Como referem Chouliaraki e Stolic (2017), este regime de visibilidade promove o receio, o medo e a sensação de insegurança. Se aliarmos este tipo de imagens às da primeira categoria – que promove o desconhecimento – então a ameaça “do desconhecido” e do *outro* assume proporções ainda mais significativas. Estas configurações visuais confirmam o que as investigadoras defendem: a crise humanitária acaba por ser uma crise da noção de responsabilidade.

A terceira tipologia de visibilidade mais usada é a da empatia, situação em que os refugiados são representados como vítimas que merecem preocupação e a denúncia dos casos de violação de direitos humanos, mas, mesmo assim, são números inferiores a 10%.

CONCLUSÃO

A crise dos refugiados prossegue agora a um ritmo mais lento e contido. Mais distante da lente mediática em 2015, mas omnipresente nas tendências políticas anti-imigração e nas decisões estatais que decidem o encerramento de portos do Mediterrâneo. Por sua vez, o jornalismo, enquanto mediador e porta-voz, restringiu o seu papel à medida que reduziu a investigação.

Em 2019, para os média portuguesas em foco, o refugiado é uma entidade sem voz e sem identidade. Não lhe é dado valor enquanto fonte das notícias publicadas, pois que não é, sequer, ouvido. Quando é representado, fazem-no sem individualização, como uma imagem padrão (ex. a “massa humana” num bote) que é replicada desde 2015 até hoje.

A definição de refugiado (a essência da sua situação) é ignorada, sem a devida contextualização deste universo para uma maior compreensão do leitor. É ausente de todas as notícias de 2019, o que nos diz que a cobertura jornalística continua a não ter em consideração a explicação dos conceitos, em particular deste conceito basilar, apesar do tempo decorrido entre o início da crise, em 2015, até à presente análise, de 2019.

O refugiado também não tem memória nos média, pois as peças sobre estes estão cada vez mais dispersas nas várias secções dos jornais, perdendo autonomia, e tornando-se mais difíceis de encontrar. Juntos, promovem o afastamento do público em relação ao tema.

Chegados a 2019, o refugiado não foi preocupação dos média, que se limitaram, na grande maioria, à replicação dos conteúdos de agências noticiosas. No género predominante, a notícia, a visão ocidental tornou-se ainda mais acentuada, deixando para o refugiado o papel do *outro*. Aquele que, sem voz, sem identidade, sem contexto nem memória, não merece destaque na agenda mediática.

REFERÊNCIAS

- Abdo, C., Cabecinhas, R. & Brites, M. J. (2019). Crise migratória na Europa: os média e a construção da imagem dos refugiados. In Z. Pinto-Coelho; S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação*. VI Jornadas Doutorais, *Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 71-83). Braga: CECS.
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2019). *Global trends report. Forced displacement in 2018*. Retirado de <https://www.unhcr.org/globaltrends2018/>
- Blumell, L. E., Bunce, M., Cooper, G. & McDowell, C. (2020). Refugee and asylum news coverage in UK print and online media. *Journalism Studies*, 21(2), 162-179. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2019.1633243>
- Chaiça, I. (2019, 03 de janeiro). Morreram 2262 refugiados no mar Mediterrâneo em 2018. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2019/01/03/mundo/noticia/migrantes-mediterraneo-europa-1856539>
- Chouliaraki, L. & Stolic, T. (2017). Rethinking media responsibility in the refugee “crisis”: a visual typology of European news. *Media, Culture and Society*, 39(8), 1162-1177. <https://doi.org/10.1177/0163443717726163>
- ONU, Organização das Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Retirado de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>
- ONU, Organização das Nações Unidas. (1951). Convenção das Nações Unidas relativa ao estatuto dos refugiados. Retirado de http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf
- Empinotti, M. (2017). Discriminação no discurso: análise da representação de refugiados no Público através da gramática visual de Kress e Van Leeuwen. *Media & Journalism*, 17(31), 95-116.
- Fernando, R. (2019, 19 de junho). Refugiados são já mais de 70 milhões, número recorde. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2019/06/19/mundo/noticia/refugiados-sao-ja-70-milhoes-recorde-20-anos-1876916>
- Gemi, E., Ulasiuk, I. & Triandafyllidou, A. (2013). Migrants and media newsmaking practices. *Journalism Practice*, 7(3), 266-281.
- Guerreiro, D. (2018). *A crise dos refugiados no Mediterrâneo - a cobertura jornalística em Portugal e proposta de modelo editorial*. Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado de <https://run.unl.pt/handle/10362/46729>
- Hafez, K. (2009, março). *Global journalism for global governance? Theoretical visions, practical constraints*. Comunicação apresentada no congresso Power and Pluralism. A Media Seminar on International Reporting, Suécia.
- Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2001). *Os elementos do jornalismo*. Porto: Porto Editora.

- Martins, M. L. (2019). A “crise dos refugiados” na Europa – entre totalidade e infinito. *Comunicação e Sociedade*, [Vol. especial], 21-36. [https://doi.org/10.17231/comsoc.o\(2019\).3058](https://doi.org/10.17231/comsoc.o(2019).3058)
- McIntyre, P. (2003). *Human rights reporting – a handbook for journalists in Southeastern Europe*. International Federation of Journalists and European Commission. Retirado de <http://www.ifj.org/nc/news-single-view/backpid/59/category/reports-1/article/journalism-and-human-rights-handbook-on-human-rights-reporting-in-southeastern-europe-2003/>
- Moscovici, S. (1961/2003). *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Obercom. (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa*. Retirado de <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo+Obercom.pdf/a664dc38-65cf-4398-896a-751dbddeoc5a>
- OIM, Organização Internacional para as Migrações. (2019). *World migration report 2020*. Genebra.
- Pöyhtäri, R. (2014). *Immigration and ethnic diversity in Finnish and Dutch magazines: articulations of subject positions and symbolic communities*. Tese de Doutoramento, Tampere University, Tampere.
- Rose, T. (2013). A human rights-based approach to journalism: Ghana. *The Journal of International Communication*, 19(1), 85-106.
- Shaw, I. S. (2012). *Human rights journalism: advances in reporting distant humanitarian interventions*. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Silvestre, F. (2011). *Um olhar sobre a imprensa: representações sobre os requerentes de asilo e refugiados em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- The International Council Human Rights Policy. (2002). *Journalism, media and the challenges of human rights reporting*. Retirado http://www.ichrp.org/files/reports/14/106_report_en.pdf
- Thompson, A. (2007). The responsibility to report: a new journalistic paradigm. In A. Thompson (Ed.), *The media and the Rwanda Genocide* (pp. 433-445). Londres: Pluto Press.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Dora Santos-Silva é Professora Auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde concluiu a licenciatura em Ciências da Comunicação, o mestrado em Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias, e o doutoramento em Digital Media (programa UT Austin Portugal).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1611-8858>

Email: dorasantossilva@fcsh.unl.pt

Morada: NOVA FCSH, Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa

Débora Guerreiro é licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e mestre em Jornalismo pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1708-4047>

Email: debora.santos.guerreiro@gmail.com

Morada: NOVA FCSH, Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa

Submetido: 15/04/2020

Aceite: 13/05/2020

BARBARUS AD PORTAS: A AGRESSIVIDADE VERBAL EM COMENTÁRIOS NA REDE SOCIAL FACEBOOK

Isabel Roboredo Seara

Universidade Aberta, Portugal / Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa,
Portugal / Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Portugal

Ana Lúcia Tinoco Cabral

Instituto de Pesquisa Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de São Paulo, Brasil

RESUMO

O presente artigo discute a problemática da representação de migrantes refugiados na Europa, Portugal, e na América Latina, Brasil. Focalizando a violência verbal na web, neste estudo pretende-se analisar comentários de usuários do Facebook, destacando o argumento *ad hominem* como estratégia para macular a imagem dos migrantes refugiados, o trabalho observa duas formas de materialização desse argumento: o ataque pessoal direto e o ataque pessoal indireto. São analisadas as estratégias verbais que permitem desqualificar migrantes refugiados e representá-los negativamente. O quadro teórico é tributário da análise do discurso em diálogo com a retórica, representada pelas pesquisas de Amossy (1999, 2014b), entre outros, complementando-se em estudos sobre interações em redes sociais (Castells, 2013), e sobre violência verbal (Culpeper, 2008; Bousfield, 2008), em particular a violência verbal na internet e nas redes sociais (Castells, 2013; Rodeghiero, 2012). A análise discursiva-pragmática foi efetuada num *corpus* de mensagens no Facebook, recolhidas entre julho e agosto de 2017, sobre a crise migratória na Europa, e recolhidas em agosto de 2018, sobre a imigração de venezuelanos para o Brasil. O estudo permite-nos comprovar que, numa era em que as redes sociais disseminam e contagiam, através da palavra escrita, as opiniões livres de todos os que anteriormente não tinham acesso à expressão pública da sua opinião, as estratégias desvalorizadoras e agressivas dominam os comentários nas redes sociais e veiculam posicionamentos que visam excluir o migrante, considerado como perturbador de uma ordem estabelecida.

PALAVRAS-CHAVE

violência verbal; argumento *ad hominem*; redes sociais; Facebook; migrantes; refugiados

BARBARUS AD PORTAS: THE VERBAL AGGRESSION IN COMMENTS ON THE SOCIAL NETWORK FACEBOOK

ABSTRACT

The paper discusses the problematic of the representation of refugee migrants in Europe, Portugal, and in Latin America, Brazil. Focusing on verbal violence on the web, the work analyzes comments from Facebook users, highlighting the *ad hominem* argument as a strategy to denigrate the image of the refugees, the paper notes two forms of materialization of this argument: personal direct attack and indirect personal attack. The verbal strategies that allow disqualify refugee migrants and represent them negatively. The theoretical framework is a tributary of discourse analysis in dialogue with rhetoric represented by Amossy (1999, 2014b) among others, complemented

by studies on interaction in social networks (Castells, 2013), and verbal violence (Culpeper, 2008; Bousfield, 2008), in particular verbal violence in internet and social networks (Castells, 2013; Rodeghiero, 2012). The discursive-pragmatic analysis was carried out in a *corpus* of messages on Facebook, collected between July and August 2017, about the migratory crisis in Europe, and collected in August 2018, about the immigration of Venezuelans to Brazil. The study allows us to prove that, in a era when social networks disseminate and spread, through the written word, the free opinions of those who previously did not have achievement to the public expression of their opinion, devaluing and aggressive strategies dominate comments on social networks and transmit positions that aim to exclude the migrant, considered as disturbing an established order.

KEYWORDS

verbal violence; *ad hominem* argument; social networks; Facebook; migrants; refugees

INTRODUÇÃO

In memoriam Professor Lésmer Montecino (1956-2017),
Professor da Pontifícia Universidade de Santiago do Chile

Os que avançam de frente para o mar
E nele enterram como uma aguda faca
A proa negra dos seus barcos
Vivem de pouco pão e de luar
Sophia de Mello Breyner (2015, p. 406)

O ritmo desmedido das mudanças decorrentes das inovações tecnológicas, nomeadamente no âmbito da comunicação eletrônica, configura um fenómeno de tão elevada repercussão e amplitude, que importa proceder a questionamentos ontológicos e reflexivos sobre a adequação e a eficácia dos diferentes meios e repensar e redefinir o papel e o estatuto que podem assumir na reflexão sobre problemas sociais emergentes.

As redes sociais, como o Facebook, enfatizam a interação em rede, a sociabilidade, tendo os utilizadores um contexto aberto e livre para a construção das relações interpessoais, através de espaços de exposição discursiva (Develotte, 2006) e de produção discursiva, que possibilitam a expressão contínua de comentários avulsos, inclusive a expressão de opiniões que geram polémica, através de manifestações e de atos de violência verbal.

Partiremos de um *corpus* de mensagens no Facebook, recolhidas entre julho e agosto de 2017, sobre a crise migratória na Europa, e recolhidas em agosto de 2018, sobre a imigração de venezuelanos para o Brasil, para procedermos a uma análise discursivo-pragmática das estratégias desvalorizadoras e agressivas recenseadas em comentários.

Na Europa, a crise migratória agravou-se enormemente a partir de 2015. O número de refugiados e migrantes cresceu de maneira exponencial, devido aos conflitos no Médio Oriente e em África, à guerra civil na Síria, bem como à frágil e débil qualidade de

vida de alguns países não europeus, o que tem suscitado inúmeras discussões, nomeadamente em contextos mediáticos. Igualmente, no Brasil, o fluxo migratório de venezuelanos advindos da grave crise pela qual passa o país cresceu de maneira descontrolada em 2018, suscitando uma grande diversidade de posicionamentos diante da questão. Dito isso, o foco de nossas análises são os comentários que circulam no Facebook tendo como tema os movimentos migratórios citados. Nossas análises orientam-se pela seguintes perguntas:

1. quais são as estratégias discursivas que operam a exclusão social?
2. tratar-se-á de um discurso ideologicamente marcado ou preferencialmente estamos em presença de um discurso piedoso, ensaiando criar uma atmosfera de compaixão, convocando recorrentemente as emoções através de perífrases de cunho dramático?
3. como se processa a polarização e em que bases se sustenta?

O trabalho tem por objetivo refletir sobre a agressividade verbal em comentários na rede social Facebook. Para tanto, procuraremos identificar as estratégias discursivas que desvalorizam e maculam a imagem dos refugiados/migrantes; descrever a polarização na opinião pública e as razões que subjazem às diferentes tomadas de posição; analisar se as características da rede social – distanciamento, assincronia, máscaras sociais e outros condicionam a construção de um *ethos* depreciativo, contencioso, belicoso, violento.

Neste sentido, a nossa fundamentação teórica será tributária da análise do discurso representada pelas pesquisas de Maingueneau (2002), Amossy (1999, 2014b), entre outros; complementarmente, o estudo ancorar-se-á nos estudos sobre interações em redes sociais (Castells, 2013), e ainda na panóplia de reflexões sobre cortesia e violência verbal (Culpeper, 2008; Boufield, 2008), entre os quais destacamos os que se debruçam sobre violência verbal na internet e nas redes sociais, sob diferentes perspectivas teóricas (Castells, 2013; Rodeghiero, 2012).

Igualmente, nossas análises focalizarão o discurso como prática social, como forma e ação que está em estreita relação com a estrutura social, corroborando, assim, os pressupostos de van Dijk (2008), que sublinha que o meio social constrói o discurso e é simultaneamente construído por ele, numa relação de reciprocidade entre as situações de caráter social e o conjunto de discursos que são enunciados, visando invariavelmente a conquista de visibilidade, de dominação, de manipulação e mais poder.

MIGRAR: REALIDADE E ESTRANHAMENTO

No reino animal, todos os seres migram quando as condições ficam adversas, quando veem sua sobrevivência ameaçada seja porque o clima é desfavorável, não chove ou chove em demasia, seja porque falta comida, seja porque são expulsos por outros seres, porque são vítimas de abuso de poder. O facto é que sempre que os animais veem sua sobrevivência e a continuidade da espécie em risco, buscam lugares alternativos para viver. O ser humano não escapa a essa característica e, desde os primórdios da história da humanidade, ocorreram movimentos migratórios. Se é verdade que os homens mudam

para outros lugares, em busca de melhores condições de vida, é também verdade que o estrangeiro é sempre recebido com desconfiança por aqueles que estão em suas terras e podem sentir-se ameaçados pela chegada do desconhecido. Assim tem sido.

Como oportunamente é recordado por Paulo Sande (s.d.), com o grito *Barbarus ad portas*, os romanos assinalavam a iminente chegada a Roma dos povos bárbaros, por eles considerados como povos não civilizados. E a civilização romana estiolou em parte por ter sido incapaz de encarar aqueles a quem chamava “bárbaros” e que até viviam dentro das fronteiras do Império romano como de facto cidadãos de Roma.

Ora, a história é, como se testemunha, antiga e repete-se em pleno século XXI, quando assistimos ao sobressalto desse processo migratório, agravado sobretudo pela tragédia síria e pela crise venezuelana, o que espelha que os refugiados desses países são, aos olhos de muitos europeus e de brasileiros, acicatados por movimentos mais ou menos xenófobos, em tudo similares aos bárbaros, pois ostracizam pela linguagem e pelos atos, inventam e exageram os riscos do acolhimento destes povos, criam falsos mitos, sem perceberem que temos a obrigação moral de acolher e de integrar os refugiados *ad portas*.

Relembramos a alegoria da caverna de Platão que, há mais de dois mil anos, nos mostrava que é com base nas sombras que são projetadas no fundo da caverna que os cidadãos vão construindo a realidade. As ditas sombras de uma realidade que, na verdade, acontece no exterior dessa caverna, mas para a qual os indivíduos vivem de costas voltadas.

Ora, embora o tema “migrantes e refugiados” seja um tema de crescente importância social, política e mediática, frequentemente a construção dos discursos assenta, tal como na alegoria, nas percepções, hoje em dia, difundidas pela hipermediatização. E, neste campo da hipermediatização dos fenômenos, importa sublinhar que absorvemos passivamente determinadas representações, sem que consigamos descortinar a agressividade ou violência subjacentes. No fundo, presidem dois fatores: a banalização e a construção discursiva de imagens que não são necessariamente compatíveis com a sua realidade quotidiana.

Conforme já destacamos, a crise migratória na Europa agravou-se nos anos recentes. O número de refugiados aumentou exponencialmente devido aos conflitos no Médio Oriente, nomeadamente a guerra civil na Síria que impeliu a que muitos procurassem refúgio na Europa. Os refugiados que chegam à Europa representam uma pequena percentagem dos quatro milhões de sírios que fugiram para o Líbano, Jordânia, Turquia e Iraque, transformando a Síria na maior fonte de refugiados em todo o mundo e na pior crise humanitária em mais de quatro décadas.

No Brasil, o fluxo migratório de venezuelanos era praticamente inexpressivo até o ano de 2010, quando, com o crescimento da crise econômica na Venezuela, um número expressivo de venezuelanos começou a procurar asilo no Brasil, movimento que se acentuou no ano de 2018, com o agravamento da crise. Os imigrantes se instalam especialmente em Roraima, estado brasileiro que faz divisa com a Venezuela. O estado de Roraima constitui uma região pobre do país, e os venezuelanos chegam também em

condições bastante precárias. A questão tornou-se crítica, o que motivou o governo brasileiro a criar um grupo para tratar dos refugiados em Roraima. Apesar dessas ações, as reações de brasileiros são, prioritariamente, de repúdio aos vizinhos.

Na próxima seção abordaremos as representações dos migrantes pelos média, procurando evidenciar as diferentes imagens que se constroem desses grupos de sujeitos.

REPRESENTAÇÕES DOS MIGRANTES

Uma primeira abordagem centrar-se-á na expressão escolhida para designar a população migrante: refugiados ou migrantes?

A designação “refugiado” remete para uma pessoa que deixou o seu país por razões de segurança ou de sobrevivência, ao passo que a designação “migrante” diz respeito a uma pessoa que participa num processo de migração.

Estas mesmas acepções são corroboradas na plataforma de Apoio aos refugiados em que é explicitado que:

à condição de refugiado está associada inevitavelmente uma situação de vida ou de morte e/ou privação de liberdade e total insegurança. O grau extremo das ameaças promove a fuga das populações dos seus espaços naturais como uma ato de sobrevivência, de fuga de conflitos armados, perseguições étnicas ou políticas que literalmente destroem qualquer perspectiva de vida. Na generalidade dos casos a existência de auxílio urgente e estruturado é a única opção de sobrevivência para estas populações.¹

Definição semelhante apresenta a Agência da ONU para refugiados-Brasil:

são pessoas que estão fora do seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.²

De acordo com a Convenção de Genebra, que remonta já a 1951 e que integra o intitulado Direito internacional humanitário, um refugiado é uma pessoa que, receando com razão de ser perseguida em consequência de atividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana ou em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, convicções políticas ou pertença a determinado grupo social, se encontra fora do país de que é nacional e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira pedir proteção desse país ou apátrida que, estando fora do país em que tinha a sua residência habitual, pelas mesmas razões, não possa ou

¹ Retirado de <https://www.refugiados.pt/>

² Retirado de <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>

a ele não queira voltar. Encontramos indiferentemente as duas expressões, embora possamos também testemunhar o uso de algumas perífrases “sobreviventes do inferno”, “vítimas do terror”.

Migrante, refugiado, exilados ... As diferenças são por vezes subtis e as aceções não se limitam às definições fixadas pelos dicionários ou glossários, assumindo outras significações no decurso das evoluções sociais. Apesar de existir uma grande variedade de aceções na literatura internacional dedicada ao tema dos refugiados e dos migrantes, sob diferentes perspectivas e em campos disciplinares assaz diversos (no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, nomeadamente da Sociologia, da Antropologia, mas também das Ciências Políticas, das Relações Internacionais e do Direito), importa precisar a aceção que assumimos neste estudo.

Sabemos que na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948)³ se enunciaram, pela primeira vez, os direitos fundamentais para todas as pessoas independentemente de sexo, cor, raça, idioma, religião ou opinião, implicando, assim, o compromisso dos Estados de se comprometerem internacionalmente na garantia e no respeito desses direitos. Este processo de elevação dos direitos humanos a um plano internacional implicou a criação do Direito internacional humanitário para regular a proteção da pessoa humana em casos de conflitos bélicos e o Direito internacional dos refugiados. Esta Convenção, a par do Protocolo de Alteração da Convenção de 1967, constitui a principal fonte de direito internacional relativamente aos refugiados.

À luz do artigo 1º da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951),

são refugiados as pessoas que devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou opiniões políticas, está fora do país de sua nacionalidade, e não pode ou, em razão de tais temores, não queira valer-se da proteção desse país. (ONU, 1951)⁴

Posteriormente, no ano de 1984, foi elaborada a Declaração de Cartagena contribuindo para a expansão dos direitos dos refugiados, bem como a definição do regime internacional da ONU, ao abranger no conceito de refugiados, pessoas que deixaram seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas em decorrência da violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação massiva dos direitos humanos ou outras circunstâncias que perturbaram gravemente a ordem pública (Declaração de Cartagena, 1984)⁵.

Importa reiterar que o reconhecimento do refugiado está na assumpção de que se trata de um ser humano em situação de vulnerabilidade e é esse o motivo que o motiva a migrar. Como afirmam Chelotti e Cruz (2016, p. 8),

³ Disponível em <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/01/Declaracao-Universal-dos-Direitos-Humanos.pdf>

⁴ Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

⁵ Disponível em http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view

o que o obriga a migrar – e, por conseguinte, abandonar o seu país, sua cultura, seu lar e a sua própria identidade – não é a esperança de uma vida com melhores condições, mas a violação massiva de seus direitos, o fundado temor de perseguição e a urgente necessidade de salvar a sua própria vida e a de seus familiares.

Subscrevemos, por isso, a designação de Michel Agier (2002), que defende que um refugiado está longe de ser um migrante, pois contariamente a este, aquele não teve opção, não planeou voluntariamente a sua partida e recomeço da vida em outro lugar. Os seus lugares de pertença e de identidade – individual ou coletiva –, a sua vida quotidiana, foram destruídos, restando apenas a opção da fuga. De resto,

o termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de factores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se, às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias, sem que na génese existe esta obrigatoriedade de abandono do país.⁶

A Antropologia Social analisa criticamente este estereótipo do refugiado como mero recetor de ajuda, reforçando a necessidade de um olhar que integre, não apenas as medidas de assistência, de estratégias de sobrevivência e de vida no país de acolhimento como as possibilidades de inserção no contexto e na sociedade de acolhimento, sem confinar os refugiados ao estatuto de pessoas passivas. Estas práticas de integração, defendidas por Blinder e Jelena (2005), de novas representações e de intervenção humanitária visam esbater o distanciamento entre nós e eles (os refugiados), numa abordagem mais humanista, igualmente subscrita por Agier:

os refugiados cessam de sê-lo, não quando retornam para as suas casas, mas quando lutam como tais pelo seu corpo, saúde, socialização: cessam de ser as vítimas que a cena humanitária implica, para se tornarem os sujeitos de uma cena democrática que eles improvisam nos lugares onde estão. (Agier, 2006, p. 213)

Neste trabalho, embora conscientes de zonas de sobreposição entre os dois termos, apesar de constatarmos que essa distinção está no centro do debate político e sociológico que se pauta por uma necessidade de construção de uma noção mais ampla do conceito de “refugiado” consideraremos, seguindo Fiddian-Qasmiyeh, Loescher, Long e Sigona (2014), assim como Oliveira, Peixoto e Góes (2017) que muitos dos migrantes, aparentemente voluntários e proativos, são forçados a abandonar os seus países devido a situações de carência económica severa, privação extrema ou degradação ambiental

⁶ Retirado de Glossário sobre Migração - Organização Internacional para as Migrações, disponível em <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Gloss%C3%A1rio.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfee7b>

crescente, ao passo que muitos refugiados, aparentemente forçados e reativos, desiste voluntariamente no país de origem devido à falta de condições. Como sublinham estes autores (Oliveira et al., 2017, p. 77):

resulta assim, como também realça Triandafyllidou (2017, p. 4), que os conceitos atuais falham por não atenderem à multiplicidade de realidades que existem no terreno e que levam pessoas com necessidades de proteção a não pedir asilo e migrantes económicos a solicitar regularização ao abrigo desse estatuto.

E, ainda, que a distinção entre “migrantes” e “refugiados” é cada vez menos clara, tornando difíceis a análise e regulação destes movimentos (Oliveira et al., 2017, p. 97).

Importa anotar que o exemplo que preside ao nosso título do nosso trabalho, *Barbarus ad portas* interdita qualquer denegação, dado o seu emprego autónomo, independente da proposição, ou seja, ser uma expressão simples, um qualificativo projetado sobre a face do outro que configura um ato de discurso com uma intenção declaradamente agonal, ao qualificar o intruso como bárbaro que é naturalmente entendido como depreciativo.

Na próxima seção, apresentamos algumas reflexões em torno da rede Facebook e seu estatuto nas polémicas.

O CONTEXTO DA REDE SOCIAL FACEBOOK

O ritmo das mudanças decorrentes das inovações tecnológicas, a célere transição dos meios de comunicação eletrônicos, a revolução digital, configuram um fenómeno de tão elevada repercussão e amplitude, que, conforme expusemos na introdução deste trabalho, importa proceder a questionamentos ontológicos e reflexivos sobre a adequação e a eficácia dos diferentes meios e repensar e redefinir o papel e o estatuto que podem assumir no nosso quotidiano social.

À rede Facebook estão subjacentes alguns objetivos: partilhar informação; influenciar semelhantes; manter-se informado; buscar momentos de entretenimento; pronunciar-se sobre questões sociais; participar em movimentos ativistas, para além das questões de marketing e comercialização por demais conhecidas.

Esta rede social contribui para o esbatimento da dicotomia público/privado. Torna-se um palco mediatizado de encenação, um espaço de partilha de opiniões, de revelações e de exposição do quotidiano, que visa a construção de uma identidade mediática onde a visibilidade e a exposição se interpenetram (Carvalho, Prior & Moraes, 2015, p. 17). Outras especificidades da rede corroboram esta expansão crescente da polémica e da agressividade, dado que há uma perenização da escrita, sendo as mensagens de mais difícil apagamento; por seu turno, há indubitavelmente uma maior visibilidade, dado poderem ser difundidas e lidas por um vasto número de pessoas e a permanência dos conteúdos na web poder agravar e potencializar a agressividade no espaço virtual, contribuindo para a recorrência e banalização do fenómeno.

Conforme observa Amossy (2014a), a sociedade do século XXI é afeita ao espetáculo, a rede Facebook constitui, no dizer da autora, a praça pública da atualidade, onde os indivíduos se mostram uns aos outros, onde as ideias são discutidas e as polémicas se desenvolvem, muitas vezes de forma ácida. Nas redes sociais, conforme Cabral e Lima (2017), as interações se dão mais na ordem do conflito do que da harmonia; com efeito, Amossy (2014a) assevera que as mídias digitais privilegiam a polémica. De fato, no caso dos espaços do Facebook constituídos e exclusivamente dedicados à expressão da opinião pública, de cariz sociopolítico, assiste-se, com frequência, a uma dinamização forte e cerrada, com *posts* contínuos, veiculando-se a defesa dos valores e dos protagonistas que são subscritos e atacando, com veemência as ideias dos contrários e, sobretudo, ou as pessoas que estão no poder ou as mais frágeis e excluídas, sem direito de resposta.

Com respeito aos posicionamentos assumidos na rede, inclusive os agressivos, cumpre invocar Cabral, Marquesi e Seara (2015). As autoras mostram que os usuários, protegendo-se pela máquina e pela possibilidade de assumir identidades que lhes cancelam o anonimato, acabam por expor de forma mais espontânea seus pontos de vista, permitindo-se ser agressivos muitas vezes. Cabral (2013) observa também que a acessibilidade fácil da rede confere às pessoas uma sensação de proximidade que lhes cancela o emprego de uma linguagem mais descontraída, com menor controle pessoal. O facto é que as pessoas se expõem e expõem os seus pontos de vista no Facebook, e sua agressividade se torna também mais visível. Constatamos, igualmente, que, quando os comentários agressivos e ofensivos circulam na internet, dada a volatilidade da rede, estes são subestimados, dada a banalização crescente que faz com que se atinja um patamar de negligência perante estes fatos sociais. Apesar disso, as manifestações violentas parecem multiplicar-se dado que a violência de um usuário pode estimular outros a serem igualmente violentos.

Mostraremos, pois, a operacionalidade de duas categorias: uma, advogada por Develotte (2006), que foi intitulada de “espaço de exposição discursiva”. Embora a autora a tenha descrito para discorrer sobre o sistema educativo e as interações que nele ocorrem, cremos que ela é operacional para a análise que aqui desenvolvemos. Partimos, pois, da noção de espaço de exposição discursiva, descrito como o conjunto de enunciados ao qual um determinado grupo de pessoas está exposta e que determina e condiciona a posterior produção discursiva.

Com efeito, é em função de um espaço de exposição discursiva determinado que se efetua a produção de um novo discurso por parte de um enunciador, que é evidentemente um sujeito individual, mas sobretudo um ator socialmente enquadrado ou situado. O fato específico da rede social, em que os sujeitos estão expostos e em que há um rol de comentários prévios que constituem o referido espaço discursivo que vão ser tecidos e ajustados os comentários ulteriores potencia este encadeamento discursivo, de constante exposição.

Importa ainda sublinhar que algumas das especificidades das redes sociais corroboram a expansão crescente do fenómeno, pois as mensagens virtuais são mais difíceis de serem apagadas, há maior visibilidade, e podem ser difundidas e lidas por um grupo

vasto de pessoas, permanecendo o conteúdo na web, podendo agravar e potencializar a agressividade no espaço virtual, o que confirma a recorrência e a banalização social do fenômeno. Assim, quando autores desvalorizam a imagem dos migrantes, fazem-no para conquistar a audiência, para angariarem pessoas com pensamentos similares que ajudem à construção de uma imagem pejorativa. Em um movimento em cascata, comentários agressivos parecem atrair novas manifestações de agressividade, promovendo a expansão desse tipo de comportamento. Os ditos ciberintimidadores recorrem a uma prática discursiva violenta, não apenas presente nas escolhas lexicais depreciativas, mas sobretudo nos atos diretivos ofensivos.

O ambiente virtual agressivo gera uma violência quase que coletiva, para Rodeghiero (2012, p. 52), mais perigosa que a violência física presencial, como se vê na seguinte afirmação da autora: “é certo que uma arma de grande potência pode, através de um só soldado matar várias pessoas ao mesmo tempo, mas a violência coletiva gera a sensação e projeção de uma violência aumentada”. Enquanto Castells (2013) constata que as redes sociais são utilizadas para instaurar um clima de fraternidade em prol da luta por questões sociais e políticas, em defesa dos direitos do cidadão que exige honestidade e democracia, na qual a violência acontece como instrumento de luta ou de opressão de poderes ditatoriais, em nosso *corpus*, nas redes sociais, recolhemos expressões denunciadoras de agressividade e violência verbais a partir de estratégias discursivas que apresentam negativamente a imagem dos migrantes, conforme evidenciaremos em nossas análises.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Inscrevemos o nosso trabalho no campo dos Estudos da Retórica, da análise interacional do discurso, de inspiração etnometodológica e, ainda, da Pragmática Linguística, partindo de dois pressupostos: a concepção da linguagem é radicalmente dialógica e socio-histórica; o conceito de *ethos* discursivo, tal como é definido por Maingueneau (2002), Charaudeau (1996, 2005), Amossy (1999, 2014b).

No espaço rede social, as apóstrofes estão naturalmente associadas a um objetivo argumentativo, na medida em que se, por um lado, participam da construção da imagem negativa do alocutário que o locutor deseja construir no seu próprio discurso, por outro, visam igualmente a adesão do auditório e simultaneamente a desqualificação do adversário, através de duas estratégias opostas: a primeira de persuasão e a segunda de estigmatização do adversário. Nesse contexto, conforme Cabral e Lima (2017, p. 89), “a violência verbal assume então um papel importante como estratégia do discurso polêmico, pois, ao agredir o adversário, nós o estamos, de alguma forma, o desqualificando”.

Bousfield (2008, p. 132) define que a agressividade verbal constitui um *face threatening act* (FTA), um ato ameaçador da face intencional, gratuito e conflituoso que foi produzido de forma propositada. Por sua vez, Culpeper (2008, p. 36) sublinha a intenção de causar um dano à face. De facto, quando a intenção é desqualificar o interlocutor, a violência parece mostrar-se uma estratégia eficaz e como tal, conforme expuseram Cabral

e Lima (2017), precisa estar linguisticamente marcada, por exemplo, com o emprego de um qualificador de caráter pejorativo.

Terkourafi (2008, p. 70) todavia subscreve que a descortesia e a agressividade verbais ocorrem quando a expressão utilizada não é convencional relativamente ao contexto em que ocorre; ela agride a face do destinatário, mas nenhuma intenção de agressão à face é atribuída ao falante pelo ouvinte.

Os conceitos a que anteriormente aludimos permitem-nos reforçar que os sujeitos podem cometer atos ameaçadores de maneira intencional ou não, e colocam o contexto de interação e negociação e quadro enunciativo no centro como parâmetros importantes para a análise dos atos injuriosos.

No caso dos insultos, estes pressupõem naturalmente uma situação de interlocução, dominada por posicionamentos agonais, visando instaurar um clima interacional disfórico, pelo que estamos perante indícios explícitos de saturação referencial do destinatário, cuja especificidade consiste em ser portador de uma intenção crítica e depreciativa.

O insulto, conforme o dicionário, constitui “palavra, atitude ou gesto que tem o poder de atingir a dignidade ou a honra de alguém” (Houaiss & Villar, 2001, p. 1629). Fica claro, pela definição, que o insulto se materializa pela linguagem, é, pois um ato verbal. É preciso, no entanto, considerar que, para além de agredir a face do alocutário, conforme Cabral e Albert (2017, p. 278), “esse ato resvala para o domínio social”. As autoras recorrem ao dicionário para justificar o seu raciocínio, afirmando que o insulto deixa transparecer “aversão ou menosprezo pelos valores, pela capacidade, inteligência ou direito dos demais” (Houaiss & Villar, 2001, p. 1629). Por isso é que Kerbrat-Orecchini (2014, p. 47) afirma que a “polidez nunca possui um lugar nas guerras, onde se trata, antes de tudo de atacar o adversário para vencê-la, e assim também acontece nas guerras metafóricas que são os debates”.

Não se pode ignorar que os insultos têm subjacente uma intenção argumentativa que é sustentada pelo dispositivo de estigmatização do alocutário que, por sua vez, tem na sua gênese dois modelos: a conivência com os seus e a desvalorização do(s) outro(s). A interpelação do outro através de enunciados axiológicos pejorativos consiste em bloquear a etapa “X é um Y”, em que X representa o alocutário e Y a predicação efetuada sobre ele, uma estrutura predicativa que permite a refutação (do tipo estrutura negativa “X não é um Y”). As expressões injuriosas veiculam a existência concreta, a inquestionável referenciação e a coenunciação que se constrói impede qualquer discussão, na medida em que atualiza simultaneamente a avaliação e a sua confirmação ou ratificação.

Segundo Rosier e Ernotte (2000, p. 12), trata-se de uma estratégia argumentativa (*mépris énonciatif*) que visa, por um lado, estigmatizar o interlocutor, posicioná-lo como um outro ideologicamente distante, instaurando concomitantemente a conivência grupal com os seus. Em confluência com esse pensamento, van Dijk (1998, p. 43) postula que as boas ações são geralmente atribuídas a nós próprios e aos nossos aliados e as más ações aos outros (ou aos correligionários), ou numa simples inversão desta tese: as nossas más ações são atenuadas e minimizadas, ao passo que as boas são exaltadas.

Van Dijk (1998) designa esta situação pelo quadrado ideológico em que o “nós” corresponde ao enunciador da mensagem e “eles”, os “outros”, são os que se posicionam ideologicamente de forma contrária. Essa estratégia argumentativa, que consiste em descrever positivamente o endogrupo (enunciador, também referido teoricamente como “nós”) e negativamente o exogrupo (objeto ou ator social representado no discurso, ou “eles”) – é denominada por van Dijk (2005, p. 195) “quadrado ideológico”.

Tradicionalmente, estamos em presença de um *argumentum ad hominem*, no seu sentido restrito, que implica a adoção temporária pelo locutor de uma *doxa* que ele percebe como incompatível com a *doxa* do auditório universal, auditório virtual e idealmente recetivo à argumentação racional.

O problema é que o uso quotidiano do *ad hominem* remete para um ataque ao outro e não a uma adaptação às crenças específicas do alocutário. No *argumentum ad hominem* não se discutem os méritos intrínsecos de ponto de vista ou da dúvida do oponente, mas desqualifica-se liminarmente o adversário. No fundo, esta estratégia dirige-se à audiência (no caso da rede social é importante esta noção de auditório, dada a sua rápida repercussão) e não ao oponente. A desqualificação do outro, no Facebook, frequentemente faz parte de um jogo retórico para o auditório, ou seja, os demais usuários com os quais se partilha um ponto de vista a ser reforçado. Conforme Amossy (2014a), a desqualificação do outro na sua pessoa, o deslegitima, por conduzi-lo ao descrédito.

Os argumentos *ad hominem* apresentam duas variantes:

1. ataque pessoal direto: dirige-se a qualquer aspeto da pessoa: sua competência, sua honorabilidade, seu caráter. Pretende-se atingir a ética do oponente, considerando-o desonesto, não íntegro e não digno de confiança. Mostra-se que alguém incapaz ou mentiroso não pode sustentar posições corretas ou credíveis. Realçam-se sempre as características negativas do outro;
2. ataque pessoal indireto: é aquele em que se coloca sob suspeita a imparcialidade do argumentador. Apresenta-se uma característica do oponente: filiação política, crença religiosa, étnica, alianças políticas de qualquer natureza. Ao ressaltar esse atributo pretende-se mostrar alguém tendencioso, que tem motivações pessoais obscuras, preconceituosas e visões parciais. Um ataque pessoal indireto é, por exemplo, deixar implícito que o outro não tem nada a dizer sobre um determinado assunto, porque não teve experiência pessoal na área.

Nossas análises focalizarão essas duas categorias de estratégias, conforme exporemos na próxima seção.

ATAQUE AOS MIGRANTES NO FACEBOOK

Embora todos saibamos que a liberdade de expressão é um direito de cidadania, por vezes, quedamo-nos perplexos com os inúmeros procedimentos injuriosos, de difamação, de ataque *ad hominem* a que assistimos, sobretudo, numa era em que as redes sociais disseminam e contagiam, através da palavra escrita, as opiniões livres de todos os que anteriormente não tinham acesso à expressão pública da sua opinião.

Escolhemos a rede social Facebook dado que esta se afigura como um campo relevante para investigação em diversas áreas, sob diversos olhares e pode revelar muitas particularidades das percepções e comportamentos dos indivíduos, quanto a eles

próprios e em suas relações sociais. Dabrowska sublinha que o Facebook traz inúmeras vantagens para investigação:

a rede social, e especificamente o Facebook, compartilha uma série de vantagens com os registros eletrônicos, notadamente as de grandes quantidades de dados facilmente acessíveis, um grau considerável de informalidade na linguagem, a possibilidade de manipular os assuntos para explorar vários aspectos do uso da linguagem e (...) acesso a informações sociais sobre autores de postagens por meio de seus dados de perfil. (Dabrowska, 2013, p. 142)

Recolhemos no Facebook um conjunto de comentários de usuários portugueses e brasileiros versando sobre migrantes. O *corpus* brasileiro foi coletado em grupo público do Facebook⁷ que conta com 139.166 participantes. Por sua vez, o *corpus* português foi coletado igualmente na rede social Facebook⁸, que congrega 87.123 participantes. Considerando as questões que presidiram o desenvolvimento da pesquisa, foram consultadas 196 páginas ao longo dos meses indicados e foram selecionados, recolhidos e anonimizados *posts* e comentários, cujas estratégias discursivas manifestavam polarização, agressividade e exclusão social.

Partindo da definição de insulto que expusemos na seção anterior e dos postulados de de Rosier e Ernotte (2000, p. 3), consideramos que o insulto se realiza verbalmente como forma tipicamente linguística que coloca nominalmente em causa o outro, pressupondo uma configuração discursiva e uma situação de enunciação específica que visa a conspurcar dignidade ou a honra do insultado. Nesta perspectiva, e dado que o insulto é manifestamente um ato ameaçador da face do outro (FTA), defendemos que o insulto, enquanto estratégia verbal, faz uso da violência verbal (Auger, Fracchiola, Moïse & Schutz-Romain, 2008, p. 639), tal como sublinham:

o insulto é um ato de fala interlocutivo; carrega uma força emocional, mesmo instintiva, e vê o outro no desejo de diminuí-lo e negá-lo. Desempenha um papel eminentemente perlocucionário (“porque eu te chamo de bacon gordo, você vai se sentir assim”). Esse funcionamento decorre de estratégias linguístico-discursivas.

Podemos afirmar, com as autoras citadas, que o insulto implica um destinatário, tendo, pois uma função pragmática e interacional importante, correspondente à forma de tratamento, voltada para o outro, a quem se atribui um julgamento de valor negativo, linguisticamente expresso por termos axiológicos pejorativos. Os insultos e as demais marcas de agressividade na análise que aqui desenvolvemos não acontecem em contextos presenciais nem dialogais, mas numa situação específica de enunciação, que é comumente designada por delocução: são proferidos ou escritos e dirigidos a um outro

⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/groups/388027014733332/about/>

⁸ Disponível em <https://facebook.com/groups/2314577899645/about>

ausente, o que como anteriormente mostramos, se reveste de maior complexidade e de acrescida agressividade, pois possivelmente face-a-face tais enunciados não seriam pronunciados.

Acrescente-se a importância do público que, no caso das redes sociais, é de grande alcance, reveste-se de enorme importância, dado que o sentido pragmático decorre da relação enunciativa; nesse contexto, a presença de outros(s) na identificação do ato de discurso subjacente suscita frequentemente mais interlocutores, como ocorre em casos de atos como a difamação, a provocação, a humilhação visam a estigmatização e a exclusão do outro.

Constata-se que, se por um lado, se comenta discursivamente a população migrante como estranha, numerosa e causadora de perturbação social (“ilegal, intrusa, terrorista, bárbara”), sendo construída uma acusação a partir de uma imagem depreciativa, por outro, em contraposição, exalta-se quem acolhe, proliferando um discurso inclusivo, marcadamente humanista.

Passemos então à análise de alguns dos comentários na rede social Facebook sobre os migrantes. Conforme ficou definido na seção anterior, nossas categorias de análise são: ataque pessoal direto e ataque pessoal indireto. Designaremos CP e CB quando nos referimos ao *corpus* português e ao *corpus* brasileiro, ambos recolhidos de páginas do Facebook, nas datas indicadas entre parêntesis no final (itálico acrescentado).

CP₁ – Eu acho que não devemos acolhê-los. *Eles* vêm para cá e não respeitam as *nossas* regras!

CP₂ – *Eles* só querem ir para os países ricos!

CP₃ – Eu não sou racista, mas... *os muçulmanos* são todos terroristas, são *animais* nos quais não podemos confiar!

CP₄ – Os países árabes que fiquem *com eles*!

CP₅ – Porque estou a cagar-me para o sofrimento *deles*!

CP₆ – *Não* queremos *parasitas* aqui

CP₇ – Fora os *intrusos*!

CP₈ – Além do mais, são todos *terroristas*!

CP₉ – Fora esses *ilegais, criminosos*, voltem para os seus países.

CP₁₀ – *Não* queremos viver na *selva*.

CP11 – Eu não sou racista, mas... os muçulmanos são todos terroristas, são *animais* nos quais não podemos confiar! Os países árabes que fiquem com *eles*! Porque estou a cagar-me para o sofrimento deles!

CP12 – Infelizmente o português contenta-se com futebol e passeios das câmaras, enquanto *esta gente* se aproveita para rapar tudo o que mexe!

(22 de agosto de 2017)

CB1 – Aqui já tem muitos problemas, ainda vem *esse povo de fora* trazer mais *problemas* o governo deve mesmo proibir a entrada *desse povo* aqui.

CB2 – Sem falar em *doenças* erradicadas há anos aqui, estão *ai* todas de volta”

CB3 – Não nos bastam os nossos próprios problemas, temos que arcar com os *dos vizinhos* que são *escravos de ditadores*, não temos culpa se em *seus* países, não existem homens de caráter ilibado, como Sérgio Moro e seus companheiros de batalha.

CB4 – Já passou da hora de colocar moral nesse país. A maioria *dessa gente* que está chegando é para votar nesses comunistas de merda que estão se apresentando por aqui. Estão *todos* recebendo título de eleitor. Pra que votar nessas merdas.

CB5 – Manda *esse bandido* para o país deles que o Brasil está cheio de bandidos BRASIL

CB6 – A gente acolhe e *eles* vem aqui fazer baderna. tá certo os brasileiros, expulsem mesmo. e quem não gostar, acolhem *esses baderneiros estrangeiros* em suas próprias casas

CB7 – *Essa súcia de baderneiros venezuelanos*, pensam que aqui é país sem lei? Mandem *essa gentinha* de volta pra Venezuela, porque aqui não é terra de malboroos! Fechem a fronteira urgentemente! É a única solução!

CB8 – *Eles* dizem que estão passando necessidades no seu país, mas nós estamos de que jeito aqui no nosso? E ainda começaram à cometer crimes? Aqui nós não temos problemas de mais? *Eles* que fiquem por lá mesmo.

CB9 – Tem que mandar *este Povo* de volta pra Venezuela! Quem mandou votar em Comunista?

CB10 – Claro *estão assaltando* os brasileiros, aqui já tem muito *ladrão*, não precisamos importar *mais!*

(18 de agosto de 2018)

Como podemos atestar nos exemplos apresentados, há esta evidente construção da dicotomia: nós/eles, quer explícita quer no uso dos pronomes, quer implícita na construção verbal.

Constrói-se discursivamente a imagem da população migrante que chega à Europa ou ao país vizinho, no caso do Brasil, como estranha, numerosa e causadora de perturbação social, de problemas (“vem *esse povo de fora* trazer mais *problemas*”), sendo construída, por um lado, uma imagem depreciativa, e, por outro, uma imagem de vitimização, em contraposição, pois depreende-se a não aceitação do outro por medo, por intolerância. Para esse fim, recorre-se ao uso de léxico do campo da agressividade, sobretudo a adjetivação violenta, exarcebada, de ostracização do outro (“ilegais, parasitas; terroristas, criminosos, bandidos, baderneiros, gentalha, escravos de ditadores”) e ao uso reiterado da negação acusatória de eliminação do outro (“*não* queremos parasitas, não temos culpa, não precisamos importar *mais!*”); ou de marcadores de exclusão (“fora os intrusos; mandem *essa gentalha* de volta para Venezuela; *eles* que fiquem por lá mesmo”) que demarcam um território pessoal e geográfico que não permite invasão.

O uso de palavras e expressões de baixo calão reforça toda a carga negativa de que as várias mensagens estão imbuídas (“estou a cagar-me, nesses comunistas de merda”) e reforça simultaneamente essa hostilidade.

A expressão “a gente”, que no português europeu assume, em alguns contextos, um traço depreciativo, no exemplo CP12, atesta o desprezo que é veiculado no enunciado, em que, para além de se criticar a inatividade do povo que acolhe, se acusa o outro de roubar (“rapar”).

A depreciação, que configura um ataque direto, em delocução, denuncia uma posição intransigente, veiculada, sem filtro, pelo uso do termo “animais”, bem como pelo recurso a metáforas do domínio animal para descrever o outro que não é bem-vindo. Outra metáfora reporta-se à “selva”, termo que é usado para descrever os acampamentos sobrelotados, sem condições, em que os migrantes se amontoam. No caso brasileiro, o migrante é associado ora ao campo semântico do crime (“bandido, estão assaltando, ladrão”), ora ao campo da saúde, como aqueles que trazem as doenças e, portanto, representam uma ameaça à população local (“*doenças* erradicadas há anos aqui, estão *aí* todas de volta”). São, pois, argumentos *ad hominem*, no sentido de Amossy (2014b), uma vez que as imagens projetadas servem para desqualificar liminarmente o outro, o que reforça o afirmado por Seara e Manole:

as classificações negativas, o acompanhamento e a repetição que potencializam a crítica, evidenciam uma agressividade verbal que, ao invés de fortalecer laços, degradam o outro marcando e destruindo a sua imagem, aumentando a ruptura e estimulando a não construção de laços sociais. (Seara & Manole, 2016, p. 316)

De facto, esta estratégia, a serviço da construção de um *ethos* xenófobo e intolerante, dirige-se à audiência. Destaque-se que, no caso da rede social, é importante esta noção de auditório, dada a sua rápida repercussão. O argumento *ad hominem* não visa aí o oponente numa querela, mas o próprio alvo da discussão, ou o seu tema, isto é, os migrantes. O usuário que posta o comentário o faz, na maioria das vezes para seus pares, com o intuito de reforçar um *ethos* coletivo, ou, conforme Terkourafi (2008), a própria imagem. Pode-se, pois, afirmar que se trata de uma estratégia retórica que visa a reforçar a imagem de si perante o grupo a que pertence, uma vez que, no Facebook, de acordo com Cabral e Lima (2017), as pessoas se relacionam por interesses comuns, por compartilharem pontos de vista. Assim, agride-se o migrante para reforçar o *ethos* coletivo, a imagem identificada no grupo, que, no caso de nossas análises, é xenófobo e intolerante.

Menos recorrentes, mas também agressivamente eficazes, são as críticas expressas por ataques indiretos, na medida em que, em vez de se dirigirem impropérios aos migrantes, responsabiliza-se a classe política, quer pela sua inatividade, quer pelos seus ideais de acolhimento e inclusão. Nos exemplos que se seguem, é notória essa denúncia que é expressa quer através da crítica direta (CP15, CB11, CB12), quer através da ironia (CP16, CB12), quer, através da pergunta retórica (CP16 e CP17), sempre de ameaça à face do outro, mesmo encontrando-se numa posição hierarquicamente superior, o que espelha o registo provocatório, de instigação e afronta.

CP15 – O aproveitamento da chamada “crise dos refugiados” suscita, na nossa classe política governante, doses substanciais de *hipocrisia e de uma falta de respeito tremenda para com os Portugueses*. Adormecem o povo com as *suas falinhas-mansas*, falam dos valores europeus e da solidariedade, ao mesmo tempo que *atiram os Portugueses numa miséria profunda*. Mas para lá da “crise dos refugiados”, existe uma agenda bem delineada dos governos europeus, da qual, Portugal faz parte. Trata-se de uma agenda própria da época, com objectivos pouco claros para a sociedade, em que o debate é tabu, sob pena de sermos acusados de islamofobia.

(18 de junho de 2017)

CP16 – *Esta é a mentalidade da nossa classe política governante. Repovoar Portugal com os imigrantes muçulmanos...*, mas porque é que não se dá a mesma oportunidade aos Portugueses!? Não seria bem mais lógico!?

(26 de julho, PNR Partido Nacional Renovador)

CP17 – *Onde tá aquela gente burra idiota de bem vindos refugiados? Ó estúpido do português! SÓ VAO ABRIR OS OLHOS QUANDO ESTOIRAR UMA BOMBA*

(12 de julho de 2017)

CB11 – Já que *o governo deixou as pernas abertas* temos que tomar as rédeas da situação

CB12 – Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil, estamos ajudando só que vem aqui fazer a casa da mãe Joana *temos que por ordem ou sofreremos as consequências desse governo que deixou as pernas abertas.*

CB13 – *Desgoverno dá nisso.* Parabéns povo brasileiro.

(18 de agosto de 2018)

Evidenciando uma posição intransigente e de superioridade, expressam-se através de atos diretivos, dando ordens aos governantes e insultando-os (CP18, CB14, CB15, CB16):

CP18 – *Deixem de ser burros, acolher refugiados é acolher Terroristas..... Abram os olhos.....são mesmo burros.....*

CB14 – *Tem que fechar mesmo! Vao lutar la no paiz deles nao puseram o cara lá*

CB15 – *Não pode deixar esse povo entrar aqui não.*

CB16 – *Passou da hora de proibir entrada de mais pessoas para ficar desempregado no país.*

(26 de agosto 2017)

Retomando o fio condutor proposto, *ab initio*, podemos concluir que as estratégias discursivas que operam a exclusão social são semelhantes nos *corpora* recolhidos, no português e no brasileiro.

Há uma polarização de opiniões, em que os enunciadores nas redes sociais expressam, de forma veemente, a sua contestação e a não aceitação da entrada de migrantes, invocando-se razões de ordem social, religiosa, étnica e política. As posições irredutíveis realizam-se, como ficou demonstrado, maioritariamente, por ataques diretos, insultuosos e agressivos, com recurso a léxico violento e à reiteração de negativas de interdição e de bloqueio, predominando a ironia, a desqualificação, o descrédito, as

expressões pejorativas e vexatórias, os atos de repúdio, o que evidencia um discurso ideologicamente marcado.

Esta análise permite-nos igualmente comprovar que, numa era em que as redes sociais disseminam e contagiam, através da palavra escrita, as opiniões livres de todos os que anteriormente não tinham acesso à expressão pública da sua opinião, assiste-se à produção de opiniões realizadas de forma mais direta e agressiva, às quais subjaz a intenção de excluir o outro, o migrante que vem perturbar a ordem estabelecida. Estas estratégias assumem uma finalidade argumentativa que consiste na rejeição do outro, porque diferente, mas visam igualmente influenciar um vasto número de leitores da rede social e reafirmar o pertencimento a determinado grupo ideológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacamos em nossas análises, as mensagens nas páginas Facebook que analisámos neste estudo configuram um trabalho de manipulação, predominando as expressões vexatórias, os atos de repúdio e insulto e, concomitantemente, o apelo constante à expulsão dos migrantes, expressos através de duas estratégias de *argumentum ad hominem*. Às mensagens de Facebook subjaz intencionalmente o propósito de macular a imagem dos migrantes a partir de estratégias que assumem uma finalidade argumentativa que consiste, por um lado, em influenciar um vasto número de leitores da rede social e em mostrar a pertença a determinado grupo, alinhando-se com o *ethos* ideológico coletivo do mesmo, e por outro, construir juízos de valor negativo a respeito dos migrantes e daqueles que os defendem, cuja face é ameaçada por atos descorteses e mesmo insultuosos.

As estratégias argumentativas que agredem a face estão imbuídas de um cunho polêmico, reforçando uma imagem que não é digna de respeito, construindo, de forma mais alargada, o descrédito das pessoas já por si, em situação de debilidade e, inclusivamente dando lugar a uma culpabilização política dos responsáveis.

Ao fim deste trabalho, retomamos os dizeres de Montecino, que inspirou o estudo apresentado: “o investigador coloca-se diante de seu objeto de estudo como um estudioso que busca o saber e como um sujeito ideológico que busca dar sentido a esse saber” (Montecino, 2010, p. 250).

REFERÊNCIAS

- Agier, M. (2002). *Aux bords du monde: les réfugiés*. Paris: Flammarion.
- Agier M. (2006). Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 18(2), 197-215.
- Amossy, R. (1999). *Images de soi dans le discours*. Paris: Delachaux et Niestlé.
- Amossy, R. (2014a). *Apologie de la polémique*. Paris: PUF.

- Amossy, R. (2014b). *L'ethos et ses doubles contemporains. Perspectives disciplinaires. Langage et Société*, 3(149), 13-30.
- Andresen, S. de M. B. (2015). *Obra poética*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Auger, N., Fracchiola, B., Moïse, C. & Schutz-Romain, C. (2008). De la violence verbale pour une sociolinguistique des discours et des interactions. In *Actes du Congrès Mondial de Linguistique Française* (pp. 631-643). Paris: EDP Sciences.
- Blinder, S. & Jelena, T. (2005). Refugees as a particular form of transnational migrations and social transformations: Socioanthropological and gender aspects. *Current Sociology*, 53(4), 607-624.
- Bousfield, D. (2008). Impoliteness in the struggle for power. In D. Bousfield & M. A. Locher (Eds.), *Impoliteness in language* (pp. 127-153). Berlim, Nova Iorque: Mouton de Gruyter.
- Cabral, A. L. T & Lima, N. V. (2017). Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal. *Signo*, 42(73), 86-97. Retirado de <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>
- Cabral, A. L. T. & Albert, S. A. B. (2017). Quebra de polidez na interação: das redes sociais para os ambientes virtuais de aprendizagem. In A. L. T. Cabral; I. R. Seara & M. F. Guaranha (Eds.), *Descortesia e cortesia: expressão de culturas* (pp. 267-294). São Paulo: Cortez.
- Cabral, A. L. T. (2013). Reclamação, crítica e advertência nas interações verbais em ambientes virtuais: subjetividade, polidez e atos de fala. *Estudos Linguísticos*, 8, 91-105.
- Cabral, A.L.T., Marquesi, S. C. & Seara, I. R. (2015). L'articulation entre le descriptif et les émotions dans l'argumentation en faveur de Dominique Strauss-Kahn. In A. Rabatel; M. Monte & M. G. S. Rodrigues (Eds.), *Comment les médias parlent des émotions l'Affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn* (pp. 307-323). Limoges: Lambert-Lucas.
- Carvalho, J. R., Prior, H. & Morais, R. (2015). Público, privado e representação online. In J. R. Carvalho (Ed.), *A nova fluidez de uma velha dicotomia: público e privado nas comunicações móveis* (pp. 7-27). Covilhã: LabCom.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Charaudeau, P. (1996). Para uma nova análise do discurso. In A. D. Carneiro (Ed.), *O discurso da mídia* (pp. 5-43). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Charaudeau, P. 2005. *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert.
- Chelotti, J. D. & Cruz, R. L. S. (2016). A dicotomia da globalização sob o prisma dos refugiados: uma análise da flexibilização das fronteiras para os bens e capital em contraste aos seres humanos. In *Anais do XII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. Retirado de <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/16033/3922>
- Culpeper, J. (2008). Reflections on impoliteness, relational work and power. In D. Bousfield & M. A. Locher (Eds.), *Impoliteness in language* (pp.17-44). Berlim, Nova Iorque: Mouton de Gruyter.
- Dabrowska, M. (2013). *Variation in language: faces of Facebook English*. Frankfurt: Peter Lang.
- Declaração de Cartagena (1984). Retirado de https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view

- Develtotte, C. (2006). Décrire l'espace d'exposition discursive dans un campus numérique. *Le français dans le monde. Recherches et applications* [Vol. especial], 88-100. Retirado de <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00151851>
- Fiddian-Qasmiyeh, E., Loescher, G., Long, K. & Sigona, N. (2014). *The Oxford handbook of refugee and forced migration studies*. Oxford: Oxford University Press.
- Houassis, A. & Villar, M. S. (2011). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2014). Polidez e impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos dos presidentes franceses. In I. R. Seara (Ed.), *Cortesia: olhares e (re) invenções* (pp. 47-82). Lisboa: Chiado Editora.
- Maingueneau, D. (2002). *Problème d'ethos. Pratiques*, 113-114, 55-57. Retirado de https://www.persee.fr/doc/prati_0338-2389_2002_num_113_1_1945
- Montecino, L. (2010). *Discurso, pobreza y exclusión en América Latina*. Santiago: Ed. Cuarto Propio.
- Oliveira, C. R., Peixoto, J. & Góis, P. (2017). A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 73-98.
- ONU, Organização das Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Retirado de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>
- ONU, Organização das Nações Unidas. (1951). Convenção das Nações Unidas relativa ao estatuto dos refugiados. Retirado de http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf
- Rodeghiero, C. C. (2012). *Violência na internet: um estudo do cyberbullying no Facebook*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul.
- Rosier L. & Ernotte, P. (2000). Le lexique clandestin. *Français et Société*, 12, 3-23.
- Sande, P. (s. d.). Barbarus ad portas. In *Refugiados. Factos e argumentos para desfazer mitos sobre refugiados. Revista da Plataforma de apoio aos Refugiados*. Alto Comissariado para as Migrações. Retirado de <https://issuu.com/ipav/docs/refugiados>
- Seara, I. R. & Manole, V. (2016). Insult and the construction of other's identity: remarks on portuguese political discourse. In R. Săftoiu (Ed.), *Revue roumaine de linguistique identities in dialogue/identités dans le dialogue* (LXI) (pp. 301-318). Bucarest: Editura Academiei Romane.
- Terkourafi, M. (2008). Toward a unified theory of politeness, impoliteness and rudeness. In D. Bousfield & M. A. Locher (Eds.), *Impoliteness in language* (pp.45-74). Berlim, Nova Iorque: Mouton de Gruyter.
- Triandafyllidou, A. (2017). Beyond irregular migration governance: zooming in on migrants agency. *European Journal of Migration and Law*, 9, 1-11.
- van Dijk, T. (2008). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- van Dijk, T. A. (1998). *Ideology. A multidisciplinary approach*. Londres: Sage.
- van Dijk, T. A. (2005). *Racism and discourse in Spain and Latin America*. Amsterdão: John Benjamins.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Isabel Roboredo Seara é Professora Auxiliar do Departamento de Humanidades e coordenadora do Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa, na Universidade Aberta, Lisboa, e coordenadora do Doutoramento em Didática das Línguas. Multilinguismo e Educação para a Cidadania Global (Universidade Nova e Universidade Aberta). É membro do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa e do Grupo de Investigação Pragmática. Discurso. Cognição (PraDiC) do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Colabora em projetos de investigação no Laboratório de Educação a Distância e e-learning (LeaD). É doutorada em Linguística Portuguesa e desenvolve trabalho de investigação no âmbito dos estudos de pragmática, análise do discurso, retórica, epistolografia, privilegiando igualmente os estudos de comunicação mediada por computador, nomeadamente os efeitos sociais e linguísticos das tecnologias digitais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2117-5320>

Email: irseara@gmail.com

Morada: Universidade Aberta Palácio Ceia Rua da Escola Politécnica, 147
1269-001 Lisboa Portugal

Ana Lúcia Tinoco Cabral é Professora Colaboradora do Mestrado Profissional Profletras da Universidade de São Paulo e pesquisadora colaboradora do Instituto de Pesquisa da PUCSP. É coordenadora do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (ANPOLL – biênio 2018-2010). Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2005), Brasil. O quadro teórico que dá suporte às suas pesquisas insere-se na área da Linguística Textual, na linha teórica da Semântica Argumentativa e da Linguística da Enunciação, linguagem argumentativa, interação verbal escrita, linguagem jurídica, (im)polidez linguística e uso da linguagem em contextos digitais, incluindo práticas educativas a distância.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6417-2766>

Email: altinococabral@gmail.com

Morada: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Rua do Lago, 717,
Butantã, São Paulo-SP, Brasil

Submetido: 13/04/2020

Aceite: 01/07/2020

REFÚGIO E COLONIZAÇÃO DO FUTURO: FRONTEIRAS ERGUIDAS NAS PALAVRAS

Fernando Resende

Departamento de Estudos Culturais e Mídia, Programa de Pós-graduação em
Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Fábio Ferreira Agra

Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Brasil

RESUMO

Este trabalho propõe pensar a migração forçada para a Europa sob a perspectiva de uma narrativa jornalística ancorada em repetições e reiterações de determinadas palavras que, ao produzir sentidos, resultam em uma visão de mundo que estabelece a presença dos migrantes e dos refugiados como razão de uma desordem ao que está posto. Assim, buscamos entender que esse processo contribui para o que denominamos de colonização do futuro, a partir das ideias de Giddens (2002) e Gomes (2004). Neste processo, projeta-se uma ordem, através das palavras, baseada em um pensamento construído ao longo dos períodos de colonização europeia. Seus resquícios se acumulam e formam camadas que se desvelam nas narrativas jornalísticas e nas fronteiras. Ambas nos servem como metáfora e materialização dos conflitos e das relações de poder que impõe ao migrante e ao refugiado a condição do diferente, do “outro”. Queremos propor que há uma narrativa na/de fronteira no jornalismo que contribui para a produção de sentido no processo migratório que enseja pensar apenas por um dos lados da fronteira. Nesse cenário fronteiriço, pensá-lo sob o aspecto de uma colonização do futuro pelas palavras nos impõe o desafio de entender que o jornalismo também é construtor de um tempo inventado narrativamente. Para este trabalho, foram analisados textos do jornal brasileiro *Folha de São Paulo* publicados entre setembro e dezembro de 2015, momento em que houve um maior aprofundamento dos debates acerca do refúgio na Europa. O recorte para a análise seguiu a partir das palavras refugiados, fronteiras e controle.

PALAVRAS-CHAVE

colonização; jornalismo; narrativa; refugiados; tempo

REFUGEE AND COLONIZATION OF THE FUTURE: BORDERS BUILT BY WORDS

ABSTRACT

This paper aims to think the forced migration to Europe under the perspective of a journalistic narrative which is based in repetitions and reiterations of words. When they produce meaning it results in a strait view where the migrant and refugee are the reason of disorder. Thus, we try to grasp how this process contributes to what we called colonization of the future, according to Giddens (2002) and Gomes (2004) concepts. In this process, an ordering is projected through the words based on a thought built during the European colonization. Its reminiscence is accumulated and form layers that appear in the journalistic narratives and on the borders. Narratives

and borders are the metaphor and materialization of the conflict that impose to the migrant and to the refugee the condition of the difference, the condition to be the “other”. We propose that there is a journalistic narrative on the border that contributes to the production of meaning which its result is to discuss just for one perspective or just for one side of the borders. In this border scenery, thinking about a colonization of the future by the words lead us to understand that the journalism is also a constructor of invented time. To this paper, it was analysed some news from Brazilian newspaper *Folha de São Paulo* that were published between September and December 2015. There was in that moment a deeper debate concerning the refugees in Europe. We analysed the news from some keywords as refugees, borders and control.

KEYWORDS

colonization; journalism; narrative; refugees; time

INTRODUÇÃO

A palavra “refugiados” ou o termo “migrantes ilegais” têm sido de alguma forma um invólucro utilizado amplamente pelos meios de comunicação, em especial pelo jornalismo, para condensar ou agrupar dentro do mesmo espectro os sujeitos que foram obrigados a se deslocar de maneira forçada por razões de conflitos, guerras, perseguições e situações de vulnerabilidade. Tais nomes são usados para se referir às pessoas que estão nas fronteiras da União Europeia com a Turquia ou no mar Mediterrâneo e nas fronteiras entre México e Estados Unidos, respectivamente. Ao mesmo tempo, ao caracterizar esse invólucro permeado de pessoas que buscam sobrevivência, inserem-se debates que circunscrevem a necessidade de ordem e segurança aos países que poderiam acolhê-los. Ao tomar tal direcionamento, essas narrativas jornalísticas emulam pedras sobre os muros fronteiriços já existentes, assim escamoteando as fronteiras como possíveis espaços de passagem.

Alastrando mais ainda essa problematização, pensamos que esse tipo de narrativa é construído a partir da característica jornalística de disciplinar o nosso olhar para os acontecimentos que são postos, concomitantemente, em visibilidade e vigilância (Gomes, 2009). Nesse sentido, observa-se a prevalência da reiteração de palavras e expressões que ao mesmo tempo conotam medo e insegurança em relação aos que tentam atravessar as fronteiras, como também indicam uma ideia de uma colonização do futuro (Giddens, 2002; Gomes, 2004). O que pretendemos refletir sobre colonização do futuro pela palavra diz respeito a esta reiteração de narrativas que resultam em uma atualização das relações de poder que se engendraram em outro momento histórico, mas que são corroboradas, mantidas e com potencial de se prolongar.

Para essa narrativa que denominamos de colonização do futuro, propomos então que há também nesse debate uma amálgama do passado colonial europeu que se desvela nos ecos propulsionados pelos textos de imprensa. Destrinçar as narrativas no campo do jornalismo, onde ele próprio e suas fontes disputam a produção de sentido, com o olhar direcionado para as fronteiras em tempos de migração e refúgio, implica também pensar como os resquícios da colonização europeia são catalisados para o ordenamento

das visões de mundo. A fronteira que mantém refugiados e migrantes à margem nos serve, então, como metáfora e materialização dos conflitos e dessas relações de poder que se apresentam através da diferença colonial (Mignolo, 2005).

Nesse sentido, colonizar o futuro através da narrativa relaciona-se com o ordenamento de mundo construído sob um viés que se forjou ainda em tempos de colonização. E esta narrativa se quer como ferramenta de poder que ainda disciplina nosso olhar sobre o mundo desta forma. À luz dos conceitos de colonização do futuro e diferença colonial, problematizamos nos textos jornalísticos as relações de poder que se deram nas fronteiras durante os deslocamentos forçados para a Europa em 2015, especificamente entre setembro e dezembro daquele ano. Queremos propor que há uma narrativa na/de fronteira no jornalismo que contribui para a produção de sentido no processo migratório que enseja pensar apenas por um dos lados da fronteira, onde põe o migrante e o refugiado como sujeitos que desordenam o que está posto socialmente.

DOS RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE DE CONTROLE

As relações assimétricas de poder que se desenvolvem nas fronteiras ou em outros espaços de controle podem ser potencializadas quando os meios de comunicação, em especial o jornalismo, objeto de análise deste trabalho, reiteram narrativas que pretendem ordenar o mundo de acordo com visões consolidadas. Nesse sentido, refletimos sobre as narrativas produzidas em espaços de contenção aquando do fluxo migratório de pessoas que foram forçadas a deixar seus lares e seus países para buscar refúgio em outro território, ao passo que se deparavam com cercas, muros e aparatos de controle que os impediam de prosseguir.

Dentre os mais de 70 milhões de pessoas que se deslocam de maneira forçada nessa segunda década do século XXI, as que se aportaram nas fronteiras europeias têm recebido importante destaque na cobertura midiática a partir de 2015¹, inclusive pela imprensa brasileira. São pessoas em busca de refúgio de países da África, do Oriente Médio, especialmente da Síria, e da Ásia, territórios que foram colonizados ou sofreram agenciamentos de potências europeias ou dos Estados Unidos nessas duas primeiras décadas, como foram o Iraque e o Afeganistão².

Pensando na perspectiva de que os corpos dos migrantes que buscam refúgio na Europa são oriundos de países outrora colonizados, especialmente da África, ou que sofreram fortes ingerências políticas e econômicas, como os países do Oriente Médio, remetemo-nos a Mignolo (2005, p. 36) e Quijano (2002, p. 4), para quem os resquícios

¹ O relatório anual *Global trends: forced displacement in 2018*, da agência da ONU para os refugiados (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR]), apontava para mais de 70 milhões de pessoas deslocadas de maneira forçada, sendo 25,9 milhões de refugiados, em 2018 (ACNUR, 2019). Três anos antes, em 2015, o relatório anual *Global trends: forced displacement in 2015* indicava que número de pessoas deslocadas de maneira forçada alcançava 65,3 milhões, com 21,3 milhões de refugiados (ACNUR, 2016).

² Em 2015, Síria e Afeganistão eram os dois países, respectivamente, que mais produziram refugiados. A guerra na Síria desencadeada em 2011 trouxe em seu rastro 4,9 milhões de refugiados, enquanto havia uma estimativa de 2,7 milhões de afegãos com *status* de refúgio (ACNUR, 2016).

da colonização europeia, que inaugura a modernidade/colonial a partir do século XVI com o “circuito comercial do Atlântico”, se perpetuam ainda através do que eles chamam de “diferença colonial” ou “colonialidade do poder”, respectivamente³. Esses conceitos podem ser entendidos como uma tentativa de subalternizar sujeitos a partir de uma classificação racial/cultural feita por quem detém o poder, seja político, econômico ou epistêmico, em que a concepção do tempo e modernidade são fundamentais para que permaneça a fenda que separa a Europa dos seus outrora colonizados. De acordo com Mignolo (2017, p. 8) “a lógica da colonialidade (...) passou por etapas sucessivas e cumulativas que foram apresentadas positivamente na retórica da modernidade: especificamente, nos termos da salvação, do progresso, do desenvolvimento, da modernização e da democracia”. Com isso estabeleceu-se um tempo linear para marcar quais sociedades já haviam passado por estágios de avanço e quais estavam atrasadas dentro da retórica da modernidade. O sociólogo Zigmunt Bauman (2006), ao se referir à Europa como uma aventureira que alcançou seu poder no mundo inteiro, enfatizava que ao final do século XX a sua missão concluída

mostrou ser a difusão global do impulso compulsivo, obsessivo e vicioso de ordenar e reordenar (codinome: modernização) e uma pressão irresistível a degradar e eliminar os modos antigos e atuais de viver e ganhar a vida, privando-os de seu valor em termos de sobrevivência e de sua capacidade de realçar a existência (codinome: progresso econômico). (Bauman, 2006, p. 21)

Nesse sentido para Bauman (2006), em contraste com a modernização europeia, há os “retardatários da modernidade”, que passaram a produzir excedente populacional e, conseqüentemente, refugiados, como “consequência imprevista (...) do sucesso mundial da missão europeia”:

centenas de milhares de pessoas são expulsas de seus lares, assassinadas ou forçadas a fugir de seus países destruídos e devastados. Talvez a indústria mais florescente nas terras dos retardatários (tortuosa e fraudulentamente apelidadas de “países em desenvolvimento”) seja a produção em massa de refugiados. (Bauman, 2006, pp. 23-24)

A estratificação, a partir de denominadores que tentam atribuir ao outro um lugar fixo e com isso estabelecer suas diferenças e seus estágios dentro desse tempo inventado, é uma característica da colonialidade, que “dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’” (Quijano, 2002, p. 4). Em outras palavras, “a colonialidade do poder é o eixo que organiza e continua organizando a diferença colonial” (Mignolo,

³ Ao final do século XV, Mignolo diz que começa a surgir a ideia da diferença (exterioridade) quando em 1492 se dá a derrota dos mouros, a expulsão dos judeus da península Ibérica e a expansão atlântica (Mignolo, 2017). Desde então, mouros, judeus, ameríndios e escravos africanos “passaram a configurar, no imaginário ocidental cristão, a diferença” (Mignolo, 2005, p. 35).

2005, p. 36), e que a transforma “em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, por outro”, como ressalta Mignolo (citado em Gallas, 2013)⁴.

Nesse sentido, as barreiras nas fronteiras aos migrantes e refugiados são ferramentas da colonialidade do poder e da diferença colonial, pois elas existem para separar, o que no fim das contas serve para delinear as diferenças de quem está do outro lado. Pensando com Grosfoguel (2007) quando se refere às divisões da força de trabalho internacional no sistema-mundo capitalista⁵, nos atrai refletir que a expansão da estrutura desse sistema se dava através de uma hierarquia ancorada também no racismo, seja biológico, que enquanto discurso foi sustentado entre os séculos XV e XIX, ou cultural. Para o autor, após a Segunda Guerra Mundial houve uma mudança na formação global racial/colonial em que o discurso de uma inferioridade genética do “outro” entra em crise na Europa e é substituído pelo discurso do racismo cultural. Esse “outro” passa a ser identificado a partir de categorias que dizem menos sobre características genéticas e mais sobre sua origem étnica. O racismo cultural se torna parte da nova geocultura do sistema-mundo capitalista e passa a gravitar sobre sujeitos outrora colonizados. Grosfoguel (2007, p. 11) diz que a ideia de racismo cultural assume que a cultura metropolitana é diferente da cultura das minorias étnicas, entendendo estas diferenças de maneira absoluta e essencialista. O autor ainda acrescenta que o racismo cultural se articula sempre em relação aos discursos de pobreza, de oportunidades nos mercados de trabalho e de marginalização.

Os corpos desses migrantes que estão atrelados às estruturas desse sistema-mundo capitalista e que permanecem colonizados devido à sua localização subordinada ao mercado de trabalho metropolitano e sua continuada representação estereotipada no imaginário euro/americano, como afirma Grosfoguel (2007, p. 13), são os mesmos corpos dos migrantes forçados e refugiados que compartilham esse esteio do racismo cultural e da concepção linear de um tempo inventado pela modernidade. Desta forma, ao pensarmos sobre a migração forçada e a busca por refúgio, encontramos um aprofundamento das assimetrias nas relações de poder em que a diferença colonial, a colonialidade do poder e o racismo cultural são evidenciados através dos rígidos controles fronteiriços e do que Mbembe (2018) denomina de sociedade do enclausuramento.

Mbembe (2018, p. 53) pontua que estamos vivenciando uma sociedade onde “o Estado securitário concebe a identidade e o movimento dos indivíduos (inclusive seus cidadãos) como fontes de perigo e de risco”, e no contexto anti-imigratório na Europa, como ainda afirma, “categorias inteiras da população são indexadas, depois submetidas a diversas formas de designação racial, que fazem do migrante (legal ou ilegal) a figura de uma categoria essencial da diferença”, que para Mbembe pode ser entendida como “cultural ou religiosa, além de linguística, e se pressupõe que esteja inscrita no próprio corpo do sujeito migrante, onde se dá a ver nos planos somáticos e até mesmo genético”.

⁴ O conceito de diferença colonial proposto por Mignolo é explorado pelo autor também em uma entrevista concedida a Luciano Gallas e publicada em 2013 pela *Revista do Instituto de Humanitas Unisinos On-line* no Brasil (Gallas, 2013).

⁵ A ideia de sistema-mundo capitalista é pontuada por Grosfoguel (2007) a partir de Wallerstein (1979) e diz respeito à divisão internacional do trabalho entre centros, periferias e semi-periferias, o que implica diferentes formas de trabalho e estruturas políticas. Nesse sistema, as formas coercivas de trabalho se desenvolvem, especialmente, nas periferias (Wallerstein, 1979, citado em Grosfoguel, 2007).

Ainda pensando com Mbembe (2018, p. 54), essas configurações e categorizações são o reflexo de um mundo contemporâneo “modelado e condicionado profundamente por essa forma ancestral da vida cultural, jurídica e política que são a clausura, o cercamento, o muro, o campo, o cerco e, no fim das contas, a fronteira”. Voltemos a citar Bauman (2006) que diz que esse tipo de controle é um modelo centrípeto pouco experimentado pela Europa, mas que condiz com uma postura que busca evitar uma migração em massa dos “retardatários da modernidade”:

por enquanto, a Europa e seus filhotes/postos avançados (como os Estados Unidos ou a Austrália) parecem buscar a resposta de problemas estranhos em políticas igualmente estranhas, dificilmente praticadas na história europeia. Políticas voltadas para dentro, e não para fora, centrípetas e não centrífugas, implosivas em vez de explosivas – tais como entrincheirar-se, fechar-se, construir cercas equipadas com uma rede de máquinas de raios x e câmeras de TV de circuito fechado, colocar mais agentes dentro das cabines de migração e mais guardas de fronteira fora delas, tornar mais restritivas as leis de imigração e naturalização, manter os refugiados em campos isolados e estritamente guardados e impedir a chegada de outros antes que eles tenham a chance de reivindicar o status de refugiado ou pessoa em busca de asilo – em suma, lacrar os seus domínios contra as multidões que lhes batem às portas enquanto fazem muito pouco, se é que alguma coisa, para aliviar essa pressão eliminando as suas causas. (Bauman, 2006, pp. 24-25)

Contra esse modelo, as migrações servem como resistência aos atavismos que insistem em permanecer e produzir um corpo que só se torna mais visível e possível de uma existência que cause desconforto quando se está diante de quem o inventou como indesejado, de quem atribuiu a esse corpo ser passível de controle, exclusão, expulsão ou erradicação. Esse corpo, do migrante ou do refugiado, que agora incomoda, alude àquele outro que Hannah Arendt (2016, p. 293) identificou em 1940, em uma Europa já corroída pela guerra, quando apontou que as minorias, como os judeus, se tornaram párias aos Estados-nação e que o processo de integração na Europa e reorganização dos povos, fruto ainda da Revolução Francesa, havia chegado ao fim: “ninguém mais pode ser incluído. De fato, agora temos o processo revertido: a soma de grandes massas de pessoas e seu rebaixamento a párias”.

É possível redesenhar esse quadro dentro do mesmo sistema em que os laços culturais, de identidade e ainda de Estado-nação se apresentam como vetores que ordenam as integrações e trânsito das pessoas. Assim, estendemos o pensamento de Arendt à crise migratória, onde seus sujeitos representam atualmente tais párias à Europa. Essa distinção não se irrompe, obviamente, devido ao atual fluxo migratório, mas ela é realçada e atualizada dentro de relações erguidas e consolidadas historicamente. O encontro disjuntivo entre migrantes que foram forçados a abandonar seus lares e os países que poderiam recebê-los sintomatiza as relações que se deram com a colonização e

descolonização dos países da África e do Oriente Médio quando submetidos à política europeia de exploração desses territórios e de sua gente.

O impedimento de entrada no continente europeu ou políticas que ensejam o controle de migrantes desde sua partida ainda em seus países de origem se apresentam como a evocação da memória colonizadora da Europa, particularmente, e é ela que acende o debate sobre a chamada crise migratória, pois, a travessia pelo Mediterrâneo traz esse influxo de pessoas que carregam consigo os corpos negros e árabes e seus territórios outrora marcados pela pilhagem colonial. O mar Mediterrâneo e as fronteiras vão se tornando lugares de memória (Nora, 1993) em seu sentido simbólico e material ao ser travessia, rememoração e cemitério.

Tomando ainda emprestada a ideia de lugares de memória de Nora (1993, p. 12) quando diz que esses lugares “são, antes de tudo, restos”, alargamos esse entendimento para dizer que é dos restos produzidos em tempos de colonização que erigem o influxo migratório. Homi Bhabha (1998, p. 26) apontava para essa questão quando disse que “a metrópole ocidental deve confrontar sua história pós-colonial, contada pelo influxo de migrantes e refugiados do pós-guerra, como uma narrativa indígena ou nativa *interna à sua identidade Nacional*”. Em outras palavras, podemos dizer que migrantes e refugiados são partes constituintes da Europa. A herança de sua pilhagem e colonialismo sobre os territórios volta agora abrigada nos corpos dos que se lançam no Mediterrâneo ou nas fronteiras entre Turquia e Grécia.

Nesse sentido, a origem cultural/racial de quem se desloca tem se refletido no tratamento dispensado nas fronteiras europeias a essa população que busca refúgio. A diferença colonial e a colonialidade de poder continuam ordenando e justificando o cerceamento ao deslocamento desses migrantes. Assim, esta crise migratória joga luz à sombra dessas relações que se forjaram de forma violenta nos últimos quatro séculos.

ACONTECIMENTO E A RUPTURA DA ORDEM

O enclausuramento apontado por Mbembe (2018) é corroborado por Rogério Haesbaert (2009) quando reflete sobre a sociedade de controle que se vive através das contenções territoriais, principalmente, aos migrantes. Nesse sentido, os Estados exercem o poder de controlar com seus aparatos os movimentos migratórios em nome da segurança ou da xenofobia⁶. Nessa mesma direção, as narrativas midiáticas exercem um papel fundamental para este debate, pois é através delas que estes conflitos emergem a seu público e são desvelados. No entanto, assim como é necessário problematizar as relações de poder que contribuem para as políticas anti-imigratórias, é preciso também analisar o papel dos meios de comunicação, em especial o do jornalismo, dentro das assimetrias de poder e de representações.

Seguimos o pensamento de Mayra Gomes (2009) que identifica o jornalismo como um dispositivo de controle disciplinar onde a visibilidade dos acontecimentos é traçada

⁶ A fronteira entre Grécia e Turquia se tornou um espaço para demonstrações que vão nessa direção. As notícias sobre queima de abrigos por alguns moradores gregos e o uso de força policial contra quem está do outro lado da fronteira, como as que ocorreram entre o final de fevereiro e início de março de 2020, nos revelam tais tensões. Ver “Moradores gregos queimam centro de acolhida para impedir que refugiados o utilizem” (2020).

a partir de um olhar que tenta disciplinar um outro olhar, estabelecendo nesse ínterim graus de importância a serem dados aos eventos que criam desordem. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se dá visibilidade se vigia.

Antes de qualquer seleção dada, perguntamo-nos sobre o que é importante e para quem o é. A importância, assim como implica escolha, ou a escolha segundo o *dado a ver* de uma época e lugar, serve de baliza para o que é apontado como a verdade do que é posto em visibilidade. Sendo a importância não o fato em si, mas sua implicação na rede institucionalizada, qualquer investigação, qualquer vigilância, faz o desenho do espaço a ser vivenciado procurando lei e ordem e, dessa forma, disciplinando naquilo que ela procura. (Gomes, 2009, p. 2)

Para a autora, o jornalismo “aponta os temas a serem privilegiados, em outras palavras, os temas a que seu público deve dar atenção. Seus relatos anunciam, implicitamente, aquilo que é importante para a vida dos leitores” (Gomes, 2009, p. 2). Nesse sentido, é importante salientar que a temática do refúgio se torna mais frequente no noticiário quando ela aponta à Europa com maior intensidade em 2015⁷. Naquele ano, cerca de quatro mil pessoas morreram ou desapareceram no mar Mediterrâneo (ACNUR, 2016)⁸. As mortes e o fluxo de embarcações e milhares de pessoas em direção ao continente levaram a União Europeia a adotar medidas, como a distribuição de migrantes e refugiados a outros países do bloco, para além da Itália e Grécia, assim como um maior controle nas suas fronteiras. Nessa esteira, acendeu o debate sobre ajuda humanitária e segurança (Georgiou & Zaborowski, 2017).

A crise humanitária que se alojava em países em desenvolvimento havia, enfim, chegado à Europa e ao noticiário internacional. Em 2015, pouco mais de um milhão de pessoas em condições de refúgio passaram pelas fronteiras do continente. No entanto, em comparação com outros territórios, somente na Turquia eram 2,5 milhões de refugiados. Na Alemanha, país com mais pedido de refúgio dentro da Europa, constavam 316 mil refugiados e mais 420 mil pessoas com pedido em análise (ACNUR, 2016). Antes, em 2013, quando a curva dos dados sobre os deslocamentos de maneira forçada no mundo começava a se tornar ascendente, saltando de 45,2 (em 2012) para 51,2 milhões (em 2013), somente no Paquistão havia um milhão e seiscentas mil pessoas na condição de refugiadas, um pouco mais do total que entrou na Europa em 2015 e quase o total do que havia em toda Europa em 2013 (1,7 milhão) (ACNUR, 2013, 2014). Em 2014, três países estavam na lista dos que tinham mais de um milhão de refugiados em seus territórios: Turquia (1.587.374), Paquistão (1.505.525) e Líbano (1.154.040) (ACNUR, 2015). Sobre o Líbano há um registro importante: a cada 1.000 pessoas, 183 eram refugiadas

⁷ Em uma busca pelo termo “refugiados” no jornal brasileiro *Folha de São Paulo* entre 2011, ano em que inicia a guerra na Síria, e 2015, temos uma quantidade maior de publicações com esse termo em 2015. Em 2011 foram 453; 2012 - 355; 2013 - 306; 2014 - 306; e 2015 - 527.

⁸ Em seis anos (2014-2020), ao menos 20 mil pessoas morreram em travessias pelo Mediterrâneo segundo a Organização Internacional para a Migração (OIM). Ver “Mais de 20 mil migrantes morreram em travessias no Mediterrâneo desde 2014” (2020).

em 2015. Naquele ano, como comparação, a cada 1.000 pessoas na Jordânia, 87 eram refugiadas, na Turquia, a cada 1.000 pessoas 32 eram refugiadas, e na Suécia, nono país entre os 10 países que mais recebiam refugiados proporcionalmente à sua população, e único país europeu a figurar entre os 10 nesse critério, a cada 1.000 pessoas, 17 eram refugiadas. Além disso, em 2015, os países em desenvolvimento acolheram 86% do total de refugiados no mundo (ACNUR, 2016).

Esses dados nos encaminham para problematizar o momento em que a “crise de refugiados” ou “crise migratória” se torna um acontecimento para o jornalismo, deixando de estar situada apenas na invisibilidade da África e de alguns países da Ásia e Oriente Médio que têm vivenciado há alguns anos o deslocamento forçado, tanto como países que produzem refugiados quanto como países que recebem. O acontecimento na acepção que propomos é o de um fenômeno percebido e a ser interpretado e configurado em significações para que outros o reinterpretem. Nesse sentido, o acontecimento é a configuração da desordem em ordem, é a aplicação de uma visão que produz sentido aos fenômenos. Charaudeau (2006, p. 100) diz que o processo *evenemential*, ou de interpretação, se dá através da modificação, percepção e significação dos fenômenos, ao passo que a primeira condição é a de que “alguma coisa cause uma ruptura na ordem estabelecida e provoque um desequilíbrio nos sistemas que fundam essa ordem”. Seguindo este mesmo raciocínio, Muniz Sodré (2012) diz que o acontecimento, quando relacionado com a informação midiática, o que nos interessa nesse trabalho,

é uma modalidade clara e visível de tratamento do fato, portanto, é uma construção ou uma produção do real, atravessada pelas representações da vicissitude da vida social, o que equivale a dizer tanto pela fragmentação às vezes paradoxal das ocorrências quanto pelos conflitos em torno da hegemonia das representações. (Sodré, 2012, pp. 36-37)

As centenas de embarcações que partiam do norte da África para atravessar o mar Mediterrâneo e chegar à Europa ou os migrantes e refugiados que seguiam da Turquia para a Grécia causaram essa ruptura na ordem estabelecida europeia e, por extensão, no campo midiático. Nessa esteira, ao ordenar o acontecimento, o jornalismo se utiliza de seus filtros para representá-los, o que sugere um olhar inerente às suas construções sócio-históricas. Assim, a narrativa jornalística está imbuída de paradoxo ao organizar o caos ao mesmo tempo em que em sua representação há faltas (Resende, 2017).

Como uma instância de enunciação na qual se deflagram lutas e relações de poder, o jornalismo é aqui entendido como uma prática cultural-discursiva, sujeita a alterações no tempo/espaço em que acontece. O que nele há de fixo são suas regras discursivas, estratégias e técnicas que visam a referencialidade do fato que narra. Sob a perspectiva da narrativa, porém, o que se instala é um paradoxo: a organização do caos cotidiano – a tarefa que é premente ao exercício do jornalismo – não é garantia de uma representação fidedigna. (Resende, 2017, p. 107)

Dessa forma, intuímos que a chamada crise migratória ou de refugiados, que abarca o mundo todo e se espalha em múltiplos fluxos, só se caracteriza como potência para a desordem e passa a “existir”, aos olhos de quem a reporta, ao considerarmos de onde ela parte e para onde ela vai. É nesse paradoxo de organizar e representar com faltas que a narrativa jornalística se inscreve também como mecanismo de disciplina e construtor de tempos e da “existência”.

A PALAVRA COMO ORDENAÇÃO E COLONIZAÇÃO

É importante salientar que as palavras, ferramenta de trabalho do jornalista, são signos ideológicos (Bakhtin, 2010) e ao produzirem sentido se expandem. Assim, há palavras que se instituem como dispositivos que a partir de sua repetição e reiteração são lançadas para respaldar pensamentos que se acumulam sobre outros escombros, tornando-se palavras de ordem, como bem diz Mayra Gomes:

primeiramente, o conteúdo já dito só pode instalar-se e fixar-se via repetição, via comunicado que reitera alguns sentidos. Por outro lado, a repetição, ou a redundância como frequência, trabalha inerte na cristalização desses conteúdos por ela mesma colocados. Desse modo a comunicação e os comunicados têm que funcionar de duas maneiras: uma que se distende, se desloca, e outra que se redobra sobre si mesma; uma que inaugura, outra que eterniza. A que inaugura não pode ser trabalhada do nada, ela é sempre, e ainda, redundância em relação aos escombros que lhe fazem fundo. Funciona como uma construção sobre ruínas. A que cristaliza, a que refunda o campo é propriamente o que entendemos por palavra de ordem. (Gomes, 2004, pp. 85-86)

Destarte, há um caráter disciplinador que os meios de comunicação exercem ao nos apresentar palavras de ordem (Gomes, 2004, 2009, 2018) que nos ajudam a organizar o mundo ao mesmo tempo em que as palavras utilizadas, em sua repetição, nos mantêm atrelados aos paradigmas e construções difíceis de serem rompidas. Se apoiando em Deleuze e Foucault no que diz respeito às palavras de ordem e dispositivos disciplinares, respectivamente, Gomes (2018) aponta que estes são dois caminhos que se correlacionam através da linguagem como suporte para a produção de discursos, como também para a internalização e reprodução de um ordenamento do cotidiano.

Ainda pensando com Gomes (2018, pp. 41-42), a autora nos alerta para que seja necessário prestarmos atenção à reincidência com certas palavras que são propagadas frequentemente pela mídia “pelo prisma de *dispositivo disciplinar*, da palavra dada como ordenação” e que deveríamos “examiná-las não como esterilidade da repetição, da realidade vivida como esgotamento. Deveríamos tomar o caminho inverso: as palavras como circunscrição de campo, definição e ordenação numa abordagem específica que é construção da realidade e que, uma vez educativa, pede reiteração”. A palavra como signo ideológico contribui para criar um ciclo de realidade que se apresenta moldada.

Continuemos com Gomes quando ressalta

que uma palavra não seja simples representação do real, ou mero instrumento para pensar, tanto linguística quanto semiótica encarregaram-se de demonstrá-lo, propondo-nos a noção de apresentação do real e de um pensar que se modela pelas palavras. Somos então confrontados com a operação de demarcação que as palavras operam, recorte a partir do qual um segmento se abre a construções imaginárias, a produções sociais, mecanismo de produção, sobretudo à possibilidade de disciplina e controle. (Gomes, 2018, p. 42)

Com o entendimento de uma realidade produzida pela palavra, afirmamos que a repetição além de acumular resquícios, também insinua o que está por vir, coloniza o futuro (Giddens, 2002; Gomes, 2004) numa tentativa de prevenir a desordem e os riscos. Repetir e colonizar se sustentam no deslizar das palavras e são ferramentas de dominação. Em duas perspectivas que se assemelham, a colonização do futuro é definida por Gomes (2004), por um lado, como um ato de fala em que se associa, através da repetição e fixação, a projeção de futuro que pode realizar-se ou não em ações que se espera. Por outro lado, Giddens (2002) diz que para se prevenir de riscos, a sociedade toma medidas que se salvaguardam das ameaças iminentes.

Pensando nessas perspectivas, as palavras lançadas controlam, disciplinam e buscam prevenir a desordem. Assim, acrescentamos que a colonização do futuro indica também um aprisionamento de uma temporalidade que se constituiu ainda no passado e que seus escombros continuam regendo o futuro. Esta temporalidade está intrinsecamente vinculada ao tempo humano, criado pela linguagem, pela narrativa (Ricoeur, 1994). Ancoramo-nos novamente em Mignolo (2011) para quem o início da modernidade marca uma colonização não só do espaço, mas também do tempo, ao se narrar e construir o passado a partir de uma linearidade temporal que dicotomiza o que é moderno e o que não é. Para Mignolo (2011, p. 160), enquanto a modernidade foi estabelecida a partir da invenção de outros tempos, como Idade Média e Antiguidade, deu-se a colonização do tempo em que sua concepção significa que as diferenças culturais passaram a ser classificadas de acordo com sua proximidade com a modernidade.

Ao transportarmos a palavra colonizar, maleável e sem a conotação de ação sobre o solo, sobre a terra (Bosi, 2014), para que a leitura de seu signo indique ação que se desenrola no tempo através da narrativa que se expande, queremos incorporá-la às práticas jornalísticas ao compreendermos que suas narrativas quando eivadas de repetição e reiteração produzem efeitos para além do presente. Neste caso, ao contrário de uma colonização somente do tempo passado, seus efeitos são projetados para dominar um futuro próximo. Narrar os acontecimentos do presente é também inscrever e projetar seus possíveis efeitos que podem causar interferência em uma ordem estabelecida.

Anthony Giddens (2002, p. 117) ao tratar, como o autor denomina, da consciência de “riscos de alta consequência” modernos, a partir da colonização do futuro, nos conduz para a produção permanente da realidade onde é sempre preciso domar o presente

para prever riscos de alguma natureza. Giddens (2002, p. 117) afirma que o “risco se refere a acontecimentos futuros – ligados às práticas presentes – e portanto a colonização do futuro abre novas situações de risco, algumas das quais institucionalmente organizadas” e que os riscos de alta consequência “constituem um segmento do generalizado ‘clima de risco’ característico da modernidade tardia – que se caracteriza por mudanças regulares nas reivindicações ao saber mediadas pelos sistemas especializados”.

Ao direcionarmos o pensamento de Giddens para a crise migratória, o fechamento das fronteiras como estratégia para frear a entrada de migrantes é a imposição de uma narrativa que resvala na imprensa e que pretende evitar os “riscos de alta consequência”. É a produção de um “medo oficial” (Bauman, 2006) que sutilmente implica em um medo do “outro”, do terrorismo, da barbárie. Em outras palavras, podemos entender o jornalismo como um mediador de um sistema especializado que nos aponta o que está fora de ordem e que está assentado em um esteio que reitera narrativas anteriores.

Algumas notícias caminham nessa direção. No segundo semestre de 2015, dois acontecimentos e suas consequências talvez estejam ligados ao aumento no número de publicações do jornal *Folha de São Paulo* sobre os refugiados na Europa. O primeiro diz respeito à morte da criança Síria Alan Kurdi, cujo corpo foi encontrado em uma praia da Turquia em 02 de setembro. O outro está ligado aos atentados de Paris em 06 de novembro. Ambos acontecimentos ampliaram o debate sobre o acolhimento de refugiados na Europa. Enquanto no primeiro caso houve comoção ao ter uma criança que morreu ao buscar refúgio da guerra na Síria, no outro houve debates acerca de quem eram os migrantes que buscavam refúgio na Europa (Georgiou & Zaborowski, 2017). No Brasil, entre setembro e dezembro, a *Folha de São Paulo* publicou em sua editoria Mundo 310 textos que continham a palavra “refugiados”, o que corresponde a mais de metade do que foi publicado durante todo o ano (527), embora nem todos esses textos fossem especificamente sobre refúgio na Europa.

Nesses quatro meses de publicação, palavras como fronteiras e controle foram atreladas 26 vezes aos textos sobre refugiados. Nossa busca no portal de notícias da *Folha de São Paulo* se deu através dessas três palavras-chave: “refugiados”, “fronteira” e “controle”. Dentro do que estamos pensando como colonização do futuro pela palavra, a matéria publicada em 04 de dezembro de 2015 e intitulada “Refugiados e risco de ataques levam UE a rever controles de fronteira”⁹ talvez seja emblemática para nos pôr em contato com as outras matérias que a antecederam e que traziam uma projeção sobre os possíveis riscos. Aqui tanto se reforça os escombros do passado como coloniza o futuro.

Em seu título, “refugiados” e “risco de ataques” se apresentam como razões de controle fronteiro. Embora tenham significados distintos, elas estão indubitavelmente postas sob a acepção de perigo. O texto que inicia a matéria segue nesta linha e contribui para disciplinar o nosso olhar sobre os refugiados e o terrorismo como esferas que gravitam muito próximas uma da outra e que, por esta razão, a segurança nas fronteiras é uma medida que pode arrefecer estas ameaças.

⁹ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1714958-refugiados-e-risco-de-ataques-levam-ue-a-rever-controles-de-fronteira.shtml>

Em meio às dificuldades de controlar o intenso fluxo de refugiados e migrantes e à ameaça de terrorismo que paira sobre o continente desde os atentados em Paris, a União Europeia (UE) inicia um debate sobre o controle de suas fronteiras e o sistema de livre circulação entre os países do bloco.

Aqui já há uma reiteração de outras publicações, como estas: “Reação a ataques ameaça livre movimento de pessoas pela Europa” (21 de novembro)¹⁰; “Suécia estabelece controle provisório de fronteiras para conter imigração” (12 de novembro)¹¹; “Eslovênia começa a erguer cerca na fronteira para controlar fluxo” (11 de novembro)¹²; “Plano de cotas trava, e Europa cria barreiras à entrada de refugiados” (14 de setembro)¹³; “Hungria barra refugiados na véspera de elevar pena para imigração ilegal” (14 de setembro)¹⁴; “Alemanha decide restabelecer controle de fronteira ante onda de refugiados” (13 de setembro)¹⁵; “União Europeia planeja fundo de 1,8 bilhão para conter migrações” (08 de setembro)¹⁶; “Crise de refugiados põe em xeque o espaço único europeu” (02 de setembro)¹⁷.

Nesse sentido, pensamos que as reiterações discursivas sobre a necessidade de fechar fronteiras e controlar a entrada de imigrantes e refugiados são postas concomitantemente ao atrelar a estas populações os riscos que elas poderiam trazer à Europa. Esse debate é corroborado pela imprensa ao discutir estas perspectivas a partir de quem se sente ameaçado e lança a narrativa. Em continuidade à matéria “Refugiados e risco de ataques levam UE a rever controles de fronteira”, o texto segue enfatizando os riscos que estão postos à livre circulação na Europa, inclusive à própria perda da mobilidade entre seus cidadãos.

O princípio de livre circulação de pessoas entre os países do bloco vem sendo posto em xeque com a crise de refugiados e migrantes, que chegam à Europa fugindo da pobreza e de conflitos armados.

Nos últimos meses, diversos países restabeleceram o controle de suas fronteiras, e nações como Hungria e a Eslovênia ergueram cercas sobre suas fronteiras para controlar o fluxo de pessoas.

¹⁰ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1709415-reacao-a-ataques-ameaca-livre-movimento-de-pessoas-pela-europa.shtml>

¹¹ Ver <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1705347-suecia-estabelece-controle-provisorio-de-fronteiras-para-conter-imigracao.shtml>

¹² Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1704823-eslovenia-comeca-a-erguer-cerca-na-fronteira-para-controlar-fluxo.shtml>

¹³ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1681752-plano-de-cotas-trava-e-europa-cria-barreiras-a-entrada-de-refugiados.shtml>

¹⁴ Ver <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1681430-hungria-barra-refugiados-na-vespera-de-elevar-pena-para-imigracao-ilegal.shtml>

¹⁵ Ver <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1681167-alemanha-decide-restabelecer-controle-de-fronteira-ante-onda-de-refugiados.shtml>

¹⁶ Ver <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1679152-uniao-europeia-planeja-fundo-de-18-bi-para-conter-migracoes.shtml>

¹⁷ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1676642-crise-de-refugiados-do-leste-poe-em-xeque-o-espaco-unico-europeu.shtml>

A reiteração dos sentidos constitui, a nosso ver, um efeito de poder que atinge não somente o corpo desses sujeitos já afetados pelos conflitos dos quais fogem, mas sua alma, no conceito foucaultiano. O enfrentamento às viagens que os aproximam da morte, à exaustão e à luta pela vida poderia ser o suplício do corpo do migrante, o que representa em alguma maneira o exercício de poder agindo sobre ele, como poderia ser também o suplício da sua alma ao ter-se inserido a ideia de que seu corpo é indesejado, que não é bem-vindo a algum território. Muitos migrantes partem para suas travessias com a incorporação desse saber que foi introduzido não somente quando se depara com as fronteiras, mas antes ainda quando se repercute que eles são a causa do caos. Nesse sentido, caminhamos com Foucault (2014) quando diz que

não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência (...). Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. (Foucault, 2014, pp. 32-33)

A colonização do futuro é justamente manter as narrativas cristalizadas a um futuro próximo, é fazer valer os efeitos de poder numa tentativa de dominar o tempo, o espaço e os corpos. Os dispositivos são tanto as fronteiras como as palavras, estas que ao narrar dão visibilidade, mas também contribuem para a vigilância que recai sobre o “outro”, sobre aquele que é dado como diferente. Acrescentamos um pensamento de Mignolo (2011, p. 161) que diz que a epistemologia e diferença coloniais não terminaram com a descolonização da Ásia e da África após a Segunda Guerra Mundial. A colonialidade continua a ser reproduzida no capitalismo global e a ideia de “tempo” continua a nutrir o imaginário que reproduz a diferença colonial. O que pretendemos refletir sobre colonização do futuro pela palavra diz respeito a esta reiteração de narrativas que resultam em uma atualização das relações de poder que se engendraram em outro momento histórico, mas que são corroboradas, mantidas e com potencial de se prolongar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Europa tem sido uma referência para se pensar e debater a “crise migratória” ou “crise de refugiados”, pois todo o controle que se apresenta às populações que migram,

especialmente as que buscam refúgio, tem ganhado visibilidade nos meios de comunicação quando estas estão diante de suas fronteiras. Assim, o jornalismo tem exercido o papel de nos trazer os acontecimentos que se desenrolam naqueles espaços fronteiriços. No entanto, neste trabalho propomos pensar que as narrativas que se forjam nessa esteira também trazem os resquícios de uma visão ainda colonial sobre os corpos que se lançam em busca de refúgio. Isso se dá com a reiteração e a repetição de palavras que põem migrantes em vigilância e como potenciais causadores de uma desordem em que esse “outro” é identificado como uma ameaça e, portanto, não é bem-vindo.

Assim, esta reiteração e repetição estão ancoradas em um debate que emerge a partir dos resquícios e dos escombros acumulados com as relações de poder entre a Europa e os países que produzem refugiados atualmente. Elas são também um artifício de manter o tempo colonizado, especialmente o futuro, e o espaço ordenado. Um espaço do “outro” criado a partir de narrativas atravessadas por reminiscências colonialistas, narrativas que, ao (re)produzir geografias do poder, inventam espaços já previamente configurados (Resende, 2014). Nesse sentido, pensamos que a partir das notícias que dão ênfase a determinada produção de sentido, como estabelecer consonância entre refugiados, migrantes, por um lado, e fechamento de fronteiras, medo, risco, por outro, constrói-se através da narrativa um tempo futuro já colonizado onde as diretrizes que regem as diferenças coloniais, apontadas por Mignolo, são desveladas.

O jornalismo, obviamente, não deve deixar de imiscuir-se sobre os controles fronteiriços, especialmente quando se trata de migrantes que buscam refúgios e são impedidos de alcançar o novo território. Contudo, nesse cenário fronteiriço, pensá-lo sob o aspecto de uma colonização do futuro pelas palavras nos impõe o desafio de entender que o jornalismo também é construtor de um tempo inventado narrativamente. E ao inventar esse tempo, o faz através de uma narrativa em que sua luz está direcionada para um espelho do passado. O reflexo ilumina apenas uma parte do ambiente, apenas um dos lados da fronteira.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2013). *Global trends forced displacement 2012*. Retirado de <https://www.unhcr.org/statistics/country/51bacbof9/unhcr-global-trends-2012.html?query=global%20trends%202012>
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2014). *Global trends forced displacement 2013*. Retirado de <https://www.unhcr.org/statistics/country/5399a14f9/unhcr-global-trends-2013.html?query=global%20trends%202013>

- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2015). *Global trends forced displacement 2014*. Retirado de <https://www.unhcr.org/statistics/country/556725e69/unhcr-global-trends-2014.html?query=Global%20Trends%20Forced%20Displacement>
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2016). *Global trends forced displacement 2015*. Retirado de <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/576408cd7/unhcr-global-trends-2015.html>
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2019). *Global trends forced displacement 2018*. Retirado de <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5do8d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>
- Arendt, H. (2016). A questão da minoria. In J. Kohn & R. H. Feldman (Eds.), *Escritos Judaicos* (pp. 289-299). Barueri, SP: Amarilys.
- Bakhtin, M. (2010). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Bauman, Z. (2006). *Europa: uma aventura inacabada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bosi, A. (2014). *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Charaudeau, P. (2006). *Discursos da mídia*. São Paulo: Contexto.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gallas, L. (2013, 04 de novembro). Decolonialidade como o caminho para a cooperação. *Revista Instituto de Humanitas Unisinos On-line*. Retirado de http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=%20article&id=%205253&secao
- Georgiou, M. & Zaborowski, R. (2017). *Media coverage of the “refugee crisis”: a cross-European perspective*. (s.l.): Council of Europe Report.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Gomes, M. R. (2004). *Jornalismo e filosofia da comunicação*. São Paulo: Escrituras Editora.
- Gomes, M. R. (2009). Jornalismo: poder disciplinar. *Revista Kairós*, 6, 1-6.
- Gomes, M. R. (2018). *Bordando o manto do mundo: prática jornalística*, Volume 1. São Paulo: ECA-USP.
- Grosfoguel, R. (2007). *Migrantes coloniales caribeños en los centros metropolitanos del sistema-mundo. Los casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido*. Barcelona: CIDOB edicions.
- Haesbaert, R. (2009). Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In M. A. Saquet & E. S. Sposito (Eds.), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 95-120). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Mais de 20 mil migrantes morreram em travessias no Mediterrâneo desde 2014 (2020, 06 de março). *ONU News*. Retirado de <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706451>
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições.
- Mignolo, W. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber – eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas* (pp. 35-54). Buenos Aires: CLACSO Livros.

- Mignolo, W. (2011). *The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options*. EUA: Duke University Press.
- Mignolo, W. (2017). Conolonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), e329402, 1-18.
- Moradores gregos queimam centro de acolhida para impedir que refugiados o utilizem (2020, 01 de março). *Folha de São Paulo*. Retirado de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/moradores-gregos-queimam-centro-de-acolhimento-para-impedir-que-refugiados-o-utilizem.shtml>
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 17(37), 4-28.
- Resende, F. (2014). The global South: conflicting narratives and the invention of geographies. *IBRAAZ - Contemporary Visual Culture in North Africa and the Middle East*. Retirado de <https://www.ibraaz.org/essays/1111/>
- Resende, F. (2017). Imprensa e conflito: narrativas de uma geografia violentada. In A. T. Peixinho & B. Araújo (Eds.), *Narrativa e media: gênero, figuras e contextos* (1.ª ed.) (pp. 105-136). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ricoeur, P. (1994). *Tempo e narrativa (tomo 1)*. Campinas, SP: Papirus.
- Sodré, M. (2012). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Fernando Resende é professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Pós-doutorado na School of Oriental and African Studies (SOAS), Universidade de Londres, Inglaterra, 2013. Doutor em Ciências da Comunicação (Universidade de São Paulo), Mestre em Estudos Literários (Universidade Federal de Minas Gerais). Coordenador do TRAVESSIA - Centro de Estudos e Pesquisas do Sul Global (Universidade Federal Fluminense). Professor Visitante na Universidade de Perpignan, França (Erasmus/2014), Universidade Tübingen, Alemanha (DAAD/2015/2017), e Universidade Nacional Autônoma do México, México (UNAM/2016). É pesquisador PQ/CNPq com ênfase nos Estudos da Comunicação, das narrativas de conflito e dos movimentos diaspóricos, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo, discurso, narrativas, cultura, comunicação, alteridade, conflito, Sul Global, África e Oriente Médio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7878-4840>

Email: fernandoaresende1501@gmail.com

Morada: Departamento de Estudos Culturais e Mídia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Ferreira Agra é doutorando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo

(UESB). Como doutorando, fez parte do projeto “Future under Constructions” na Universidade de Tübingen (Alemanha, 2018/2020). Membro do Travessia – Centro de Estudos e Pesquisas do Sul Global. Tem realizado pesquisas sobre jornalismo, narrativas, fronteiras, migração e refúgio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5546-9349>

Email: ff-agra@hotmail.com

Morada: Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Brasil

Submetido: 15/04/2020

Aceite: 13/07/2020

MIGRANTES, REFUGIADOS E OUTRIZAÇÃO: CONSTRUINDO A EUROPEIDADE. UMA EXPLORAÇÃO DOS MÉDIA PORTUGUESES E ALEMÃES

Rita Himmel

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Portugal

Maria Manuel Baptista

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Portugal

RESUMO

O processo de instituição da União Europeia supranacional foi acompanhado por uma construção de uma ideia de europeidade (Geary, 2013; Pieterse, 1991/1993), de pertencer a um *nós*, criando uma ideia de quem somos, enquanto europeus, e, necessariamente, da outrização dos que não pertencem (Butler & Spivak, 2007; El-Tayeb, 2011). A chamada “crise dos refugiados/migratória” é um contexto particularmente interessante para explorar discursos não apenas sobre esta divisão entre *nós* e *eles*, em relação aos que são apresentados como não-europeus, mas também sobre a construção do que somos *nós*, europeus. Os média desempenham um papel crucial na reprodução de representações sobre os outros, com quem o público não tem contacto direto. Neste artigo, exploramos discursos, nos média portugueses e alemães, de 2011 a 2017, sobre a chamada “crise dos refugiados/migratória”. Através de uma análise qualitativa de conteúdo, procuramos compreender como é construída a ideia de europeidade em relação a este fenómeno. Esta análise exploratória permitiu identificar que não existe apenas uma construção da ideia da Europa, na qual os migrantes ou refugiados são o outro, mas também uma ideia da Europa intrinsecamente incompatível com a rejeição desse outro, incompatível com ideias e movimentos de extrema direita ou xenófobos. Ser europeu, portanto, é ser não-muçulmano, ser não-refugiado, e ser não-xenófobo.

PALAVRAS-CHAVE

crise dos refugiados; Europa; discursos mediáticos; alteridade

MIGRANTS, REFUGEES AND OTHERING: CONSTRUCTING EUROPEANNESS. AN EXPLORATION OF PORTUGUESE AND GERMAN MEDIA

ABSTRACT

The process of establishing the supranational European Union has been accompanied by a construction of the idea of Europeaness (Geary, 2013; Pieterse, 1991/1993), of belonging to a common *us*, creating an idea of what *we* are, as Europeans, and necessarily othering those who do not belong (Butler & Spivak, 2007; El-Tayeb, 2011). The so-called “refugee/migration crisis” is a particularly interesting context in which to explore discourses not only about this *us/them* divide regarding what are presented as non-Europeans, but also who *we* Europeans are constructed as being. The media play an important role in the reproduction of representations about others,

with whom the audience does not have direct contact. In this article, we explore discourses, in the Portuguese and German media, from 2011 to 2017, about the so-called “refugee/migration crisis”. Through a qualitative content analysis, we have sought to understand how the idea of Europeanness is constructed, in relation to this phenomenon. This exploratory analysis allowed us to identify that there is not only a construction of the idea of Europe in which migrants or refugees are the other, but also of an idea of Europe that is intrinsically incompatible with the rejection of this other, incompatible with far-right or xenophobic ideas and movements. Being European, thus, is being not a Muslim, not a refugee, and not xenophobic.

KEYWORDS

refugee crisis; Europe; media discourses; othering

NÓS E ELES NOS MÉDIA

Os Estudos Culturais têm se desenvolvido em torno de uma abordagem crítica do conceito de cultura, desconstruindo a sua configuração antropológica e a sua configuração enquanto produção cultural. Entendendo a cultura como transversal a todos os níveis da vida social, sendo muito mais complexa e contraditória do que teorizado inicialmente, o campo disciplinar tem contribuído enormemente para a contestação de teorias e conceitos essencialistas, tais como os de identidade, nas suas várias formas, nomeadamente a identidade nacional, enquanto “comunidade imaginada” (Anderson, 1983/2016). Interessamo-nos, particularmente, na interação discursiva entre esta identidade cultural particularmente forte e institucionalmente suportada e a comunidade imaginada supranacional europeia, que tem sido promovida, apropriada e construída juntamente com o processo de integração política e económica, uma vez que “cada vez mais, os cidadãos da União Europeia estão a ser evocados como uma comunidade imaginada diferente: como europeus, uma identidade talvez tão problemática como as identidades nacionais particularistas que pretende substituir” (Geary, 2013, p. 39). Os Estados-Nação europeus foram construídos com base em discursos contraditórios acerca das suas origens. Com o nascimento da Comunidade Europeia, a ideia da Europa como um todo coeso tornou-se uma parte importante da integração europeia, levantando a questão de “quais são os novos mitos nacionais nos quais se poderá basear uma identidade nacional europeia?” e, talvez, uma questão ainda mais importante: “quais poderão ser os perigos desta nova identidade?” (Geary, 2013, p. 45).

Os riscos, poder-se-á argumentar, podem ser os mesmos que os levantados pela ideia do Estado-Nação, nomeadamente, quem tem o direito de “cantá-lo” (Butler & Spivak, 2007), a quem é permitido, ou não, ser parte de *nós* (Butler & Spivak, 2007; El-Tayeb, 2011), quem é outizado, que performances são aceites, uma vez que, como explica Judith Butler, o Estado (conceito que expandimos para também se referir ao estado europeu supranacional) “pode significar a fonte de não-pertença, mesmo produzir essa não-pertença como um estado quase permanente” (Butler & Spivak, 2007, p. 4).

Os *não-europeus* que chegam às fronteiras da Europa levantam a questão da construção da europeidade de uma forma particularmente forte. A produção e reafirmação

de um discurso particular sobre *nós*, podem, como discutido, ser expandidas da comunidade imaginada do Estado-Nação para o domínio europeu supranacional, criando uma fonte europeia de não-pertença, como defende Fatima El-Tayeb:

a contínua incapacidade, ou, melhor dizendo, falta de vontade de confrontar, muito menos superar a evidente branquitude subjacente à auto-imagem da Europa tem consequências bastante drásticas para os migrantes e comunidades minoritárias rotineiramente ignorados, marginalizados e definidos como uma ameaça à mesma Europa da qual fazem parte, a sua presença geralmente apenas reconhecida como um sinal de crise e novamente esquecida na construção em curso de uma nova identidade europeia. (El-Tayeb, 2011, p. xxv)

O contexto da chamada “crise dos refugiados” tem um forte potencial para nos permitir compreender que discursos surgem nos média relativamente a identidades coletivas enquanto ligadas à pertença política, quais são tornadas subalternas e quais são apresentadas como de senso comum (isto é, hegemónicas). Referimo-nos a este contexto como uma “chamada crise” uma vez que a utilização do conceito de “crise” representa, já por si, um determinado enquadramento da questão, é “uma escolha que está impregnada de políticas raciais, de género e colonialistas” (Nawyn, 2018, p. 1).

Enquanto a linguagem de crise também pode motivar uma ação expedita e recursos adicionais para os refugiados, no clima atual, os refugiados são os perdedores na linguagem de crise, uma vez que esta motivou fronteiras endurecidas em vez de assistência e proteção compassivas. (Nawyn, 2018, p. 14)

E a mesma ideia é reforçada por Fatima El-Tayeb:

as escassas referências a movimentos migratórios que são apresentadas mostram-nos como um fenómeno muito recente, em grande parte reduzido a histórias de refugiados desesperados – apresentando a migração, em primeiro lugar, como uma anomalia causada por algum tipo de crise na região de origem, e, em segundo lugar, como algo que acontece à Europa sem que o continente tenha um papel ativo no processo. (El-Tayeb, 2011, p. 166)

Os média desempenham um papel extremamente importante neste processo de construção das barreiras entre *nós* e *eles*, principalmente, na reprodução de representações sobre outros, com quem o público não tem contacto direto. As narrativas são constantemente recontadas em cada estória noticiosa, ressoando com estórias anteriores, criando a sensação de um “drama infinitamente repetido” (Rock, 1981, citado em Bird & Dardenne, 1999, p. 268), enquanto os jornalistas operam sob a ilusão de estarem simplesmente a usar os métodos mais tecnicamente eficientes para retratar a realidade de acordo com critérios objetivos dos valores-notícia de imediatismo, do invulgar, da simplicidade. Mas a forma como estas estórias são contadas, a partir de códigos narrativos

tais como os de vilões e heróis (Bird & Dardenne, 1999, pp. 269, 275), não é meramente uma técnica neutra para tornar as notícias mais envolventes, mas reflete “mapas de sentido” (Hall, 1993) culturalmente pré-estabelecidos. Os média têm um assinalável poder na definição e redefinição destas narrativas, uma vez que “o contar de uma ‘estória’ exclui, por conseguinte, todas as outras ‘estórias’ que nunca são contadas” (Bird & Dardenne, 1999, p. 277). Este poder é especialmente forte nos órgãos de comunicação social *mainstream* (Chomsky, 1997), uma vez que as estórias noticiosas fazem parte de um conjunto de práticas socialmente vistas como de confiança, e com o meio a atuar como uma figura de autoridade relativamente ao público (Bird & Dardenne, 1999, p. 275). Assim, a análise da forma como os média retratam aqueles que são apresentados como *outsiders* permite-nos explorar o discurso prevalente sobre a ideia de europeidade, enquanto uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1983/2016) tornada coesa através de uma determinada ideia de identidade europeia.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A análise feita neste artigo integra um projeto de investigação mais vasto sobre ideologias acerca das identidades nacionais e europeia nos média online portugueses e alemães, de 2011 a 2017. A adequação da escolha da Alemanha e de Portugal como pontos específicos de intersecção entre *duas Europas*, a do Norte e a do Sul, como forma de explorar como esta ideia de identidades nacionais é construída, é extensível à exploração da construção de uma ideia de Europa, especialmente, tendo em conta o papel desempenhado pela Alemanha no contexto da chamada crise dos refugiados, face a estes “*outros não-europeus*”. Seguindo uma estratégia de seleção estratégica e saturação (Frow & Morris, 2006), dois órgãos de comunicação social, por país, foram selecionados, de acordo com as suas “personalidades sociais” (Hall, Critcher, Jefferson, Clarke & Roberts, 1978, p. 60), nomeadamente foram selecionados os jornais de referência e tabloide (Chomsky, 1997; Gossel, 2017) mais lidos no momento da recolha de dados (Markttest, 2018; Schröder, 2018): *Diário de Notícias* (DN) e *Correio da Manhã* (CM), em Portugal, e *Spiegel* e *Bild*, na Alemanha, usando uma metodologia de análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 2007)¹. Para esta análise qualitativa, recorreremos a uma seleção

¹ O *corpus* de análise foi retirado dos seguintes links:

<http://www.spiegel.de/politik/ausland/bundestagswahl-2017-deutschland-ist-doch-nicht-so-aussergewoehnlich-a-1169649.html>;

<https://www.bild.de/politik/inland/tag-der-deutschen-einheit/die-aktuellen-feierlichkeiten-zum-tag-der-deutschen-einheit-42876322.bild.html>;

<https://www.bild.de/politik/ausland/die-linke/wir-machen-die-eu-sozialer-35913290.bild.html>;

http://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/migracoes_berlim_exige_que_refugiados_respeitem_cultura_e_leis;

<http://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/alemanhaeicoes-nazis-fora-centenas-de-alemaes-na-rua-contr-extrema-direita>;

<https://www.bild.de/politik/inland/fluechtling/wie-viele-fluechtlinge-koennen-wir-noch-aufnehmen-42590334.bild.html>;

<https://www.cmjornal.pt/opiniao/colunistas/miguel-alexandre-ganhao/detalhe/berlim-e-barcelona>;

<https://www.dn.pt/lusa/maioria-de-muculmanos-na-europa-sente-se-ligada-ao-pais-em-que-vive---estudo-8788069.html>;

<http://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/passos-espera-que-merkel-consiga-conciliar-anseios-nacionais-com-expectativas-europeias>;

http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/eleicoes_pnr_alertou_contra_invasao_islamica_com_burcas_em_lisboa;

<https://www.dn.pt/lusa/interior/refugiada-iraquiana-encontra-e-entrega-a-policia-alema-mala-com-14-mil-euros-8783400.html>;

estratégica de períodos temporais, em torno das eleições legislativas em cada um dos países, assim como em torno das eleições para o Parlamento Europeu. As eleições são encaradas como contextos especialmente ricos do ponto de vista discursivo, entre os quais o estudo de questões de identidade e crise, com a disputa e o discurso políticos intensificados e com a cobertura mediática sobre questões políticas mais prolífica. Para cada um destes períodos temporais, e para cada um dos órgãos de comunicação social, a recolha de dados iniciou com uma pesquisa online, através do motor de busca Google, a partir de palavras-chave selecionadas estrategicamente, filtrada por data, que foi posteriormente completada através de uma segunda pesquisa nos motores de busca internos de cada um dos órgãos, assim como nas secções de “notícias relacionadas”, dentro dos mesmos períodos eleitorais². Os dados foram, subseqüentemente, filtrados, de forma a atingir a saturação teórica dos dados. A partir da seleção final de dados, para efeitos do presente artigo, foram selecionados os artigos jornalísticos referentes à “crise dos refugiados/migratória”.

Para analisar os artigos recolhidos, desenvolvemos um modelo, baseado na análise de conteúdo de Bardin (2007) e numa combinação do modelo de Stuart Hall de “codificação descodificação” (1993) e do seu trabalho em *Policing the crisis* (Hall et al., 1978). O nosso modelo consiste em dois conjuntos de tabelas para cada órgão de comunicação social: as tabelas dos definidores (em que cada discurso é atribuído às fontes ou definidores citados nos artigos) e as tabelas do jornal (em que o discurso é atribuído diretamente ao jornal). Para cada definidor identificado em cada artigo, assim como para cada órgão, foi criada uma tabela, de forma a identificar o que é dito sobre *nós/eles*, em cada contexto e período temporal. Após esta primeira análise, foi-nos possível agrupar os discursos e identificar relações entre os mesmos, criando, assim, as categorias e as correspondentes subcategorias e enquadramentos.

QUEM É O OUTRO?

Esta análise permitiu-nos identificar diferentes categorias principais de discursos sobre o outro, em relação à chamada “crise dos refugiados/migratória”. Identificámos três categorias principais de outros: o muçulmano, o refugiado e o outro político/institucional. Estes outros foram enquadrados de diferentes formas. Relativamente ao “o outro muçulmano”, o único enquadramento é “*nós não somos muçulmanos*”; sobre o “o outro refugiado”, os principais enquadramentos são que este “é bem-vindo”, “não é bem-vindo” e “não é problema *nosso*”, com algumas variações dentro destes enquadramentos principais; relativamente ao “o outro institucional/político”, os

<http://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/refugiado-viola-e-mata-filha-de-consultor-da-ue;>

<http://www.spiegel.de/politik/ausland/fluechtlinge-aus-syrien-ueber-das-meer-kommen-nur-die-gluecklichsten-a-1051223.html;>

<https://www.bild.de/politik/ausland/fluechtlingskrise/solche-bilder-will-europa-nicht-mehr-sehen-42671288.bild.html;>

<https://www.dn.pt/mundo/supermercado-alemao-retira-produtos-estrangeiros-em-licao-contra-xenofobia-8724962.html;>

<https://www.dn.pt/mundo/berlim-explicada-aos-turistas-por-um-sirio-8794377.html;> <https://www.dn.pt/mundo/interior/colicao-jamaica-pelos-vistos-nao-ha-nada-melhor-8797931.html>

² No caso da *Spiegel*, que inclui artigos em inglês, apenas os artigos em alemão foram tidos em conta.

enquadramentos principais são: “Europa dos Estados-Nação”, “U.E. enquanto outro” e o “outro extrema-direita”.

Iremos, seguidamente, expor a forma como estes outros são enquadrados nos diferentes órgãos de comunicação social, tendo em conta as fontes, ou definidores, que são citadas, quando aplicável, e ilustrado os enquadramentos com exemplos dos discursos correspondentes. Os dados incluídos nas tabelas não correspondem a uma reprodução extensiva dos dados analisados, mas servem meramente propósitos ilustrativos.

O OUTRO MUÇULMANO

NÓS NÃO SOMOS MUÇULMANOS

Esta categoria recorre a uma representação simbólica da identidade, nomeando o outro, explícita ou implicitamente, com base no eixo da religião, entendida no sentido mais lato como referência cultural simbólica.

A ALEMANHA NÃO É MUÇULMANA

Este discurso enquadra a Alemanha como não sendo muçulmana, ou o Islão como não sendo alemão, apesar de haver pessoas muçulmanas residentes no país. Isto não significa que o discurso rejeite explicitamente a possibilidade da presença, ou “integração”, de pessoas muçulmanas, mas, ainda assim, a ideia subjacente, é que estas não são parte da ideia de *nós*. Surge no *Diário de Notícias (DN)*, *Bild* e *Spiegel*, por vezes, citando, direta ou indiretamente, definidores da CDU e AfD (ver Apêndice 1: lista de partidos políticos).

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	CDU	Questionada sobre a compatibilidade entre o Islão e a cultura germânica, a chanceler sublinhou que são realidades compatíveis desde que a Constituição alemã seja respeitada. (Gouveia, 2017)	Artigo noticioso
	AfD	Esta é uma questão que vai para além da moralidade. Claro que quem aceitar os nossos valores, a nossa Constituição, é bem-vindo, mas não queremos dentro de algumas gerações ter aqui implantada a Sharia. (Hansel, 2017)	Artigo noticioso
		Ele [Gauland, AfD] não defende a superioridade da raça ariana sobre as outras mas diz que a Alemanha não deve receber refugiados sírios porque, cito, “o islão não faz parte da cultura alemã”. (Tadeu, 2017)	Opinião
Bild	AfD	Encerramento de fronteiras! Parar a imigração, deportar refugiados rigorosamente (“imigração negativa”), reduzir a fuga de cérebros. Não ao asilo sem papéis. Não ao passaporte alemão para crianças migrantes. (Vehlewald, 2017)	Artigo noticioso
Spiegel	Spiegel	Os muçulmanos que vivem na Alemanha têm menor probabilidade de se sentir em desvantagem por causa da sua cor de pele ou origem do que a maioria dos outros países da UE – a Alemanha está no meio quanto à discriminação por causa da religião. (Reimann & van Hove, 2017)	Artigo noticioso

Tabela 1: “A Alemanha não é muçulmana”

A EUROPA NÃO É MUÇULMANA

O mesmo tipo de enquadramento também pode ser identificado relativamente à representação simbólica da Europa como não sendo muçulmana. Neste caso, estes enquadramentos podem ser encontrados no *CM*, *DN* e *Spiegel*, e os definidores citados são representantes do Partido Nacional Renovador (PNR) português, uma organização não governamental (ONG), e artigos de opinião de um académico e uma jornalista.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	DN	Estes resultados “descredibilizam completamente a afirmação de que os muçulmanos não estão integrados nas nossas sociedades”. (DN, 2017)	Artigo noticioso
	Jornalista portuguesa	Até porque Aylan era provavelmente muçulmano – e temos medo do Islão, e motivos para isso. Até porque os “mandantes europeus” que incentivamos sabem tanto como nós o que fazer. (Câncio, 2015)	Opinião
	Académico português	A diferenciação religiosa, que é a mais perigosa inspiração do terrorismo para sempre lembrado pelas Torres Gémeas de Nova Iorque, está presente. (Moreira, 2015)	Opinião
CM	PNR	Conquista islâmica à Europa. (CM, 2015)	Artigo noticioso
<i>Spiegel</i>	<i>Spiegel</i>	Estudo UE: mais muçulmanos queixam-se de discriminação por causa da sua religião. (...) De forma particularmente frequente, mulheres muçulmanas que usam lenço ou véu relatam desde hostilidade a ataques físicos. (Reimann & van Hove, 2017)	Artigo noticioso

Tabela 2: “A Europa não é muçulmana”

PORTUGAL NÃO É MUÇULMANO

Quase ausente do discurso relativamente a Portugal, a questão do Islão apenas é levantada por um representante do PNR, no *Correio da Manhã*.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
CM	PNR	O Partido Nacional Renovador (PNR) alertou esta quarta-feira, durante uma arruada ao final da tarde, em Lisboa, para a ‘invasão islâmica’ que ameaça o país e a Europa. (CM, 2015)	Artigo noticioso

Tabela 3: “Portugal não é muçulmano”

O OUTRO REFUGIADO

Relativamente ao “refugiado” enquanto outro, identificámos dois enquadramentos principais: “é bem-vindo” e “não é bem-vindo”. Em cada um desses enquadramentos, diferentes discursos apresentam diferentes justificações para serem, ou não, bem-vindos. Também variam, até certo ponto, dependendo de quem dá, ou não, essas boas-vindas, nomeadamente, o governo ou a sociedade civil. É um enquadramento com relevância quase exclusiva face ao contexto alemão, como poderá ser observado nos exemplos ilustrativos apresentados.

É BEM-VINDO: GOVERNO ALEMÃO

Este discurso surge em todos os meios de comunicação social analisados. Apresenta o governo alemão, ou, especificamente, Angela Merkel, como sendo acolhedores dos refugiados que chegam ao país. Esta política é apresentada maioritariamente de forma positiva, mas não exclusivamente, uma vez que, por vezes, há um posicionamento crítico. Os definidores que adotam este enquadramento, para além dos próprios órgãos de comunicação social, são um diplomata português e um representante da CDU alemã, e jornalistas em artigos de opinião, num tom positivo, e, em tom crítico, um representante da AfD, assim como os média alemães.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
CM	Diplomata português	Berlim tem concedido um apoio exemplar a estes refugiados. (Falcão-Machado, 2017)	Opinião
Bild	Bild	Enquanto Estados como a Alemanha, Áustria ou mesmo a Suécia respondem ao desafio, demonstram uma grande receptividade e cultura de boas-vindas. (Bild, 2015)	Artigo noticioso
Spiegel	CDU/jornalista alemão	Agora ela é a chanceler dos refugiados, que fica indignada quando é acusada de aceitar demasiados refugiados no país: “tenho que dizer, honestamente: se temos de começar a pedir desculpas agora que mostramos um rosto amigo em situações de emergência, então este não é o meu país”. (Nelles, 2015)	Opinião

Tabela 4: “O outro refugiado é bem-vindo – Governo alemão – tom positivo”

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	AfD	Depois a crise dos refugiados, que não é nenhuma catástrofe natural, é uma crise gerada pela mão de Merkel. (Hansel, 2017)	Entrevista
Bild	Bild	A nossa lei de asilo alemã é realmente um incentivo para os refugiados virem ter connosco? Os requerentes de asilo na Alemanha recebem alojamento, refeições e até 359 euros/mês. (Bild, 2015)	Artigo noticioso
Spiegel	Spiegel	Merkel tem de aceitar a acusação de ter tido favorecido o crescimento dos populistas de direita com as suas políticas para refugiados. (Becker & Wiemann, 2017)	Artigo noticioso

Tabela 5: “O outro refugiado é bem-vindo – Governo alemão – tom crítico”

É BEM-VINDO: COMO RECURSO ECONÓMICO

Este tipo de discurso enquadra o acolhimento de refugiados como sendo potencialmente útil do ponto de vista económico, isto, é, instrumentalizando-os como sendo bem-vindos, porque poderão ser um recurso económico, como mão de obra. Surge nos órgãos de comunicação social alemães, tendo como definidores representantes dos Die Grünen, do SPD e da CDU/CSU, assim como no DN, através de um artigo de opinião de um académico português. Por vezes, migrantes e refugiados são referidos de forma não diferenciada.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	Académico português	Porque não haverá Merkel de aproveitar esta oportunidade para a entrada de uma mão-de-obra barata, quase escrava, que certamente poderá trabalhar a preços mínimos na economia alemã? Solidariedade? Não me parece. (Almeida, 2015)	Opinião
Bild	SPD	A SPD ainda quer acolher refugiados necessitados, especialmente recrutar trabalhadores qualificados conforme necessário. (Vehlewald, 2017)	Artigo noticioso
	CDU / CSU	A União [CDU/CSU] quer controlar a imigração “sabidamente” através de uma “lei da imigração de mão de obra qualificada”. (Vehlewald, 2017)	Artigo noticioso

Tabela 6: “O outro refugiado é bem-vindo como recurso económico”

É BEM-VINDO: DESDE QUE A NOSSA “CULTURA” SEJA RESPEITADA

Este tipo de discurso representa uma visão condicional das políticas de acolhimento: os refugiados são vistos como bem-vindos, mas, sendo um outro, a sua presença está condicionada pela sua “aceitação” dos “nossos valores” ou da “nossa cultura”. Em vez de utilizar uma outrização baseada numa representação simbólica essencialista, utiliza um tipo de linguagem cívica para traçar a linha de outrização. Surge nos média portugueses, tendo como definidores representantes dos partidos alemães CDU, SPD e AfD.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	AfD	Claro que quem aceitar os nossos valores, a nossa Constituição, é bem-vindo, mas não queremos dentro de algumas gerações ter aqui implantada a Sharia. (Hansel, 2017)	Entrevista
CM	CDU	Aceitar as leis e os valores alemães significa “que digam o verdadeiro nome e país de origem aos funcionários, não lutar, ter paciência e respeitar os outros, independentemente da religião ou sexo”. (CM, 2015)	Artigo noticioso
Bild	SPD	Os nossos valores não são passíveis de debate. (...) Numa sociedade aberta, não importa se esta sociedade é etnicamente homogénea, mas que tenha uma base de valores partilhada. (Bild, 2015)	Artigo noticioso

Tabela 7: “O outro refugiado é bem-vindo desde que a “nossa” cultura seja respeitada”

SOCIEDADE DE IMIGRAÇÃO

Este tipo de discurso, inserido na categoria “é bem-vindo”, enquadra a sociedade alemã, e europeia, como sendo, ou exortando-a a ser, solidária, e acolhedora de migrantes e/ou refugiados, como sendo uma característica da própria sociedade. Surge no *Bild* e no *Diário de Notícias*, e tem como definidores representantes dos partidos alemães Die Linke e Die Grünen, assim como de uma cadeia de supermercados alemã.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	DN	Supermercado alemão retira produtos estrangeiros para dar lição contra a xenofobia (...) “Seremos mais pobres sem diversidade”, dizia um dos cartazes colocados nas prateleiras vazias. (DN, 2017)	Artigo noticioso
Bild	Die Linke	Die Linke quer facilitar a imigração (“sociedade de imigração solidária”). Especificamente: direito ao trabalho, serviços de saúde e sociais para todos os imigrantes (não apenas os perseguidos) após, no máximo, 3 meses. (Vehlewald, 2017)	Artigo noticioso
	Die Grünen	Die Grünen exigem “vias seguras e legais” para a Alemanha, melhor reagrupamento familiar. (Vehlewald, 2017)	Artigo noticioso

Tabela 8: “O outro refugiado: sociedade de imigração”

O “BOM” MIGRANTE

Inserido na mesma categoria, este enquadramento utiliza uma estória anedótica no *Diário de Notícias*, sobre um refugiado, apresentando uma visão positiva através da exemplificação. É interessante observar o contraste com a estória que referimos infra, na categoria “não é bem-vindo”, do *Correio da Manhã* (CM, 2017), em sentido oposto.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	DN	A polícia alemã informou que uma adolescente refugiada do Iraque, com 16 anos, está em vias de receber uma recompensa por ter entregado uma mala de mão perdida com 14 mil euros no seu interior. (DN, 2017)	Artigo noticioso

Tabela 9: “O outro refugiado: o ‘bom’ migrante”

É TRÁGICO: CRISE

Este enquadramento, que, em certa medida, subjaz à cobertura geral da “crise”, apresenta a situação dos refugiados, principalmente vindos da Síria, como uma tragédia, e coloca o enfoque nos horrores experienciados pelos mesmos, quer no seu país de proveniência, ou durante o processo de migração para a Europa. Surge no *Bild*, *Diário de Notícias* e *Spiegel*, e os seus definidores são académicos e jornalistas em artigos de opinião, e os próprios média alemães.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	Académico britânico	As poderosas imagens de pessoas percorrendo longas distâncias em linhas de caminho-de-ferro e autoestradas criaram um sentimento generalizado de crise na Europa. Mas grande parte desta tragédia e deste caos é evitável. (Betts, 2015)	Opinião
Bild	Bild	Regiões miseráveis e, no seu desespero, muitas vezes não temem os perigos de vida para encontrar um lugar de refúgio com a perspectiva de uma vida melhor. (Bild, 2015)	Artigo noticioso

<i>Spiegel</i>	<i>Spiegel</i>	A maioria dos requerentes de asilo na Alemanha fugiu da Rússia, Síria, Afeganistão e Sérvia, de perseguição e fome, da guerra, do medo de morrer nos seus países de origem. (Roth, 2013)	Artigo noticioso
----------------	----------------	--	------------------

Tabela 10: “O outro refugiado é tráfico: crise”

É TRÁGICO: RESPONSABILIDADE EUROPEIA

A ideia de tragédia e crise é, tal como mencionado na introdução, quase universalmente transversal aos discursos sobre refugiados e migrantes. Contudo, existe um artigo que parece indicar uma brecha na ideia hegemónica de que a crise não é causada pela própria Europa. Mesmo que ainda seja dentro do enquadramento de tragédia, e apresentado como um mero “erro”, ou má tática política da Europa. Trata-se de um artigo de opinião de um académico português, no *DN*.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
<i>DN</i>	Académico português	Porque o que enfrentamos agora é um drama humano que tem, entre outras numerosas causas, erros ocidentais, designadamente intervenções militares sem fundamento, ou esquecendo a regra prudencial de escolher um mal menor como, por exemplo, aconteceu no Iraque. A única maneira de deter esta emigração está em conseguir estabelecer um bom governo na origem dos fugitivos, e na eliminação das empresas que crescem os lucros na medida em que causem a transformação do Mediterrâneo num cemitério. (Moreira, 2015)	Opinião

Tabela 11: “O outro refugiado é trágico: responsabilidade europeia”

NÃO É BEM-VINDO

Esta categoria abrange os discursos que enquadram os refugiados como não sendo bem-vindos, na Alemanha ou Portugal, tanto os que contradizem o discurso dominante de que os mesmos são acolhidos pelo governo (enfatizando, assim, que não são tão bem acolhidos como é retratado), e os que declaram diretamente que eles não deveriam ser acolhidos, por diversas razões.

NA ALEMANHA: GOVERNO

Este enquadramento, como explicado, desafia o enquadramento delineado previamente que representa o governo alemão como sendo particularmente acolhedor face à chamada crise dos refugiados. Surge em ambos os órgãos de comunicação social de referência, *Spiegel* e *Diário de Notícias*, tendo como definidores a *Spiegel* e académicos.

Média	Definidor	Citação	Tipo
<i>DN</i>	Académico alemão	Mas para Thomas Kleine-Brockhoff a mudança na política alemã para os refugiados já aconteceu. Nos próximos anos, o académico antecipa a passagem de um “fluxo sem controlo para um fluxo controlado” de refugiados. (Tecedero, 2017)	Artigo noticioso
<i>Spiegel</i>	<i>Spiegel</i>	Internacionalmente, o cenário é o seguinte: Malta (5.000 requerentes de asilo por milhão de habitantes), Suécia (4.600) e Áustria (2.100) estão claramente à frente da Alemanha, onde chegaram 930 requerentes de asilo por cada 1 milhão de habitantes, em 2012. (Roth, 2013)	Artigo noticioso

Tabela 12: “O outro refugiado não é bem-vindo na Alemanha: governo”

NA ALEMANHA: SOCIEDADE CIVIL

Este enquadramento centra-se nas formas em que a sociedade civil, na Alemanha, não está a ser recetiva aos refugiados, nomeadamente através da expressão eleitoral, entre outras demonstrações. É um enquadramento que critica esta postura, e surge, uma vez mais, nos órgãos de referência, *Spiegel* e *Diário de Notícias*, inclusivamente numa reportagem, com os mesmos definidores, adicionando a imprensa estrangeira, numa revista de imprensa publicada pela *Spiegel*.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
<i>DN</i>	<i>DN</i>	Charlotte não está surpreendida. “Acho que sempre houve uma base racista na sociedade alemã que agora vê a AfD como aquilo que sempre quis. Na Saxónia é assim”. (Viegas, 2017)	Reportagem
<i>Spiegel</i>	<i>Spiegel</i>	Os refugiados estão a ser rotulados como criminosos e recebidos no bairro com a saudação hitleriana. Não apenas membros de partidos de direita. Mas também – e isto é realmente dramático nos eventos atuais – cidadãos assustados. (Roth, 2013)	Artigo noticioso

Tabela 13: “O outro refugiado não é bem-vindo na Alemanha: sociedade civil”

É UMA AMEAÇA: SEGURANÇA, ECONOMIA, REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA

Diferentemente dos dois enquadramentos anteriores, que retratam a atitude negativa face aos refugiados de forma crítica, os três próximos enquadramentos representam as visões dos que rejeitam a presença de refugiados, usando uma série de justificações, frequentemente em conjunto: segurança, economia e representação simbólica da identidade ou cultura.

A defesa com base na segurança, alegando que a chegada de refugiados é uma ameaça de segurança, surge no *Correio da Manhã*, *Bild* e *Diário de Notícias*, tendo como definidores, para além dos dois órgãos tabloide, um diplomata português (antigo embaixador) num artigo de opinião, um representante da CSU, um representante da AfD e um jornalista, numa entrevista.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	AfD	E depois há problemas de segurança, já houve aqui um atentado em Berlim, porque não há um verdadeiro controlo das fronteiras. Isto não é xenofobia. É um facto. (Hansel, 2017)	Entrevista
	Jornalista alemão	Depois da crise dos refugiados e dos ataques terroristas, a população quer sentir-se segura, mais protegida. (Schuster, 2017)	Entrevista
CM	CM	Refugiado viola e mata filha de consultor da EU. (CM, 2017)	Artigo noticioso
Bild	CSU	O Ministro das Finanças da Baviera, Markus Söder (48) alertou: muitos refugiados vêm da guerra civil – “talvez também guerreiros civis”. (Bild, 2015)	Artigo noticioso

Tabela 14: “O outro refugiado é uma ameaça para a Alemanha: segurança”

Nestes discursos, intimamente ligados com os restantes dois neste enquadramento, a ameaça económica é sublinhada. Surge no *Correio da Manhã*, *Bild* e *Diário de Notícias*, tendo como definidores o *Bild*, o mesmo diplomata português mencionado supra e representantes do AfD.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	DN	Apoiante da CDU, pensa que “(...) muita gente votou na AfD porque tem medo dos refugiados e acha que o Estado lhes dá mais dinheiro a eles do que aos alemães. Não é verdade. O Estado ajuda todas as pessoas que são pobres”. (Viegas, 2017)	Reportagem
CM	Diplomata português	Muitos são os que criticam tal abertura, pois receiam os efeitos que venha a produzir nos níveis de emprego. (Falcão-Machado, 2017)	Opinião
Bild	Bild, CDU	O governo ainda quer reduzir o pagamento (...) a razão: “não devem ser criados falsos incentivos”. (Bild, 2015)	Artigo noticioso

Tabela 15: “O outro refugiado é uma ameaça para a Alemanha: economia”

Este tipo de discurso recorre a representações simbólicas da identidade, ou cultura, para apresentar os refugiados como uma ameaça, especialmente refugiados muçulmanos (juntando à outrização do “muçulmano” em geral, mencionado supra). Surge no *Correio da Manhã*, *Bild* e *Diário de Notícias*, no mesmo discurso do diplomata português e representantes da AfD.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
CM	Diplomata português	Berlim tem concedido um apoio exemplar a estes refugiados, mas muitos são os que criticam tal abertura, pois receiam os efeitos que venha a produzir (...) na identidade alemã. (Falcão-Machado, 2017)	Opinião
Bild	AfD	Proibição de burkas/minaretes. (Vehlewald, 2017)	Artigo noticioso

Tabela 16: “O outro refugiado é uma ameaça para a Alemanha: representação simbólica”

EM PORTUGAL: AMEAÇA

Relativamente a Portugal, esta é a única categoria em que a “questão” dos refugiados surge, enquadrando o outro exclusivamente como uma ameaça, ao utilizar o enquadramento triplo de ameaça simbólica, económica e de segurança. Surge no *Correio da Manhã*, tendo um representante do PNR como definidor.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
CM	PNR	Somos o único partido em Portugal que denuncia esta situação e alerta para o perigo que isto representa contra a nossa segurança interna e contra a nossa identidade”, reivindicou Pinto-Coelho, considerando que os anunciados apoios aos refugiados “configura uma afronta, uma ofensa” a muitos portugueses a quem “não lhes dão casa, não dão subsídios”. (Lusa, 2015)	Artigo noticioso

Tabela 17: “O outro refugiado não é bem-vindo em Portugal: ameaça”

NA EUROPA

Aqui encontramos os discursos que apresentam a União Europeia, e os seus principais decisores, como um outro institucional, relativamente à resposta à “crise”, criticando a forma como a UE lidou com a situação. É um discurso crítico que aponta as hipocrisias nesta “crise”. São veiculados pelo *Bild* e *Diário de Notícias*, tendo como definidores o *Bild*, jornalistas, académicos em artigos de opinião e um antigo deputado britânico trabalhista.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	Jornalista portuguesa	Até porque o motivo pelo qual Aylan veio dar à nossa praia é demasiado complexo, demasiado difícil (quem tem solução para a Síria e o El levante o braço), demasiado contraditório com a nossa visão de europeus que desesperam com a baixa natalidade mas não querem nem sonhar em compensá-la com não europeus. Até porque acolher e integrar os Aylans custa dinheiro. (Câncio, 2015)	Opinião
	Académico britânico	A Europa precisa de uma estratégia clara sobre quem quer proteger e onde e como avaliar os pedidos de asilo das pessoas. (Betts, 2015)	Entrevista
	Académico português	É quase impossível – infelizmente – deixar de observar como a hipocrisia da realpolitik e o mundo dos interesses geoestratégicos e políticos se cruzam para (...) oferecer uma dimensão ainda mais desumana a esta tragédia. (Almeida, 2015)	Opinião
<i>Bild</i>	<i>Bild</i>	Mas se estas imagens de miséria, desamparo e exaustão, criadas em solo europeu, vão realmente ser uma coisa do passado aqui, depende muito na capacidade de a União Europeia finalmente acordar numa política comum para os refugiados. (Bild, 2015)	Artigo noticioso

Tabela 18: “O outro refugiado não é bem-vindo na Europa”

NÃO É PROBLEMA NOSSO

A única outra ocasião em que Portugal surge em relação à “crise dos refugiados”, nos dados analisados, é, na verdade, para enquadrar a questão como sendo praticamente inexistente em Portugal, devido à ausência de migrantes ou refugiados. Surge no *Correio da Manhã*, tendo como definidor um representante do PSD.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
CM	PSD	“Em Portugal não temos razões para ter esse tipo de preocupações que se sentem na Alemanha e no centro da Europa, que têm sido particularmente procurados por movimentos de refugiados”, afirmou [Pedro Passos Coelho]. (CM, 2017)	Artigo noticioso

Tabela 19: “O outro refugiado não é problema nosso”

DESOUTRIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO

Relativamente os primeiros dois outros, o Muçulmano e o Refugiado, os outros não-Europeus ou externos, há apenas duas ocasiões em que estes outros são os definidores do discurso. Trata-se, em ambos os casos, de reportagens do *Diário de Notícias*, realizadas na Alemanha, em que o outro é ouvido no processo de escrita sobre a questão dos refugiados e da migração, nomeadamente um representante de uma associação comunitária turca, e um refugiado sírio que trabalha como guia turístico em Berlim.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
DN	Representante da comunidade Turca, DN	Cighan Sinanoglu, porta-voz da organização Türkische Gemeinde in Deutschland, diz o mesmo. “Sempre soubemos que existia aqui um potencial para a extrema-direita aí de 20%, que antes conseguia ser contido pela CDU e pelo SPD. Agora, com a imigração e os refugiados, a situação saiu fora do controlo. Há racismo e, por isso, alguns votarão na AfD, que a meu ver é um partido que não aceitou a globalização. Mas também há os que votam por medo ou por fadiga dos grandes partidos”, refere o alemão de origem turca, de 34 anos. (Viegas, 2017)	Reportagem
	Refugiado sírio, DN	Mohamad fugiu porque não quis servir no exército de Assad. Na Alemanha estuda e faz tours guiadas em que compara a história da Alemanha e da Síria. (...) A tour, que dura duas horas, terminando depois com a ida a um restaurante sírio “aqui foi onde, em 1953, protestaram as pessoas descontentes com o regime comunista da RDA”, explica Mohamad, a um grupo que inclui pessoas dos EUA, Reino Unido, Suíça, Polónia, Usbequistão, Lituânia etc... Ao longo do percurso vai estabelecendo paralelos entre a história da Alemanha e da Síria, “estão a ver o Checkpoint Charlie? Na Síria os checkpoints são algo muito presente no dia-a-dia. É algo que para vocês pode parecer estranho. Mas é algo que intimida. Que causa medo”, lembra o sírio, que acabou de receber uma bolsa para estudar Economia e Ciência Política. (Viegas, 2017)	Reportagem

Tabela 20: “Desoutização”

O OUTRO POLÍTICO/INSTITUCIONAL

Nesta categoria, incluímos os discursos que outrizam instituições ou ideologias políticas, em relação à “crise dos refugiados/migratória”. Existe uma outrização de outros países/governos europeus e das instituições europeias, em relação à resposta a esta “crise”, assim como uma outrização da extrema direita.

EUROPA DOS ESTADOS-NAÇÃO

Este enquadramento retrata uma divisão dentro da União Europeia, entre países que são acolhedores em contraste com os que não o são, ou critica uma alegada distribuição desigual de esforços de reinstalação. Surge nos média alemães, *Bild* e *Spiegel*, tendo como definidores os próprios órgãos de comunicação social, assim como um representante do SPD e um jornalista alemão, num artigo de opinião

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
<i>Bild</i>	<i>Bild</i>	Outros Estados da UE, como a Hungria, estão a mostrar o seu lado feio e, sem compaixão, contam como uma política marcial de dissuasão. (Bild, 2015)	Artigo noticioso
	SPD	Os pedidos de asilo deveriam ser submetidos antes da entrada na UE, os requerentes de asilo devem ser distribuídos “justamente” na Europa. (Vehlewald, 2017)	Artigo noticioso
<i>Spiegel</i>	<i>Spiegel</i>	Na política para os refugiados, a Europa está a viver um retorno aos Estados nacionais que olham para os próprios interesses, em detrimento dos valores europeus. (...) Na disputa sobre um contingente de refugiados, uma maioria de estados da UE simplesmente invalidaram os dissidentes da Europa de Leste. (Deggerich, Müller, Popp, Ulrich, Wiedmann-Schmidt & Wilkens, 2015)	Artigo noticioso
	Jornalista alemão	Se a chanceler pensou que os vizinhos iam fazer da nossa caridade um exemplo, errou totalmente. Estamos a ficar cada vez mais solitários. (Fleischhauer, 2015)	Opinião

Tabela 21: “O outro político/institucional: Europa dos Estados-Nação”

O OUTRO XENÓFOBO

ÊLES DA EXTREMA DIREITA

Esta categoria outriza a extrema direita, como não sendo parte da ideia de nós, como um “choque” e algo que tem de ser combatido. É utilizada pelo *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Spiegel*, tendo como definidores o *DN* e *Spiegel*, representantes da CSU e da Comissão Europeia, académicos, intelectuais e jornalistas em artigos de opinião. É um discurso muito recorrente, pelo que apenas iremos indicar alguns exemplos ilustrativos.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
<i>DN</i>	Acadêmico português	Não podem ser ignorados os movimentos nacionalistas e eurocéticos que apoiam a formação das forças contrárias aos europeístas da unidade, afirmando o risco dos valores culturais europeus e da própria identidade da Europa. (Moreira, 2015)	Opinião
<i>CM</i>	CM	Proferindo gritos de “toda a Berlim odeia os nazis”, ou “os nazis” ou “o racismo não é uma alternativa”, os manifestantes, bastante jovens, demonstravam a sua revolta. (CM, 2017)	Artigo noticioso
<i>Spiegel</i>	Jornalista alemão	Essas diferenças, a meu ver, são acima de tudo a história da Alemanha nazi e, com ela, a responsabilidade antes do Holocausto, um consenso social básico que foi encenado novamente com o memorial do Holocausto no centro de Berlim, após a reunificação da Alemanha, mas que tem perdido cada vez mais a naturalidade, nos últimos anos. (Diez, 2017)	Opinião
	CSU	Os neonazis prejudicam a nossa pátria. (Roth, 2013)	Artigo noticioso

Tabela 22: “O outro político/institucional: o outro xenófobo – eles da extrema direita”

A EXTREMA DIREITA DELES

Relativamente ao contexto alemão, existem ocasiões em que a extrema direita é apresentada como sendo, na verdade, parte da identidade e não um choque ou algo de estranho. Contudo, isto acontece apenas nos média portugueses, e é ainda um exemplo de outrização, uma vez que se trata de uma descrição de um intelectual português sobre a sociedade alemã, num artigo de opinião no *DN*, e, no caso de duas reportagens em Berlim, do mesmo órgão, as pessoas entrevistadas estão ou a outrizar alemães de extrema direita ou de Leste, ou o exemplo do refugiado sírio residente em Berlim mencionado supra. No caso da *Spiegel*, este discurso surge numa revista de imprensa estrangeira.

MÉDIA	DEFINIDOR	CITAÇÃO	TIPO
<i>DN</i>	Intelectual português	O nacionalismo neonazi da AfD é um problema de “normalidade” em sobredosagem. (Marques, 2017)	Opinião
	<i>DN</i>	Charlotte não está surpreendida. “Acho que sempre houve uma base racista na sociedade alemã que agora vê a AfD como aquilo que sempre quis. Na Saxónia é assim. Não me vejo a voltar para lá. As pessoas da Saxónia têm medo daquilo que aqui, em Kreuzberg, é normal. Uma mistura de todos”. (Viegas, 2017)	Reportagem
<i>Spiegel</i>	Imprensa estrangeira	País de onde originou o terror nazi; a Alemanha já não é um “caso especial sagrado”, a “superioridade moral” face aos seus vizinhos europeus e aos EUA irá, portanto, “diminuir rapidamente”. (Der Spiegel, 2017)	Artigo noticioso

Tabela 23: “O outro político institucional: o outro xenófobo – a extrema-direita deles”

QUEM SOMOS NÓS?

Apesar de existirem diferentes discursos sobre migrantes e refugiados nos média, o processo de outrização, em si mesmo, é hegemónico. Existem apenas duas ocasiões em

que o migrante ou o refugiado não é objeto do discurso mas interlocutor, como definidor em artigos jornalísticos. Isto é particularmente impactante no caso da reportagem em que um refugiado sírio estabelece, através da referência a uma herança material com peso histórico, uma aproximação entre *nós* e *eles* (Viegas, 2017). Este paradoxo de uma ideia da Europa como internamente diversificada, mas com claras fronteiras a esta diversidade, baseadas numa certa mesmidade simbólica europeia, torna-se evidente nestes discursos.

Parece existir uma maior possibilidade de empatia, para estreitar o fosso *nós/eles*, em reportagens, em que o jornalista tem contacto direto com definidores não hegemónicos. Esta ideia de que as reportagens abrem as portas a discursos contra-hegemónicos, contudo, não elimina, necessariamente, o quadro ideológico por detrás do “senso comum jornalístico” teorizado pelo modelo das dimensões de valores-notícia das reportagens, de Hall et al. (1978). Como sublinham os autores, a “passagem para a reportagem”, a “[a]nálise dos eventos como tendo um pano de fundo não coberto pela estória noticiosa *hard*”, com a função ideológica de colocar “os eventos e os atores num ‘mapa’ da sociedade”, pode, na cobertura em geral pelo órgão de comunicação social, acabar por desempenhar o papel de “reintegração da reportagem no discurso dominante do jornal”, no qual os média tornam “o evento e as suas implicações ‘gerenciáveis’, isto é, como algo que não destrói ou exige mudanças na estrutura básica da sociedade” (Hall et al., 1978, p. 99). Esta análise dinâmica que depende dos dados divididos de acordo com a cobertura por jornal está fora do escopo deste artigo, mas é necessário, ainda assim, tê-lo em conta nestas conclusões preliminares.

Outro discurso que parece ser hegemónico, e em linha com a base teórica deste estudo (El-Tayeb, 2011; Nawyn, 2018), é o que enquadra a migração e a “crise dos refugiados” enquanto tal, como uma crise, e uma crise que é independente de histórias e políticas europeias. As suas causas e consequências apenas são vistas como uma responsabilidade europeia, no melhor dos casos, num quadro de direitos humanos ou solidariedade, nunca como uma verdadeira responsabilidade ou ligação política e histórica. Quanto muito, a situação nos países de origem dos refugiados é vista como “demasiado complexa, demasiado difícil” (Câncio, 2015), e, no único caso em que a responsabilidade europeia é mencionada (Moreira, 2015), é ainda no quadro de um excecionalismo europeu. Como nota Fatima El-Tayeb, na sua análise crítica dos discursos usados pelo Museu da Europa para representar a europeidade:

várias questões, como “que políticas são necessárias para oferecer perspetivas aos imigrantes impedindo, ao mesmo tempo, uma perturbação do equilíbrio demográfico, económico e cultural das nações anfitriãs? Como devemos reagir aos horrores diários de pessoas que arriscam as suas vidas para chegar à terra prometida chamada Europa?”, enquadram a migração como uma crise nova e urgente, desligada da “hora zero” do continente, e a consequente necessidade de mão-de-obra barata, descolonização, ou a “queda do muro”, resultando numa migração em massa do Oriente para o Ocidente – pelo contrário, eternamente surgindo subitamente no horizonte de uma

Europa incauta que se sente obrigada a reagir, dentro de limites sensatos, devido ao seu compromisso com os direitos humanos, e não porque ela já é uma participante ativa e poderosa no processo. (El-Tayeb, 2011, p. 166)

Quanto ao processo de outrização política, o discurso hegemónico baseia-se na ideia de que a extrema direita é intrinsecamente não-europeia ou anti-europeia, um outro diametralmente oposto, que tem de ser eliminado porque, do ponto de vista lógico, não pertence. Para a Europa como um todo, a presença da extrema direita é vista como um *outlier*, um “choque”, uma falha lógica no sistema do europeísmo. Isto contrasta com os posicionamentos, por vezes, críticos, em relação à outrização de não-europeus como parte da falta de políticas apropriadas, que, ainda assim, é um discurso que não vê ideias de extrema direita como parte de *nós*, ainda que a história da extrema direita, principalmente a história nazi na Alemanha, seja referida e mencionada. A Europa é apresentada como tendo um conjunto de valores comuns, e movimentos e ideias que vão contra estes valores, tais como a extrema direita, são vistos como um “choque”, uma “anormalidade”, como se, intrinsecamente, não fossem possíveis na Europa. Os apoiantes da extrema direita são a Europa de Leste, pessoas mal-informadas, criadores de medo – não “verdadeiros europeus”. Mesmo quando há uma crítica à xenofobia ou islamofobia, é sob o pressuposto de que estas são anti-europeias, que já foram ultrapassadas, da “ideologia europeia de neutralidade racial” (El-Tayev, 2011, p. 177). Uma pequena brecha nesta abordagem de senso comum parece ser um artigo de opinião de um jornalista alemão, no qual é dito explicitamente que este consenso “tem perdido cada vez mais a naturalidade, nos últimos anos” (Diez, 2017), mas, uma vez mais, isto é apresentado como um choque, e a ideia de consenso é o ponto de partida.

Como realçam os dados recolhidos, não existe apenas a construção de uma ideia da Europa na qual os migrantes e refugiados são o outro, mesmo quando se fala da sua “integração”, mas também uma ideia da Europa que é intrinsecamente incompatível com ideias e movimentos de extrema direita ou xenófobos.

Para além das conclusões iniciais gerais que delineámos neste estudo exploratório, análises adicionais beneficiaram de investigar mais profundamente a interação dinâmica entre variáveis, tais como os definidores e os enquadramentos identificados, que apenas foi mencionada aqui, e que está a ser desenvolvida no projeto de investigação doutoral que este artigo integra. Uma exploração adicional dos dados deverá ter em conta a cobertura discriminada por órgão de comunicação social, assim como por definidor, tipo de artigo, e outras variáveis eventualmente relevantes, assim como as relações dinâmicas entre elas.

Consideramos que o contexto de “crise” acabou por ser, como esperado, um contexto particularmente rico para a exploração de processos de outrização, que, apesar de, neste caso, apenas serem explorados na arena discursiva, têm consequências práticas, políticas, sociais e económicas muito reais. A outrização do refugiado “trágico”, cuja “vida descartada está, assim, saturada em poder, mas não com modos de titularidade de direitos ou obrigações” (Butler & Spivak, 2007, p. 32), é precisamente um dos modos

em que a comunidade imaginada do Estado, ou a supranacional União Europeia, são produzidos discursivamente como um todo homogêneo, deparando quem pertence e quem não, e definindo graus de aceitabilidade de diferentes vidas.

AGRADECIMENTOS

Rita Himmel é bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (ref. SFRH/BD/123609/2016). Apoio financeiro da FCT no âmbito dos Fundos Nacionais do MCTES e FSE.

REFERÊNCIAS

- Anderson, B. (1983/2016). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres, Brooklyn: Verso.
- Bardin, L. (2007). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bird, S. E. & Dardenne, R. W. (1999). Mito, registo e “estórias”: explorando as qualidades narrativas nas notícias. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 263-277). Lisboa: Vega.
- Butler, J. & Spivak, G. C. (2007). *Who sings the nation-state?* Londres, Nova Iorque, Calcutta: Seagull Books.
- Chomsky, N. (1997). *What makes mainstream media mainstream*. Retirado de chomsky.info/199710
- El-Tayeb, F. (2011). *European others: queering ethnicity in postnational Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- European Union. (2020). *MEPs*. European Parliament. Retirado de <https://www.europarl.europa.eu/meps/en/search/Tabela>
- Frow, J. & Morris, M. (2006). Estudos Culturais. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *O planeamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (2.ª ed.) (pp. 315-343). Porto Alegre: Artmed.
- Gear, P. J. (2013). A Europe of nations. Or the nation of Europe: origin myths past and present. *Lusophone Journal of Cultural Studies*, 1(1), 36-49. <https://doi.org/10.21814/rlec.5>
- Gossel, D. (2017). Tabloid journalism. *Encyclopaedia Britannica*. Retirado de www.britannica.com/topic/tabloid-journalism
- Hall, S. (1993). Encoding, decoding. In S. During (Ed.), *The cultural studies reader* (pp. 90-103). Londres, Nova Iorque: Routledge.
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. & Roberts, B. (1978). *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order*. Londres: MacMillan.
- Marktest. (2018). *Ranking netscope de tráfego web dezembro 2017*. Retirado de <https://www.marktest.com/wap/a/n/id-233c.aspx>
- Nawyn, S. J. (2018). Refugees in the United States and the politics of crisis. In C. Menjivar; M. Ruiz & I. Ness (Eds.), *The Oxford handbook of migration crises*. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190856908.013.23>

Partido Nacional Renovador (2009, 2 de dezembro). Criação da “Aliança dos movimentos nacionais europeus”. Retirado de <http://www.pnr.pt/2009/12/roma-criacao-da-alianca-dos-movimentos-nacionais-europeus/>

Pieterse, J. N. (1991/1993). Fictions of Europe. In A. Gray & J. McGuigan (Eds.), *Studying culture: an introductory reader* (pp. 225-231). Londres: Edward Arnold.

Schröder, J. (2018, 09 de janeiro). IVW-News-Top-50: Bild, upday, Welt und stern wachsen trotz Feiertagen gegen den Trend. *Meedia*. Retirado de <https://meedia.de/2018/01/09/ivw-news-top-50-bild-upday-welt-und-stern-wachsen-trotz-feiertagen-gegen-den-trend/>

APÊNDICE 1: PARTIDOS POLÍTICOS

Lista dos partidos políticos mencionados, agrupados por grupo político do Parlamento Europeu em 2020 (European Union, 2020):

- Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos)
 - CDU: Christlich Demokratische Union (União Democrata-Cristã, Alemanha)
 - CSU: Christlich-Soziale Union in Bayern (União Social-Cristã na Baviera, Alemanha)
 - PSD: Partido Social Democrata (Portugal)
- Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu
 - SPD: Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha)
- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
 - Die Grünen (Os Verdes, Alemanha)
- Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde
 - Die Linke (A Esquerda, Germany)
- Grupo Identidade e Democracia
 - AfD: Alternative für Deutschland (Alternativa para a Alemanha)
- Aliança dos Movimentos Nacionais Europeus (não é um grupo político do PE, uma vez que o PNR nunca elegeu eurodeputados)
 - PNR: Partido Nacional Renovador (Portugal) (Partido Nacional Renovador, 2009)

NOTAS BIOGRÁFICAS

Rita Himmel é doutoranda do Programa Doutoral em Estudos Culturais da Universidade de Aveiro, e bolseira da FCT, a desenvolver um projeto de investigação na intersecção das áreas de Ciência Política e Estudos dos Média, sob a perspetiva dos Estudos Culturais, sobre identidades, ideologia e discursos mediáticos e políticos na Europa. Para além de publicações sobre este tema, tem-se debruçado também sobre questões de género e performance. Licenciada em Ciências da Comunicação, em 2010, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, concluiu o Master of Science em “Ciência Política: Relações Internacionais” pela Universidade de Amesterdão, em 2013. Antes da sua carreira académica, trabalhou como jornalista e na área de comunicação. Atualmente, integra os projetos “Globalização e Identidades” e “Género e Performance”

do Grupo de Investigação Entre Culturas do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1658-2087>

Email: rita.himmel@ua.pt

Morada: Departamento e Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro (Portugal)

Maria Manuel Baptista é Professora Catedrática da Universidade de Aveiro, com Agregação em Estudos Culturais, pela Universidade do Minho (2013). Tem uma obra diversa e extensa publicada nacional e internacionalmente, com ênfase na área dos Estudos Culturais. É presidente da IRENNE – Associação de Investigação, Prevenção e Combate à Violência e Exclusão. É coordenadora do GECE – grupo de Género e Performance e do NECO – Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio da Universidade de Aveiro. É editora da coletânea “Género e Performance: Textos Essenciais”. Entre os seus interesses de investigação contam-se as questões da identidade e globalização bem como migração e pós-colonialismo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1465-4393>

Email: mbaptista@ua.pt

Morada: Departamento e Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro (Portugal)

Submetido: 10/04/2020

Aceite: 12/05/2020

ESTAR PRESENTE NA AUSÊNCIA: A CONSTRUÇÃO SEMIÓTICA DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA RECENTE EM PORTUGAL NOS MÉDIA BRASILEIROS

Patricia Posch

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

RESUMO

Nos últimos anos, o deslocamento de brasileiros para Portugal tem-se intensificado, o que tanto confirma algumas das tendências já apontadas na literatura quanto revela mudanças importantes na configuração deste fenômeno. Paralelamente, é possível observar que estas transformações são acompanhadas de um movimento de diversificação discursiva sobre esse cenário e que acontece em diferentes plataformas mediáticas. No caso da televisão, esses discursos são transmitidos na forma de conteúdos audiovisuais que, mais do que apenas uma linguagem alternativa à escrita, são importantes ferramentas de articulação do conhecimento. Buscando-se entender a abordagem semiótica deste fenômeno nos média brasileiros, foi feita uma análise dos episódios da primeira temporada da série jornalística televisiva *Portugal pelos Brasileiros*, exibida no Brasil pela Rede Globo de Televisão no início do ano de 2018. Os princípios da Semiótica Social de Gunther Kress e Theo van Leeuwen foram utilizados em uma perspectiva interseccional como ponto de partida para se desvelar de que forma os recursos visuais e sonoros na série e a sua conjugação contribuem para a construção de discursos sobre os novos imigrantes brasileiros em Portugal. Face aos arranjos identificados, concluímos atestando a veiculação de um discurso nos média que privilegia a representação da imigração brasileira recente em Portugal de forma segmentada, dando a conhecer a perspectiva de um grupo específico de imigrantes em detrimento da pluralidade de vozes e experiências inerentes ao fenômeno em questão. Entendemos essa intenção de se separar, por meio do repertório semiótico, as representações dos novos imigrantes brasileiros em Portugal, como parte de estratégias discursivas que terão consequências diretas na vida social destes sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE

discurso mediático; Semiótica Social; interseccionalidade; migrações; Portugal pelos Brasileiros

BEING PRESENT THROUGH ABSENCE: THE SEMIOTIC CONSTRUCTION OF RECENT BRAZILIAN MIGRATION TO PORTUGAL IN THE BRAZILIAN MEDIA

ABSTRACT

Over recent years, a rising number of Brazilians have migrated to Portugal. This phenomenon confirms certain trends that have already been identified in the literature while also revealing important changes in its configuration. These transformations are accompanied by

a diversification of discourses about the phenomenon, that occurs across different media platforms. In the case of television, the discourses are transmitted in the form of audiovisual content which, more than just being an alternative language to writing, constitutes an important tool for articulating knowledge. In an attempt to understand the semiotic approach towards this fact in the Brazilian media, we decided to analyse all episodes from the first season of the television journalistic series, *Portugal pelos Brasileiros* (Portugal by Brazilians), broadcast in Brazil by Rede Globo de Televisão in early 2018. The principles of Social Semiotics developed by Gunther Kress and Theo van Leeuwen were used from an intersectional perspective as a starting point to unveil how the visual and sound resources used in this series, and the combination thereof, contribute to the construction of discourses about new Brazilian immigrants living in Portugal. In view of the identified arrangements, we conclude that we are facing a media discourse that privileges representation of recent Brazilian immigration in Portugal in a segmented manner, revealing the perspective of one specific group of immigrants, to the detriment of the plurality of voices and experiences that are inherent to the phenomenon as a whole. We view the ongoing intention to separate the representations of the new Brazilian immigrants in Portugal from other representations commonly related to Brazilian migrants from previous migratory waves, through the configuration of new semiotic repertoires to the effect, as a part of broader discursive strategies that might have direct consequences on the social life of the persons in question.

KEYWORDS

media discourse; Social Semiotic; intersectionality; migrations; Portugal pelos Brasileiros

INTRODUÇÃO

Os média, na contemporaneidade, assumem um lugar de destaque como fonte de informação e conhecimento sobre o mundo (Talbot, 2007). Dentro da miscelânea de possibilidades mediáticas viabilizadas pelos avanços tecnológicos, a televisão, por suas características e alcance, é um mecanismo comunicacional com grande impacto social e cultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Quando a compreendemos como mediadora da realidade, deixa de ser possível descrever o seu conteúdo como um mero espelho da vida cotidiana. É preciso abordá-lo, portanto, como uma das muitas possíveis interpretações de mundo que recorrem às crenças e valores culturalmente partilhados para fins específicos. Sobretudo diante da proliferação de conteúdos mediáticos que buscam dar a conhecer as diversas nuances das sociedades em que vivemos, torna-se, portanto, imperativa a mudança do olhar para a televisão como um meio de comunicação, com o intuito de se entender de que forma a montagem e o formato dos seus conteúdos influencia o seu significado (Araújo, Cogo & Pinto, 2015; Fiske & Hartley, 1978/2003).

No caso da imigração brasileira em Portugal, nos últimos anos, os média têm tido um papel fundamental em dar a conhecer uma nova vaga migratória de brasileiros¹ que têm chegado ao território português. Dando seguimento a um padrão de crescimento que já se delineava nos anos precedentes, em 2018, o número de cidadãos de nacionalidade brasileira a residir em Portugal aumentou em 23,4% em relação ao ano anterior,

¹ Apesar de reconhecemos a diversidade de gênero nas sociedades humanas, adotamos este termo, em consonância com o nome do programa televisivo analisado, para nos referirmos a todas as pessoas de nacionalidade brasileira, com o intuito de garantir a boa legibilidade o texto.

sem contabilizar aqueles que, por terem adquirido a nacionalidade portuguesa, não foram considerados nesta contagem oficial (SEF, 2019). O assunto tem adquirido espaço na pauta de muitos veículos televisivos, que acabam por realizar produções de conteúdos que buscam dar a conhecer quem são estes novos imigrantes em Portugal. Uma destas produções foi a série jornalística *Portugal pelos Brasileiros*, exibida entre janeiro e fevereiro de 2018 na Rede Globo de Televisão. Produzida pela produtora Plano Geral Filmes, a série apresenta o relato sobre a experiência de migração e a vida em Portugal de brasileiros que migraram há não muito tempo para aquele país.

Com o objetivo de questionar de que forma os conteúdos audiovisuais dos média televisivos estão a promover os discursos mediáticos sobre os novos imigrantes brasileiros em Portugal, propomo-nos a analisar os cinco episódios que constituem a primeira temporada da referida série. O fato da série apresentar a experiência migratória pelo ponto de vista dos seus protagonistas foi decisivo para a escolha deste objeto de estudo, visto a abordagem biográfica ser uma forma de permitir que a voz desses sujeitos seja colocada em primeiro plano, no sentido de se questionar representações sociais que vão sendo construídas historicamente e se mostram refletidas nos discursos mediáticos. Também nos pareceu não só interessante, como também fundamental, a mudança de foco no sentido de abordar o tema a partir da perspectiva do país de origem, elucidando as representações que estão surgindo e sendo disseminadas naquele território. Enquanto o tema recebe considerável atenção na academia portuguesa, estudar a presença dos emigrantes nos média brasileiros é também investigar esse estar “presente apesar da ausência” (Sayad, 2011, p. 183) e como essa presença delinea o fenômeno e seus sujeitos, um discurso que pode tanto se revelar homólogo àquele do país de destino ou não (Sayad, 2011). Para realizar essa análise, partimos de princípios da Semiótica Social como forma de explorar os recursos semióticos colocados em uso na série a partir de uma perspectiva holística da conjugação dos diversos elementos ali presentes, mas também daqueles que estão ausentes, observando-se sempre uma postura crítica herdada da abordagem interseccional (e.g. Crenshaw, 1991; May, 2015). A atenção que tem sido devotada à imagem não sublimou a análise do som como um importante recurso semiótico dos conteúdos audiovisuais mediáticos, buscando-se assim reverter um quadro de negligência deste recurso semiótico que se tem tornado comum nas Ciências da Comunicação (Oliveira, 2016). Indo um pouco mais além, diante do pouco que ainda se sabe sobre esta nova vaga migratória, cruzamos a nossa análise com uma reflexão mais ampla sobre os discursos que esse conteúdo ajuda a suportar, com o intuito de promover o diálogo sempre necessário entre a cultura, a vida social e as suas manifestações semióticas.

ABORDAGEM À ARTICULAÇÃO SEMIÓTICA NOS MÉDIA

Os últimos anos correspondem a um período de mudança discursiva no caso em que pretendemos analisar, justamente os períodos em que se torna mais interessante analisar esses novos discursos que são construídos socialmente (Fairclough, 1995).

No presente artigo, iremos abordar essas transformações no nível semiótico, com o objetivo de entender de que forma se está a proceder à articulação visual destes novos discursos nos média. Entendemos ser relevante não só desvelar os discursos socialmente constituídos sobre uma determinada questão social, mas também como eles vão sendo articulados de forma semiótica, uma vez que essa prática é tanto reprodutiva, por embasar-se em discursos que lhe são exteriores, quanto criativa, a partir do momento em que torna-se possível articular esse discurso de distintos modos semióticos (Kress & van Leeuwen, 2001).

O caráter multimodal das produções televisivas requer uma metodologia que contemple o seu conteúdo de forma abrangente e articulada. Neste sentido, a análise dos elementos semióticos de forma isolada cede o lugar à apreciação do quadro como um todo e em como os elementos estão relacionados com o objetivo de criarem um sentido mais amplo (Kress & van Leeuwen, 2006). Para o efeito, fizemo-nos valer de algumas das dimensões apontadas por Kress e van Leeuwen (2006, p. 15) em sua gramática visual que pudessem ser aplicadas às imagens em movimento, em especial aquelas que entendemos estarem a ser usadas para criar “padrões de representação”. Também foram considerados os aspectos dos conteúdos multimodais apontados por van Leeuwen (2005) para identificar como os elementos semióticos da série se conjugam no sentido de construírem representações sociais sobre a imigração brasileira recente em Portugal e os seus sujeitos. Entender a multimodalidade como um aspecto central do material analisado revelou-se fundamental, uma vez que, diferente da imagem fixa, que se coloca à disposição para o olhar crítico do espectador (Mota-Ribeiro & Pinto-Coelho, 2011), a imagem em movimento o transporta para o seu espaço-tempo, ficando ele imerso naquela realidade (Gervereau, 2007). Além disso, quando de caráter multimodal, o sentido da imagem é construído na transversalidade de seus modos semióticos, dotando-a de um caráter multidimensional que não merece ser desconsiderado (Machin, 2013).

Com base nesse arcabouço conceitual, foi construída uma grelha de análise visual e sonora da série com os aspectos que nos pareceram ser os de maior importância para o estudo do caso em questão. Na dimensão representacional, optamos por observar a constituição dos padrões conceituais presentes e o modo como os migrantes estavam a ser representados segundo alguns parâmetros mensurados por inferência. A alguns indicadores habituais nas pesquisas sobre o tema, como a raça e o gênero, adicionamos o parâmetro do estatuto social, um indicador que consideramos essencial para este caso por explicitar que a posição social do sujeito é derivada de circunstâncias que vão além da sua condição econômica. Acrescentamos ainda o grupo etário, visto os dados estatísticos sobre os imigrantes em Portugal mostrarem alterações importantes na disposição etária desse contingente populacional. Na dimensão interativa, além dos aspectos fílmicos relacionados com a posição e o movimento da câmera, incluímos a modalidade visual e sonora. No quesito compositivo, optamos por analisar o enquadramento, por meio do qual a relação entre os imigrantes protagonistas da série e os demais sujeitos que nela aparecem poderiam ser ou não relacionados. Por fim, acrescentamos a perspectiva sequencial e simultânea do diálogo, o que possibilitou ter uma visão mais

abrangente segundo a temporalidade, sendo esse aspecto da imagem em movimento tão vital na construção do seu significado.

ASPECTOS REPRESENTACIONAIS	Tipo de representação	Padrões conceituais
	Representação dos participantes humanos	Raça Gênero Grupo etário Estatuto social
ASPECTOS INTERNACIONAIS	Direção do olhar Enquadramento Ângulo de câmara	
	Modalidade	Iluminação Brilho Saturação da cor Diferenciação da cor Modulação da cor Som
ASPECTOS COMPOSITIVOS	Enquadramento	
DIÁLOGO	Perspectiva sequencial	
	Perspectiva simultânea	

Tabela 1: Grelha de análise, adaptada de Kress e van Leeuwen (2006) e van Leeuwen (2005)

ANÁLISE

A primeira temporada da série *Portugal pelos Brasileiros* dá a conhecer o percurso migratório de alguns brasileiros que emigraram nos últimos anos para Portugal. Cada episódio é focado na experiência individual de cada um deles, abordando em primeira pessoa alguns aspectos da migração, como a sua decisão de emigrar e a sua rotina na dimensão do trabalho, das opções de lazer, da vida em família e das diferenças percebidas entre a vida cotidiana em Portugal e no Brasil. O recurso ao relato biográfico tem sido um recurso amplamente explorado pelos média, que têm se focado cada vez mais em mostrar essas “fatias de vida” (Bourdieu, 1997, p. 50) como forma de dar a conhecer e representar a diversidade inerente à vida humana. Na série, essas falas são complementadas, de forma intercalada, por uma narração masculina em *voice-over* que, de acordo com o que está a ser relatado pelo entrevistado, verbaliza informações e dicas para os espectadores brasileiros que quisessem planejar a sua emigração para Portugal.

No que consideramos ser uma etapa de pré-análise, foram montados os *storyboards* dos episódios de modo a que a narrativa visual pudesse ser vista de um ponto de vista mais distanciado por meio dos *frames*. A análise destes quadros visuais corresponde ao primeiro dos seis níveis de análise de conteúdos fílmicos e televisivos (Iedema, 2004). Ainda que a imagem em movimento nos tenha levado a uma abordagem metodológica distinta da análise de imagens estáticas, a visualização dos *frames* permitiu elucidar possíveis tendências estilísticas e visuais, tendo este exercício se relevado um importante norteador para a montagem da grelha de análise e para a efetiva discussão sobre os aspectos específicos das imagens em questão.

Entendendo o conteúdo a partir de sua lógica estrutural, a análise do diálogo não remete apenas à interação verbal, mas também à relação entre recursos semióticos

presentes no sentido de sua sequencialidade e simultaneidade. Estas duas óticas têm como pilar a temporalidade e, por meio de sua análise, é possível entender como é criada a coesão dialética que faz com que os diversos modos semióticos presentes interajam entre si no sentido de contribuir para a criação do significado da imagem (van Leeuwen, 2005). Analisando a série em questão em perspectiva sequencial, é possível perceber que a sequência de imagens não obedece a uma lógica de *storytelling*, mas ilustra o que está a ser verbalizado pelo entrevistado em *voice-over*. Sendo assim, o que vemos são recortes previamente selecionados e editados da vida do imigrante em Portugal, ao invés de uma narrativa sequencial sobre a sua experiência migratória. Mais do que a história, o que o conteúdo nos dá a conhecer são pequenas parcelas da sua experiência migratória bem-sucedida² e a vida como imigrante em Portugal no que diz respeito ao trabalho, ao ambiente familiar e às opções de lazer. Essas escolhas, que são feitas pela equipa de produção e não pelo entrevistado, são atravessadas por motivações de cunho ideológico e social que ultrapassam esses conteúdos mediáticos específicos, valendo-se da autoridade do lugar de fala (Ribeiro, 2017) daqueles que são os protagonistas no assunto para ganharem o selo de autenticidade (Fairclough, 1995). Não obstante, a transição entre as cenas é feita de forma rápida, técnica comumente utilizada para se conseguir um fator de ação e excitação face ao tema exibido (Fairclough, 1995).

Já no que tange a coesão dialética, ela acontece por intermédio do uso de quatro trilhas semióticas distintas: a imagem visual, a linguagem escrita, a fala dos imigrantes e a trilha sonora. A fala é a trilha dominante, sendo ela aquela que rege todos os demais recursos semióticos. Importa destacar, ainda, o papel da trilha sonora escolhida para estes episódios. Essa atenção ao aspecto sonoro é crucial porque, não obstante a pouca atenção da academia a esse recurso semiótico (Oliveira, 2016), a modalidade sonora também direciona a interpretação do conteúdo em questão. Os sons, nesse sentido, apelam a uma apreciação sensitiva (Oliveira, 2016) e, no caso da série, a trilha musical segue a orientação da codificação do tipo sensorial, o que quer dizer que visa o impacto emotivo que os parâmetros musicais percebidos irão causar no espectador (van Leeuwen, 1999). O fado cantado com o sotaque português se faz presente com músicas em tons mais graves e lentos no início dos vídeos. No episódio um, por exemplo, ouvimos a cantora portuguesa Ana Moura a cantar o seu *Desfado*, em que se diz “quer o destino que eu não creia no destino/e o meu fado é nem ter fado nenhum”. Já no episódio quatro, ouvimos a sua conterrânea Gisela João a cantar os versos de *Meu amigo está longe*, especificamente “meu amigo está longe/e a distância é tão grande”. Essa atmosfera vai, aos poucos, progredindo com outras canções em tom mais agitado e agudo, já se encaminhando para o fechamento dos episódios. Sendo assim, à medida que o entrevistado avança com sua fala, a trilha mostra-se mais alegre e agitada, sobretudo quando ocorrem falas otimistas dos imigrantes.

Ainda em uma perspectiva distanciada, analisamos a modalidade da imagem. Segundo Kress e van Leeuwen (2006), esse aspecto da imagem refere-se aos indicadores

² Ressaltamos este pormenor com uma postura crítica, tendo em vista que ainda são poucas as notícias nos veículos de comunicação brasileiros que abordam as dificuldades vivenciadas pelos imigrantes brasileiros em Portugal em seu processo migratório (Marmo, 2019; Ribeiro, 2018).

visuais semióticos que podem ser colocados em ação com o objetivo de indicar o modo como a imagem deve ser interpretada. Aqui considera-se não só o tipo de iluminação e o brilho da imagem, mas também as manipulações de cor, como a saturação, diferenciação e modulação. Um dos aspectos que diferencia a cor dos demais modos semióticos da imagem é a sua capacidade de apelar às emoções e aos sentimentos, promovendo uma conexão direta entre a imagem visualizada e o campo afetivo do espectador³, escapando, muitas vezes, do campo lógico e racional (Kress & van Leeuwen, 2001). A conjugação destas nuances em escalas que são culturalmente convencionalizadas faz com que o conteúdo possa ser percebido como mais ou menos real, ou mais ou menos abstrato, por exemplo. Sendo o tempo uma dimensão que não se pode ignorar nas imagens em movimento, os referidos parâmetros devem ser apreciados com um olhar ainda mais crítico, de modo a não escaparem as mudanças de modalidade que podem acontecer no desenrolar do conteúdo animado. Estas mudanças, contudo, não parecem estar presentes na série analisada. Ao longo dos episódios, percebemos poucas manipulações ao nível da iluminação e da cor, reforçando a ideia de que o conteúdo pretende se apresentar como uma exata reprodução da realidade – uma codificação da imagem do tipo naturalista que, segundo Kress e van Leeuwen (2006), é dominante nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ainda assim, alguns aspectos desta vertente naturalista podem ser olhados de forma crítica. Na série televisiva que analisamos, a iluminação contribui para a criação de uma atmosfera primaveril, embora não haja qualquer menção a datas ou estação do ano. Segundo Kress e van Leeuwen (2001), as estações do ano carregam sentido cultural e estão organizadas discursivamente.

Ao adentrarmos na análise da imagem, o primeiro foco foi colocado nas estruturas representativas (Kress & van Leeuwen, 2006). Nesta série quase não há cenas que mostrem interação entre os imigrantes entrevistados e outros indivíduos para além de familiares, cônjuges, prestadores de serviços e amigos mais próximos. Com isso, percebe-se que a maior parte do conteúdo imagético ali presente é de natureza representativa conceitual, dando a entender que o seu objetivo está voltado para caracterizar quem são os imigrantes brasileiros em Portugal, e não mostrar em que termos acontece a sua interação com outros indivíduos⁴.

Diante do denominador comum dos participantes representados – serem imigrantes, de nacionalidade brasileira e a residir em Portugal – buscamos explorar outros aspectos que advinham de uma diferença perceptiva, de modo a que pudessem ser inferidas outras informações acerca destes sujeitos. Recortes feitos em estudos sobre as vagas migratórias anteriores foram feitos de acordo com as categorias sociais de gênero, raça e classe econômica, como em Assis, Silva e Frederico (2016). Contudo, não

³ Heller (2012) demonstra a relação entre os sentimentos e as cores ao referir que diferentes cores ou arranjos cromáticos conduzem, de acordo com o contexto em que se apresentem, a distintos efeitos sensoriais e psicológicos, sendo que os efeitos emocionais destes arranjos cromáticos variam em função do contexto cultural.

⁴ Essa ausência aponta na direção contrária da expectativa de que houvesse alguma interação entre estes imigrantes e aqueles de vagas migratórias precedentes, uma probabilidade cogitada a partir de estudos que atestam serem as redes de contato que existem entre o futuro emigrante e aquele que já emigrou para o país de destino em questão um aspecto importante na decisão de emigrar (Fonseca, Esteves & Iorio, 2015).

consideramos possível falar sobre elas isoladamente, dado estarem intercruzadas de formas complexas e carregadas de significado. De modo a evidenciar as relações existentes entre as diferentes práticas de posicionamento social por meio das identidades definidas nestes recortes, adotamos em nossa análise a ótica da interseccionalidade. Essa abordagem não se define por um conjunto de regras e métodos de análise específicos, mas sim pela abordagem sobre o objeto de estudo que preza pela orientação analítica e interpretativa em prol de questionar as ideias dominantes sobre indivíduos e grupos sociais (May, 2015), de modo a desvelar as teias da subjetividade que sustentam as relações de poder desiguais. No âmbito das migrações, por ter conseguido ampliar-se além do recorte de gênero sem perder o seu tom político direcionado para mudanças sociais (Bastia, 2014), a abordagem interseccional tem sido adotada para trazer ao primeiro plano importantes diferenças em nível intragrupal, sobretudo no que tange questões como as diferenças de privilégios entre indivíduos do mesmo grupo social (Bastia, 2014).

Neste contexto, é possível perceber como as categorias sociais se entrecruzam na representação do imigrante brasileiro contemporâneo em Portugal. O recorte racial presente na série é talvez aquele que, por ser o mais evidente, se projeta com maior força. Observamos que todos os imigrantes brasileiros presentes na série são brancos, não obstante a diversidade racial ser uma das características mais marcantes da sociedade brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE (2016), é desde 2004 que a composição racial⁵ da sociedade brasileira tem vindo a se alterar de forma significativa, sendo o ano de 2006 aquele que marca o ponto de viragem no qual o conjunto da população autodeclarada parda e preta superou o da população branca (IBGE, 2018). Em 2018, o percentual que computava a população parda no Brasil era de 46,5%, seguido por 43,1% de brancos e 9,3% de pretos (IBGE, 2019). Não deixa de ser interessante observar como essa representação visual segmentada do imigrante brasileiro em Portugal na série poderá impactar diretamente não só a sua vida social, mas também a dos imigrantes brasileiros que já lá residem. Conforme revelou Machado (2004), as dinâmicas sociais no interior da comunidade brasileira em Portugal operam segundo o que o autor chamou de jogo da centralidade: os imigrantes brasileiros cujas características físicas e comportamento espelhem os estereótipos sobre o brasileiro cristalizados na sociedade portuguesa detêm posições de destaque em estruturas sociais hierárquicas mesmo dentro da própria comunidade brasileira. Na sociedade portuguesa, essas representações sociais suportaram aquilo que o autor chamou de “identidade-para-o-mercado” (Machado, 2004, p. 4) por serem desprovidas de base histórica e serem reduzidas às demandas do mercado português sobre os imigrantes brasileiros. É devido a essa circunstância que Machado (2004, p. 11) alegou que, na sociedade portuguesa, existe um processo de “reversão da hierarquia racial brasileira” que tem regido a sociedade brasileira desde fins do século XIX: os negros e pardos estão a ganhar visibilidade social, justamente por serem assimilados às categorias sociais em vigência e por assim

⁵ É importante mencionar que a pergunta formulada nas pesquisas realizadas pelo IBGE menciona “cor ou raça” e tem como opções de resposta branco, preto, amarelo, pardo ou indígena. Portanto, não é possível distinguir quantos dos respondentes responderam a esta questão pensando em termos de cor da pele e não raça, ou vice-versa.

se poder traçar expectativas sobre eles (Moscovici, 1988). O que as imagens visuais da série nos mostram, contudo, faz-nos indagar se essa alegada “reversão” estará mesmo a acontecer, ou se o que está a proceder é o surgimento de novas estruturas representacionais além dos estereótipos convencionalizados na sociedade portuguesa. Cabe ainda observar a peculiaridade deste processo se estar a operar no cenário mediático brasileiro – sendo a série analisada exibida naquele país, e não em Portugal – o que dá margem para se refletir sobre as novas configurações que o racismo vem assumindo na sociedade brasileira (Lima, 2019).

Por outro lado, sabemos que não é possível falar de raça no Brasil sem adentrar o terreno das disparidades sociais que se entrecruzam neste debate, o que nos motivou a analisar também o estatuto social percebido dos imigrantes representados na série. A escolha deste parâmetro se mostrou relevante, uma vez que permite uma análise da representatividade e das relações de poder que vai além da contagem numérica de aparição no conteúdo (Lobo & Cabecinhas, 2018). O estatuto social dos imigrantes brasileiros que aparecem na série foi inferido segundo diversos marcadores percebidos, cujo cruzamento permitiu leituras transversais. A esse respeito, ainda que possa haver diferenças entre os imigrantes representados na série, observamos que estes indivíduos possuem um estatuto social médio a elevado. Somente a classe econômica destes sujeitos – que, mesmo residindo em Portugal há escassos meses, adquiriram um imóvel próprio e outros bens de comodidade, como viaturas – faz com que o seu estatuto social seja significativamente distinto daquele dos imigrantes brasileiros da segunda vaga migratória, para os quais a migração para Portugal envolveu um grande investimento inicial – chegando a comprometer, em alguns casos, uma poupança de anos ou o auxílio familiar para as despesas com passagens aéreas e questões burocráticas (Padilla, Marques, Góis & Peixoto, 2015). Outros indicadores reforçam essa posição, como, por exemplo, a profissão, a residência em zonas geográficas de estatuto social elevado e o estilo de vida, nomeadamente atividades do tempo livre. Por outro lado, é interessante observar, contudo, que os indicadores que poderiam induzir um menor estatuto social percebido dos participantes na série são compensados tanto por meio de estratégias visuais quanto pela menção explícita de outros indicadores que apontam para um estatuto social mais elevado.

Tratando-se dos aspectos visuais, ainda que os imigrantes na série possam ter estatutos sociais variados, o fato de a composição imagética estabelecer uma relação entre os vários imigrantes ali presentes, seja por fazerem parte do contexto mais amplo da série ou por técnicas fílmicas como o enquadramento conjunto ou a falta de indicadores visuais que os separem, faz com que sejam percebidos como indivíduos que estão conectados entre si e pertencem a um mesmo grupo social (Kress & van Leeuwen, 2006). Não é possível concluir, contudo, se é apenas uma parcela dos imigrantes brasileiros que está a ser representada na série ou se a comunidade brasileira em Portugal é, de fato, segmentada como a série nos apresenta. Um dos maiores entraves que não permite ir além dessa dúvida é a inexistência de dados estatísticos referentes a diversos parâmetros sobre as comunidades migrantes em Portugal, dentre os quais encontra-se a origem

étnico-racial⁶. Essa é uma componente também ausente na pesquisa censitária nacional em Portugal, o que tem movimentado o debate sobre todas as questões de origem social e cultural que o fato impõe. Embora o tema tenha vindo a ganhar reconhecimento e importância a nível governamental com a criação do Grupo de Trabalho *Censos 2021 – questões étnico-raciais* em 2018, mudanças efetivas poderão ainda demorar a aparecer, uma vez que estudar o tema no contexto português é também caminhar por veredas nem sempre fáceis de serem percorridas, como a consciência histórica e a memória social. No que tange os imigrantes, essa ausência vem reforçar não só as dificuldades na legitimação e promoção das suas origens e práticas culturais, mas também os entraves que a falta de dados sobre a questão impõe no desenvolvimento de ações e políticas públicas que respondam aos cenários de discriminação e racismo sofridos por estes sujeitos.

Já no recorte de gênero, observamos que seis imigrantes protagonistas da série são homens e sete são mulheres. Diante de um fenômeno que tem sido representado como maioritariamente masculino (Assis, Silva & Frederico, 2016), observar a presença das mulheres enquanto protagonistas na série permite entender os contornos discursivos com os quais se tem dado a sua representação nos média. Durante a primeira vaga migratória, pouco ou nada se falava sobre as migrantes brasileiras, que apareciam em posição de coadjuvantes na migração laboral de seus cônjuges (Pinho, 2007). A sua presença nos meios de comunicação só se daria com maior regularidade na segunda vaga migratória, que marca o início da feminização da imigração brasileira em Portugal (França & Padilla, 2018), rompendo com o perfil masculino que ainda perdurou até o início do novo milênio (Assis, Silva & Frederico, 2016). Ainda assim, muitas vezes, à migrante brasileira é associado o estereótipo da mulher hipersexualizada e ligada ao “mercado do sexo” (Assis, 2017, p. 226; Oliveira, Cabecinhas & Ferin-Cunha, 2011), uma herança reforçada por diversos fatores, dentre eles a interpretação dos portugueses sobre os produtos culturais brasileiros exibidos em sua programação televisiva em décadas anteriores (Iorio & Souza, 2018). Na série em questão, vemos a migrante brasileira que não só assume uma posição de destaque na caracterização do fenômeno, mas a quem é dada voz para narrar o seu percurso migratório em primeira pessoa. Ainda que estejam inseridas em um contexto familiar, já aparecem em outras dinâmicas sociais na esfera pública, como a profissional e social. Além disso, as posições de trabalho em que se inserem são mais qualificadas, o que chama a atenção para possíveis transformações nas estratégias de inserção laboral adotadas pelas imigrantes brasileiras em Portugal.

De modo a aprofundar a nossa análise nesta dimensão, ainda no âmbito das estruturas representativas, selecionamos ainda o grupo etário percebido como outra característica fundamental. O grupo etário mais representativo da segunda vaga migratória era o dos 20 aos 30 anos, em igual proporcionalidade entre homens e mulheres (Padilla et al., 2015), o que condizia com o seu caráter laboral. Na série, inferimos que os

⁶ Nos resguardamos de pontuar diversas questões que consideramos pertinentes em relação ao termo “étnico-racial” por este não ser o foco do presente artigo. Neste sentido, nos limitamos a usar a mesma designação presente no debate sobre o tema na esfera governamental, nomeadamente no Despacho nº 7.363/2018, que instituiu a criação do Grupo de Trabalho *Censos 2021 – questões étnico-raciais*.

imigrantes se encontram em grupos etários mais elevados, em um intervalo que vai dos 35 e os 55 anos, também não havendo grandes discrepâncias observadas entre homens e mulheres. Essa mudança está alinhada com o que nos revelam os dados estatísticos sobre a grupo etário mais representativo em relação ao total de imigrantes que chegaram a Portugal em 2018. De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, as faixas etárias mais representativas foram a dos 30 aos 39 anos para as mulheres e dos 25 aos 34 anos para os homens (SEF, 2019). No caso dos imigrantes brasileiros, ao cruzarmos essas estatísticas com o perfil dos imigrantes representados na série televisiva analisada, entende-se que a questão vai além de uma mudança estatística. A mudança do grupo etário mais representativo poderá indicar que já são outras as razões que levaram estes novos imigrantes brasileiros a Portugal, e não mais somente as questões econômicas e de natureza familiar (Padilla et al., 2015) dos imigrantes da vaga migratória precedente. Ao verificarmos a justificativa da emissão de autorizações de residência ao longo de 2018, observamos que, para além da atividade profissional, têm vindo a aumentar o número de pedidos deferidos para fins de estudo e investimento (SEF, 2019), sendo indicadores como esses preciosos para compreender o caso brasileiro na atualidade.

Entendidos os fatores representacionais, seguimos com a análise das imagens em sua dimensão interacional. Dentro dessa esfera, voltamos nossa atenção para as perspectivas da câmera no momento da filmagem, visto serem elas artifícios que denotam o nível de interação entre os participantes representados e o espectador. Para Kress e van Leeuwen (2006), diferentes ângulos possibilitam distintas formas de se relacionar no que diz respeito ao contato entre quem está a ser representado e o espectador, a distância social entre eles e a atitude de um frente ao outro em termos de relações de poder. Nas imagens em movimento, também as movimentações de câmera influenciam estes aspectos, uma vez que estas dinâmicas acontecem mesmo em frente ao espectador. Estas formas são, por sua vez, tanto um reflexo quanto influenciadoras do que é convencionalizado nas práticas sociais do cotidiano, fazendo com que esta relação entre perspectiva e posicionamento subjetivo frente a um determinado sujeito ou objeto representado possa ser vista como natural para aqueles que dela têm conhecimento.

O primeiro aspecto analisado foi o do contato, que se refere a uma espécie de relação social imaginária entre o participante representado e o espectador. Quando ele não acontece, o participante representado torna-se objeto de contemplação de quem vê. Essa relação é conseguida pelo foco do olhar do sujeito representado, que, quando olha diretamente para a câmera, estabelece uma ligação entre si e o espectador, seja ele quem for, configurando-se o que Kress e van Leeuwen (2006, p. 118) chamaram de “demand image”. Prosseguimos com a observação da distância social pretendida, que fala sobre o grau de envolvimento entre o sujeito representado e o espectador que o observa, e pode ser mensurada de acordo com a proximidade da câmera em relação ao que está a ser representado. Quanto mais próximo o participante interativo estiver deste sujeito por intermédio do posicionamento da câmera, objeto ou cenário, maior será o seu grau de envolvimento com ele (Kress & van Leeuwen, 2006). Não menos importante, a dimensão interativa aponta ainda para as relações de poder forjadas entre os entrevistados

e o espectador de acordo com os ângulos da posição da câmera. No eixo vertical, o ponto de vista de baixo para cima denota o maior poder do participante representado sobre o participante interativo, enquanto a posição da câmera em um ângulo de cima para baixo frente ao participante representado denota um maior poder do participante interativo sobre o participante representado. Quando o ângulo vertical em que surge o participante representado é o mesmo do espectador, ambos os participantes se encontram no mesmo nível hierárquico de relações de poder, não havendo discrepâncias entre o poder exercido por um sobre o outro (Kress & van Leeuwen, 2006). Já no eixo horizontal, o ângulo frontal exhibe o participante representado a partir de um ponto de vista central e promove a aproximação face ao espectador ao indicar que é algo que é “parte do nosso mundo” (Kress & van Leeuwen, 2006), enquanto que ângulos oblíquos permitem visualizá-los a partir de um ponto de vista horizontalmente deslocado em relação à frontalidade do que está a ser representado (Kress & van Leeuwen, 2006), indicando o distanciamento entre o contexto do que está a ser representado e o daquele que está a visualizar a imagem. No caso das imagens em movimento, esta relação pode se estabelecer tanto em uma cena específica quanto em uma sequência de cenas (Kress & van Leeuwen, 2006). A escolha entre uma ou outra perspectiva influencia diretamente o grau de envolvimento subjetivo entre o participante representado e o produtor-espectador, denunciando ainda o quanto esta relação está ou não baseada na promoção da empatia entre estes dois sujeitos.

Na série televisiva em questão, na maior parte do tempo, os imigrantes dirigem o seu olhar a um(a) possível entrevistador(a) *in loco* em um ângulo lateral. Contudo, em momentos pontuais, é possível perceber que o seu olhar se volta diretamente para a câmera, criando-se este espaço inventado que o conecta àquele que o estiver assistindo. No que tange a aproximação da câmera, concluímos que não há um padrão definido para a utilização do recurso do plano aproximado ao filmar os imigrantes. Quando ele de fato ocorre, a intimidade gerada pelo plano aproximado, algo já mapeado nos estudos sobre filmes e televisão (Kress & van Leeuwen, 2006), não acontece somente nos momentos em que os imigrantes estão a dar o seu relato, mas também em diferentes momentos do seu cotidiano, o que nos faz concluir que é almejada uma aproximação com os aspectos da vida cotidiana em adição ao que efetivamente está a ser relatado. Essa proximidade também pode ser entendida como uma estratégia de elaboração que visa, pela repetição e/ou reafirmação, aprofundar o conhecimento do espectador sobre o que está a ser exibido (Kress & van Leeuwen, 2006; van Leeuwen, 2005). Por meio da filmagem em *close-up*, as conhecidas *talking heads*, as distâncias sociais são reduzidas, transmitindo-se assim uma ideia de igualdade entre o participante representado e o espectador (Fairclough, 1995). Assim, sugere-se ainda que o espectador tenha um conhecimento aprofundado sobre o que lhe está a ser mostrado, por sair de uma dimensão mais impessoal para adentrar espaços subjetivos em âmbitos mais privados (Fairclough, 1995). Com isso, pode-se dizer que os planos aproximados e em *close-up* são utilizados como uma técnica que almeja uma aproximação entre o espectador e o imigrante brasileiro, buscando-se fomentar um sentimento de empatia junto a esses migrantes.

No que diz respeito ao ângulo da câmera, observamos que, salvo nas cenas em que são filmados em diversos momentos do seu cotidiano, os imigrantes dão o seu depoimento em uma posição de frente para a câmera e ao nível do olhar do espectador. No caso específico que analisamos, ressaltamos duas consequências de se posicionar o imigrante desta forma e que são explicadas por Kress e van Leeuwen (2006). Em primeiro lugar, essa escolha dota os participantes representados de uma autonomia simbólica que faz ser possível que eles sejam transportados para outras locações e contextos sem perder as suas características identitárias percebidas. Esse fato requer o estabelecimento de um conjunto de informações que lhes são associadas de modo a que possam ser reconhecidas em diferentes contextos. Já a segunda consequência tem a ver com o ponto de vista do espectador, uma vez que o ângulo em perspectiva central sugere que o significado atribuído ao imigrante é compactuado entre o produtor do conteúdo exibido e o espectador da série (Kress & van Leeuwen, 2006). Embora esse último ponto possa suscitar a ideia de que não há liberdade interpretativa dos espectadores quanto à forma com a qual os imigrantes são conjecturados, os estudos de recepção e de mídia no âmbito dos Estudos Culturais têm vindo a acrescentar novas apreciações sobre o tema. Um exemplo disso é a contribuição de Hall (1973/2001) que fala sobre as três posições a partir das quais é possível descodificar o conteúdo mediático, indo-se daquela que concorda com os discursos dominantes para aquela em que há uma maior liberdade interpretativa, na qual a mensagem é assimilada segundo códigos individuais que são usados como alternativa aos discursos hegemônicos. Com base nessa linha de pensamento, embora a codificação do conteúdo estabeleça alguns parâmetros segundo os quais a interpretação será embasada (Hall, 1973/2001), o espectador é também uma instância ativa na construção do sentido da mensagem e, conseqüentemente, do conhecimento que a mensagem mediática pretende edificar.

CONCLUSÕES

O crescimento do número de brasileiros que decidiram emigrar para Portugal nos últimos anos tem feito com que esse fenômeno tenha vindo a assumir espaço de destaque nos média brasileiros e portugueses. Por intermédio de diversas plataformas, têm sido produzidos conteúdos de modo a dar a conhecer as características desse novo momento migratório e os seus sujeitos. Reconhecendo a importância das produções audiovisuais em tempos nos quais se tem navegado da palavra para os ecrãs (Martins, 2017), propusemo-nos a analisar os cinco episódios da primeira temporada da série jornalística televisiva *Portugal pelos Brasileiros*, exibida no Brasil pela Rede Globo de Televisão no início do ano de 2018, que apresenta o relato de brasileiros que migraram nos últimos anos para Portugal. Com o intuito de compreender como a articulação semiótica ali presente caracterizava o fenômeno da imigração brasileira recente em Portugal, a análise, feita de maneira interseccional, esteve ancorada em princípios da Semiótica Social segundo a perspectiva multimodal e das imagens em movimento.

Ao procedermos a uma análise na dimensão estrutural da série, observamos que as cenas interagem entre si não tanto para criarem uma narrativa sobre a experiência

migratória, mas sim para dar a conhecer partes dela, evidenciando o trabalho dos média de recorte e seleção do que efetivamente se mostra sobre a vida destes imigrantes em Portugal. Na esfera representativa, observamos que o conteúdo é marcado por cenas que são, em sua maioria, conceituais, indicando que preza pela caracterização dos novos imigrantes brasileiros em Portugal em detrimento da sua dinâmica social naquele território. Não obstante, a caracterização destes imigrantes é feita segundo um recorte cultural, social e econômico bem delimitado que se revela intimamente relacionado às vicissitudes da sociedade brasileira. Isso faz com que as trajetórias migratórias que a série dá a conhecer sejam parecidas, homogeneizando a representação do fenômeno e negligenciando os percalços que aparecem no caminho de muitos outros imigrantes brasileiros que decidiram emigrar para Portugal, que vão desde às dificuldades em se encontrar alojamento para longo prazo às intempéries enfrentadas no processo de legalização.

Tendo em vista as presenças e ausências nos arranjos semióticos da série analisada, concluímos estarmos diante da articulação de um discurso por meio dos média que privilegia a representação da imigração brasileira em Portugal de forma segmentada, dando a conhecer a perspectiva de um grupo específico de imigrantes em detrimento da pluralidade de vozes e experiências diferenciadas. A representação da experiência migratória dos brasileiros que migraram recentemente para Portugal presente na série advoga pela homogeneização do fenômeno que é suportada por uma ideia de elitização do mesmo. No conteúdo analisado, como vimos, são os arranjos visuais e sonoros os recursos semióticos por meio dos quais são construídos esses delineamentos. Esta tática evidencia a representação mediática do imigrante “ideal” (Bourdieu, 1998, p. 18) que tem sido operada nos média portugueses, onde as notícias sobre os novos imigrantes brasileiros nos média impressos têm vindo a relatar o fenômeno de forma mais “positiva” (França & Padilla, 2018, p. 1). Consequentemente, se está a dar a conhecer uma outra faceta do fenômeno além daquelas já estereotipadas socialmente, e em muito derivadas das características distintas das vagas migratórias precedentes. Bourdieu (1997, p. 4) refere que os indivíduos que concordam em aparecer na televisão o fazem para “se mostrarem e serem vistos”, sobretudo quando a sua versão da história não se enquadra nas narrativas dominantes em vigor nos contextos sociais que habitam.

Concluímos indicando que, por lidarem com subjetividades que atravessam as estruturas sociais, os arranjos visuais que identificamos na série se relacionam diretamente com os discursos mediáticos que vão sendo construídos sobre os imigrantes brasileiros em Portugal, afetando diretamente a vida desses sujeitos. Ambas as estratégias discursivas que sustentam, seja a representação da experiência dentro de um contexto elitista quanto o seu caráter diferenciado do senso comum, podem vir a fortalecer alguns processos sociais sobre os quais a série analisada nos dá pistas. Como exemplo, citamos a ausência de interação entre os novos imigrantes e aqueles de vagas migratórias anteriores, o que poderá significar estarem a ocorrer segmentações sociais ao nível intracategorial na comunidade brasileira. Continuar a observar as relações entre as articulações semióticas do discurso sobre os imigrantes brasileiros em Portugal nos média e a sua interferência na vida social desses indivíduos revela-se, portanto, uma linha de estudo tanto importante quanto necessária.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho recebeu apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) por meio de Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/137855/2018) atribuída no âmbito do POCH – Programa Operacional Capital Humano.

Este trabalho é ainda financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

REFERÊNCIAS

- Araújo, E., Cogo, D. & Pinto, M. (2015). Mobilidades, media(ções) e cultura. *Comunicação e Sociedade*, 28, 7-14. [https://doi.org/10.17231/comsoc.28\(2015\).2267](https://doi.org/10.17231/comsoc.28(2015).2267)
- Assis, G. de O. (2017). Trânsitos contemporâneos: o ir e vir de emigrantes brasileiros(as) rumo à Europa. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, 8(1), 210–229. Retirado de <http://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/download/10/11>
- Assis, G. de O., Silva, L. M. da & Frederico, M. S. (2016, junho). *Mídia e migração: uma análise da (in) visibilidade dos migrantes brasileiros na Europa*. Comunicação apresentada no 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia, Ponta Grossa.
- Bastia, T. (2014). Intersectionality, migration and development. *Progress in Development Studies*, 14(3), 237-248. <https://doi.org/10.1177/1464993414521330>
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (1998). Prefácio: um analista do inconsciente. In A. Sayad (Ed.), *A imigração ou os paradoxos da alteridade* (pp. 9-12). São Paulo: EdUSP.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>
- Fairclough, N. (1995). *Media discourse*. Londres: Hodder Headline Group.
- Fiske, J. & Hartley, J. (1978/2003). *Reading television*. Londres: Routledge.
- Fonseca, M. L., Esteves, A. & Iorio, J. (2015). Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior. In J. Peixoto, B. Padilla, J. C. Marques & P. Góis (Eds.), *Vagas atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI* (pp. 135-158). Lisboa: Mundos Sociais.
- França, T. & Padilla, B. (2018). Imigração brasileira para Portugal: entre o surgimento e a construção mediática de uma nova vaga. *Cadernos de Estudos Sociais*, 33(2), 207-237.
- Gervereau, L. (2007). *Ver, compreender, analisar as imagens*. Lisboa: Edições 70.
- Hall, S. (1973/2001). Encoding and decoding in the television discourse. In S. During (Ed.), *The Cultural Studies reader* (pp. 507-517). Londres: Routledge.
- Heller, E. (2012). *A Psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. São Paulo: Gustavo Gili.
- Iedema, R. (2004). Analysing film and television: a social semiotic account of “hospital: an unhealthy business”. In T. van Leeuwen & C. Jewitt (Eds.), *Handbook of visual analysis* (pp. 183-206). Londres: SAGE Publications.

- IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia. (2016). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores: 2015*. Rio de Janeiro: IBGE. Retirado de <https://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>
- IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia. (2018). *Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas*. Rio de Janeiro: IBGE. Retirado de https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivo/s/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf
- IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia. (2019). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. Retirado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf
- Iorio, J. C. & Souza, E. J. (2018). A construção midiática do “Eldorado” lusitano a partir dos novos fluxos migratórios de brasileiros para Portugal. *Revista de Ciências Sociais*, 8(1), 312-340. Retirado de <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/35676>
- Kress, G. & van Leeuwen, T. (2001). *Multimodal: the modes and media of contemporary communication discourse*. Londres: Arnold.
- Kress, G. & van Leeuwen, T. (2006). *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge.
- Lima, M. E. O. (2019). O que há de novo no “novo” racismo do Brasil?. *Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura*, 4(7), 157-177. <https://doi.org/10.29327/211303.4.7-10>
- Lobo, P. & Cabecinhas, R. (2018). Retratos de género nas notícias televisivas: uma análise das desigualdades por detrás da representação numérica. *Estudos em Comunicação*, 1(26), 81-99. <https://doi.org/10.20287/ec.n26.v1.a06>
- Machado, I. J. de R. (2004). Apontamentos para uma etnografia da imigração brasileira no Porto, Portugal. In Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra & Centro de Estudos Sociais (Eds.), *A questão social no novo milénio – Livro de Atas do 8º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* (pp. 1-23). Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4619777>
- Machin, D. (2013). What is multimodal critical discourse studies? *Critical Discourse Studies*, 10(4), 347-355. <https://doi.org/10.1080/17405904.2013.813770>
- Marmo, H. (2019, 27 de setembro). Quando o sonho de emigrar para Portugal vira pesadelo. *Veja*. Retirado de <https://veja.abril.com.br/mundo/imigracao-portugal-pesadelo>
- Martins, M. L. (2017). *Crise no castelo da cultura: das estrelas para os ecrãs*. Famalicão: Edições Húmus.
- May, V. M. (2015). *Pursuing intersectionality, unsettling dominant imaginaries*. Nova Iorque: Routledge.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>
- Mota-Ribeiro, S. & Pinto-Coelho, Z. (2011). Para além da superfície visual: os anúncios publicitários vistos à luz da semiótica social. Representações e discursos da heterossexualidade e de género. *Comunicação e Sociedade*, 19, 227-246. [https://doi.org/10.17231/comsoc.19\(2011\).908](https://doi.org/10.17231/comsoc.19(2011).908)
- Oliveira, F., Cabecinhas, R. & Ferin-Cunha, I. (2011). *Retratos da mulher brasileira nas revistas portuguesas*. Comunicação apresentada no VII ENECULT - Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Bahia. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/19851>
- Oliveira, M. (2016). O excesso de luz e a fragilização do ouvido. In M. Oliveira & S. Pinto (Eds.), *Atas do Congresso Internacional Comunicação e Luz* (pp. 329-336). Braga: CECS.

- Padilla, B., Marques, J. C., Góis, P. & Peixoto, J. (2015). A imigração brasileira em Portugal: investigação, tendências e perfis. In P. Góis; J. C. Marques; B. Padilla & J. Peixoto (Eds.), *Vagas atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI* (pp. 9-38). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Pinho, F. (2007). A imprensa na construção do processo migratório: a constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira. In J. M. Malheiros (Ed.), *Imigração brasileira em Portugal* (pp. 59-86). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento Justificando.
- Ribeiro, R. (2018, 18 de agosto). Não era como imaginava: cresce o número de brasileiros que pedem ajuda para voltar de Portugal. *UOL Notícias*. Retirado de <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/08/17/brasileiros-voltam-portugal-emigrar-salario-seguranca-visto.htm>
- Sayad, A. (2011) *La doble ausencia: de las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona: Anthropos Editorial.
- SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2019). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2018*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Retirado de <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf>
- Talbot, M. (2007). *Media discourse: representation and interaction*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- van Leeuwen, T. (1999). *Speech, music, sound*. Londres: MacMillan.
- van Leeuwen, T. (2005). *Introducing social semiotics*. Londres: Routledge.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Patricia Posch é doutoranda em Estudos Culturais na Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). Mestre em Cultura e Comunicação. Desenvolve pesquisas que circunscrevem temas em memória social, migrações, média e museus.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1839-3511>

Email: patriciaposch@gmail.com

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Rosa Cabecinhas é professora no Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>

Email: cabecinhas@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Submetido: 14/04/2020

Aceite: 31/07/2020

VARIA | VARIA 

IMAGENS E PODER: ENCENAÇÃO, RASURA E PINTURA

Eduardo Paz Barroso

LabCom, Universidade da Beira Interior, Portugal / Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Portugal

Rui Estrada

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras da Universidade do
Porto, Portugal / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Portugal

Teresa Toldy

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal / Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Portugal

RESUMO

Este artigo procura abordar o poder da presença da imagem em três períodos históricos do século XX, algo que se tornou omnipresente nestas épocas históricas, mas que não é exclusivo das mesmas: veja-se a referência ao impacto da visão de parte do corpo descoberto de Frine, levada a julgamento no século IV a.C. A imagem, em dois dos casos aqui apresentados (o nazismo e o estalinismo), constituiu um instrumento ao serviço do poder, com o objetivo de encenar simultaneamente a “heroicidade” e uma normalidade em contraste radical com uma brutalidade que marcou decisivamente a história e constituiu um dos principais momentos de trevas vividos no século XX. Por seu turno, sob Estaline, a imagem é manipulada, tornando o processo de rasura de personagens uma alegoria macabra da sua aniquilação real. A eficácia da reconstrução da realidade, através da manipulação da imagem, passa, assim, por uma ilusão de onipotência: como se os ditadores tivessem o poder de enunciar, construir e destruir a “realidade”. Na terceira parte, partindo da questão da acentuada erosão das imagens na atualidade, a discussão centra-se na resposta que a pintura abre e problematiza. Ao contrário do carácter efémero da fotografia, a pintura sobrevive a tempos sombrios, persiste teimosamente, como se pode ver no caso de Tuymans. A memória não pode ser apagada. E porque não é programática, porque constitui uma tentativa de despoluição da imagem, rasga o espaço para a busca de sentido.

PALAVRAS-CHAVE

fotografia; pintura; poder; nazismo; estalinismo

IMAGES AND POWER: SCENARIO, ERASURE AND PAINTING

ABSTRACT

This article addresses the power of images in three periods of 20th century history. The use of images, particularly of photography, during these periods became omnipresent, although there are many other examples of the power of images over the relevance of words: the sight of Phryne’s partially naked body, for instance, had a big impact in her trial in the 4th century. Two of the examples presented in this paper (Nazism and Stalinism) used images as an instrument of power. They aimed to present simultaneously a sense of heroism and of “normalization” in radical contrast to the brutality that left a decisive mark in history as one of the most tragic dark

moments of the 20th century. On the other hand, under Stalin, photos and images were manipulated: erasing people in photos can be understood as a macabre allegory of their annihilation in real life. The efficacy in the re-construction of reality through the manipulation of photos seems to result from an illusionary omnipotence, as if dictators had the power to enunciate, create and destroy “reality”. The third part of this article discusses the answer open and given by painting to the increasing erosion of images witnessed nowadays. Painting, contrary to the ephemeral nature of photography, survive dark times. It resists in a stubborn way, as we can see, for instance in the example of Tuymans’ paintings. You cannot erase its memory. Painting is not “programmatic”. It is an attempt to depollute images. And by doing this, it tears open a space for the search for meaning.

KEYWORDS

photography; painting; power; nazism; stalinism

INTRODUÇÃO

Neste ensaio, procuramos fazer um percurso acerca do poder das imagens em três períodos históricos diferentes: o nazismo, o estalinismo e a contemporaneidade.

A escolha destes três momentos tem esta explicação: se nos dois primeiros estamos no início da apropriação/manipulação da imagem, sobretudo a fotografia, pelo poder, para desta fazer um uso conveniente e eficaz, a contemporaneidade traz a saturação, a indistinção e, até, a vulgarização das imagens e logo, também, a questão óbvia: como resgatá-las desta banalização?

De facto, no regime nazi, o fotógrafo oficial de Hitler, Heinrich Hoffmann, mitificou o ditador, sempre tendo em atenção as circunstâncias, ou seja, o que o momento exigia. Tanto o apresenta como um guerreiro liberto da prisão e pronto para a luta como um dócil homem em ambiente familiar. Estaline refez a história da época através de um outro expediente: rasurou pelo esquecimento, ou literalmente, pessoas não gratas nas fotografias do regime. O caso de Trotsky, que mandou executar em 1940, é exemplar. Ou, ainda, a transformação de uma fotografia de conjunto em uma pintura icónica de apenas um homem providencial: o próprio Estaline.

Na contemporaneidade, assistimos a uma tentativa de despoluição da imagem, da fotografia, através da pintura. Face à sobre-exposição, já muitas vezes inócua, das primeiras, a pintura, que não é manipulável, embora possa ser destruída, (re)surge como uma hermenêutica crítica da Babel de imagens dos nossos dias. Por outras palavras, nesta secção do ensaio, mais do que uma discussão acerca do uso da imagem nos dias de hoje, interessa-nos, justamente pela incessante volatilização desta, perceber como a pintura aparece, simultaneamente, enquanto resposta e questionamento. E isso permite-nos regressar, embora com propósitos diferentes, ao horror do totalitarismo: Luc Tuymans (1958/2006), por exemplo, evoca nas suas obras os campos de concentração nazis ou a “solução final”.

Em suma, este ensaio, balizado nestes três momentos, procura responder a esta questão: como vemos as imagens e que poder podem ter?

A PRESENÇA DA IMAGEM

A felicidade consiste em dizer a verdade sem magoar ninguém. (Fellini, 1963)

No século IV a.C., a *hetaira*¹ Frine foi levada a julgamento acusada de impiedade, o que podia resultar na pena capital: teria profanado os mistérios de Elêusis.

Dotada de uma enorme beleza, Frine, que tinha posado para Praxíteles e Apeles, foi defendida por Hiperides. Num dado momento do julgamento, e sem mais recursos para convencer os juízes, o orador desnudou a *hetaira* até à cintura:

valeu-lhe, porém, o expediente do advogado Hiperides, sábio e experimentado orador de Atenas que, ao sentir a causa perdida, se abeirou da cliente e lhe rasgou as vestes até à cintura, rogando clemência aos juízes para figura de tão rara beleza. (Junior, 2008, p. 13)

Confrontado com este gesto e com a beleza de Frine, uma discípula de Afrodite, o tribunal absolveu a cortesã: a imagem de parte do corpo descoberto de Frine teve o efeito que as palavras não tinham conseguido alcançar (Dyck, 2001).

Esta passagem do julgamento de Frine não pode, segundo alguns classicistas, ser dada como certa. Craig Cooper, por exemplo, num artigo escrito em 1995, é claro quanto à efabulação deste episódio. Sugerindo que o julgamento decorre mais de uma disputa entre Euthias, o amante despeitado, e Hiperides, o novo admirador, Cooper afirma que apenas uma interpretação desatenta das fontes pode ter levado à ideia de que a cena do desnudamento aconteceu de facto: “a evidência indica que a cena do desnudamento foi inventada por Idomeneu talvez para parodiar e ridicularizar os artifícios forenses dos demagogos de Atenas” (Cooper, 1995, p. 315).

Igualmente Konstantinos Kapparis (2017), numa obra recente intitulada *Prostitution in the ancient greek world*, defende que não há demonstração que permita verificar com rigor o acontecimento: “não é possível verificar ou negar definitivamente os episódios pitorescos que podem ou não ter garantido a sua absolvição, aliás, o melhor talvez seja relegá-los para a esfera da mitologia popular em torno desta figura lendária” (Kapparis, 2017, p. 384).

Independentemente de ser lendário ou real, este episódio sugere, logo no século IV a.C., o poder da imagem e o efeito que esta pode ter no confronto com a palavra. Se é certo que o objetivo final da retórica é a persuasão, e o objetivo específico de Hiperides, neste caso, era a absolvição de Frine, qualquer recurso é válido para o efeito pretendido. Foi justamente esse efeito que o retórico conseguiu, através da exposição ostensiva da beleza de Frine, alimentando aliás um *topos* habitual no mundo clássico: o poder da beleza explorado, por exemplo, na famosíssima história de Helena (Curado [2008], mais concretamente o capítulo intitulado “O poder da beleza”; Górgias [1993], “Elogio de Helena”).

¹ “A *hetaira* não era identificada como uma simples prostituta, mas como uma mulher de amores livres. Tinha uma vida muito mais independente do que a da esposa legítima e podia ser objecto de prestígio” (Curado, 2008, p. 380).

Em 20 de Dezembro de 1924, Heinrich Hoffmann, o fotógrafo oficial de Hitler, tirou a fotografia que vemos em baixo. Pretendia justamente anunciar a libertação do futuro ditador, após ter estado preso nove meses, por traição, em Landsberg, na Baviera.



Figura 1: Hitler sai da prisão em Landsberg, 20 de dezembro de 1924

Fonte: Moorhouse, 2014, p. 7

O problema desta foto, que correu a Alemanha e o mundo, como explica Moorhouse (2014), é que assenta numa fraude: impedido por um guarda prisional de fazer a fotografia mesmo à porta da prisão, Hoffmann deslocou Hitler para a entrada gótica da cidade, visto que esse local tinha uma atmosfera semelhante à da fortaleza em que o futuro ditador tinha estado preso. Mas, na verdade, a prisão não tinha aquele portão medieval que vemos na imagem, do qual Hitler parece estar a sair.

Ora, foi justamente assim que a famosa foto publicada e comentada: como se Hitler estivesse, de facto, a sair da prisão. Há até um título de uma notícia da altura que diz mesmo isso: “o portão da fortaleza abriu” (Moorhouse, 2014, p. 7), assumindo que o portão gótico da cidade de Landsberg é literalmente a entrada da prisão.

Como afirma Moorhouse, Hoffmann e Hitler, desde muito cedo, perceberam o poder da imagem e o poder que a imagem tem de curvar a verdade: “ela mostra não só que Hitler e Hoffmann estavam perfeitamente cientes da importância política da imagem, mas também como estavam dispostos a manipular a verdade” (Moorhouse, 2014, p. 7).

No dia 18 de setembro de 1931, Angela “Geli” Maria Raubal, meia-sobrinha de Hitler, que vivia com o tio desde 1929, aparece morta na casa em que ambos habitavam. Há uma enorme especulação acerca da morte de Geli². Para o que aqui nos interessa, o momento não podia ser pior para Hitler. Além das suspeitas da ligação à morte da sobrinha, este incidente punha em causa toda uma estratégia política do futuro ditador em plena campanha para chegar ao poder.

² Há um longo artigo na Revista *Vanity Fair* do jornalista Ron Rosenbaum (2012), intitulado “Hitler’s doomed angel”, que é um bom ponto de partida para perceber as inúmeras especulações acerca da morte de Geli e da relação que teria com o tio. Apenas algumas hipóteses de que fala o artigo: foi um acidente lamentável, Geli não suportou as parafilias do tio, Geli estava grávida do tio ou de um professor judeu, era uma ameaça para o partido, etc.

De todo o ardid planeado para Hitler não sucumbir ao escândalo (Görtemaker, 2012, p. 25), o livro de fotografias de Hoffmann, intitulado *Hitler wie ihn keiner kennt* (*The Hitler no one knows*), 1932, é uma peça fundamental.

Como afirma Maiken Umbach, no documentário *The rise of the Nazi Party* (Kloska, 2014), as fotografias e os postais de Hoffmann tinham o propósito de apresentar Hitler como um homem comum, um homem do povo: Hitler num piquenique, a brincar com o cão, em momentos de lazer, num ambiente familiar e paternal. Sendo um *best-seller*, o livro de Hoffmann contribuiu naturalmente para restaurar a vida pública e a carreira política do futuro ditador.

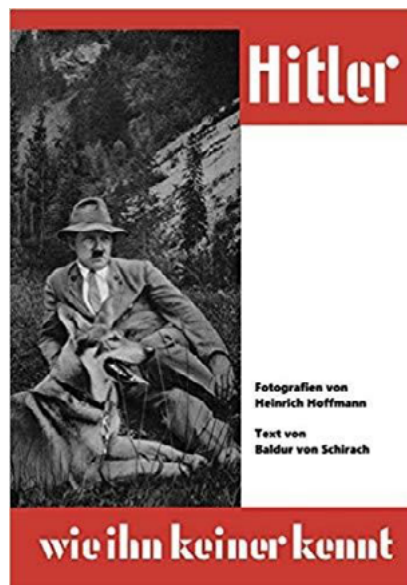


Figura 2: Capa do livro de Hoffmann intitulado *Hitler wie ihn keiner kennt*, 1932

Fonte: Hoffmann, 1932

O resto da história é genericamente conhecida: usando um avião, o que acontece pela primeira vez, para fazer campanha para as eleições de 1932 (Görtemaker, 2012, p. 27), Hitler, esquecido já o incidente “Geli”, aparece como o salvador que vai devolver à Alemanha o seu prestígio. A coroação acontece a 30 de janeiro de 1933, ano em que o incêndio do Reichstag, a 27 de fevereiro, as eleições de março e a aprovação, também no dia 23 desse mês, pelo parlamento, do estado de emergência, lhe conferem, democrática e paradoxalmente, o poder ditatorial com que veio depois a assombrar o mundo.

Em suma, as fotografias de Hoffmann foram decisivas para uma estética fascista que intuiu (e aproveitou), desde cedo, que a política tinha entrado definitivamente na era da imagem. E que estas, tal como os gregos diziam dos discursos, são um alvo fácil de manipulação. Foi isso que fez Hoffmann: “as fotos de Hoffmann, o fotógrafo oficial de Hitler, foram exploradas amplamente como um registo dos feitos de Hitler e usadas como propaganda, manipulando o poder que a fotografia possuía de criar uma imagem pública do Reich dos Mil Anos e da superioridade da Alemanha” (Brett, 2016, p. 235).

A AUSÊNCIA DA IMAGEM

Por vezes, tratar uma fotografia significava voltar ao passado para alterar o registo histórico. (Blackmore, 2019, § 11)



Figura 3: Fotografia de Estaline com a filha ao colo

Fonte: Montefiore, 2017, p. 25

Simon Sebag Montefiore, na sua obra intitulada *Estaline. A corte do czar vermelho* (2017, p. 25), publica uma foto do ditador com a sua filha, Svetlana, no início da década de 30. O capítulo de enquadramento desta foto na obra de Montefiore menciona o profundo amor que o ditador nutria pela sua filha, sentimento esse referido igualmente, a título de exemplo, por Rosemary Sullivan (2016) na sua biografia de Svetlana.



Figura 4: A filha de Estaline, Svetlana, ao colo de Beria, chefe do NKVD (Comissariado do Povo para Assuntos Internos). Ao fundo, pode ver-se Estaline a trabalhar

Fonte: Sullivan, 2016, p. 83

Particularmente depois da morte da mãe de Svetlana, Nadya, em circunstâncias não completamente esclarecidas, Estaline manifesta um amor autêntico pela filha, a

quem, segundo Sullivan (2016, p. 61), chamava “borboletazinha”, “a sua mosquinha”, “o seu pardalinho”. Chamava-lhe também “anfitriã”, dizendo que era ela que mandava na casa, na qual, nas palavras de Montefiore (2017, p. 20), vivia a sua “amantíssima família”, que incluía membros do Politburo, cunhados, figuras como aquela a quem Svetlana chamava o “tio Lara”, com quem brincava e ao colo de quem se sentava – Lavrenti Pavlovitch Béria (Overy, 2016; Milhazes, 2018).

Se o objetivo subjacente às fotografias de Hitler, mencionadas na secção anterior, era criar a ilusão de normalidade, estas fotografias de Estaline “em contexto familiar” parecem indiciar a existência de um mundo paralelo – o mundo da sua *dasha*, na qual ele trabalha calmamente, enquanto a sua filha brinca com o carrasco do regime, o executor das suas ordens, que passariam, inclusivamente, pela eliminação de elementos da “amantíssima família”. Poderá ser lícito supor que não existe uma encenação deliberada nestas fotos, como existia no caso de Hitler: o objetivo parece não ser encenar uma vida familiar. Contudo, a questão que poderá colocar-se é, quiçá, mais perturbadora: o Estaline que manifesta um amor autêntico pela filha e o Béria que brinca com Svetlana, como fazendo todos parte da mesma família, vivem esta dualidade entre a “normalidade” dos homens comuns e a monstruosidade da eliminação, do apagamento, dos seus opositores reais ou imaginários³.

A paranoia que caracterizava Estaline, e que se traduzia numa constante sensação de ameaça, levava-o ao extermínio de quem quer que fosse, incluindo membros da sua própria família, na sequência daquela que ficou tristemente conhecida como a fase do “terror”. De facto, a maioria das pessoas que posam, em 1934, para uma fotografia de família, tirada no dia do seu aniversário, entre as quais se encontram membros do Politburo, esposas de militares, mas também de cientistas e ainda familiares mais diretos, viriam a ser todas atingidas pela exclusão do mundo familiar de Estaline nos anos 40. Tratando-se de uma fotografia “de família”, a sua presença não é apagada, como acontecerá com outras fotos em contexto oficial, público. Os rostos continuam lá, mas a exclusão já tinha acontecido.



Figura 5: Fotografia de Estaline com a família na festa do seu aniversário, a 21 de dezembro de 1934

Fonte: Sullivan, 2016, p. 73

³ Para a fase de terror e a perseguição de pessoas individuais ou grupos (como, por ex., médicos) ver as obras já referidas.

Foi este o destino, nos anos 40, de alguns dos rostos sorridentes desta “foto de família”⁴, com Estaline ao centro: na fila de cima, à esquerda, encontra-se Ana Redens, presa em 1948 (o seu marido, Staliscav, que não se encontra na fotografia, fora executado em 1940). Na fila do meio, podemos ver Maria Svanidze (à esquerda), executada em 1942. Embora Sashiko Svanidze (terceira a contar da esquerda) tenha sobrevivido, a sua irmã, Mariko, foi executada em 1942; Polina Molotov (à esquerda de Estaline) foi presa em 1948. Por fim, na fila de baixo, a segunda a partir da esquerda, Zhenya Alliluyeva, foi presa em 1947. Estamos, pois, perante uma foto intacta (tirada em 1934) de um grupo de pessoas que, na década seguinte, seriam erradicadas.

A erradicação real, incluindo das imagens, verificar-se-á crescentemente como um elemento claro de propaganda política, de reconstrução da realidade, aliás, de dissuasão da dissidência, através da “punição” do desaparecimento da memória histórica, estratégia que enuncia igualmente o poder do ditador para refazer a história, eliminando da mesma os seus inimigos. Se no caso das fotografias de Hitler mencionadas na primeira parte, o objetivo é fazer crer que se está perante um homem comum, com uma vida familiar comum – o que acontece, aliás, também, nas fotografias (ainda que não encenadas) de Estaline com a sua filha e com a sua “amantíssima” família – nas fotografias estalinistas das quais os inimigos são literalmente apagados, é clara a intenção de manipulação da história e da memória e, através destas, de reforço de um clima de medo, de subserviência a uma versão que é apresentada como sendo aquela em que “se deve acreditar”, como se a realidade fosse matéria de crença, ditada pelo “grande líder”. Como diz Leah Dickerman (2000, p. 143), “ao tornar explícita a violência da imagem, este registo da ausência recorda a quem a vê o poder onipotente do sistema”.

Estaline torna-se, assim, onipotente, ao mesmo tempo que faz desaparecer os seus inimigos. São célebres os casos das fotografias de onde Trotsky, o arqui-inimigo de Estaline, é eliminado⁵. A propaganda estalinista visa, assim, aniquilar a memória visual, o registo histórico-fotográfico da própria existência de Trotsky e da sua relevância na revolução vermelha, colocando-se na perspetiva de enunciadora da “verdade histórica”: a manipulação substitui os factos, numa mescla de ideologia e de mitologia, como afirma, mais uma vez, Leah Dickerman (2000, p. 141), ao dizer: “uma grande parte da manipulação visa produzir uma ilusão de plausibilidade constante que naturaliza a ideologia como mitologia”.

⁴ A mesma fotografia aparece na obra de Sullivan duas vezes: referindo-se à data em que foi tirada e ao destino, nos anos 40, de cada uma das pessoas que se encontram na mesma (Sullivan, 2016, pp. 7-131).

⁵ Embora a fotografia aqui apresentada seja, eventualmente, a mais conhecida, existem muitas outras imagens nas quais Trotsky é eliminado, assim como outras figuras que deixam de ser consideradas fiéis ao regime, melhor, fiéis a Estaline – a figura que definia o regime e tinha poder sobre a morte e a vida de alguém. Basta pensar, por exemplo, na eliminação de Nikolai Yezhov numa fotografia com Estaline (Gessen, 2018).



Figura 6: Vladimir Lenine falando aos soldados do Exército Vermelho, em Moscovo, antes de partirem para a frente polaca, em 1920

Fonte: Gessen, 2018



Figura 7: Leon Trotsky apagado da imagem, na mesma fotografia

Fonte: Gessen, 2018

A reconstrução da história, com recurso à recomposição da imagem, está, pois, associada à exaltação do herói. Esta não passa, contudo, apenas pela supressão imágica de figuras não queridas: passa também pelo apagamento da imagem através da colocação de manchas sobre o retrato de alguém, como foi o caso da foto de Djakhan Abidova, membro do Partido Comunista do Uzbequistão.

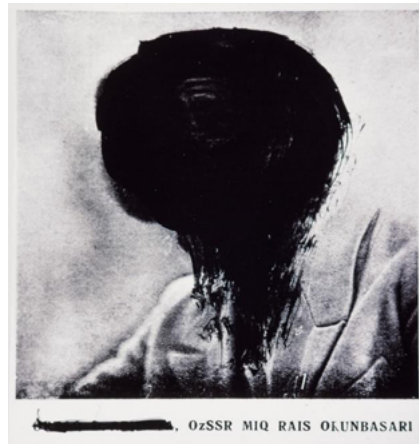


Figura 8: Djakhan Abidova, uma mulher do Partido Comunista do Uzbequistão. Fotografia danificada propositadamente nos anos 30.

Fonte: Gessen, 2018

A violenta erradicação do rosto de alguém numa fotografia que não é retirada, mas na qual se expõe a sua eliminação vergonhosa, cobrindo a sua cara de negro, corresponde, num crescendo, a um processo que passa por duas operações: a eliminação dos opositores e a exaltação do líder, transformando as imagens do mesmo em pinturas. É o caso de uma fotografia de 1929, em que podemos ver Nikolai Antipov, Stalin, Sergei Kirov e Nikolai Shvernik.

O recurso à eliminação das restantes personagens da fotografia e a transformação da única figura que resta em pintura, porque perdura, tal como os seus “atos de heroísmo”, enfatizam e apelam ao culto da personalidade: já não estamos apenas perante um registo eventualmente efémero. Estamos perante um ícone⁶.



Figura 9: A imagem da esquerda constitui a fotografia original de Nikolai Antipov, Estalin, Sergei Kirov e Nikolai Shvernik em Leninegrado, 1929. A imagem da direita constitui uma pintura

Fonte: Blackmore, 2019

⁶ Para uma análise de uma outra forma de propaganda utilizada durante a ditadura de Estaline (nomeadamente, o cartaz), ver o estudo de Pisch (2016).

A IMAGEM CONTEMPORÂNEA: BANALIDADE, SACRALIZAÇÃO E SIGNIFICADO

Más testemunhas são, para os homens, os olhos e os ouvidos, que possuem almas bárbaras. (Heraclito citado em Pereira, 1971, p. 124)

Como ensina Heraclito os sentidos enganam. A imagem contemporânea, assente em dispositivos tecnológicos da mais variada índole, atingiu impressionantes velocidades de propagação e o valor que transmite, na sua referencialidade ao real, muda constantemente de estatuto, fenómeno que Benjamin descobriu nos seus escritos célebres sobre a reproduzibilidade técnica e o impacto desta no devir estético e na vida quotidiana (Benjamin, 2006). Ao compreender que “a natureza que fala à câmara é diferente da que fala aos olhos” (Benjamin, 2006, p. 246), o filósofo cria as bases de um entendimento centrado na diferença entre fotografia e pintura, jogando com as dimensões de consciente e inconsciente, das escalas do olhar.

Sensível ao “inconsciente mecânico”, da inovação fotográfica, mas também ao facto da pintura ao ar livre na mesma época conquistar novas perspectivas, graças ao trabalho dos pintores impressionistas, Benjamin questiona-se sobre o conceito de aura que tanto o absorveu: “uma estranha trama de espaço e tempo: o aparecimento único de algo distante, por muito perto que esteja” (Benjamin, 2006, p. 254). Sabemos que a descoberta e a generalização da fotografia, sobretudo a partir de meados do século XIX (Freund, 1995), está associada à rutura modernista e por consequência ao abandono da concepção naturalista e realista da pintura, e ao advento do retrato burguês de índole mais popular⁷.

O Modernismo determina como sabemos a caducidade das Belas Artes, da concepção harmoniosa da beleza, acabando por a tornar paradoxal e laica. O fim de todos os cânones, instituído no breviário dadaísta que prefere substituir a designação de obra por “coisa” (Duchamp, 1990), vem dar mais força a uma consciência estética do objeto comum. “Creio que a pintura morre, compreende? O quadro morre ao fim de quarenta ou cinquenta anos, porque a frescura desapareceu. A escultura também morre. É uma pequena mania minha que ninguém aceita, mas não tem importância” (Duchamp, 1990,

⁷ “A fotografia, originária da cooperação da ciência e de novas necessidades de expressões artísticas, tornou-se logo à nascença objeto de violentos litígios. Saber se a máquina fotográfica era apenas um instrumento técnico, capaz de reproduzir de modo puramente mecânico as aparências, ou se era preciso considerá-la como um verdadeiro meio para exprimir uma sensação artística individual, inflamava os espíritos dos artistas, críticos e fotógrafos”. E a questão alastrou à esfera teológica com a Igreja a defender que nenhuma máquina podia fixar a imagem do Homem criado à imagem e semelhança de Deus (Freund, 1995, p. 79). Esta citação expressa de modo preciso o cerne da questão atual dos usos e das práticas fotográficas, numa época em que sujeitos anónimos utilizando dispositivos massificados criam registos fotográficos e videográficos com pertinência e por vezes interesse estético. São justamente necessidades e acasos individuais de pessoas comuns que as aproximam agora de uma ideia de arte para todos que encontra o seu reverso, ou a sua projeção especular, em práticas de elites intelectuais e artísticas. Estas ocupam os espaços sociais e culturais daquilo a que Danto designa por “O Mundo da Arte” (Danto, 1961). No mesmo sentido move-se a reflexão dos pensadores da estética analítica (Danto, Jerome Stolnitz, Morris Weitz, George Dickie, Nelson Gooddman) ao convidarem a refletir na resposta à questão “quando há arte?”, em vez de dirigirem uma interrogação à essência da arte repercutida na pergunta “o que é arte?”. Ver a propósito, entre outros, a antologia de Carmo d’Orey (2007). Numa época em que tudo se confunde e uma fotografia num iPhone parece igual à de uma Leica disparada por um dos grandes fotógrafos da Magnum, decidir em que situação há arte é determinante. As fotografias da Agência Magnun (Robert Capa, Cartier Bresson, etc...) possuem o estatuto de obras de arte.

pp. 103-104). À morte da arte sobreveio um mundo de coisas, reinado de imagens feitas coisas, uma apoteose da vulgaridade, amplificada pelos ecrãs e pelas programações televisivas.

Trata-se por isso de organizar uma resposta crítica aos problemas políticos, éticos, sociais e económicos transportados no caudal contemporâneo das imagens, a partir da pintura definida como conceito, e não como *técnica*. Isso implica uma reorganização do olhar, fundado, ancorado, no processo e no imaginário da pintura, numa plasticidade reinventada. Deleuze, Derrida, Perniola, Foster, Bourdieu, são apenas alguns exemplos de pensadores, – já para não falar da ação teórica de inúmeros artistas – que têm vindo a alimentar esse debate, o qual não exclui o estatuto *retórico* das imagens, o seu plano mitológico (Barthes, 1976) ou a sua condição espetacular de mercadoria (Debord, 2018), bem como especificidades antropológicas, rituais de memória coletiva. Resposta ainda que nos permite orientar num universo de *coisas*. Graças a ela é possível arriscar uma inteligibilidade transformada em experiência do significativo, aberta, onde se agregam e declinam infinitas enciclopédias pessoais (Eco, 2004).



Figura 10: Pablo Picasso “Las Meninas”, a partir da pintura de Velázquez, 1957. Catálogo Picasso *Challenging the Past*

Fonte: Cowling, 2009, p. 124

As imagens mecânicas podem ser manipuladas, apagadas, refeitas, encenadas, e são, ainda assim, percecionadas e aceites como índices de real. São as herdeiras massificadas de uma história nobilitada que foi sepultada, depois de ser negada e rasurada. Quando Picasso retoma Velasquez e “Las Meninas” (1656), ou Edouard Manet e o seu “Le déjeuner sur l’herbe” (1863), demonstra como as imagens se desdobram e se reinventam a partir da pintura e da sua condição aurática. Mas não foi apenas relativamente a duas obras chave, consagradas na grande tradição clássica, que Picasso reagiu, modificando-as, como quem desafia e em certa medida modifica o passado. El Greco, Goya, Jaques-Louis David, Rembrandt, Ingres, Van Gogh, e outros *mestres* foram igualmente objeto de revisitação, nunca de “cópia” ou de repetição. Como sublinha Cowling:

mas a noção de colaboração é reveladora não só porque implica um sentido de companheirismo e de igualdade, mas também de irrelevância da história e da cronologia: para Picasso, estes artistas “mortos” de diversas eras ou gerações estavam vivos. Aliás, nunca morreriam. Mais, tinham sido impulsionados fundamentalmente pelos mesmos imperativos que ele próprio. (Cowling, 2009, p. 13)⁸

A partir desta situação trata-se de tentar perceber como colaboram (agora) as imagens entre si? Questão ampla que apela quer à análise da evolução do cinema, quer ao enquadramento museológico da experiência das imagens em movimento, quer, por outro lado, a uma hermenêutica da pintura num período, compreendido sobretudo entre as duas últimas décadas do século XX e o presente. Este momento histórico é caracterizado por apropriações do cinema e das suas lendas, pela politização que visa denunciar e combater a distopia contemporânea, a partir da reformulação do conceito de instalação, de performance, e de paródia. Richard Prince (1948), que se apropria de anúncios célebres da mitologia cultural americana como a figura do cowboy da marca de cigarros Marlboro, fazendo coabitar no mesmo imaginário essa imagem (e outras da mesma índole) com pinturas de enfermeiras e outros ícones de uma ficção popular, surge neste contexto como um nome essencial.



Figura 11: Thomas Struth, *Museo del Prado, RM 12, Madrid, 2005*

Fonte: <https://www.phillips.com/detail/thomas-struth/NY030219/359?fromSearch=struth&searchPage=1>

Se nos detivermos mais exclusivamente sobre a imanência da fotografia (de autor), nomes como Cindy Sherman (1954), Wolfgang Tillmans (1968), Jeff Wall (1946), Douglas Gordon (1966) ou Thomas Struth (1954), são extraordinários exemplos da ascensão da

⁸ Entre fevereiro e junho de 2009, The national gallery, de Londres, organiza uma importantíssima exposição “Picasso: challenging the past”. Reúnem-se pela primeira e única vez obras do artista andaluz provenientes de diversas coleções e museus subordinados ao diálogo com peças da autoria de pintores que Picasso admirava particularmente e que o perturbavam criativamente. Para assinalar este acontecimento, o museu britânico publica um catálogo com ensaios de vários especialistas e académicos, entre eles o de Elizabeth Cowling, “Competition and collaboration: Picasso and the old masters”.

fotografia a um patamar de notoriedade que reforça a sua capacidade de ação estética. Trata-se nas obras destes artistas de substituir e/ou denegar a pintura a óleo ou acrílico na tentativa de proclamar outra autonomia para as imagens. Mas os registos e os métodos de criação artística são hoje os mais diversos. Basta consultar um qualquer livro de divulgação publicado pela Taschen ou percorrer os sites com a programação dos grandes museus de arte contemporânea, isto para não falar da real e efetiva circulação nos meios expositivos, para constatar esta eloquente diversidade, que torna as imagens porosas, enredadas numa contaminação recíproca. Neste ambiente comunicacional, a pintura ressurge e afirma-se com uma vocação interpretativa que decanta o caos de sentidos propagado pela generalidade das outras imagens.



Figura 12: Thomas Struth, Art Institute of Chicago II, Chicago 1990

Fonte: <https://www.phillips.com/detail/thomas-struth/UK040216/67?fromSearch=struth&searchPage=1>

O fotógrafo Thomas Struth (1954) desenvolveu um extenso capítulo do seu trabalho com séries de fotografias realizadas em grandes museus do mundo (Louvre, Paris; o Kunsthistorisches Museum, Viena; a National Gallery, Londres; o Rijksmuseum em Amsterdam e o Art Institute of Chicago) a partir das quais é possível intuir uma espécie de co-protagonismo⁹. Isto é, um protagonismo partilhado entre a pintura e mundo, mostrada com teatralidade, com a imponência de um gesto ritual, de acordo com um protocolo discursivo que conduz à sacralização da imagem, intemporal, única e exclusiva. Depois, temos o público. Centenas de pessoas, transeuntes em massa a deambular pelas salas e galerias, numa errância perpétua. Os visitantes cedem lugar aos que estão à porta dos museus, nas longas filas, uma massa indiferenciada, como que se vê nos grandes aeroportos, nas gares de caminho de ferro, nas estâncias balneares... Gente à

⁹ Ver a propósito a edição Thomas Struth Photographs, 1978-2010 (2010), disponível em <http://www.thomasstruth32.com/smallsize/index.html>

procura de um certificado de presença, de que a Gioconda de Leonardo, no Louvre, é um exemplo absoluto, hoje inevitavelmente selado por uma *selfie*. Enquanto o retrato em tela, sem verdadeiramente ser visto, e votado a uma admiração compulsiva, ocupa a sala onde permanece com soberana indiferença, os visitantes, esses, parecem querer inverter a lógica da percepção, sem suspeitarem que são eles que são vistos.

Nas mencionadas séries fotográficas de Struth observamos precisamente o olhar dos passeantes devolvido ao olhar da câmara do fotógrafo, que tenta descortinar uma hierarquia impossível, porquanto as telas dos grandes pintores clássicos foram trazidas a uma condição de imagens como as outras, graças a uma centrifugação imaginária, uma espécie de desfiguração ontológica mediante a qual ser, representar e ver se tornam categorias indiscerníveis. Afigura-se então pertinente transpor para este tipo de ambiente sociocultural a figura da multidão urbana como sinónimo do herói moderno, tão bem caracterizada por Baudelaire. Nesta sobreposição de imagens e situações ela acaba por se substituir à heroicidade sagrada da pintura. “Com o *flâneur*, o prazer de olhar celebra o seu triunfo” (Benjamin, 1995, p. 71).

Neste emaranhado de imagens, de práticas e de possibilidades, a pintura é uma condição de materialidade plástica. Estabelece para todos os efeitos uma relação vinculativa com a memória, mas também com a pintura do passado. Terá sido essa a decisão que inspirou e animou Francis Bacon (1909-1992), autor de uma pintura visceral, sexual, que desconstrói e reedifica noções como a de retrato, autorretrato ou de natureza morta, ou Lucien Freud (1922-2011), criador de poderosas representações de corpos, rostos, enquadramentos de paisagem, aprisionados num realismo visceral e cruel¹⁰.

Nestas duas obras a materialidade da pintura, o seu acontecer, como facto estético único, alcança um grande impacto. Por outro lado, o seu fazer exige uma capacidade de manusear a sombra e a luz, a cor e a forma, que se inscrevem no campo do juízo, abrindo espaço a uma crítica das imagens que não poderia ser alcançada por outra via. A pintura tornou-se minoritária, é um facto. O que não a impede de ser percorrida por uma intensidade que a autoriza a julgar e a discutir o valor e o poder das imagens no tempo. Uma tarefa impossível para a fotografia e para o cinema que constroem espaço e tempo, documentam e comentam, confrontam reportagem e poesia. Criam ilusões e alusões, fingimentos e suspeitas, como afinal lhes compete...

As últimas décadas têm sido marcada por uma reapreciação da pintura. O tema tem estado presente em todo o debate crítico, mediático e comunicacional, subsequente às teses defendidas pela Escola de Frankfurt relativas às indústrias da cultura, aos debates implicados no pós-modernismo (Lyotard, Vattimo e outros), ou à perspectiva de Bauman ao defender a fluidez líquida numa época em que as identidades se tornaram instáveis.

¹⁰ Sobre Bacon foi publicado em 2016 em cinco volumes o catálogo *raisonné* da sua obra editado por Martin Harrison, edição *The Estate of Francis Bacon* (2016). O catálogo *raisonné* de Lucien Freud resulta da colaboração entre David Dawson, diretor do Arquivo Lucien Freud, que trabalhou de forma muito direta com o pintor e foi seu modelo, o crítico Martin Gayford, e o editor Mark Holborn. A obra em dois volumes foi publicada pela Phaidon, Londres.

Um texto de Zelizer (2010), que trata das relações entre a imagem e a memória cruzando-as com o jornalismo, amplia a reflexão sobre o discurso da crise e o clima de incerteza. A partir da leitura de um diálogo entre Bauman e Carlo Bordoni, em que este último defende que “a modernidade retirou as suas promessas”, e depois a pós-modernidade “subestimou-as”, e chegou o triunfo das aparências em prol da perda de substância (Bauman & Bordoni, 2016, p. 75), salienta que a crise pressupõe o imaginário de uma superação. Refira-se a propósito que Bauman manifesta dúvidas sobre se foram as promessas que foram retiradas; entende antes que foram as estratégias e os “modelos de uma sociedade que fracassaram” (Bauman & Bordoni, 2016, p. 80).

Uma combinação entre risco, contingência, indeterminação e liquidez, graças à qual a autora articula noções chave de Ulrich Beck, Rorty, Eisenstadt e do próprio Bauman, leva Zelizer a concluir que “embora a crise seja um fenómeno com dimensões materiais”, é um fenómeno igualmente “moldado pelo discurso” (Zelizer, 2018, pp. 91,95).

Ora culturalmente a pintura, à semelhança do desemprego, da insegurança, da morte e do medo, da recessão económica, ou até dos impasses do próprio jornalismo, também se inscreve na materialidade das crises. Sobrevivendo à crise que ela própria experimentou, num ato de persistência intelectual e com uma lógica da imagem que lhe é exclusiva, restaura um nexos na questionação do real (e, portanto, no questionamento de todas as imagens mecânicas que o absorvem e com ele agora se confundem). Por isso a advertência de Zelizer (2018, p. 106) adquire neste contexto um tom preocupante: “uma vez que as instituições constituem necessariamente um terreno fértil para a crise, resta saber se a incerteza alguma vez desaparecerá numa paisagem cujos contornos são institucionalmente determinados”. A pintura é assim uma teimosia no panorama da arte contemporânea.

Tuymans (1958), consensualmente um dos mais importantes pintores da atualidade, apresentou em Veneza (no Palazzo Grassi) uma exposição antológica intitulada “La pelle” que reúne obras realizadas entre 1986 e 2019 integrados na coleção Pinault¹¹. Tuymans dedicou-se ao cinema na década de 80 do século XX e a sua pintura posteriormente desenvolvida revela bem a importância do cinema na reflexão que conduz da realidade ao sonho e à ficção. Na sua obra, a pintura parte do cinema e de outras imagens desmaterializadas para explorar a ambiguidade e o inacabamento. Motivos da imprensa, da internet, fotografias espontâneas feitas pelo artista com o seu próprio telemóvel são a matéria-prima de uma pintura capaz de dar significado às imagens¹².

Uma das obras principais da exposição intitula-se Schwarzheide (2019), o nome de um campo de trabalhos forçados na Alemanha nazi onde alguns dos prisioneiros fizeram em segredo desenhos que foram dissimulados para evitar a sua confiscação. São esses desenhos e esse campo que o artista torna presentes numa pintura que remete

¹¹ Ver <https://www.palazzograssi.it/en/about/collection/>

¹² Ver a propósito o guia da visita com textos de Caroline Bourgeois disponível em https://www.palazzograssi.it/site/assets/files/7599/guidina_la_pelle_tuymans_fra.pdf. Exposição patente ao público entre 24/03/2019 e 06/01/2020, comissariada por Caroline Bourgeois e Marc Donnadieu; o catálogo inclui textos, para além do deste último, de Jarrett Ernest e Patricia Falguières (2019). Ver também entre outras a recensão crítica de Nuno Crespo (2019), “Luc Tuymans: a persistência política da pintura”.

para a bela floresta no meio da qual um lugar terrível e medonho permanecia como que camuflado do olhar dos habitantes que viviam nas redondezas. Só na medida em que o visitante percorre o interior do Palácio Grassi e, imbuído da sua bela arquitetura, sobe ao nível da balaustrada que circunda o átrio onde a pintura foi instalada, é que se vai dar conta desta poderosa metáfora. Como sublinha Caroline Bourgeois, fica provado que a distância e o ponto de observação são essenciais na leitura da obra (Bourgeois, 2019).

A Alemanha e o holocausto não são uma preocupação nova no trabalho de Tuymans. A pintura trabalha a luz e a penumbra, o jogo das ocultações e das evidências, o submerso e o flutuante. “Penumbra” é o título de uma outra exposição deste artista na qual recorre a fotografias de campos de concentração nazis, evoca doenças estranhas, espaços abandonados e fantasmáticos. Essa exposição articulava pinturas, imagens e objetos que lhe deram origem e era tutelada por um projeto caro ao artista que consistia em transpor, usando o tempo (um tempo heideggeriano?), da Villa Wannsee, onde no dia 20 de janeiro de 1942 se discutiu, ao mais alto nível, “a solução final”¹³.

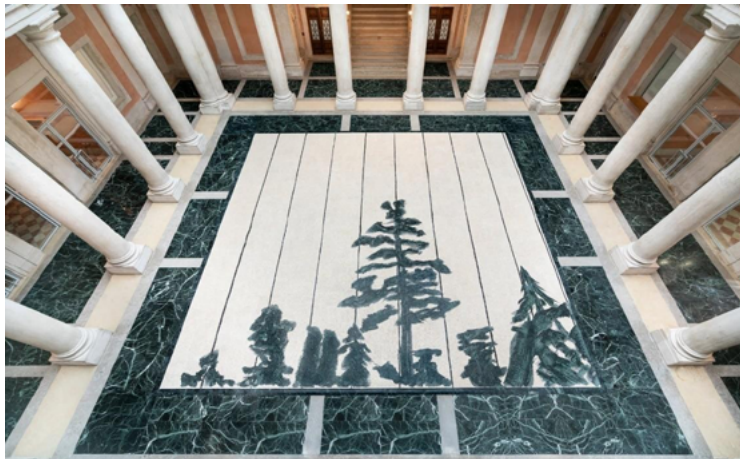


Figura 13: Luc Tuymans, “Schwarzheide”, exposição “La Pelle” no Palazzo Grassi, Veneza

Fonte: Siegal, 2019

Para Tuymans (1958/2006, s.p.) a “imagem estática na memória pode ser infinitamente mais forte que a imagem móvel”, a primeira é fixa, mas o seu equivalente mental

¹³ Luc Tuymans “Dusk/Penumbra” patente ao público entre 14/07/2006 e 14/10/2006 na Casa de Serralves, Porto, Portugal, Museu de Arte Contemporânea de Serralves. Ver especificamente o texto de apresentação do então diretor do museu, João Fernandes, que salienta o confronto entre um lugar/espço cujo significado não se apreende imediatamente e cujo sentido está sempre na iminência de ser traído, na sua representação. A propósito desta situação recorde-se que Tuymans pretendeu levar e expor um conjunto de pinturas suas para o espaço onde a reunião nazi que definiu a “solução final”, presidida por Reinhard Heydrich (chefe das SS), teve lugar na Villa am Grossen Wannsee. Numa das pinturas vê-se uma fotografia de Heydrich proveniente de uma antiga revista de propaganda nazi. Como notava Fernandes, “a intenção original de Tuymans terá sido quebrar a cadeia de significantes e estabelecer um confronto violento das suas pinturas com um dos cenários originais de uma realidade que desafia a representação” (catálogo citado, s. p. Museu de Arte Contemporânea de Serralves, Porto, 2006). Exposição comissariada por Hans Rudolf Reust que escreve no catálogo aqui referido: “o que resta é o fascínio sem palavras de pinturas singulares, que não deixam ninguém tranquilo, porque o processo do pensamento, com as suas lacunas minuciosamente pintadas, não pode nunca ser encerrado”. O inacabado, a História à qual somos devolvidos, para preencher (outras dolorosas e trágicas) lacunas da memória.

encontra-se sempre e cada vez mais em movimento”. Somos por isso enquanto espectadores comprometidos levados a desbravar os meandros da representação subjetiva (pictórica), o registo instantâneo (fotográfico) e a projeção (cinematográfica), com as suas ressonâncias freudianas alicerçadas na transferência. Para nos orientarmos em tais meandros, que afinal são os da própria História, temos de recuperar o significado. E este encontra-se, cada vez mais, em perda: “a pergunta sobre se a fotografia, o filme, a televisão ou mesmo a internet são arte não contrabalança de toda a pergunta sobre a qualidade de uma determinada transferência de significado” (Tuymans, 1958/2006, s.p.).

A pintura não é objeto de manipulação nem pode ser apagada. Envelhece, restaura-se, acumula cicatrizes do tempo. Ou então só pode ser destruída, tal como se aniquilam testemunhas. Mas ainda assim deixa um rasto, um sulco de sacralização emocional. E é imprescindível à compreensão crítica de todas as imagens, uma vez que permite ao espectador conviver com a incerteza, eventualmente suportá-la. A sua presença material e sua metafísica exigem que ele lave o olhar. O cineasta Mizoguchi (1898-1956) afirmou: devem lavar-se os olhos entre cada olhar. Citação que um historiador do cinema convoca a propósito de John Ford, realizador de uma evidente clareza visual. Uma clareza desde logo técnica que, no caso de Ford (homem de *westerns*, duelos e rivalidades movido por um sentido bíblico de justiça na fidelidade às suas raízes irlandesas), o alicerçava no pragmatismo industrial do sistema de Hollywood¹⁴.

Já nessa outra tela de que se fazem os quadros, qual pele coberta de tintas, a imagem está despolidada da acumulação e da saturação. O imaginário das equivalências entre “verdadeiro” e “falso” no mundo da representação é agora um campo desminado. O espectador pode finalmente isolar-se da barbárie e das subjetividades, para reivindicar, se for essa a sua vontade, a condição de autêntica testemunha.

CONCLUSÃO

Graças à reprodutibilidade técnica e à desmultiplicação dos seus efeitos, as imagens ganharam uma velocidade de propagação e um valor de troca que rivaliza com a palavra, sobretudo com a palavra mediatizada. As imagens podem ser utilizadas precisamente para fazer desaparecer palavras ou memórias da própria existência dos proscritos (como é o caso da alteração das imagens sob o regime estalinista). E podem ser manipuladas, encenadas, para substituírem realidades indesejáveis (pensemos na necessidade de normalizar o não-normalizável como é o caso do “álbum de família” de Hitler). Contudo, tanto num como no outro caso, partimos de imagens numa época ainda não sujeita à banalização da fotografia a que assistimos atualmente. Poderemos perguntar-nos, até, se as imagens que aqui aparecem expostas, caso nos fossem contemporâneas, e passassem por um processo de vulgarização resultante da repetição, continuariam a ter o mesmo impacto. É provável que não, se pensarmos em contextos democráticos.

¹⁴ Ver catálogo John Ford, direção literária João Bénard da Costa, publicado por ocasião da apresentação pela Cinemateca Portuguesa e pela Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa, Portugal) do ciclo dedicado ao cineasta John Ford, com apoio e alto patrocínio da Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, novembro/fevereiro de 1984. A referência a Mizoguchi decorre especificamente do texto de Luís de Pina (1984) “John Ford – a Luz e o Olhar”, que aquele historiador do cinema, crítico e ex-diretor da Cinemateca Portuguesa, escreveu para o efeito.

Mas a resposta poderá ser diferente se pensarmos em contextos ditatoriais nos quais a repetição das imagens poderá estar associada à perpetuação de estratégias de terror, como se a própria imagem fosse uma espécie de “olho” vigilante, sempre presente e, eventualmente, uma forma de normalização do medo. Não no sentido de desdramatização do mesmo, mas no sentido da “habituação” a uma existência vigiada. A ser pensável, a extrema generalização da imagem, em cada uma destas situações, teria um mesmo impacto: uma espécie de conformismo do inaceitável. O que levaria à indiferença ou, pelo contrário, à ausência de um horizonte de fuga ao medo. Ora é este horizonte de conformismo, de banalização, de condescendência, determinado por irrelevância ou por medo, que a pintura parece querer resgatar. E chama a si um outro poder: o poder do olhar. Enquanto a fotografia, nos casos aqui analisados, é manipulada por um poder prescritivo do ver, a pintura, e algumas fotografias ou imagens inseridas no espaço (Tuymans no Palazzo Grassi, por exemplo), produzidas e pensadas de acordo com a lógica da pintura, teimam em desafiar a existência de um sentido, de um questionamento do real que não se desvanece: a pintura não pode ser apagada. A pintura inscreve-se no real como testemunha e convoca testemunhas.

REFERÊNCIAS

- Barthes, R. (1976). *Mitologias*. Lisboa: Edições 70.
- Benjamin, W. (2006). *A modernidade, obras escolhidas de Walter Benjamin*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Blackmore, E. (2019, 26 de abril). How photos became a weapon in Stalin’s Great Purge. *Canal História*. Retirado de <https://www.history.com/news/josef-stalin-great-purge-photo-retouching>
- Bauman, Z. & Bordini, C. (2016). *Estado de crise*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Bougeois, C. (2019). *Luc Tuymans. La Pelle*. Veneza: Marsilio Editori. Retirado de https://www.palazzograssi.it/site/assets/files/7599/guidina_la_pelle_tuymans_fra.pdf
- Brett, D. W. (2016). Banality, memory and the index: Thomas Demand and Hitler’s photographer. *Journal of photography*, 9, 233-249.
- Cooper, C. (1995). Hyperides and the trial of Phryne. *Phoenix*, 49(4), 303-318.
- Cowling, E. (2009). Competition and collaboration: Picasso and the old masters. In C. Riopelle & A. Robbins, *Catálogo Picasso: challenging the past* (pp. 11-23). Londres: The National Gallery.
- Crespo, N. (2019, 20 de agosto). Luc Tuymans: a persistência política da pintura. *Público - Ípsilon*, pp. 24-25.
- Curado, A. L. (2008). *Mulheres em Atenas*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Danto, A. C. (1964). The artworld. *The Journal of Philosophy*, 61(19), 571-584.
- Debord, G. (2018). *La société du spectacle*. Paris: Gallimard.
- Dickerman, L. (2000). Camera obscura: socialist realism in the shadow of photography. *The MIT Press*, 93, 138-153.
- D’Orey, C. (2007). *O que é a Arte? A perspectiva analítica*. Lisboa: Dinalivro.

- Duchamp, M. (1990). *O engenheiro do tempo perdido, entrevistas com Pierre Cabanne*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Dyck, A. R. (2001). Dressing to kill: attire as a proof and means of characterization in Cicero's speeches. *Arethusa*, 34(1), 119-130. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/779160>
- Eco, U. (2004). *Os limites da interpretação*. Lisboa: Difel.
- Fellini, F. (Realizador). (1963). *8 ½* [Filme]. Roma: CSC – Cineteca Nazionale.
- Freund, G. (1995). *Fotografia e sociedade*. Lisboa: Vega.
- Gayford, M., Holborn, M. & Dawson, D. (2018). *Lucian Freud*. Londres, Nova Iorque: Phaidon Press.
- Gessen, M. (2018, 15 de julho). The photo book that captured how the soviet regime made the truth disappear. *The New Yorker*. Retirado de <https://www.newyorker.com/culture/photo-booth/the-photo-book-that-captured-how-the-soviet-regime-made-the-truth-disappear>
- Górgias. (1993). *Testemunhos e fragmentos*. Lisboa: Colibri.
- Gortemaker, H. B. (2012). *Eva Braun: life with Hitler*. Londres: Vintage.
- Harrison, M. & Daniels, R. (2016). *Francis Bacon: catalogue raisonné*. Londres: Estate of Francis Bacon.
- Hoffmann, H. (1932). *Hitler wie ihn keiner kennt*. Berlin: Verlag und Vertriebs-Gesellschaft M. B. H.
- Júnior, M. A. (2008). Eficácia retórica: a palavra e a imagem. *Revista Rhetorikê*. Retirado de <http://www.rhetorike.ubi.pt/oo/pdf/alexandre-junior-eficacia-retorica.pdf>
- Kapparis, K. (2017). *Prostitution in the ancient greek world*. Berlin: De Gruyter.
- Kloska, J. (Realizador). (2014) *The rise of the Nazi Party* [Documentário]. Athena.
- Kruszynski, A., Bezzola, T. & Lingwood, J. (2010). *Thomas Struth: photographs 1978–2010*. Nova Iorque: The Monacelli Press.
- Milhazes, J. (2018). *Laurenti Béria. O carrasco ao serviço de Estaline*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Montefiore, S. S. (2017). *Estaline. A corte do Czar vermelho*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Moorhouse, R. (2014). Calling time on Hitler's Hoax. *History Today*, 64(12), 7.
- Overy, R. (2016). *Os ditadores. A Alemanha de Hitler e a Rússia de Estaline*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Pereira, M. H. R. (1971). *Helade, antologia da cultura grega*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Pina, L. (1984). John Ford – a luz e o olhar. In *Catálogo John Ford*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa/Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pisch, A. (2016). The personality cult of Stalin in Soviet posters, 1929 - 1953: archetypes, inventions and fabrications. *ANU Press*. Retirado de <http://press-files.anu.edu.au/downloads/press/n2129/html/cover.xhtml?referer=2129&page=0#>
- Reust, H. R. (2006). Penumbra – Um turno da noite. In *Catálogo Dusk/Penumbra*. Porto: Museu de Arte Contemporânea de Serralves.

Rosenbaum, R. (2012, 03 de setembro). Hitler's doomed angel. *Vanity Fair*. Retirado de <https://www.vanityfair.com/news/1992/04/hitlers-doomed-angel>

Siegal, N. (2019, 21 de março). Luc Tuymans, master of moral complexities, tries something new. *The New York Times*. Retirado de <https://www.nytimes.com/2019/03/21/arts/design/luc-tuymans-palazzo-grassi-mosaic-la-pelle.html>.

Sullivan, R. (2016). A filha de Estaline. A vida extraordinária e tumultuosa de Svetlana Alliluyeeva. Lisboa: Temas e Debates/Círculo dos Leitores.

Tuymans, L. (2006). Sobre a imagem. In *Catálogo Dusk/Penumbra*. Porto: Museu de Arte Contemporânea de Serralves.

Zelizer, B. (2010). How news images move the public. USA: Oxford University Press.

Zelizer, B. (2018). Crise, incerteza e jornalismo. *Electra*, 4, 89-106.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Eduardo Barroso é Professor Catedrático de Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa. É investigador do LabCom da Universidade da Beira Interior. Obteve o título de Agregado pela Faculdade de Letras e Artes Universidade da Beira Interior (2009). Doutor em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2002), licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1986). Programador cultural e artístico em diversas instituições públicas e privadas. Presidiu ao centro de espetáculos Coliseu Porto, nomeado pelo Município do Porto, Ministério da Cultura e Área Metropolitana do Porto (2014-20). Foi o primeiro diretor do Teatro Nacional S. João (1992-95). Foi consultor do SBAL (Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura) da Fundação Calouste Gulbenkian, foi jornalista profissional e integrou o painel de júris do Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA). Autor de uma dezena de livros e mais de uma centena catálogos e artigos no âmbito da estética, artes plásticas, cinema e análise dos média. Comentador do Jornal 2 da RTP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3788-8459>

Email: epb@ufp.edu.pt

Morada: Universidade Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril, 349, 4249-004 Porto

Rui Estrada é doutor em Teoria da Literatura pela Faculdade de Letras de Lisboa. Professor catedrático da Universidade Fernando Pessoa. Investigador integrado do CITCEM (Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Prémio Pen Club Ensaio 2002. Quatro livros publicados (dois em língua inglesa), seis editados e vários ensaios e capítulos de livros publicados em revistas/obras nacionais e internacionais com arbitragem científica.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8076-6692>

Email: restrada@ufp.edu.pt

Morada: Universidade Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril, 349, 4249-004 Porto

Teresa Toldy é doutorada em Teologia pela Philosophisch-Theologische Hochschule Sankt Georgen (Frankfurt), Mestre em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa, universidade onde se licenciou na mesma área. Possui um pós-doutoramento em Estudos Sociais pela Universidade de Coimbra (Centro de Estudos Sociais). É Professora Associada com Agregação em Estudos Sociais na Universidade Fernando Pessoa (Porto), onde ensina Ética em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais. É investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra centrando-se a sua investigação nas questões do género e da religião, áreas nas quais publica. Publica ainda na área da ética.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2299-3504>

Email: toldy@ufp.edu.pt

Morada: Universidade Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril, 349, 4249-004 Porto

Submetido: 14/01/2020

Aceite: 06/07/2020

A DESPESA IMPRODUTIVA E A MERCADORIA ESPETACULAR

Vincenzo Susca

Lersem - Laboratoire d'études et de recherches en Sociologie et en Ethnologie de Montpellier,
Institut de Recherche en Sociologie et Anthropologie, Université Paul-Valéry Montpellier, França

RESUMO

Para apreender corretamente o espírito de nosso tempo, é necessário analisar em profundidade e na superfície a correspondência contemporânea entre o espetáculo e o consumo: consumo espetacular e espetáculo de consumo. A cadeia das mercadorias-signos (Baudrillard, 1968), meio e veículo de adesão ao sistema produtivo e político, assume um valor extraordinário a partir do momento em que acolhe tudo o que é não-racional numa sociedade racionalizada, bem como o aspeto anti-utilitarista de um social focado, precisamente, na lógica do utilitarismo. Nesse sentido, o ciclo dos consumos espetaculares coincide com o consumo da individualidade burguesa, enquanto a massa que se tornou público se torna a matriz na qual o sujeito se perde para amortecer o peso das mudanças e exprimir as pulsões marginalizadas pelo sistema social.

PALAVRAS-CHAVE

espetáculo; imaginário; consumo

UNPRODUCTIVE EXPENDITURE AND SPECTACULAR MERCHANDISE

ABSTRACT

In order to fully grasp the spirit of our times, we need to analyse fully the contemporary relationship between spectacle and consumption: spectacular consumption and the spectacle of consumption. The chain of sign merchandise (Baudrillard, 1968) is simultaneously a mean and a vehicle of adherence to the productive and political system. It takes on extraordinary value from the moment it welcomes all that is non-rational in a rationalised society, as well as it embodies the anti-utilitarian aspect of a social system based solely on the logic of utilitarianism. In this sense, the cycle of spectacular consumption coincides with the consumption of bourgeois individuality, while the mass that has become public becomes the matrix in which the subject loses itself and cushions the weight of change in a way to express the impulses marginalized by the social system.

KEYWORDS

spectacle; imaginary; consumption

A MERCADORIA ESPECTACULAR

O espetáculo apresenta-se ao cidadão como uma distração da alienação para a qual é forçado a produzir mercadorias; no entanto, é somente a partir do momento em que se vincula à atividade produtiva e às suas exigências que ele consegue uma ligação perfeita entre tempo de trabalho e lazer, o segundo a tornar-se a linfa vital do primeiro. Quando uma tal rede de correspondências recíprocas é instaurada, todo o espetáculo é mercantilizado e toda a mercadoria é espetacularizada. O valor de uso ou de troca do objeto perde a centralidade e torna-se o apanágio do valor simbólico e, mais exatamente, em virtude da possibilidade de encenar, por meio de diferentes ferramentas ou ecrãs, a natureza do corpo social, dos seus relacionamentos, dos seus sonhos e até das suas alucinações. É por essa razão que o cinema representa o momento fundamental em que se realiza a confusão entre mercadoria e espetáculo, a primeira a tornar-se o objeto do segundo e vice-versa, mas acima de tudo, os dois a funcionar como os recipientes de um conteúdo social: o público.

A história da indústria cultural sobrepõe-se assim à história, a partir do momento em que o corpo social encontra no binómio consumo-espetáculo o eixo sobre o qual orientar o estar-juntos, para além dos imperativos promovidos pela ordem instituída. Os turbilhões de comunicação que a fantasmagoria da mercadoria espetacular inaugura, se, por um lado, fazem com que o cidadão se distraia da condição alienada na qual se encontra e para a qual é, porém, forçado, por outro lado, confortam os espíritos mais baixos, materiais-corporais (Bakhtine, 1965/1998), portanto, antissociais, das massas, tecendo novas redes de solidariedade horizontal entre os grupos sociais e relativizando os valores em que o sistema encontra a sua base. E o primeiro de entre todos, é o princípio de utilidade.

O que acreditamos ser possível, pelo menos em princípio, é que se torne funcional a dimensão do espetáculo e do consumo que a utilidade promove, na ordem produtiva e nas suas exigências económicas, políticas e morais; mais ainda, esse campo deve permanecer uma referência constante do valor do trabalho e das suas necessidades, permanecendo uma espécie de parêntese que remete sempre para Prometeu. Toda a energia social deve tender e ser projetada para esse objetivo e suas razões. Como verificamos, é por essa razão que o cinema se apresenta como “arte de fábrica” (Abruzzese, 1973/2001). De acordo com essa mesma lógica, o público da indústria cultural é prefigurado no cenário das grandes exposições universais, lá onde as massas são chamadas a virar-se com espanto e admiração para os prodígios da técnica, isto é, do seu trabalho alienado.

É nesta base que se nutre o fetichismo da mercadoria, dirigido, em última instância e em múltiplos aspetos, ao corpo do seu produtor, àquele que constitui a sua fonte. Acabamos, assim, mais ou menos diretamente, a adorar o que fazemos. Nesse sentido, as redes sociais – através das quais acabamos por adorar o que somos – são apenas a realização de um longo processo destinado a tornar o usuário no verdadeiro fetiche do ambiente social. Esta história representa constantemente, ontem como hoje, um elemento contraditório, perigoso para a ordem que o gera. Se é verdade que a cadeia da

mercadoria fortalece a indústria a que preside, as suas fantasmagorias, em particular a partir do momento em que se ligam aos dispositivos oníricos do espetáculo, desencadeiam ao mesmo tempo desejos e necessidades nos quais a felicidade do corpo social tende a transcender as fronteiras da fábrica, a projetar-se em mundos imaginários em que todo o objeto não é mais uma referência ao seu valor mercantil, mas uma emoção, no corpo que o interioriza e integra. No entanto, a própria origem da sua superação está inscrita na indústria cultural e na sociedade de consumo. Apesar disso, aqueles que tratam de promover a estrutura político-produtiva aproveitam-se arduamente do mito produtivista, censurando os prazeres dissolvidos aos quais os excessos espetaculares dão acesso. A tal ponto que

qualquer juízo geral sobre a atividade social subentende o princípio de que todo o esforço particular deve ser redutível, para ser válido, às necessidades fundamentais da produção e da conservação. O prazer, quer se trate de arte, de deboche admitido ou de jogo, é reduzido, nas representações intelectuais que estão em vigor, a uma concessão, isto é, a um abandono, cujo papel seria subsidiário. A parte mais apreciável da vida é dada como a condição – e até mesmo como a condição lamentável – da atividade social produtiva. (Bataille, 1949/2003, p. 26)

O trabalho e a razão devem, de fato, ser os fundamentos de um estar-juntos, inscrito no quadro de um projeto abstrato baseado na produção e no sacrifício, tendo a sua projeção no futuro e o seu substrato identitário numa ideologia. A cadeia dos objetos produzidos serve para estabelecer relações entre “indivíduos”, numa referência contínua a princípios que os transcendem: o contrato social, a ordem político-produtiva das nações, a sociedade perfeita... Dessa forma, a potencialidade do social, que consiste em fazer corpo e em descobrir-se como um corpo comum, bem como as pulsões que o habitam e que constituem o seu imaginário profundo, ficam entorpecidas e sempre mantidas à distância desejada. Com a concretização da modernidade, fica assim inaugurada, como grande novidade histórica, uma maneira de nos relacionarmos com os objetos e as pessoas, uma maneira racionalizada, utilitarista e projetada em direção a uma finalidade superior, comparativamente com o “habitar” do corpo social.

Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, quase nunca observamos simples trocas de bens, de riquezas e de produtos no curso de uma transação feita entre indivíduos. Primeiro, não são indivíduos, mas comunidades que se obrigam mutuamente, que trocam e contratam. (...) Além disso, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas (...). São antes de mais cortêsias, festins, rituais, prestações militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, relativamente aos quais o mercado constitui apenas um dos termos de um contrato muito mais geral e muito mais permanente. (Mauss, 1934/2004, pp. 150-151)

A troca de bens, no contexto ocidental, torna-se o meio e o fim para obter uma máquina capaz de separar indivíduos, para uni-los apenas quando usados na perpetuação

da estrutura. As danças, os espetáculos, as feiras e todas essas instituições que, na era pré-moderna, reforçavam o estar-juntos de um corpo social (Durkheim, 1912/2005), são relativizadas e dobradas para serem colocados ao serviço da marcha triunfal da razão e do progresso. Todos os discursos proferidos pelo sistema político e pelos seus funcionários tendem a nomear e, portanto, a construir uma realidade social em conformidade com um critério de equilíbrio e de utilidade, que faz abstração de qualquer desperdício, não atividade ou excesso, que possam prejudicar as instituições político-produtivas. Trata-se de instintos que sempre constituíram a maneira pela qual o corpo social se fundiu e, através do transe, da festa ou do desperdício, deu vida a esse vai e vem entre si e o outro (a divindade, a natureza, o estrangeiro).

O núcleo duro da cultura moderna domina esses instintos de base, funde a sua própria moral nesta dominação e, através do exercício de seu poder/saber, constrói discursos, estigmatizando todo o desperdício improdutivo. Por outro lado,

é verdade que a experiência pessoal, se se tratar de um homem jovem, capaz de desperdiçar e de destruir sem razão, desmente uma vez e outra essa conceção miserável. Mas, assim como ele esbanja e destrói sem prestar a mínima atenção a isso, o mais lúcido ignora o porquê, ou imagina-se doente; é incapaz de justificar de forma utilitária a sua conduta e não lhe ocorre a ideia de que uma sociedade humana possa ter um interesse, tal como ele próprio, nas perdas consideráveis, nas catástrofes que provocam, de acordo com necessidades definidas, depressões tumultuadas, crises de ansiedade e, em última análise, um certo estado orgiástico. (Bataille, 1949/2003, p. 26)

A indústria cultural serve para ligar as pulsões das massas que vão além da ordem burguesa ao nível do seu sistema produtivo e moral, permitindo ao social viver certas paixões potencialmente desenfreadas com moderação, e mesmo com comedimento, simulando uma despesa impossível de experimentar concretamente, porque dotada de uma alma destrutiva em relação aos textos e contextos da vida moderna.

É provável que o Partido tenha incentivado a prostituição como uma válvula de segurança para instintos que são impossíveis de reprimir completamente. Um pouco de deboche não significa grande coisa, desde que seja praticado em segredo e sem alegria. (Orwell, 2008, p. 70)

A MULTIDÃO TORNA-SE *MEDIUM*

O amontoado das massas nas metrópoles, a intensificação dos fluxos de comunicação e dos corpos – em particular na dimensão noturna e fora do trabalho – desencadearam práticas que tendem a relativizar os imperativos categóricos, a desarticular o sistema utilitário e com ele a espinha dorsal da ordem política. Sempre que esses agrupamentos acontecem, o imaginário enche-se de figuras que aludem constantemente ao

desperdício, à dissolução, à morte ou a qualquer ato que carrega consigo a sabotagem do sistema. É assim que proliferam as lendas metropolitanas que tecem o elogio dos grandes delinquentes e das prostitutas, aumentando o fascínio e o medo ao estrangeiro, bem como o desejo de sair de si para perder-se em algo maior que o eu.

A partir do momento em que o estilo de vida metropolitano, bem como a sua extensão nos territórios do imaginário coletivo, geram efervescências urbanas e eletrônicas, que fazem vibrar as massas, cobrindo com emoções a moral instituída e as suas economias, quando a indústria cultural assume o desafio de cristalizar os agentes do imaginário noturno, o indivíduo que, segundo Bataille (1949/2003), não era capaz de imaginar uma ordem que não fosse utilitária e racionalista, começa a desvendar todas as potencialidades imanentes ao seu ser-aí, na massa. A fantasmagoria da mercadoria espetacular consegue, assim, por um lado, acompanhar os sonhos do indivíduo, projetando-o para além da gaiola identitária em que está preso e, por outro lado, confere um novo esplendor, uma outra vida, para além da economia, à cadeia dos objetos industriais. Era necessário dotar os objetos produzidos pela fábrica com uma aura capaz de acolher o corpo das massas, de ativar nele um jogo de trocas, de excitações apaixonadas e de nostalgias.

Somente a dimensão do espetáculo tornará possível essa conjunção. A multidão torna-se, assim, o *medium* (Rafele, 2010) para o qual todos os objetos e imagens devem remeter. Estes têm a missão de transmitir uma ordem simbólica mais completa e densa, em comparação com aquela que está em vigor nas fábricas, onde o indivíduo prevalece sobre a massa. É essa passagem delicada que lhe permite aceder a uma subjetividade diferente, a partir da qual o pivô da estrutura político-social vê as suas bases modificadas. Quando o deambulador, ou o desiludido entra na massa e desfruta da sua plenitude emocional (Benjamin, 1989/2006), toda a ordem do Leviatã é relativizada (Marramao, 2000) pela subjetividade que deveria submeter-se, de maneira ordenada, à sua própria representação. O indivíduo deixa de estar isolado, o contrato social que o une aos outros, apenas na medida em que se projetam juntos na transcendência do corpo soberano, é substituído por um contágio afetivo, que prevalece sobre tudo e sobre o “todo”.

O deambulador encontra-se no limite, tanto da metrópole como da burguesia. Nenhum dos dois venceu por enquanto; ele não se sente à vontade, nem numa nem noutra e refugia-se na multidão. (...) A multidão é o véu através do qual a cidade bem conhecida aparece para o deambulador como uma fantasmagoria. Nesta fantasmagoria, a cidade é às vezes paisagem e às vezes quarto. (Benjamin 1955/2000, p. 155)

O ciclo dos consumos espetaculares coincide com a consumação da individualidade burguesa, enquanto que a massa que se fez público se torna a matriz em que o sujeito se perde para absorver o peso das mudanças e expressar as pulsões marginalizadas pelo sistema social. Se é verdade que a mercadoria espetacular se torna a sublimação da mercadoria, não podemos ignorar o corolário de um deslize tão radical: o deslocamento de planos que canalizam a energia societal em direção a ilusões desencadeadas pelas

imagens e pelos objetos, em vez de se refletir na catedral da fábrica ou da câmara. Quando Debord (1988) escreve perspicazmente que “o humanismo da mercadoria assume ‘os prazeres e a humanidade’ do trabalhador, simplesmente porque a economia política pode e deve agora dominar essas esferas enquanto economia política” (p. 71), esquece-se de acrescentar que “o humanismo da mercadoria” não segue apenas o sentido do sistema social, pelo contrário, torna-se capaz de mover novas peregrinações iniciáticas por parte das massas, justamente porque lhes dá, embora na forma de uma simples ilusão, a possibilidade de viver uma experiência diferente da dos sistemas sociais estabelecidos. Dá vontade de ter férias, de ter estremecimentos apaixonados e sonhos, que não sejam redutíveis aos fins políticos e produtivos instituídos. Que sociedade, aliás, não ficaria abalada e sacudida em profundidade pela proliferação de “ilusões”?

Apesar da propagação mais inflexível e sistemática de imagens e mensagens vindas de cima, nenhum paradigma social, mesmo totalitário, conseguiu alguma vez impor um sentido privilegiado a tais alucinações, prazeres e desvios simbólicos. O consumo e o espetáculo, portanto, servem o sistema apenas na medida em que sustentam a sua ordem económica, enquanto que, no que se refere ao imaginário, tendem a constituir uma subjetividade, uma placenta intangível e idiossincrática em relação à moral instituída. Aqui, a massa, com a sua fragmentação em tribos, redes ou grupos, prevalece sobre o indivíduo, a potência sobre o poder, a ética da estética sobre a ideologia, a despesa improdutiva sobre o utilitarismo controlado (Joron, 2009). Por outro lado, o *homo œconomicus* é tanto uma novidade na história quanto um sujeito ideal-típico, antes mesmo de se tornar efetivo. De acordo com Mauss, com efeito,

são as nossas sociedades do Ocidente que, muito recentemente, fizeram do homem um “animal económico”. Mas ainda não somos todos seres dessa índole. Nas nossas massas e nas nossas elites, a despesa pura e irracional é uma prática comum; ainda é característica de alguns dos fósseis da nossa nobreza. O *homo œconomicus* não está atrás de nós, está diante de nós; tal como o homem da moral e do dever; tal como o homem da ciência e da razão. Durante muito tempo, o homem tem sido outra coisa; e é desde há bem pouco tempo que é uma máquina, dotado, para além disto, de uma máquina de calcular. Aliás, felizmente, ainda andamos afastados deste cálculo utilitário constante e glacial. (Mauss, 1934/2004, p. 271)

O advento da indústria cultural coincide com o rompimento, nas profundezas da vida coletiva, da adesão à ordem de valores da sociedade baseada no *leitmotiv* do progresso, do utilitarismo e da razão abstrata. A devassidão que escapa dos recantos mais sombrios da metrópole faz corpo com a massificação da sociedade e torna-se, de certo modo, o seu *incipit*, o seu fio condutor secreto. As emoções descontroladas, os espetáculos, as alucinações e as fantasmagorias tornam-se o pão quotidiano das massas (Auclair, 1970), a ponto de levar os sistemas sociais a transigir ou a tentar manipulá-las. Aliás, é interessante verificar os diferentes caminhos adotados pelos Estados Unidos e pela Europa: enquanto, no primeiro caso, o discurso da mercadoria e do espetáculo se

torna a mediação e o motor do relacionamento entre o público e os poderes, no segundo caso, é diretamente o político – nas suas versões totalitárias – que incorpora, da maneira mais exacerbada, o princípio do espetáculo e da sua emotividade. Se, nos Estados Unidos, o discurso da mercadoria se torna o elo, embora precário, entre massa e política, na Itália, na Alemanha e na ex-União Soviética, a política refreia a necessidade de extravasamento emocional e de banho imaginário, sentida pela massa, que se tornou público. Assim como a mercadoria na América, o político na Europa transforma-se, deste modo, no fetiche em que descobrimos a natureza monstruosa das massas. Aqui é inútil insistir nas razões desse investimento e nos efeitos que ele causa, já que seria mais pertinente, no contexto de nosso discurso, mostrar como, num caso como no outro, o surgimento das massas coincide com a manifestação trágica de sacrifícios, consumações e destruições de estruturas preexistentes. O humanismo da mercadoria espetacular sairá vitorioso apenas porque é o mais apto a corresponder à natureza do corpo social e ao seu imaginário lúdico e festivo, às suas indispensáveis fantasias, sempre traídas por regimes políticos focados nas ideologias históricas. Além disso, o espetáculo da mercadoria e a mercadoria do espetáculo estão intimamente ligados, de um ponto de vista proxêmico e enfático, ao espaço-tempo da vida quotidiana. Deixam-se absorver pelo seu ventre, ao mesmo tempo que os absorvem no seu próprio ventre.

Na esteira da mudança de paradigma, imposta pela sociedade espetacular, a partir da segunda metade do século XX, o princípio de realidade no qual os sistemas sociais se baseavam é sacudido e abalado, apesar das intenções dos seus produtores. A lógica da consumação espetacular, baseada na preponderância do imaginário, das ilusões e de um prazer irrestrito, manifesta-se como sendo sempre menos controlável no âmbito dos esquemas que pretendem prescrever-lhe uma ordem. “O consumidor real torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é a sua manifestação geral” (Debord, 1988, p. 72).

DISTORÇÃO E CONVALESCENÇA

O dispositivo espetacular intensifica a faculdade imaginativa do público e difunde interpretações, sonhos e experiências da realidade que corroem o pedestal monolítico sobre o qual a nossa civilização foi construída. A disseminação de imagens e distrações não pode cingir-se ao interior do arcabouço intencional dos produtores, pois, por um lado, o consumo está sempre localizado socialmente e, por outro, a bacia semântica em que a transfiguração do real acontece é o corpo sonhador das massas. Produz-se, assim, um processo de enfraquecimento do “ser”, que desfaz a identidade e os processos de identificação prefigurados pelo sistema para se manter, e que desvenda todos os seus limites, bem como a sua artificialidade. Assim, a realização do sistema tecnológico – circulação e reprodução de objetos, de imagens e de espetáculos – traz consigo a realização e o princípio da dissolução da metafísica.

Com efeito, de acordo com Martin Heidegger, a imposição do mundo da tecnologia moderna, o *Ge-stell*, não é apenas o momento em que a metafísica atinge o seu

auge, mas também, e por essa mesma razão, “uma primeira centelha do *Ereignis*” (Vattimo, 1987, p. 180). Isso significa que existe algo que é intrínseco ao mundo da técnica, qualquer coisa que lhe escapa, que não é apenas “técnico”. É somente através de uma *Verwindung* do *Ge-stell*, que é inaugurada a possibilidade de um *Ereignis* (acontecimento, apropriação). O primeiro termo refere-se a uma aceitação trágica, que também é em si mesma superação, distorção e convalescença. É essa, segundo Vattimo (1987), a essência da pós-modernidade filosófica: a dissolução da modernidade, da sua técnica e da sua metafísica, coincide, assim, com a radicalização das tendências que a constituem desde a origem. A partir do momento em que os sistemas político-económicos deslocam o desafio do plano da ordem simbólica das mercadorias e dos espetáculos, empurrando a aliança desses elementos para a confirmação da sua própria ordem, eles expõem-se também à sua própria distorção, uma vez que defender um imaginário coletivo excitado no corpo a corpo dos consumos e das distrações se torna cada vez mais árduo.

Neste domínio, a possibilidade de colocar em discurso (Foucault, 1976) as substâncias mais obscuras, destrutivas e voluptuosas, apresenta-se como um empreendimento penoso, embora constantemente perseguido pela ordem produtiva e pelo saber/ poder científico. A ação societal abandonada à matriz do consumo espetacular é, em si, portadora de uma cadeia de jogos linguísticos, de interpretações, de distorções e de destruições criativas, que corroem os fundamentos dos sistemas sociais, substituindo-os por pequenas mitologias, por sacralizações do que é profano na origem, por universos de sentidos constituídos por micronarrativas, tribais ou locais, por tudo o que leva a uma reapropriação-distorção da técnica, a uma desrealização do real (Vattimo, 1987). É assim que o “mundo real”, a “história de um erro”, “acaba por se tornar numa fábula”.

O mundo real, acessível ao homem sábio, piedoso e virtuoso – ele vive nele, *ele é este mundo*.

O mundo real, inacessível agora, mas prometido ao homem sábio, piedoso e virtuoso (ao “pecador que faz penitência”).

O mundo real e inacessível, que não pode ser alcançado, nem provado, nem prometido, mas que, pelo mero fato de que é pensado, é consolação, empenhamento, imperativo.

O mundo real – inacessível? De qualquer forma, ainda não alcançado. E, desde que não alcançado, *desconhecido*. Portanto, nem constitui uma consolação, nem uma salvação, nem uma obrigação: como nos podemos envolver em algo que não conhecemos?

O “mundo real”, uma ideia que já não serve para nada, que não nos obriga a mais nada – uma ideia inútil, supérflua, *por conseguinte*, uma ideia refutada: abulamo-la.

Abolimos o mundo real: que mundo restava? Talvez o da aparência? ... Mas não! Ao mesmo tempo que o mundo real, também abolimos o mundo das aparências! (Nietzsche, 1889/2001, pp. 46-47)

Interpretar o advento da sociedade da comunicação e a lógica do consumo espetacular que dela decorre, à luz da convergência entre as filosofias de Heidegger (citado em Vattimo, 1987) e de Friedrich Nietzsche (1889/2001), leva a descobrir as falhas da modernidade, bem como a ler, por trás da desordem, as reapropriações sociais e o lado sombrio levantados pelo imaginário coletivo, a elaboração de uma outra ordem diferente daquela que é pensada e construída pela longa parábola do progresso. Toda a ilusão fomentada pelos dispositivos espetaculares gera uma forma de encantamento do corpo social, uma série incontrolável de sonhos e, ainda assim, sempre bem fundamentada na natureza da vida quotidiana e dos seus aspetos mais trágicos e banais. Dessa maneira, a ideologia da felicidade deixa de servir para a História e é incorporada nas práticas dos sujeitos sociais – no ser-aí – de modo a incitar o indivíduo a “abandonar o ser como fundamento” (Heidegger, citado em Vattimo, 1987, p. 126).

As imagens e os espetáculos promovidos pelo real e lançados nas vísceras do consumo, no coração da socialidade, favorecem a atualização de vários mundos, além e aquém do social, cada um com um sentido diferente. Nesse entendimento, o advento da pós-modernidade, que se manifestou por completo, com as centelhas libertadas pela sociedade do espetáculo, pode ser lido como “morte de Deus”, ou niilismo (Nietzsche, 1882/1998, p. 202), enquanto condição em que o homem reconhece explicitamente a ausência de fundamento como constitutiva da sua realidade. O que significa a erosão de todo o universalismo e a proliferação de fragmentos, estilhaços, de micronarrativas e até de tudo o que é tanto caótico como vital, que perturba a asepsia generalizada a que o social foi reduzido, enquanto racionalização geral da existência (Weber, 1904/1964). Podemos argumentar que as possibilidades da superação/distorção (*verwindung*) do social estão no próprio sistema e, por conseguinte, é no preciso momento em que a ordem moderna atinge o seu estado florescente, e aparentemente mais resplandecente, que ela abre caminho para o declínio. Quando a ideologia se apresenta nas vestes da ideologia da felicidade, quando a panóplia de objetos fetiches, produzidos pela indústria, se desmaterializa nas fantasmagorias espetaculares, a ordem social fica sobre-estimulada nas suas produções e criações simbólicas, confortada no estar-juntos, como pura corporalidade sensível, excitada por uma energia que vai além da ordem racional de que nasceu.

O real desrealiza-se, consuma-se fatalmente, através dos jogos experimentados na dimensão soberana do imaginário, lá onde cada sentido é reduzido a um espetáculo e cada espetáculo fica vinculado às sensações de um ou mais corpos apaixonados e reencantados. É por isso que o *Ge-stell*, na sua natureza anfíbia, arma do Social e, ao mesmo tempo, ordem nas mãos da vida quotidiana, carrega dentro de si, no momento da sua máxima exibição, a realização do “todo” e o seu afundamento. A hibridação e o enxerto recíproco que a vida quotidiana realiza com o sistema de objetos e, de maneira mais geral, com a ecologia do espetáculo, causam o desmoronamento da arquitetura

em que foi construído o real elaborado pelo moderno. As distinções que nele serviram de base – objeto/sujeito, real/irreal, elite/massas – confundem-se e geram um caos no coração da vida coletiva.

Ao perder essas determinações, o homem e o ser entram num domínio *schwingend*, oscilante, que, na minha opinião, deve ser imaginado como o mundo de uma realidade “aligeirada”, que se torna mais leve porque menos nitidamente dividida entre a verdade e a ficção, a informação, a imagem: o mundo da mediatização total da nossa experiência, no qual já nos encontramos em grande parte. (Vattimo, 1987, p. 189)

Numa realidade assim “aligeirada”, na qual o conteúdo da vida real é desmaterializado nos fluxos dos espetáculos e das comunicações, nas centelhas abanadas pelas estéticas sociais do Instagram, Tumblr ou Snapchat, na relativização do político que daí decorre, se sobrepõe o surgimento de uma socialidade anômica, de toda essa massa previamente separada em indivíduos prontos para o trabalho. A sua aparição no palco, de uma maneira ou de outra, *volens nolens*, representa um *jamming* contínuo no motor oficial da História.

A lógica do consumo espetacular, matriz da experiência do vivido coletivo, a partir da segunda metade do século XX, é animada pela convergência da iconofilia e do neopaganismo, sensibilidades de natureza polimórfica no sentido em que se baseiam na riqueza interpretativa da imaginação, na polissemia do imaginário e na veneração de diferentes objetos, lugares, imagens, minando sempre os fundamentos de todo o universalismo e de toda a transcendência. A perda de si, na consumação que constitui a bacia arquetípica do consumo desenfreado, a fusão com o outro que se realiza no momento em que se partilha uma excitação extática para um produto, para um espetáculo ou para qualquer elemento que remete para a relação com o outro, trazem para o palco as perdas, os excessos e a *despesa* improdutiva, da qual o ser humano não pode prescindir, para contrariar os limites do princípio de realidade a que se encontra sujeito. Como Bataille observou, com efeito

a vida humana, distinta da existência jurídica e tal como tem lugar, de facto, num globo isolado no espaço celeste, do dia para a noite, de uma região para outra, a vida humana não pode em *caso* algum estar limitada aos sistemas fechados que lhe são impostos nas conceções razoáveis. O imenso trabalho de abandono, de escoamento e de tempestade, que a constitui, poderia ser expresso, dizendo que ela só começa com o défice desses sistemas: pelo menos o que ela admite em matéria de ordem e de reserva só faz sentido a partir do momento em que as forças ordenadas e reservadas se libertem e se percam, para fins em que não possam estar sujeitas a nada em que seja possível prestar contas. É somente através de uma tal insubordinação, mesmo miserável, que a espécie humana deixa de estar isolada no esplendor sem condição das coisas materiais. (Bataille, 1949/2003, pp. 44-45).

Tradução: Jean-Martin Rabot

REFERÊNCIAS

- Abruzzese, A. (1973/2001). *Forme estetiche e società di massa*. Venezia: Marsilio.
- Auclair, G. (1970). *Le mana quotidien. Structures et fonctions de la chronique de faits divers*. Paris: Éditions Anthropos.
- Baudrillard, J. (1968). *Le système des objets*. Paris: Gallimard.
- Bakhtine, M. (1965/1998). *L'œuvre de François Rabelais et la culture populaire au moyen-âge et sous la renaissance*. Paris: Gallimard.
- Bataille, G. (1949/2003). *La part maudite. Précédé par la notion de dépense*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Benjamin, W. (1955/2000). Paris. La capitale del XIX secolo. In *Angelus novus. Saggi e frammenti*. Turin: Einaudi.
- Benjamin, W. (1989/2006). *Le livre des passages*. Paris: Les Éditions du Cerf.
- Debord, G. (1988). *Commentaires sur la société du spectacle*. Paris: Éditions Gérard Lebovici.
- Durkheim, É. (1912/2005). *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: PUF.
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Joron, P. (2009). *La vie improductive. Georges Bataille et l'hétérologie sociologique*. Montpellier: PLUM.
- Marramao, G. (2000). *Dopo il leviatano. Individuo e comunità*. Turin: Bollati Boringhieri.
- Mauss, M. (1934/2004). Les techniques du corps. In M. Mauss (Ed.), *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF.
- Nietzsche, F. (1882/1998). *Le gai savoir*. Paris: Flammarion.
- Nietzsche, F. (1889/2001). *Crépuscule des idoles*. Paris: Hatier.
- Orwell, G. (1949/2013). 1984. Nova Iorque: Penguin.
- Rafele, A. (2010). *La métropole. Benjamin et Simmel*. Paris: CNRS Éditions.
- Vattimo, G. (1987). *La fin de la modernité. Nihilisme et hermétique dans la culture post-moderne*. Paris: Éditions du Seuil.
- Weber, M. (1904/1964). *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Plon.

NOTA BIOGRÁFICA

Vincenzo Susca é Professor Associado de Sociologia na Universidade Paul-Valéry de Montpellier. Membro do laboratório Lerssem-Irsa (Montpellier), McLuhan Fellow na Universidade de Toronto, é o diretor editorial dos *Cahiers européens de l'imaginaire* (CNRS Editions). Publicou diversos livros sobre a relação entre os média, o imaginário

e o quotidiano, incluindo: *Gioia tragica. Le forme elementari della vita elettronica* (Milão, 2010; Paris, 2011; Barcelona 2012); *Les affinités connectives. Sociologie de la culture numérique* (Paris, 2016; Porto Alegre, 2019) e *Un oscuro riflettere. Black Mirror e l'aurora digitale* (Milão, 2020; Montreal, 2020), com C. Attimonelli.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5489-6514>

Email: vincenzo.susca@univ-montp3.fr

Morada: 5 Place de la Comedie, Montpellier 34000, France

Submetido: 14/04/2020

Aceite: 07/07/2020

LEITURAS | BOOK REVIEWS 

RECENSÃO DO LIVRO *IMAGES OF IMMIGRANTS AND REFUGEES IN WESTERN EUROPE. MEDIA REPRESENTATIONS, PUBLIC OPINION, AND REFUGEES EXPERIENCES*

BOOK REVIEW OF *IMAGES OF IMMIGRANTS AND REFUGEES IN WESTERN EUROPE. MEDIA REPRESENTATIONS, PUBLIC OPINION, AND REFUGEES EXPERIENCES*

Fábio Ribeiro

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho,
Portugal / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

d’Haenens, L., Willen, J. & Heinderyckx, F. (Eds.) (2019). *Images of immigrants and refugees in Western Europe. Media representations, public opinion, and refugees’ experiences*. Lovaina: Leuven University Press.

Uma criança, com roupa amarrotada e suja, observa um muro imponente de grades e de arame farpado. Não consegue ultrapassar aquele obstáculo e, por isso, parece resignada. Mesmo sem qualquer legenda, imediatamente nos ocorre que aquela fotografia terá sido captada num qualquer campo de refugiados ou numa zona fronteiriça vedada à circulação de pessoas. E assim se dá o mote à capa do livro *Images of immigrants and refugees in Western Europe. Media representations, public opinion, and refugees’ experiences* (2019), de Leen d’Haenens, Willem Joris e François Heinderyckx, que reúne o trabalho de investigadores sobre as implicações dos movimentos migratórios do ponto de vista comunicacional, mediático e sociológico, no contexto europeu.

A promoção da multiculturalidade está na génese da União Europeia, o que sugere “uma tela que recupera memórias, evidencia culturas e identidades, potencia discussões, reivindica diálogos construtivos e transformadores” (Silva, Cabecinhas & Evans, 2019, p. 7). Aliás, na agenda das questões políticas europeias, as migrações estão permanentemente no discurso dos altos representantes governativos. No entanto, são os movimentos migratórios ilegais que preocupam mais as autoridades. Neste sentido, a atual crise migratória na Europa, que conheceu o período mais crítico a partir de 2015, “já é considerada a maior deslocação de pessoas, motivada por conflitos armados, que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial” (Abdo, Cabecinhas & Brites, 2019, p. 17). No livro que serve de base a esta recensão, os autores referem que a atual crise se relaciona com as manifestações que conduziram à chamada Primavera Árabe, um acontecimento que apenas alguns anos mais tarde desencadearia um êxodo de pessoas, sem precedentes, de zonas como a Síria, Líbano, Afeganistão e Egito, entre outros países.

Muitas destas revoluções, que pretendiam derrubar ditadores, não se consolidaram com o tempo, pelo que significaram o regresso de dificuldades económicas e instabilidades políticas. O Egito é um desses casos. Na sequência da recente morte do antigo presidente, Hosni Mubarak, a 25 de fevereiro de 2020, que esteve no poder durante 30 anos, o jornal português *Público* explicava bem esta ideia de uma certa revolução de Pirro: “a Primavera árabe que o [Mubarak] depôs, não aguentou tanto tempo” (Fernandes, 2020).

Do ponto de vista histórico e demográfico recente, a problemática das migrações, nomeadamente aquelas que se referem a pessoas que procuram abandonar os países de origem sem qualquer documentação legal que lhes permita viver noutro, conhece extensões à escala mundial. Saskia Sassen (2016), uma das académicas mais reconhecidas a nível mundial na área da Sociologia do Desenvolvimento e da Demografia, considera que existem três fluxos migratórios decisivos para a compreensão deste drama profundamente atual: 1) na América Central, onde crianças e adolescentes que, por sua conta e risco, procuram um refúgio num país estrangeiro; 2) no Sudeste Asiático, com a crise de refugiados que se desenha desde Mianmar, Tailândia e Malásia, rumo à Austrália e Nova Zelândia; 3) na Europa Mediterrânica, na ressaca da crise dos países petrolíferos, a partir de 2015.

Alguns sinais diplomáticos parecem reforçar a ideia de uma Europa atenta a este drama. A 29 de junho de 2018, os líderes europeus chegaram a um entendimento no sentido de resgatar refugiados para território europeu, transferindo-os para “centros de controlo” dispersos pelos diversos Estados-membros. Segundo o jornal inglês *The Guardian*, embora o acordo tenha sido alcançado depois de intensas conversações, ainda hoje se discute a relevância deste acordo, sobretudo no sempre complexo tema da distribuição das quotas de refugiados por cada país (Henley, 2018). Neste quadro de permanente tensão geopolítica, alguns acontecimentos recentes não ajudam à estabilização de políticas europeias. Em fevereiro de 2020, o presidente turco Recep Tayyip Erdogan decidiu suspender o controlo das fronteiras do país, permitindo que cidadãos sírios conseguissem chegar à fronteira europeia. Erdogan defendia que a Europa não estava a cooperar convenientemente com a Turquia nesta questão (Turquia abre as portas da Europa aos refugiados. NATO solidária, 2020). Como resposta a esta decisão drástica da Turquia, a Guarda Costeira grega dispersou com tiros a chegada dos migrantes que tinham atravessado o território turco (Guarda costeira grega dispara para afastar migrantes, 2020).

Tendo em conta a atualidade desta questão e a imprevisibilidade de antecipar cenários concretos no xadrez diplomático, a obra que serve de base a esta análise oferece uma perspetiva distinta ao debate político, legal, a partir de uma perspetiva eminentemente comunicacional e mediática. Como refere Vliegenthart (2015), é pedido aos cientistas em Comunicação a inclusão de uma terceira dimensão de análise no tema das migrações, a par das atitudes culturais e das políticas públicas: a atuação dos média. Do ponto de vista da investigação em Ciências da Comunicação, sobram exemplos que confirmam este apelo. Diversos estudos têm abordado o papel dos refugiados como “objetos da violência simbólica” (Butler, 2004) ou de “informação precária” (Wall, Campbell

& Janbek, 2015). Através de uma modesta amostra¹, facilmente se percebe o interesse da comunidade académica pelo tema, designadamente nas publicações científicas com maior fator de impacto a nível mundial no ranking Scimago/Scopus². A revista *New Media and Society*, a segunda mais bem cotada, apresenta 61 artigos que se poderiam enquadrar nesta temática, refletindo, por exemplo, sobre a islamofobia relativamente aos refugiados (Poole, Giraud & de Quincey, 2020) ou o “pesadelo do multiculturalismo” (Nortio, Niska, Renvik & Jasinskaja-Lahti, 2020). A revista *Digital Journalism* apresenta 23 trabalhos recentes nesta área, nomeadamente sobre a utilização de imagens virtuais na cobertura noticiosa dos refugiados (Mast & Hanegreefs, 2015), enquanto a última deste ranking das dez mais cotadas, *Political Communication*, contém 54 artigos onde se poderá encontrar reflexões como a crise humanitária na Somália e a resposta da comunidade internacional (Livingston & Eachus, 2010).

Este livro, para além de se constituir num contributo atual e documentado, junta-se a todo este esforço de reflexão científica sobre, genericamente, migrações e refugiados. Um certo senso comum coloca o termo “refugiado” na perspetiva ilegal da migração, envolta em risco e submetida a perigos constantes. No entanto, apesar de nem todos os migrantes serem refugiados, nesta aceção negativa do termo, os autores optam por não distinguir os dois conceitos.

Este livro procura responder a quatro desafios: discutir políticas de imigração e integração na Europa; avaliar as representações mediáticas sobre refugiados; medir os sedimentos pelos quais se consolida a opinião pública sobre migrantes; apresentar relatos e experiências de cidadãos que, inseridos nestas condições, procuram uma vida melhor no velho continente. Deste modo, cada um destes desafios aparece na obra sob a forma de uma parte autónoma, num total de 10 capítulos, de mais de uma dezena de investigadores maioritariamente belgas e suecos. Como se irá perceber mais à frente, existe um certo excesso de protagonismo da reflexão em torno dos Países Baixos e da Suécia, um facto que estará naturalmente relacionado com a proveniência dos investigadores que participam no livro, integrados no projeto “Images of immigrants in the media: thought-provoking effects” (IM²MEDIATE), que esteve em curso na Universidade de Lovaina, na Bélgica, entre 2015 e 2019.

O primeiro capítulo funciona como prefácio e síntese das 209 páginas que compõem o livro. Leen d’Haenens e Willem Joris acenam, desde logo, com uma ideia tão óbvia quanto crua: “não há soluções simples para a crise migratória na Europa” (p. 7). Contudo, os autores notam que o número de pessoas que tenta, pela via legal, obter autorização para trabalhar na União Europeia diminui todos os anos – cerca de 600 mil, em 2018. A maioria dos candidatos é do sexo masculino (67%). Os autores deixam os leitores a especular sobre este decréscimo, que pode residir na burocracia, no descrédito

¹ Os dados foram recolhidos em março de 2020.

² Na lista das dez publicações com maior fator de impacto constam as seguintes: 1) *Internet Research*; 2) *New Media and Society*; 3) *Information Communication and Society*; 4) *Communication Theory*; 5) *Digital Journalism*; 6) *Journal of Communication*; 7) *Journal of Advertising*; 8) *Human Communication Research*; 9) *Media Psychology*; 10) *Political Communication*. Retirado de <https://www.scimagojr.com/journalrank.php?area=3300&category=3315>

pelas instituições públicas ou nos intensos sinais políticos contraditórios que se materializam nos discursos xenófobos e nacionalistas de Salvini, na Itália, ou de Viktor Orbán, na Hungria, entre tantos exemplos que poderiam ser elencados. De qualquer maneira, d’Haenens e Joris explicam por que razão a Bélgica e a Suécia surgem como estudos de caso preferenciais neste livro. Entre outras razões, referem que “ambos os países enfrentam realidades idênticas no que concerne ao número de refugiados que acolhem” (p. 13), estabelecendo políticas duradoras capazes de promover a tolerância e abertura junto dos migrantes.

Na primeira das quatro partes do livro, discute-se as políticas de imigração e integração na Europa, num único capítulo. Partindo do caso belga e sueco, Paul Puschmann, Ebba Sundin, David De Coninck e Leen d’Haenens defendem que estes países apostam numa sociedade multicultural onde a extrema-direita apologista do nacionalismo exacerbado não tem grande sucesso: “a integração de imigrantes presta-se ao desenvolvimento de políticas que contrariam a segregação e a discriminação em certos setores da sociedade” (p. 34).

Na segunda parte do livro encontra-se a reflexão mais alargada. Quatro textos analisam, sob vários prismas, as representações dos média sobre migração e integração. No primeiro, através de uma análise de conteúdo das notícias publicadas sobre migrantes e refugiados, entre 2015 e 2017, em diversos jornais belgas e suecos, percebe-se que a cobertura mediática pode ser bastante distinta. Os jornais suecos publicam artigos em maior número e mais extensos. A marca comum consiste na atribuição do papel de “bom” e “mau” ao refugiado, com algumas peças que destacam os “sonhos” que os movem.

O segundo texto, assinado por Valériane Mistiaen, analisou a cobertura mediática da televisão de língua francesa – RTL-TVI (pública) e La Une (comercial). Utilizando uma análise lexical de 300 notícias, de 2015, concluiu-se que não existem substanciais diferenças entre operadores de serviço público e privado, isto é, ambos oferecem uma visão estereotipada destes grupos minoritários, o que contraria estudos anteriores como os de De Bens’s (2004). Ainda assim a televisão comercial apresenta tipicamente reportagens sobre os problemas de criminalidade associados aos refugiados. O possível contributo positivo – social ou económico – da integração destas pessoas nunca acaba por ser abordado.

O terceiro texto, da autoria de Lutgard Lams, aborda um dos momentos mais traumáticos que a Europa enfrentou, quando em 2015 se deparou com uma crise migratória sem precedentes. Segundo contas da BBC (*Migrant crisis: migration to Europe explained in seven charts*, 2016), mais de um milhão de pessoas tentaram nessa altura chegar ao continente europeu, por via aérea – mas sobretudo marítima, de forma ilegal, em embarcações precárias e sobrelotadas, depois do escalar do conflito na Síria, mas também devido a situações dramáticas de guerra no Afeganistão ou na Eritreia. Observando alguns jornais dos Países Baixos, e a forma como estes retrataram esta crise em particular, Lams identificou abordagens diferentes na “semântica jornalística”: o *De Volkskrant* (Holanda) e o *De Morgen* (Bélgica) colocaram, muitas vezes, a tónica no papel positivo da União Europeia, embora este último não tenha deixado de fazer algumas críticas, apontando o dedo à chanceler alemã, Angela Merkel. O autor concluiu ainda que estes

jornais retratam os refugiados como indivíduos alienados da realidade, impotentes e distantes das decisões políticas.

Por fim, o quarto texto dedica-se a um estudo metajornalístico. Os autores – Stefan Mertens, Leen d’Haenens, Rozane De Cock e Olivier Standaert – analisaram os discursos de jornalistas de 24 países ocidentais, com a exceção da Coreia do Sul, sobre os diversos índices de tolerância, acompanhamento, intervenção, colaboração e integração de migrantes e refugiados nos respetivos países. Ao contrário do que esperavam encontrar, os investigadores concluíram que países com tradições jornalísticas multiculturais e tolerantes têm um menor número de políticas de integração. Outro ponto saliente desta análise reside no facto de o discurso da maioria dos jornalistas se inscrever numa tradição normativa, de promoção da tolerância e diversidade, o que depois acaba por contrariar as conclusões observadas em capítulos anteriores.

Na terceira parte do livro, debate-se essencialmente a forma como a opinião pública se envolve nesta problemática. No primeiro texto, David De Coninck, Hanne Vandenberghe e Koen Matthijs estudaram as representações mentais e sociais de cidadãos belgas e suecos, entre os 18 e os 65 anos. Na Bélgica, os cidadãos tendem a defender que as televisões comerciais provocam sentimentos negativos em relação aos refugiados, ao contrário do que sucede com o serviço público. Deste modo, os investigadores confrontaram essa perceção sobre os média com as opiniões individuais e encontraram diferenças significativas. Percebe-se, por isso, que nem sempre os média produzem efeitos determinantes e influenciam decisivamente a opinião pública. É este o sentido de estudos recentes (Correia, Jerónimo & Gradim, 2019), ao proporem que a teoria do *agenda setting* está completamente desatualizada.

No texto seguinte, três autores demonstram a existência de “bolhas de informação”, capazes de filtrar perceções públicas, o que se torna curioso, porque pode precisamente contrariar o estudo anterior. Os investigadores mediram as atitudes de seis mil inquiridos através de um inquérito online perante notícias filtradas para determinar eventuais condicionamentos interpretativos e concluíram que existe uma tendência para uma validação de conteúdos que se aproximam das crenças individuais. Ainda assim, admitem a existência de uma “opinião pública dividida (se não negativa) e um nível genericamente elevado de pouca informação ou ausência total da mesma sobre este assunto, e uma tendência para subestimar números oficiais, associando refugiados ao crime e terrorismo” (p. 155).

Por último nas reflexões sobre este terceiro tema, um texto que se aproxima bastante do contributo anterior. Willem Joris e Rozane De Cock procuram perceber se um determinado posicionamento jornalístico condiciona a atitude de uma pessoa. Num estudo que envolveu mil e quatrocentos cidadãos belgas, os investigadores concluíram, entre outros aspetos, que o efeito de *frame*³ não se concretizou, uma vez que depois de confrontados com uma perspetiva contrária à sua opinião, os inquiridos mantiveram as suas posições relativamente a um determinado assunto. De um modo mais impressionante,

³ Isto é, o efeito de exposição sistemática a um conjunto de imagens e conteúdos.

os autores consideram que nem mesmo o nível de consciência sobre o tema dos refugiados ou de grau de escolaridade interferem nesta correlação.

Em último lugar, a quarta parte deste livro apresenta, num único capítulo, o resultado de uma investigação sobre discursos e relatos dos próprios refugiados. Através do contacto com várias agências e organizações não governamentais, os investigadores estudaram as perceções de 44 refugiados – 24 vindos da Síria, 11 do Afeganistão e nove do Iraque –, residentes na Bélgica desde 2015. Utilizando questionários online e entrevistas em profundidade, os autores concluíram que os refugiados se sentem representados, invariavelmente, como “vítimas” pelos meios de comunicação *mainstream*, lamentando a falta de notícias sobre o contributo positivo que poderiam oferecer às economias e sociedades europeias, uma linha conceptual já abordada anteriormente no livro. Os inquiridos demonstraram, ainda assim, que sentem esperança no papel que os média possam desempenhar para alterar este paradigma negativo, um fator que poderá ser determinante para condicionar ações políticas mais efetivas de integração.

No final do livro surge o capítulo de François Heinderyckx, reconhecido académico, que se dedica, numa espécie de posfácio, a sistematizar o percurso da obra. O autor lembra um aspeto que parece pouco debatido no livro e que se relaciona com a facilidade com que os partidos políticos extremistas – da esquerda à direita – recorrem à temática dos refugiados para vincar as suas opiniões: “migrantes, refugiados e outras minorias visíveis provaram ser os bodes-expiatórios perfeitos para dilacerar a atualidade: a crise económica, desemprego, pobreza, criminalidade, terrorismo, ameaças de saúde, homogeneização cultural” (p. 199). O contributo de Heinderyckx torna-se ainda mais relevante neste documento porque sinaliza áreas não contempladas nos capítulos anteriores. Por isso, deixa algumas recomendações para uma mudança de paradigma: evitar o uso de clichés na representação mediática sobre migrantes, abandonar a perspetiva negativista de um grupo de “condenados”, e uma maior consciência da classe jornalística para uma cobertura mais diversificada e interessante para mudar mentalidades.

Pertinente em termos teóricos, refletindo um problema da máxima atualidade, o livro *Images of immigrants and refugees in Western Europe. Media representations, public opinion, and refugees' experiences* torna-se num documento científico particularmente relevante pela robustez metodológica que revela, onde várias técnicas de investigação são ensaiadas, desde o inquérito ao grupo de foco. Este facto pode converter esta obra numa ferramenta importante de estudo para estudantes universitários e académicos em geral. A disponibilização do livro em acesso aberto, sem custos, no site da Leuven University Press⁴ também se presta a este propósito.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

⁴ Disponível em <https://lup.be/products/119590>

REFERÊNCIAS

- Abdo, C., Cabecinhas, R. & Brites, M. J. (2019). Crise migratória na Europa: os *media* e a construção da imagem dos refugiados. In Z. Pinto-Coelho; S. Marinho & T. Ruão (Eds.), *Comunidades, participação e regulação. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 71-83). Braga: CECS.
- Butler, J. (2004). *Precarious life: the powers of mourning and violence*. Nova Iorque: Verso.
- Correia, J., Jerónimo, P. & Gradim, A. (2019). Fake news: emoção, crença e razão na partilha seletiva em contextos de proximidade. *Brazilian Journalism Research*, 15(3), 626-651. <https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1219>
- De Bens, E. (2004). Belgium. In M. Kelly; G. Mazzoleni & D. McQuail (Eds.), *The media in Europe. The Euromedia Research Group* (pp. 16-30). Londres: SAGE Publications.
- Fernandes (2020, 25 de fevereiro). Hosni Mubarak, o ditador que viveu o suficiente para ver derrotada a revolução que o depôs. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2020/02/25/mundo/noticia/hosni-mubarak-ditador-viveu-suficiente-derrotada-revolucao-depos-1905464>
- Guarda costeira grega dispara para afastar migrantes (2020, 03 de março). *Jornal de Notícias*. Retirado de <https://www.jn.pt/mundo/videos/guarda-costeira-grega-dispara-para-afastar-migrantes-11883839.html>
- Henley, J. (2018, 29 de fevereiro). EU migration deal: what was agreed and will it work?. *The Guardian*. Retirado de <https://www.theguardian.com/world/2018/jun/29/eu-summit-migration-deal-key-points>
- Livingston, S. & Eachus, T. (2010). Humanitarian crises and U.S. foreign policy: Somalia and the CNN effect reconsidered. *Political Communication*, 12(4), 413-429. <https://doi.org/10.1080/10584609.1995.9963087>
- Mast, J. & Hanegreefs, S. (2015). When news media turn to citizen-generated images of war. *Digital Journalism*, 3(4), 594-614. <https://doi.org/10.1080/21670811.2015.1034527>
- Migrant crisis: migration to Europe explained in seven charts (2016, 04 de março). *BBC News*. Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-europe-34131911>
- Nortio, E., Niska, M., Renvik, T. A. & Jasinskaja-Lahti, I. (2020). 'The nightmare of multiculturalism': Interpreting and deploying anti-immigration rhetoric in social media. *New Media & Society*, 00(0), 1-19. <https://doi.org/10.1177/1461444819899624>
- Poole, E., Giraud, E. H. & de Quincey, E. (2020). Tactical interventions in online hate speech: The case of #stopIslam. *New Media & Society*, 00(0), 1-28. <https://doi.org/10.1177/1461444820903319>
- Sassen, S. (2016). A massive loss of habitat new drivers for migration. *Sociology of Development*, 2(2), 204-233. <https://doi.org/10.1525/sod.2016.2.2.204>
- Silva, A., Cabecinhas, R. & Evans, R. (2019). Culturas, memórias, diálogos em construção. *Comunicação e Sociedade* [Vol. Especial], 7-11. [https://doi.org/10.17231/comsoc.o\(2019\).3056](https://doi.org/10.17231/comsoc.o(2019).3056)
- Turquia abre as portas da Europa aos refugiados. NATO solidária (2020, 27 de fevereiro). *Diário de Notícias*. Retirado de <https://www.dn.pt/mundo/turquia-abre-as-portas-da-europa-aos-refugiados-e-lanca-ofensiva-na-siria-11866974.html>
- Vliegthart, R. (2015). Mediamacht. De interactie tussen media, publiek en politiek. In J. Bardoel & H. Wijffjes (Eds.), *Journalistieke cultuur in Nederland* (pp.221-236). Amsterdão: Amsterdam University Press.
- Wall, M., Otis Campbell, M. & Janbek, D. (2017). Syrian refugees and information precarity. *New Media & Society*, 19(2), 240-254. <https://doi.org/10.1177/1461444815591967>

NOTA BIOGRÁFICA

Fábio Ribeiro é Professor Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Vila Real (Portugal). Ensina nas áreas do Jornalismo (imprensa, rádio e televisão) e sobre Sociologia da Comunicação. Membro integrado do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, desenvolve investigação sobre média, participação, comunicação de ciência e Estudos Radiofónicos. Desde 2017, é vice-coordenador do Grupo de Trabalho “Rádio e Meios Sonoros” da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8071-6145>

Email: fabior@utad.pt

Morada: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Quinta de Prados, 5001-801 Vila Real

Submetido: 18/03/2020

Aceite: 03/07/2020

A GLOBALIZAÇÃO DISSEMINOU-SE E É MAIS DISSIMULADA E EFICAZ. A MUDANÇA PASSA POR INVERTER A INVISIBILIDADE DOS MAIS DESFAVORECIDOS

GLOBALISATION HAS SPREAD AND BECOME EVEN MORE DISSIMULATED AND EFFECTIVE. CHANGE INVOLVES REVERSING THE INVISIBILITY OF THE UNDERPRIVILEGED

Vítor de Sousa

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Hardt, M. & Negri, A. (2000). *Empire*. Londres, Massachusetts: Harvard University Press.

No final de 2019, para assinalar os 20 anos da publicação de *Império*, os seus autores, Michael Hardt (académico) e Antonio Negri (filósofo e ativista político, tendo estado preso por alegadamente pertencer às *Brigadas Vermelhas*), escreveram um ensaio na *New Left Review*, onde olham para as diferenças entre as épocas e analisam a forma como o processo de globalização se desenvolveu. O livro, pode afirmar-se, mantém-se atual na sua ideia-chave, já que a globalização continua, cada vez mais, a pontuar a ordem mundial. O seu desenvolvimento é mais dissimulado e, por conseguinte, mais eficaz. As forças de dominação e o controlo da ordem global de forma alguma diminuíram, apesar da posição muitas vezes histriónica dos ideólogos da soberania nacional. Os autores preconizam, no entanto, ser hoje necessário um novo ciclo internacional assente numa luta mais inteligente para investigar as estruturas da ordem global dominante. O que resulta na ideia de que o trabalho teórico realizado no quadro dos movimentos sociais poderá ser mais capaz de ensinar do que uma ida a uma biblioteca. É por isso que os autores alvitram que movimentos como o da alter-globalização (também conhecida como globalização alternativa) podem ser o primeiro passo para desafiar e, eventualmente, derrubar as estruturas do “império” invertendo, dessa forma, a invisibilidade dos mais desfavorecidos.

O livro foi escrito em meados dos anos 90 do século XX e publicado no ano 2000, sendo uma teorização sobre a transição contínua do fenómeno moderno que representa o imperialismo, centrado em estados-nação individuais, para uma construção pós-moderna, criada na esfera de determinados poderes governamentais que os autores apelidam de *Império*. Tal como é referido no prefácio da obra, ainda hoje considerada como de referência, o escrito foi feito entre guerras: começou muito depois do fim da

primeira Guerra do Golfo e foi concluído bastante antes da Guerra do Kosovo. É nesse contexto que se instiga o leitor a situar-se, bem como à própria narrativa, no ponto intermédio entre esses dois acontecimentos que se destacam na construção do *Império*. E, logo na primeira frase, qual disparo de *shotgun*, é avançada a ideia-chave da publicação: “o Império materializa-se diante dos nossos olhos” (p. XI).

A ascensão do *Império* coincide, assim, com o fim dos conflitos nacionais, sendo que a definição do novo “inimigo”, fosse ele quem fosse, passou a ser outra e bem distante de uma lógica antes assente na ideologia. O novo inimigo é como se fosse uma espécie de criminoso ou alguém que representasse uma ameaça à lei em vigor, mas que já não estava associado a um sistema político, nem a uma nação: em suma, o novo inimigo era personificado no “terrorista”. O 11 de Setembro (2001) pode muito bem exemplificar essa ideia, já que teve lugar após a escrita deste livro, muito embora ambos os momentos não estivessem muito separados no tempo. O mesmo aconteceu com a denominada segunda guerra do Iraque, que foi uma espécie de resposta dos Estados Unidos da América (EUA) aos atentados suicidas das Torres Gémeas (Nova Iorque). Nesta nova ordem civilizacional, com um novo contexto, o inimigo ao mesmo tempo que é banalizado (reduzido a um objeto de repressão policial de rotina) é absolutizado (constituindo uma ameaça à ordem ética). A perspetiva da narrativa do livro assenta que nem uma luva aos momentos pós-atentados de Nova Iorque, parecendo uma profecia.

O *Império* é constituído por uma monarquia (Estados Unidos, G8, e outras organizações internacionais como a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, o FMI – Fundo Monetário Internacional ou a OMC – Organização Mundial do Comércio), uma oligarquia (as empresas multinacionais e outros estados-nação) e uma democracia (as várias organizações não-governamentais e a ONU – Organização das Nações Unidas). Parte da análise trata de imaginar a resistência a este estado de coisas, tendo presente a ideia de que o *Império* é totalizante e, nesse sentido, a resistência só pode assumir a forma de negação, plasmada apenas na vontade de ser contra. O *Império*, sendo total, não obsta, no entanto, a que a desigualdade económica persista e, como todas as identidades são estilhaçadas e substituídas por uma identidade universal, a identidade dos pobres, dos migrantes, e daqueles que não têm acesso ao poder, persiste. O que se distancia da ideia de que uniformidade não é o mesmo que homogeneidade (Bayly, 2004) e que pressupõe determinações a respeitar, como é o caso das leis, o que não quer dizer que todos sendo, em tese, iguais perante a lei, não têm que ser iguais entre si. É por isso que a ética, mesmo que tipificada conceptualmente, anda em contraciclo com as atitudes dos estados. E, apesar da consonância existente com as determinações dos organismos internacionais mais importantes como é o caso, na Europa, da União Europeia (UE), o facto é que essa dinâmica pode contrariar, na prática, o que se vivencia, num aparente contrassenso com o que as instituições propalam. A diversidade, sendo uma palavra-âncora no seio da UE, é constantemente posta em causa por alguns dos seus estados-membros, bastando atentar na forma como atuam perante a temática dos migrantes.

Michael Hardt e Antonio Negri destacam que, ao longo das últimas décadas, na sequência da abolição dos regimes coloniais, do desmoronamento do bloco soviético e

da consequente abertura ao mundo ocidental, a globalização é uma evidência, tornando fluidas as trocas económicas e culturais. Mesmo assim, após o fim dos impérios coloniais, um outro subsiste, assumindo-se como “sujeito político que regula efetivamente as trocas mundiais, o poder soberano que governa o mundo”, dele emergindo uma nova ordem mundial, e “uma lógica de poder e uma estrutura de poder novas ou, em suma, uma nova forma de soberania” (p. XI). E, para que não restem dúvidas, os autores sublinham que “o Império com que nos confrontamos dispõe de enormes poderes de opressão e de destruição – facto que não deve, porém, alimentar em nós a nostalgia das formas de dominação passadas”, muito embora acrescentem que existem “novas possibilidades de libertação” que denotam que o processo de globalização não é unívoco (p. XV).

Esta é uma obra que, longe de ser um ensaio pessimista, pretendia sublinhar novas possibilidades da luta em favor da libertação do trabalho subjogado ao capital, no decurso da globalização. Desenvolve um olhar assente numa nova esperança estribado num cruzamento interdisciplinar, tendente a aproximar a narrativa da realidade. É dessa forma que o livro é definido na sua contracapa como um novo Manifesto Comunista, assumindo-se como uma verdadeira utopia, que procura ver para além dos regimes de exploração e vigilância que caracterizam a nova ordem mundial. Tenta encontrar um paradigma político alternativo, tendente a servir de base a uma sociedade global verdadeiramente democrática, tanto mais que, como afirmam os autores, o destino do *Império* é afundar-se na corrupção, que se encontra em todos os lugares, sendo transversal à lógica de dominação.

Trata-se de uma visão neomarxista abrangente da nova ordem mundial, com os autores a argumentarem que a globalização não está a corroer a soberania, mas a transformá-la num sistema difuso de instituições nacionais e supranacionais, ou seja, num novo *Império* que abrange toda a vida moderna. Hardt e Negri analisam os múltiplos processos da globalização e argumentam que a nova ordem global é descentralizada e desterritorializante. E, muito embora seja o *Império* a unir as diversas vertentes da teoria estruturalista e pós-estruturalista, não complicam o discurso, apresentando uma escrita clara e acessível. A narrativa vai mesmo para além dos redutos académicos, muitas vezes desenvolvidos em circuito fechado, apresentando um olhar crítico sobre o panorama político-económico, comparado a um atoleiro que captura o presente.

Na obra, os autores designam por multidão o conjunto de todos os proletários submetidos à lógica da acumulação de capital, que está omnipresente em todas as esferas da vida. Entre estes, estão incluídos não apenas os trabalhadores industriais, mas também todos os que contribuem para a produção dos chamados serviços, à escala global. Desde logo, referem que o conflito social entre o *Império* e a multidão faz com que exista um enorme potencial revolucionário, pelo que, a par da consolidação da dinâmica imperial, que privilegia a importância do capital sobre tudo o resto, a multidão tem que constituir as forças do contra-*Império*, daí decorrendo um novo biopoder, diferente do que aquele que Michel Foucault fixou quando cunhou o termo, em 1977 (para além de Foucault, o livro aborda autores como Maquiavel, Espinosa, Hegel, Hobbes, Kant e, obviamente, Marx). Para o efeito, propõem alguns caminhos a seguir, como é o caso da

criação de uma cidadania global associada ao fim das restrições aos trabalhadores em todo o mundo; o direito a um salário social, independentemente do quadro produtivo; o direito ao controlo coletivo sobre os meios de produção; e o direito de autodeterminação política em todos os quadrantes. As narrativas de Hardt e Negri desafiam o *establishment* e dão alento aos excluídos do fenómeno da globalização, instigando-os a lutarem contra o sistema, desafiando-o no sentido de poder ser criada uma alternativa ao *statu quo* que ainda hoje se mantém atual.

No ensaio que publicaram na *New Left Review*, para assinalarem a passagem dos 20 anos após o livro *Império* ter visto a luz do dia, os autores olham para a realidade social e tentam fazer pontes para o que escreveram antes, como o que é hoje observado. Há duas décadas, a globalização começava a impor-se no palco mundial. Hoje, apesar de continuar no centro das atenções, os comentadores políticos do *establishment* – especialmente na Europa e na América do Norte –, fartam-se de lamentar o declínio da ordem liberal internacional e a morte da Pax Americana, anunciando, a par e passo, o seu *post mortem*. Como acontecia antes, embora de forma mais sublinhada, as forças que os autores apelidam de “reacionárias recém-dominantes” pedem o retorno da soberania nacional, minando pactos comerciais e antecipando guerras comerciais, denunciando instituições supranacionais e elites cosmopolitas, enquanto alimentam as chamadas do racismo e da violência contra os migrantes. Uma situação que é transversal no espectro político e que, “mesmo à esquerda, alguns anunciam uma renovada soberania nacional para servir de arma defensiva contra as predações do neoliberalismo, empresas multinacionais e elites globais” (Hardt & Negri, 2019, p. 67).

Aplaudem os movimentos da alter-globalização, salientando que “a extraordinária virtude desses protestos foi a sua prática teórica” (Hardt & Negri, 2019, p. 91), já que construíram uma visão crítica global e foram capazes de tornar legível o significado político do domínio relativamente obscuro das instituições económicas globais. E, em vez de um movimento, eles podem ser melhor entendidos como uma vasta investigação coletiva de pesquisa sobre a natureza da ordem global emergente. Os ativistas sabiam que as grandes empresas e os estados-nação dominantes, como os EUA, tinham um poder enorme, mas tinham, também, a intuição de que a ordem global podia ser algo mais. Cada evento iluminou outro nó da rede emergente da estrutura de poder global: as grandes organizações institucionais mundiais, os acordos comerciais e assim por diante. O ciclo de movimentos de alter-globalização foi, portanto, um projeto pedagógico maciço para os que neles participaram e para quem estivesse disposto a aprender com o processo.

Numa escala mais vasta, mas ainda pouco legível, a migração constitui uma força importante do internacionalismo e uma insurreição contínua contra os regimes fronteiriços dos estados-nação e das hierarquias espaciais do sistema global. A grande maioria dos migrantes pode, no entanto, não ser capaz de articular a natureza política da sua fuga e muito menos entender as suas ações como parte de uma luta internacionalista, já que “não dispõem de um comité central, plataforma ou declaração de princípios” (Hardt & Negri, 2019, p. 77). Os autores referem-se às espetaculares peregrinações para e

através da Europa, no verão de 2015 que, entretanto, mudaram para a travessia do Mediterrâneo e que ameaçaram os regimes fronteiriços da própria Europa. Da mesma forma, destacam a realização de caravanas com crianças e famílias provenientes da América Central e que atravessaram o México em direção à fronteira com os EUA, no outono de 2018, servindo para divulgar a crise das fronteiras dos Estados Unidos da América. Mas, tratando-se de um tipo incomum de insurreição internacionalista esses eventos, que foram altamente mediatizados, dificilmente são reconhecidos como pertencendo à esfera da política. São vistos, apenas, os picos de uma gama variada de migrações globais, não apenas do Sul para o Norte, mas em todas as direções: da Nigéria à África do Sul, da Bolívia à Argentina, de Mianmar ao Bangladesh, e da China rural à China urbana.

Seja por motivos oficialmente sancionados, como fugir da guerra ou de qualquer outro tipo de perseguição, ou como simples procura de aventura, os migrantes afirmam a sua liberdade através da mobilidade, o que pode servir de base para todas as outras liberdades. É preciso recuar no tempo para entender o que está em causa e “apreciar o significado político das migrações globais como uma insurgência contínua” (Hardt & Negri, 2019, p. 78). As autoridades dominantes reconhecem a ameaça, com o poder dessa insurgência a ser confirmado pelas estratégias cruéis e caras de contrainsurgência lançadas em relação aos migrantes, “desde os campos de concentração apoiados pela UE, na Líbia, até às políticas bárbaras na fronteira com os EUA” (Hardt & Negri, 2019, p. 78). A insurgência dos migrantes ameaça, assim, fazer com que “as várias paredes que segmentam o sistema global se quebrem e desmoronem” (Hardt & Negri, 2019, p. 78).

Sustentam que a vida precária visa compreender a forma como as mudanças legais, económicas e governamentais aumentaram a insegurança de uma ampla gama de populações que estão subordinadas ou correm esse risco (mulheres, pessoas transgénero, gays e lésbicas, pessoas de cor, migrantes, pessoas com deficiência e outras). O que quer dizer que “existe uma noção de precariedade que fala a linguagem da classe trabalhadora e outra que promove uma visão interseccional”. Juntando ambas, encontrar-se-á uma boa base para teorizar a multidão (Hardt & Negri, 2019, p. 86).

Muito embora as posições relativas dos vários poderes dentro da sua constituição mista tenham aumentado, por um lado, mas diminuído, por outro, as forças de dominação e controlo da ordem global de maneira nenhuma têm menos visibilidade, apenas se tendo tornado menos visíveis e legíveis. Os autores referem ser hoje necessário um novo ciclo internacional, que seja pontuado por lutas mais inteligentes, no sentido de investigar as estruturas da ordem global dominante. E, o trabalho teórico realizado na esfera dos movimentos sociais é capaz de ensinar mais do que o que se encontra nas bibliotecas, pelo que “inverter a sua invisibilidade é o primeiro passo para poder desafiar e, eventualmente, derrubar as estruturas do Império” (Hardt & Negri, 2019, p. 92).

O facto de haver quem entenda a globalização numa dimensão de *post mortem*, como vimos, não diverge do processo de globalização mais dissimulado que os autores, 20 anos após a publicação de *Império*, assinalam. Atribuem, desde logo, ao processo uma maior eficácia por estar mais naturalizado socialmente. E isso nem tem que ver com a propalada fragmentação do tempo decorrente da aceleração, mas, ao contrário, devido a uma descontinuidade (Han, 2016).

De resto, a forma como é exercido o poder, na generalidade, deixou sempre pior quem tem menos acesso às decisões, com é o caso dos marginalizados da sociedade. A luta entre as partes é bem visível quando se olha para a história, e não parece querer cessar. Por um lado, isso consubstancia a esperança manifestada pelos autores há já 20 anos, quando escreveram o livro *Império*, mas também mais recentemente, quando publicaram o ensaio que assinalou a data. O certo é que o processo de radicalização é mútuo e beneficia os dois lados do conflito. Segundo Fathali Moghaddam, os grupos e as nações empurram-se mutuamente para os extremos. No imediato, essa radicalização recebe um empurrão com as redes sociais o que não parece enfraquecer os regimes, bem pelo contrário. Cita como exemplo o caso de Donald Trump, num contexto que parece distanciado de uma eventual eclosão de uma guerra, mas onde é preciso que exista essa tensão entre as partes (sejam elas quais forem) para manter o poder em alta. Para contrariar essa narrativa, defende um processo diferente daquele que é sugerido por Hardt e Negri e que tem que ver com a mudança de mentalidades, assente na ideia de que é preciso criar mais compreensão face ao outro. Defende, assim, o “omniculturalismo”, que mais não é do que uma abordagem de interação assente nas semelhanças para com o outro, em vez de destacar as diferenças. Uma ideia que se distancia da lógica de diversidade tão em voga e tão propalada pelas instituições internacionais (Borges, 2020). Byung-Chul Han (2018) já deixara claro que a uniformização da globalização e o esbatimento do “outro” não vislumbra coisas positivas na disseminação daquilo que é igual e que reage aos estímulos que o capitalismo determina da mesma maneira.

Ao contrário de Hardt e Negri, que assumem que o confronto poderá ser necessário para inverter o processo de globalização, que exclui os mais desfavorecidos, como é o caso dos migrantes, Moghaddam aposta no reforço da democracia, que precisa de tempo para ser consolidada, o que pode configurar um problema, já que “para aprender com a história, temos de aprender História” (Borges, 2020, p. 11). Uma constatação que fica nos antípodas do presentismo (Hartog, 2003) vigente, em que existe o risco de que tudo que é da história se comprima em história contemporânea.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

Este artigo é ainda financiado no âmbito da “Knowledge for development initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (nº 333162622) no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”.

REFERÊNCIAS

- Bayly, C. (2004). *The birth of the modern world, 1780-1914: global connections and comparisons*. Oxford: Blackwell.
- Borges, L. (2020, 10 de fevereiro). Um grupo torna-se sempre mais unido se tiver algo para odiar. Entrevista a Fathali Moghaddam, professor de Psicologia na Universidade de Georgetown. *Público*, pp. 10-11.
- Foucault, M. (1977). *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Han, B.-C. (2016). *O aroma do tempo*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Han, B.-C. (2018). *A expulsão do outro*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Hardt, M. & Negri, A. (2019). Empire, twenty years on. *New Left Review*, 120, 67-92.
- Hartog, F. (2003). *Regimes d'Historicité: presentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil.

NOTA BIOGRÁFICA

Vítor de Sousa é doutorado em Ciências da Comunicação (Comunicação Intercultural), pela Universidade do Minho, com a tese *Da 'portugalidade' à lusofonia*, é mestre (especialização em Educação para os Média) e licenciado (especialização em Informação e Jornalismo) na mesma área. Entre os seus interesses de investigação constam as questões em torno da identidade, Estudos Culturais, Educação para os Média e teorias de jornalismo. É investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, onde integra o grupo de Estudos Culturais, membro do projeto "CulturesPast&Present – Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?" (FCT/Aga Khan) e do Museu Virtual da Lusofonia. É sócio da Sopcom (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação) e da ECREA (European Communication Research and Education Association). Venceu o Prémio Científico Mário Quartim Graça 2016, que distinguiu a melhor tese concluída nos últimos três anos na área das Ciências Sociais e Humanas, em Portugal e na América Latina. Foi jornalista (1986-1997) e assessor de imprensa (1997-2005).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6051-0980>

Email: vitorde Sousa@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Submetido: 17/02/2020

Aceite: 06/07/2020